UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LEANDRO RODRIGUES DOS SANTOS

O PMDB NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF (2015-2016): DA PATRONAGEM À REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA?

CAMPINAS
2022

LEANDRO RODRIGUES DOS SANTOS

O PMDB NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF (2015-2016): DA PATRONAGEM À REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA?

Dissertação apresentada para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Armando Boito Junior.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO LEANDRO RODRIGUES DOS SANTOS, E ORIENTADA PELO PROF. DR. ARMANDO BOITO JUNIOR.

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

Santos, Leandro Rodrigues dos, 1994-
Sa59p O PMDB no impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016) : da patronagem à representação orgânica? / Leandro Rodrigues dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Armando Boito Junior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rousseff, Dilma, 1947-. 2. Temer, Michel, 1940-. 3. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. 4. Impeachment. 5. Brasil - História - Crise de 2016. 6. Brasil - Política e governo - 2011-2016. I. Boito Junior, Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The PMDB in Dilma Rousseff's impeachment (2015-2016): From to patronage to organic representation?
Palavras-chave em inglês:
Impeachment
Brazil - History - Crisis 2016
Brazil - Politics and government - 2011-2016
Área de concentração: Ciência Política
Titulação: Mestre em Ciência Política
Banca examinadora:
Armando Boito Junior [Orientador]
Danilo Enrico Martuscelli
Marcus Ianoni
Data de defesa: 12-04-2022
Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-7782-3625
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/5224464246732485

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 12 de abril de 2022, considerou o candidato Leandro Rodrigues dos Santos aprovado.

Prof. Dr. Armando Boito Junior (orientador)

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Prof. Dr. Marcus Ianoni

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós- Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para Mauricio e Terezinha

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço ao meu orientador professor Armando Boito. Para além de sua orientação atenta e rigorosa, devo destacar que sem seus trabalhos e aulas certamente este trabalho teria um ponto de partida muito mais movediço. Não posso deixar de citar os professores Danilo Martuscelli e Marcus Ianoni que fizeram avaliações dedicadas e rigorosas nas bancas de qualificação e defesa e foram fundamentais para que eu pudesse sanar as insuficiências e lacunas deste trabalho, sendo as que permaneceram, evidentemente, responsabilidades únicas de seu autor. Agradeço também o professor Pedro Paulo Bastos e a professora Andréia Galvão por terem aceitado o convite para a suplência da defesa. Ao CNPq (processo 130763/2019-5), agradeço a bolsa de pesquisa que possibilitou a dedicação exclusiva aos estudos no período.

Aos colegas de grupo de pesquisa no Cemarx: André Valle, Felipe Queiroz, Flávio Franco, Maria Angélica, Mariana Davi, Maysa Torres, Nataly Santiago e Octávio Del Passo: agradeço pelas riquíssimas discussões coletivas e pelo compartilhamento de suas próprias pesquisas, que me ajudaram a perceber as potencialidades teóricas e analíticas do Marxismo de Nicos Poulantzas. Em especial, destaco que os colegas André e Felipe fizeram correções, sugestões e indicações fundamentais em meu projeto de pesquisa; dessa forma, participes do processo desde o início.

Aos meus colegas da turma de Mestrado: Alma Monges, Benjamin Magalhães, Camila Cassis, Fernanda Polidoro, João Orlandini, Larissa Melo, Marcos Minari, Otávio Catelano e aqui peço licença também para incluir o Michel Oliveira, colega do doutorado: agradeço pelos ótimos debates e pela convivência durante este período. Nossa heterogeneidade teórica, temática e metodológica ampliou significativamente o meu entendimento da Ciência Política e foi indispensável em minha formação intelectual.

Agradeço as professoras Andréa Freitas, Andréia Galvão e Luciana Tatagiba pelos apontamentos críticos feitos ainda na entrevista do processo seletivo de mestrado. Muitas das sugestões e correções ali realizadas foram devidamente incorporadas neste texto. Nas pessoas das professoras mencionadas, agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que promoveu ao longo do período, tanto nas disciplinas obrigatórias e eletivas quanto nos seminários das quartas feiras, atividades fundamentais para o nosso amadurecimento acadêmico. Ressalto também que meu semestre de estágio docente (PED-C) no qual pude acompanhar as atividades da disciplina de Graduação HZ141, dividida entre as professoras Andréa Freitas e Andréia Galvão, foi uma excelente experiência e que me ensinou muito sobre a lida docente.

Agradeço ao corpo de funcionários da Unicamp, e particularmente do IFCH, pelo indispensável auxílio prestado desde a graduação. Tal agradecimento se estende aos funcionários terceirizados desta Universidade, essenciais para o andamento da atividades acadêmicas e que não recebem o devido reconhecimento. Saúdo também o Bene da antiga xerox do IFCH, sempre gentil e competente no atendimento aos estudantes.

Agradeço aos meus amigos que estiveram comigo em diversos períodos desde a graduação e foram fundamentais para que eu chegasse até aqui: Agnus Lauriano, Angelo Antonio, Eduardo Oliveira, Frantz Rousseau, Ivan Sicca, Jefferson Athaydes, Max Cardoso, Michael Santos, Milena Brentini, Paulo Melo e Vitorio Toro. Registro agradecimento especial ao Jefferson pela ajuda com a revisão do texto de qualificação e ao Michael pela revisão da dissertação completa. Não posso deixar de agradecer, nas pessoas do Adervaldo Santos e do Douglas Rodrigues, todos os companheiros do cursinho popular da Uneafro. A acolhida e convivência durante o ano de 2013 foram decisivas para que eu pudesse ingressar na Universidade pública.

Aos meus pais Mauricio e Terezinha, a quem dedico este trabalho, talvez seja necessária uma nova palavra porque o vocábulo agradecimento não dá conta de explicar o tamanho da minha dívida. Sem o apoio de vocês, em todos os sentidos possíveis, todo cuidado e amor em mim depositados desde sempre, nada disso seria possível. Tudo que sou devo a vocês. Agradeço também minha irmã Thais pelo incentivo e participação em minha vida, tenho muito orgulho da trajetória que construímos até aqui. Nestas pessoas registro meus agradecimentos aos demais familiares que foram presença carinhosa e atenta em meu caminho, desde a tenra infância até os momentos mais difíceis da travessia.

"Quando a superestrutura (política, cultura etc.) entrava o desenvolvimento da base econômica, as transformações políticas e culturais convertem-se no principal, no decisivo".

Mao Zedong. Sobre a contradição.

Resumo

O objeto da pesquisa é a atuação do PMDB na crise política que redundou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2015-2016). Para tanto, priorizamos a análise das relações entre dois importantes processos que se destacaram na dinâmica daquela crise. De um lado, o processo, estritamente político, de deserção do PMDB da base política do segundo governo Dilma Rousseff, e de outro, o processo mais amplo, econômico e social, de esgarçamento dos vínculos desse governo com as diferentes frações da burguesia (capital internacional, burguesia associada e segmentos da grande burguesia interna). Para isso, elaboramos uma cronologia detalhada dos processos citados e avaliamos as interfaces entre um e outro. Utilizamos publicações da grande imprensa, do próprio PMDB e das associações empresariais, além de dados sobre o comportamento das bancadas deste partido na Câmara dos deputados e no Senado Federal. Posteriormente à coleta desse material e a uma adequada revisão bibliográfica sobre o assunto, analisamos a prática e o discurso do PMDB e de suas principais lideranças e, a partir daí, identificamos as relações de representação que o partido estabeleceu no período com as distintas frações burguesas. Partimos respectivamente de dois pressupostos teóricos e de duas hipóteses: 1) a atuação dos partidos políticos está vinculada a interesses econômicos e sociais presentes em determinado período histórico. O seu estudo não pode, portanto, reduzir-se à análise – de resto indispensável – de sua inserção no jogo do sistema partidário; 2) a relação dos partidos políticos com determinados interesses econômicos e sociais não é fixa, podendo variar de uma conjuntura para outra; 3) o PMDB, no período de vigência da Constituição de 1988, atuou, prioritariamente, como um partido de patronagem, preconizando a obtenção de verbas e de cargos para seus integrantes em troca do apoio do partido ao governo do momento; 4) na conjuntura de crise do segundo governo Dilma Rousseff, o papel do PMDB se ampliou. Como articulador do *impeachment*, o partido logrou estabelecer uma relação orgânica de representação com amplas frações burguesas, ainda que tal relação tenha se perdido posteriormente.

Palavras-Chave: Crise política; frações burguesas; governo Dilma; impeachment; Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Abstract

The subject of the research is the PMDB's performance in the political crisis that resulted in the impeachment of President Dilma Rousseff (2015-2016). For this purpose, we prioritize the analysis of the relations between two important processes that stood out in the dynamics of that crisis. On the one hand, the strictly political process of desertion of the PMDB from the political base of the second Dilma Rousseff government and, on the other hand, the broader economic and social process of weakening the government's ties with the different fractions of the bourgeoisie (international capital, associated bourgeoisie and sectors of the internal big bourgeoisie). For this, we elaborate a detailed chronology of the two processes mentioned and to evaluate the interfaces between one and the other. We use publications from the major press, from the PMDB itself and from the press of business associations, as well as documents from this party's benches in the Chamber of Deputies and the Federal Senate. Subsequent to the collection of this material and an adequate bibliographical review on the subject, we analyze the practice and discourse of the PMDB and its main leaderships and, from then on, to identify the possible relations of representation that the party established in the period with the different bourgeois fractions. We start respectively with two theoretical assumptions and two hypotheses: 1) the performance of political parties is linked to economic and social interests present in each historical period. Its study can not, therefore, be reduced to the analysis - otherwise indispensable - of its insertion in the party system game; 2) the relation of political parties with certain economic and social interests is not fixed, and can vary from one conjuncture to another; 3) the PMDB, during the period of validity of the 1988 Constitution, acted as a patronage party, prioritizing the obtaining of funds and positions for its members in exchange for the support of the party to the government of the moment; 4) In the crisis context of the second government Dilma Rousseff, the role of the PMDB expanded. As an articulator of impeachment, the party managed to establish an organic relationship of representation with large bourgeois fractions, even though in the wake of the crisis this relationship was later lost.

Keywords: Political crisis; bourgeois fractions; Dilma government; impeachment; Brazilian Democratic Movement Party.

Lista de abreviaturas

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

AC – Acre

AGU – Advocacia-Geral da União

AL – Alagoas

AM – Amazonas

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República

AP – Amapá

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BA – Bahia

BC – Banco Central

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CE – Ceará

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNB – Construindo um Novo Brasil

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNT – Confederação Nacional do Transporte

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COPOM – Comitê de Política Monetária

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPMF – Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira

CSLL – Contribuição Social Sobre Lucro Líquido

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DEM – Democratas

DF – Distrito Federal

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DRU – Desvinculação de Receitas da União

DS – Democracia Socialista

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

ES – Espírito Santo

FBP – Frente Brasil Popular

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FECOMERCIO (SP) – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FURNAS – Furnas Centrais Elétricas S.A.

GO – Goiás

HSBC – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation

IBAS – Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO – Empresa Brasileiro de Estrutura Aeroportuária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

JCP – Juros Sobre Capital Próprio

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MA – Maranhão

MBL – Movimento Brasil Livre

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MP – Medida Provisória

MP – Ministério Público

MPL – Movimento Passe Livre

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OMC – Organização Mundial do Comércio

PA– Pará

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PB – Paraíba

PBM – Plano Brasil Maior

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PE – Pernambuco

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PEN – Partido Ecológico Nacional

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PF – Polícia Federal

PFL – Partido da Frente Liberal

PGR – Procuradoria Geral da República

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PI – Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PIL – Programa de Investimentos em Logística

PIS – Programa de Integração Social

PL – Partido Liberal

PL – Projeto de Lei

PLR – Participação nos Lucros e Resultados

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Paraná

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SD – Solidariedade

SE – Sergipe

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SINAVAL – Sindicato nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

SP – São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TSE –Tribunal Superior Eleitoral

TO – Tocantins

UDN – União Democrática Nacional

VPR – Vem Pra Rua

SUMÁRIO

Introdução 18
Indicações teóricas 22
O contexto político da crise e o debate bibliográfico 29
Metodologia de pesquisa 36
1. O PMDB: surgimento, metamorfoses e consolidação 39
1.1. Emergência e oposição parlamentar ao regime militar 39
1.2. Do MDB ao PMDB: contradições internas, indefinições ideológicas e mudanças no padrão eleitoral 43
1.3. PMDB e a década neoliberal: apoio parlamentar às reformas econômicas e perda da capacidade de disputa hegemônica 46
1.4. PMDB nos governos Lula: divisão partidária, disputas e aliança nacional 51
2. Primeiro Governo Dilma: ofensivas, recuos e crises 57
2.1. Nova matriz econômica e confronto com o capital financeiro 57
2.2. Executivo e Legislativo no governo Dilma 66
2.3. Protestos de Junho de 2013: composição social, clivagens ideológicas e instabilidade política 75
2.4. Eleição presidencial de 2014: divisões burguesas no processo eleitoral e coalizão instável entre PMDB e PT 78
3. Reorientação da política econômica, disputa à presidência da Câmara dos Deputados e instabilidade política: atores posicionam-se no proscênio 87
3.1. Mudança de orientação na política econômica e seus efeitos na cena política 87
3.2. Eleição para a presidência da Câmara dos Deputados: conflagração aberta entre o governo Dilma e o PMDB 94
3.3. Eduardo Cunha na Presidência da Câmara: crise na base parlamentar do governo Dilma, tramitação do ajuste fiscal e ofensiva da Lava Jato 97
4. Rompimento de Temer com o Executivo, lançamento do programa *Uma Ponte para o futuro* e acirramento das contradições do governo com o bloco no poder 111
4.1. Saída de Temer da articulação política, desorganização da base legislativa e perda de apoio em frações da burguesia interna e estrangeira 112
4.2. Controvérsias em torno da política econômica e lançamento de um novo pacote de ajustes 118

4.3. Tentativa de remontagem da base legislativa por meio da reforma ministerial e lançamento do programa Uma ponte para o futuro 123
4.4. Abertura do pedido de *impeachment*, demissão de Joaquim Levy e agravamento da instabilidade política 131
4.5. Disputa interna pelo comando do PMDB, avanço da operação Lava Jato sobre o governo e criação das condições políticas para o impeachment 139
5. Aprovação do processo de *impeachment*, governo interino de Michel Temer e reformas econômicas 145
5.1. Mobilização da alta classe média e erosão das bases de apoio do governo na burguesia e no Parlamento 145
5.2. Ruptura oficial do PMDB e afastamento interino de Dilma Rousseff 151
5.3. Posse de Temer, montagem do Ministério e da coalizão legislativa e social 158
5.4. Política econômica, bloco no poder e ofensiva da Lava Jato contra o PMDB 164
Conclusão 173
Referências 176

Introdução

Inicialmente, adverte-se que o enfoque teórico adotado nesta dissertação vincula o processo político aos conflitos de classe. Ou seja, entendemos que a análise da política não prescinde da observação atenta da economia e do comportamento das classes sociais. Diferenciamo-nos, dessa forma, da corrente hegemônica na Ciência Política contemporânea, de matriz institucionalista, cuja característica fundamental é a separação formal entre o exame da política e os processos econômicos e sociais. Por outro lado, evita-se o economicismo, isto é, o entendimento da política como mera derivação mecânica da dinâmica de acumulação capitalista e desprovida de fisionomia própria.

Valemo-nos, fundamentalmente, das concepções teóricas erigidas por Nicos Poulantzas em seu portentoso tratado de teoria política marxista intitulado *Poder Político e Classes Sociais* publicado em 1968 e dos autores que, inspirando-se em tais conceitos, deslindaram investigações sobre diversos processos da história política brasileira, casos, principalmente, de Décio Saes (1990, 2001), Armando Boito (1982, 1999, 2018), Francisco Farias (2017), Renato Perissinotto (1994, 2000), Danilo Martuscelli (2013) e outros.

Objetivamos explicar as relações de representação com a burguesia constituídas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)[1] no contexto da crise política do segundo governo Dilma Rousseff e no processo de *impeachment* da então presidente da república. Procuraremos entender de que forma se relacionam o realinhamento partidário do PMDB no decorrer da crise do governo Dilma e o reposicionamento das frações burguesas perante o governo; fenômeno este observado por autores como Bastos (2017), Boito (2018), Ianoni (2018) e Singer (2018). Pretendemos verificar a intersecção e o condicionamento recíproco entre esses processos, admitidas – por óbvio – as suas particularidades. Deve-se ressaltar que esta crise se iniciou[2] após a reeleição de Dilma em outubro de 2014 (ALMEIDA, 2016) e se agravou com a aceitação do pedido de impedimento da presidente por parte do deputado Eduardo Cunha (PMDB) no início de dezembro de 2015 (LIMONGI, 2017).

[1] Durante os eventos aqui discutidos, o MDB ainda atendia pelo seu nome anterior: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O partido decidiu alterar a denominação da sigla para Movimento Democrático Brasileiro, retornando ao seu nome de origem no período da Ditadura Militar, em dezembro de 2017 (CARAM e GARCIA; 2017). Tal mudança foi homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 2018 (BRÍGIDO, 2018). Optamos, por rigor historiográfico, utilizar a nomenclatura PMDB quando fizermos referências à atuação do partido.

[2] As contradições na relação entre PT e PMDB são anteriores ao período de instabilidade política que se sucedeu ao pleito presidencial de 2014 e a ascensão de Cunha à presidência da Câmara dos Deputados. Trataremos do tema nos dois primeiros capítulos.

Salientamos que, assim como Boito (2020), Ianoni (2018), Perissinotto (2016) e Martuscelli (2020), entendemos o processo de *impeachment* como um golpe de Estado parlamentar desferido com ampla conivência e apoio decisivo do Judiciário, dado que as acusações de irregularidades fiscais no manejo orçamentário que lastreavam o pedido contra Dilma eram práticas comuns em executivos estaduais e municipais e jamais levaram à cassação do mandato de quem quer que fosse, sendo Dilma Rousseff uma exceção. Portanto, a aplicação da lei no caso da então presidente foi excepcional e casuística com um objetivo claro e explícito: alterar de forma drástica os rumos da política econômica, social e externa do Estado brasileiro, redesenhando o bloco no poder e objetivando constituir a hegemonia do grande capital internacional e da burguesia associada.

No intervalo entre agosto de 2015 e abril de 2016, intensificaram-se as críticas da cúpula peemedebista e de outros setores do partido às políticas econômica, social e externa do governo Dilma Rousseff e aprofundou-se o diálogo deste partido com frações da burguesia. Tal relação foi sedimentada, por exemplo, em reuniões do então vice-presidente, Michel Temer, intermediadas por Paulo Skaf, presidente da FIESP e então membro do PMDB, com proprietários e executivos de grandes empresas. O vice-presidente chegou, então, a se declarar como "advogado" do setor produtivo (LANDIM, 2015; LANDIM, FRIEDLANDER e LIMA; LIMA, 2015). Nesse mesmo período, após o então vice-presidente ter afirmado que o país precisava de alguém que o reunificasse, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) publicaram uma nota conjunta em apoio ao apelo de Temer (DIAS, 2015; FIESP, 2015; BERGAMO, CRUZ, NERY e SADI, 2015). Outra confluência política entre o PMDB e segmentos da burguesia interna no período foi a recusa categórica em discutir o retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)[3] esboçado pelo governo Dilma. Na ocasião, os principais dirigentes peemedebistas vocalizaram, na cena política, os anseios de parte importante da burguesia interna, mormente a industrial, que avaliava negativamente o aumento ou implantação de tributos sobre os rendimentos do capital naquele período (ARAÚJO e BRITO, 2015; COLON, 2015).

Em outubro de 2015, a fundação Ulysses Guimarães – instituto de formulação política do PMDB – lançou o programa *Uma Ponte para o futuro*, cujo objetivo declarado era oferecer

[3] Esse tributo, incidente diretamente sobre transações financeiras, foi criado no primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com a justificativa de ajudar no financiamento da saúde pública. Prorrogado diversas vezes, foi revogado pelo Senado em 2007, sendo uma das principais derrotas do então presidente Lula no Congresso Nacional (CAVALLINI e LAPORTA, 2015).

um diagnóstico e um conjunto de soluções para propiciar a retomada do crescimento econômico, em um período em que o PIB vinha em regular e acentuado descenso (DURÃO, NEDER e TOMAZELLI, 2015). Nas diretrizes deste documento, observa-se que o PMDB procurava, naquele período, apresentar-se como uma organização em condições de colocar em prática um programa de redução dos custos da força de trabalho e de restrições nos direitos sociais que unificasse o conjunto da burguesia, deixando, ao mesmo tempo, de lado os aspectos que pudessem gerar contradições entre as diferentes frações burguesas (trataremos detalhadamente do assunto no capítulo 4).

Se segmentos da grande burguesia interna brasileira demonstraram publicamente sua insatisfação com o segundo governo Dilma – sendo a Fiesp um exemplo paradigmático –, podemos aferir o distanciamento crítico do capital internacional e da burguesia brasileira associada a este capital[4] e o posterior rompimento com o governo por meio de diversos mecanismos, dentre eles, o rebaixamento da nota do país pelas agências de classificação de risco, para o qual adotaram como argumento principal a incapacidade do Executivo em organizar uma base política coesa para a efetivação de um programa vigoroso de ajuste fiscal e mudanças estruturais na composição do gasto público por parte do Estado brasileiro (ALVARENGA, LAPORTA, TREVIZA, 2015; CALEIRO, 2015). Boito (2018) apresenta a hipótese de que essa burguesia internacionalizada, que mantinha até então vínculos de representação com o PSDB, veio a reconhecer-se no programa peemedebista.

A indagação central do trabalho é a seguinte: por que este partido, cuja aliança com os governos do PT era acentuada desde o início do segundo governo Lula da Silva (SINGER, 2018; GUILHERME, 2017), afastou-se gradativamente e direcionou-se para a oposição? Pondero que as indicações para responder essa pergunta passam, tanto pela análise do regime político e da concernente cena político-partidária quanto pela análise dos conflitos de classe no período e a influência de frações importantes da burguesia na formulação e prática política deste partido. O exame do realinhamento do PMDB e do restante da base governista também precisa incluir as atividades da operação Lava Jato, o movimento oposicionista de alta classe média que

[4] Segundo Boito (2020. págs. 19 e 20), o grande capital internacional se apresenta de diferentes formas na economia brasileira: por meio dos fundos financeiros internacionais cujos lucros são auferidos da especulação dos títulos da dívida pública, de divisas e ações da empresas brasileiras; por meio de empresas industriais estadunidenses e europeias que exportam produtos para o mercado brasileiro e não possuem plantas no país; as seguradoras que possuem filiais no país e, por fim, as empresas multinacionais do setor produtivo (industriais e do agronegócio) que possuem plantas e filiais instaladas em território brasileiro. A burguesia associada, "sócia menor" do grande capital internacional, é composta pelas casas de importação de veículos, de confecções, de alimentos, de bebidas e muitos outros produtos; pelos fornecedores de componentes para as empresas estrangeiras implantadas no Brasil (caso da indústria de autopeças) e os capitalistas nacionais que, de uma forma geral, possuem uma sociedade minoritária em empreendimentos comandados pelo grande capital internacional.

engendrou as mobilizações de rua contra o governo Dilma e a perda de sustentação popular de apoio deste governo após a reorientação da política econômica em 2015.

As medidas econômicas propostas e adotadas no governo Michel Temer – ainda no seu período de interinidade e após a efetivação – buscavam atender aos interesses de diferentes frações burguesas e configuraram-se como um programa estrutural de redução dos direitos sociais e trabalhistas. Exemplos disso são a PEC da reforma da previdência (PEC 287/2016) e medidas aprovadas nas duas casas congressuais como a emenda constitucional 95 que instituiu um novo regime fiscal de contenção dos gastos públicos durante vinte anos e a reforma trabalhista (PL 6787/2016) calcada no princípio da prevalência do negociado sobre o legislado (AMARAL, MARTELLO, 2015; CAVALLINI, 2017; PRADO, 2016). Esses fatos, posteriores ao período que almejamos analisar, atestam e reforçam nosso argumento que o PMDB, na crise do segundo governo Dilma e no processo de impedimento da presidente, logrou tanto estabelecer relações de classe bastante amplas tanto com o capital internacional e a burguesia associada quanto reforçar suas relações já existentes com segmentos da grande burguesia interna[5]. Nesse sentido, Ianoni (2018. p. 93) pondera que tal partido possuí "enraizamento no empresariado produtivo, na indústria, na agricultura e nos serviços não-financeiros".

É pertinente refletir sobre a possível construção de hegemonia de alguma fração burguesa no período ou a possibilidade de a deposição de Dilma ter sido acompanhada por uma crise de hegemonia no bloco no poder. Contudo, pondera-se que o estabelecimento de hegemonia no bloco no poder depende de estabilidade política em um determinado período, algo que não foi logrado no governo Temer. A despeito da facilidade com que realizou reformas neoliberais em seu primeiro ano na presidência e a concertação azeitada com o Legislativo – que levou o próprio Temer a definir seu governo como "semipresidencialista" – as investigações da força-tarefa da Lava Jato e da PGR, diferentemente do que vaticinavam diversos analistas, prosseguiram e obstaculizaram severamente o andamento até então seguro da aprovação de medidas neoliberais, sobretudo depois da divulgação do diálogo de Temer com o empresário Joesley Batista (JBS). Após ser duplamente denunciado pelo procurador Rodrigo Janot, Temer

[5] Apoiando-se em Nicos Poulantzas, diversos autores compreendem a burguesia interna como uma fração burguesa intermediária entre a antiga burguesia nacional e a burguesia associada ao capital internacional. Neste sentido, essa fração burguesa, distintamente da antiga burguesia nacional, não possui nenhuma veleidade antiimperialista e não encarna um programa de confronto contra o capital internacional. Ao contrário, mantém uma complexa relação de unidade e dependência em relação à burguesia imperialista, contudo, possui atritos em alguns aspectos da política econômica no que se refere, por exemplo, às taxas de juros, aos subsídios a determinados setores e à abertura comercial. A burguesia interna é uma fração heterogênea e inclui o grande, médio e pequeno capital interno. A grande burguesia interna, fração que tem importância destacada em nosso trabalho, é composta por grandes empresas cujo controle acionário é majoritariamente nacional e espraia-se por distintos setores da economia, como a construção pesada, agronegócio, indústria de transformação, capital bancário etc (BOITO, 2018; FARIAS, 2009; MARTUSCELLI, 2017).

precisou concentrar esforços na defesa de seu mandato na Câmara – no que foi exitoso, registre-se – e a reforma da previdência acabou sendo momentaneamente arquivada (AMORIM, MOTOMURA, 2017; FARIA, PERÓN, 2018; KATTAH, 2017; LÔBO, 2017; CALGARO, CARAM, MODZELESKI, 2017). Portanto, a estabilidade, condição *sine qua non* para a constituição de hegemonia, foi pouco duradoura no governo Temer.

O recorte temporal de nossa investigação refere-se ao intervalo entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, incluindo, como percebe-se, o governo interino de Michel Temer. Todavia, como já fizemos acima, assinalamos que não desprezaremos informações e fatos precedentes ou posteriores ao período que objetivamos estudar quando estes ajudarem a explicar os conflitos e disputas político-sociais observados no biênio a ser pesquisado.

Indicações teóricas

Feita esta apresentação inicial do objeto da pesquisa, procuraremos apresentar um breve debate bibliográfico sobre nosso tema de estudo e explicitar as razões das opções teóricas aqui realizadas. O estudo dos partidos políticos – tanto dos seus mecanismos organizativos internos quanto das relações que estabelecem com os demais partidos no quadro de um regime político dado e ainda de suas relações com as classes e frações de classes sociais presentes na sociedade – é uma temática clássica na Ciência Política e é contemplada, de diferentes formas, por distintos enfoques teóricos, como o institucional, o organizacional e o marxista.

Max Weber (1971. p. 81) entende que os partidos vivem sob o signo do poder. Sendo assim, a ação da instituição partidária busca influenciar as ações ocorrentes na comunidade, independentemente de seu conteúdo. Para o autor, o objetivo do partido pode ser uma causa (neste caso, é central em sua orientação as suas propostas programáticas, materiais ou ideais) ou pode ser pessoal (distribuição de empregos, poder e a conquista de honra por parte dos líderes em decorrência dos primeiros elementos citados). Ressalte-se que no entendimento do autor as ações do partido costumam se orientar em ambos os sentidos de forma simultânea. Percebe-se nesta tipologia um avanço teórico de Weber no que se refere aos partidos políticos. Enquanto em *A Política como Vocação* (1918), o autor privilegia a discussão sobre os partidos políticos pelo viés do atendimentos de interesses econômicos e sociais dos membros do partido, caso da distribuição de empregos, no artigo publicado postumamente *Classe, "Status", Partido*, além de considerar este fenômeno denominando-o como *partido de patronagem*, também considera com maior ênfase os fatores ideológico e programático.

Weber (1971. p. 82) observa que, em situações esporádicas, os partidos podem representar interesses específicos de uma classe ou de um grupo de status. Dessa forma, admitimos seu conceito de partido de patronagem, todavia, à luz da teoria política marxista,

consideramos imperativo sua retificação no seguinte sentido: a patronagem não anula a presença de programa político e representação de interesses de classe e frações de classe. Citamos Weber especialmente pelo fato de o autor ter elaborado o conceito de partido de patronagem, conceito esse que é mobilizado no Brasil, de forma consciente ou não, para a caracterização do PMDB. Mesmo sendo um dos principais partidos políticos do país nas últimas décadas, a sigla ocupa espaço exíguo na bibliografia especializada. Contudo, algumas características gerais da legenda – identificadas por diferentes trabalhos realizados na Ciência Política brasileira – permitem que este seja analisado como uma organização descentralizada, dividida em confederações regionais e destituído de um grupo que consiga hegemonizar-se e propor uma política de abrangência nacional. Além do mais, deve-se ressaltar a prática excessivamente clientelista e pragmática deste partido, já que seu aspecto unificador e que agrega diferentes interesses regionais é a busca pela maximização dos postos ocupados na burocracia de Estado (GUILHERME, 2017; MACIEL, 2014; MELO, 2013; MUCINHATO, 2011).

Outro autor fundamental neste debate é Maurice Duverger (1987). Por meio da seminal obra *Partidos Políticos*, foi pioneiro em vincular ideologia e forma organizativa, elaborando os conceitos de *partido de quadros* e *partido de massa*. Adotando como referência os partidos conservadores e liberais emergentes no século XIX, o autor define o partido de quadros a partir das seguintes características: origem parlamentar; organização interna de baixa intensidade; articulação débil entre as instâncias partidárias internas; estrutura nacional descentralizada; inexistência de critérios claros para a entrada de novos militantes na agremiação; financiamento de grande doadores privados e poder decisório concentrado na cúpula parlamentar. Por outro lado, tendo como referência as organizações social-democratas surgidas também no final do século XIX, com destaque para o Partido Social-Democrata Alemão, Duverger define o partido de massa a partir dos seguintes traços: origem extra-parlamentar, organização interna de alta intensidade; articulação vigorosa entre as diferentes instâncias partidárias; critério rigoroso no recrutamento de filiados; financiamento coletivo por meio dos membros da organização; forte apelo doutrinário e subordinação dos parlamentares à cúpula partidária[6].

[6] A ramificação dos estudos sobre partidos é bastante ampla e se desdobrou em uma vasta bibliografia, sobretudo após a segunda guerra mundial (AMARAL, 2010). Outras obras de grande destaque e referências incontornáveis no debate são as de Michels (1911) e Kirchheimer (1966). O primeiro estudou a tendência à oligarquização dos partidos políticos e à centralização das decisões políticas nas cúpulas; o segundo, contrapondo a tese de Duverger a respeito da irradiação do partido de massa por todo o espectro partidário, elaborou o conceito de partido *catch-all*, cujas características centrais são as seguintes: ausência de apelo ideológico classista; maior centralidade das lideranças partidárias e discurso eleitoral amplo endereçado aos diversos segmentos da sociedade.

Mainwaring (2001) analisa que o surgimento dos partidos políticos no Brasil, em geral, é indissociável de sua imbricação com o Estado; dessa forma, são organizações construídas de "cima para baixo", sem maior grau de organização interno, coesão programática a nível nacional e participação dos militantes no processo decisório. Não por acaso, por sua trajetória "de baixo para cima", o PT é tratado como uma "anomalia" por Keck (1991) e uma "novidade" por Meneguello (1989). Características do sistema eleitoral como a representação proporcional em lista aberta, o pluripartidarismo extremado e a legislação leniente com a migração indiscriminada de parlamentares, segundo Kinzo (1993), consolidam e reforçam um sistema partidário de perfil indefinido, mutável, frágil e fragmentado (discutiremos o assunto de forma mais detalhada no capítulo 2).

Sem descartar a hipótese de que o PMDB tenha, de fato, funcionado como um *partido de patronagem* ao longo do período recente, aventamos a possibilidade de este ter alterado a sua condição no decorrer da crise política que estudamos. Isso não significa que aspectos anteriores de seu funcionamento foram modificados completamente, mas que houve um alargamento de seu papel na cena política. A relação dos partidos políticos com as classes e frações de classe não deve ser concebida de maneira fixa. Ela pode variar de uma conjuntura para outra. No caso, analisamos o possível deslocamento de um partido prioritariamente de patronagem para um partido que, em determinada conjuntura, logrou estabelecer laços de representação política mais orgânicos com os segmentos burgueses interessados na deposição de Dilma Rousseff e dirigir a luta pelo *impeachment*, do qual seria o maior beneficiário porque herdaria a presidência e o controle dos cargos, recursos estatais e a orientação de política econômica e social. Esse realinhamento do PMDB é a principal hipótese desta dissertação. Defendemos que ele só foi possível na medida em que o partido adotou como horizonte a política econômica neoliberal.

Entendemos que o PMDB, entre as décadas de 1980 e 1990, foi um partido de patronagem com base numa fração burguesa que abdicou de lutar pela hegemonia no interior do bloco no poder, sobretudo após a implementação do modelo capitalista neoliberal, que é a pequena e média burguesia. A relação do partido com esta fração de classe vinha desde a década de 1970, quando vocalizava na cena política os interesses desta fração, contudo, neste período, tal fração ainda possuía disposição de luta hegemônica. Entendemos que o documento do PMDB publicado em 1982, intitulado *Esperança e Mudança*, representou o programa de tal fração. O aspecto central da plataforma é a defesa do capital nacional por meio de uma política industrial orientada pelo Estado e o fomento do mercado interno acompanhado de programas de redistribuição de renda (discutiremos mais detidamente do assunto no capítulo 1).

Na tradição da teoria política marxista, que é a teoria que iremos mobilizar, a despeito de nos apropriarmos do conceito weberiano de partido de patronagem, a análise dos partidos parte da identificação dos interesses de classe e frações de classe que se ocultam na ação destas organizações políticas. No caso desta tradição teórica, é obrigação do analista evidenciar os "laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe" (BOITO, 2002, p. 130). Karl Marx tratou especialmente da questão em suas obras históricas, como *As Lutas de classes na França* (2012) e *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (2011) em que avaliou os desdobramentos políticos decorrentes das disputas entre classes e frações de classes no intervalo entre a Revolução de Fevereiro de 1848 que deu início à segunda República Francesa e o golpe de Estado perpetrado por Luís Bonaparte em dezembro de 1851.

Para a construção de seu procedimento analítico, Marx opera em dois planos, considerando duas dimensões de representação: busca determinar as correspondências objetivas existentes entre os programas e práticas de um partido político e os interesses potenciais e efetivos de uma classe ou fração de classe; e busca determinar se há identificação subjetiva entre representantes e representados – os partidos, de um lado, e as classes ou frações de classe, de outro. Na análise do autor (2011), conclui-se, por exemplo, que, no decorrer do período examinado, os legitimistas representavam os interesses econômicos objetivos ligados à propriedade rural e os orleanistas representavam os interesses econômicos objetivos do capital financeiro, comercial e industrial. Os camponeses identificavam-se subjetivamente com Luís Napoleão, embora o então presidente da República não apresentasse nenhum programa de política econômica e social para atender os interesses do campesinato parcelar, caracterizando-se, assim, uma relação de representação ocorrente apenas no nível ideológico.

Cabe ainda citar sobre essa questão os escritos de Marx acerca da conjuntura político-partidária inglesa no início da década de 1850 publicados originalmente no Brasil pela revista *Crítica Marxista*. Referimo-nos aos artigos denominados: *As eleições na Inglaterra – Tories e Whigs*, *Os cartistas* e *Corrupção nas eleições*. Esses artigos discutem as eleições gerais de 1852 na Inglaterra e foram publicados originalmente pelo periódico estadunidense *New York Daily Tribune*.

Inicialmente, Marx realiza uma análise das relações de representação estabelecidas pelos partidos políticos ingleses daquele período. Os proprietários de terra se dividiam entre os mais tradicionais (representados na arena partidária pelos *Whigs*) e os mais recentes ou modernizados (representados pelos *Tories*). Essas relações aparentemente paradoxais, nas quais o tradicional é representado pelo moderno (*Whigs*) e vice-versa, os proprietários mais modernos sendo representados pelo partido conservador (*Tories*), devia-se ao fato de que os *Whigs*,

decadentes que eram, não almejavam mais o controle da política do Estado inglês, dispunham-se a aplicar a política da burguesia industrial desde que, em troca, pudessem preservar o monopólio dos cargos no Estado. Para isso, fazia todas as concessões e apoiava as mudanças levadas a cabo pela fração industrial da burguesia.

Nicos Poulantzas (2019) formulou teoricamente o que em Marx aparece apenas em "estado prático". Para este autor a classe ou fração de classe majoritária no aparelho burocrático de Estado é denominada *classe detentora*; enquanto a *classe hegemônica* é a classe ou fração cujos interesses são priorizados pela política de Estado e a *classe reinante* é a classe ou fração cujo partido é dominante no âmbito político-parlamentar. Segundo Poulantzas (2019. págs. 255 e 256), as classes ou frações detentora, hegemônica e reinante podem se identificar ou se distinguir nos diversos contextos, inclusive, as classes ou frações detentora ou reinante por diversas vezes podem nem mesmo integrar o bloco no poder. Um exemplo apresentado pelo autor em *Fascismo e Ditadura* (2021) é a Itália governada por Mussolini no período anterior ao estabelecimento da Ditadura fascista. Naquele período, a classe hegemônica era o grande capital monopolista, contudo, a pequena-burguesia era a classe-reinante e detentora do Estado.

Nicos Poulantzas, especialmente no livro *Poder Político e Classes Sociais* de 1968, explorou essa tradição teórica analisando os partidos políticos, considerando ao mesmo tempo sua representação de classes, sua institucionalidade e sua inserção nos diferentes regimes políticos. Mobilizaremos sua teoria do Estado e das classes sociais, sobretudo os conceitos de *fração burguesas*[7]*, bloco no poder*[8] *e hegemonia*[9]. Esses conceitos, em nosso trabalho de pesquisa, serão fundamentais para o entendimento dos distintos segmentos que compõem a classe burguesa e a relação desta classe com o Estado e os partidos políticos. Pontuamos que há um vasto leque de autores, que, baseando-se na tradição marxista para analisar a sociedade e a política, concebem a burguesia como uma classe monolítica e homogênea. Não é o caso de

[7] Segundo Farias (2009. págs. 81 e 82), a teoria poulantziana admite múltiplas formas de fracionamento a partir dos seguintes critérios: a-) origem do capital (interno ou estrangeiro) b-) função do capital (industrial, comercial e financeiro); c-) escala de operações (pequeno, médio e grande porte). Em segundo lugar, assinala-se que as aglutinações presentes no sistema de fracionamento se sucedem temporalmente ou apresentam-se cruzadas em uma conjuntura específica, ou seja, não são fixas.

[8] Segundo o autor, o bloco no poder é um traço peculiar das formações sociais capitalistas que guarda estrita relação com a subdivisão da classe burguesa em frações e indica a "unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista" (POULANTZAS, 2019. págs. 240 e 241).

[9] O conceito poulantziano de hegemonia refere-se particularmente à fração hegemônica no interior do bloco no poder (POULANTZAS, 2019. págs. 139 e 140). A *hegemonia*, neste caso, é um conceito mais restrito e difere do gramsciano que possui maior amplitude e se refere à direção intelectual e moral da sociedade, inclusive das classes dominadas.

Nicos Poulantzas e concordamos com a posição deste autor, além de entendermos sua obra como uma referência fundamental no debate a respeito do tema.

Para Poulantzas (1975; 2019), o conflito de classes não é uma oposição simplificada entre a burguesia e a classe trabalhadora. No interior da classe burguesa, há diferentes frações com interesses díspares, por vezes opostos entre si, constituindo uma unidade política apenas em torno da preservação da propriedade privada dos meios de produção, do bloqueio da organização das classes exploradas e da revolução social, além de medidas sociais e econômicas convergentes. No caso da classe trabalhadora, a noção se revela equivocada por não identificar especificamente as diferentes frações das classes trabalhadoras como o operariado, a classe média e o campesinato.

A análise poulantziana dos partidos políticos não pode ser deslocada de seu conceito de Estado Capitalista[10] e do comportamento das classes sociais nas formações sociais em que predominam este modo de produção. Uma diferença fundamental entre os partidos burgueses e os partidos de trabalhadores com viés revolucionário é que os primeiros buscam conservar a ordem, e para tal, não explicitam os interesses que defendem e os dissimulam na cena política, confundindo-se, assim, com os pilares fundamentais do aparelho do Estado Capitalista, a saber, o burocratismo e o direito igualitário, características que enublam o caráter de classe deste Estado (POULANTZAS, 2019). Dessa forma, não tendo o Estado Capitalista um caráter de classe declarado, os partidos mantenedores de tal ordem também buscam ocultar sua natureza (BOITO, 2002. p. 129). Além disso, deve-se destacar que os partidos burgueses não se constituem na obra de Poulantzas como organizações completamente autônomas; ao contrário, eles possuem um papel subordinado ao Estado Capitalista naquilo que é a sua função precípua: a organização da hegemonia no bloco no poder (POULANTZAS, 2019. p. 308).

É importante salientar ainda que, para Poulantzas, o papel dos partidos burgueses na organização da hegemonia no bloco no poder se altera nos diferentes regimes políticos. Em

[10] É importante pontuar que Poulantzas altera o conceito de Estado durante seu percurso intelectual. Em *Fascismo e Ditadura* (2021), o autor confere maior importância ao que denomina aparelhos repressivos e ideológicos de Estado. Contudo, a ruptura com a definição de Estado apresentada em *Poder Político e Classes Sociais* ocorre somente em sua última obra: *O Estado, o poder, o socialismo* (2000). Nesta obra, aparece a seguinte definição de Estado: "uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado" (2000, p. 130). A nova definição de Estado, por consequência, interfere na definição dos partidos políticos burgueses. Nesta obra, Poulantzas repetidamente (págs. 58, 129, 138, 145 e 244) apresenta os partidos como "aparelhos de Estado". Neste aspecto, se aproxima de Gramsci (2007), cuja definição ampliada de Estado comporta os partidos como aparelhos privados de hegemonia. É importante mencionar que a ideia de ruptura na obra de Poulantzas não é consenso na bibliografia. Por exemplo, Motta (2010) entende que, em sua última obra, Poulantzas não rompe decisivamente com a definição de Estado *de Poder Político e Classes Sociais*, ao contrário, a aprimora e desenvolve.

regimes ditatoriais (bonapartistas, fascistas ou militares), a tendência é um forte declínio destas organizações, *pari passu* com a ampliação da autonomia relativa do Estado em tais regimes. Tal papel tende a ser mais importante em regimes democráticos, contudo, nesse diapasão, também registram-se variações, sendo também muito menor quando há um predomínio do que Poulantzas (2000) designa em sua última obra como *estatismo autoritário*. Tal conceito descreve a forma de regime democrático predominante nos países capitalistas desenvolvidos no final da década de 1970 engendrada a partir do novo estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista nestes países. Nesta forma de regime, destacam-se o declínio do papel organizativo dos partidos, a maior proeminência do Executivo em detrimento do Legislativo e o papel político crescente da administração de Estado. Sob o *estatismo autoritário*, os partidos políticos configuram-se mais como "verdadeiras correias de transmissão das decisões do executivo" e menos como *lócus* de formulação política e elaboração de alianças e compromissos entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 2000. p. 236).

Os partidos de trabalhadores com tendência revolucionária, por sua vez, constituem outro tipo de relação com o Estado Capitalista. Tais organizações só podem avançar politicamente anunciando abertamente os interesses que defendem e os que são propugnados por seus adversários. Dado seu compromisso com a transformação de uma formação social, não lhes cabem a dissimulação como expediente político. Em *A Formação do Estado burguês no Brasil*, Saes (1990. p. 261) assinala que a defasagem entre o programa escrito e programa real é o que permite aos partidos da classe exploradora desorganizar politicamente as classes exploradas. Contrariamente, no caso dos partidos revolucionários, somente a coincidência entre programa escrito e o programa real permite a organização da classe trabalhadora para a disputa do poder político. Poulantzas (2021. págs. 343 e 344), nesse sentido, pontua que os partidos burgueses possuem um papel mais ideológico do que organizacional em relação às classes e frações de classe que representam; sob esse prisma, não pode haver analogia entre os dois tipos de partidos.

Retomando a análise poulantziana dos partidos burgueses, questão que nos interessa particularmente, o autor pondera que as relações de representação existente entre partidos e classes e frações de classes sociais é bastante complexa. Ou seja, não há uma relação mecânica entre as práticas das classes dominantes na cena política e a atuação dos partidos que buscam representá-la. Por exemplo, um acordo de natureza eleitoral entre dois partidos pode ocultar disputas políticas contundentes entre as frações de classe representadas por estes (POULANTZAS, 2019. págs. 253-257). Acrescentamos que o contrário também pode ocorrer: uma disputa acirrada entre dois partidos políticos pode se desenvolver no período em que

diversas frações da burguesia convergem politicamente em algumas reivindicações determinadas. No limite, tais contradições podem gerar uma "crise de representação partidária", ou seja, a quebra da relação de representação entre determinadas frações da burguesia e os partidos que as representam no plano político. Segundo Poulantzas (2021. págs. 79-82), foi exatamente o que aconteceu no período de fascistização na Alemanha e na Itália; o que abriu espaço para os governos e posteriormente ditaduras fascistas.

Sob o ponto de vista de nossa investigação, tais teses são fundamentais na caracterização do PDMB como um partido burguês. Dessa forma, ele participa da cena política de duas formas: representando diretamente interesses de frações das classes dominantes e colaborando com o Estado Capitalista na organização da hegemonia no bloco do poder. Partindo da ideia que a relação entre partido burguês e classe dominante não é de uma representação unívoca e instrumental, ponderamos que a formulação do programa *Uma ponte para o futuro* teve como objetivo central a apresentação de uma proposta coesa que pudesse reorganizar novamente a hegemonia do bloco no poder, dado que tal hegemonia também era afetada pela crise de representação do governo Dilma com a grande burguesia interna e do PSDB com o grande capital internacional e a burguesia associada. Para além da proposta econômica, o PMDB também se apresentou, no contexto de instabilidade política, como organização capaz de garantir estabilidade ao regime político e mitigar as tensões entre Executivo e Legislativo, superando, assim, a situação de "ingovernabilidade" (IANONI, 2018. p. 108) do segundo governo Dilma.

Dito isso, ponderamos que, sem negligenciar ou ignorar as importantes contribuições advindas das outras correntes teóricas, priorizaremos em nossa análise a tradição marxista porque esta, dentre as teorias apresentadas, é a que contempla com maior acurácia a nossa preocupação de buscar entender o processo político pela vinculação das ações dos agentes políticos (Estado, partidos políticos) com os conflitos entre classes e frações de classes sociais que se desenvolvem na sociedade.

O contexto político da crise e o debate bibliográfico

Quanto à caracterização dos governos do Partido dos Trabalhadores, o cientista político André Singer (2012), na obra *Os Sentidos do Lulismo*, assinala que os governos Lula da Silva foram de tipo bonapartista: ou seja, o Estado, nesse período, não teria privilegiado nem os interesses da burguesia, nem os interesses do proletariado, e sim arbitrado entre os interesses econômicos das classes fundamentais. Essa posição só foi alcançada pelo fato de o governo ter

estabelecido uma relação de representação com o subproletariado[11], camada social majoritária no país e que forneceu massiva sustentação política aos governos petistas. Segundo Singer (2012), a cristalização do que chama de *Lulismo* se deu no processo eleitoral de 2006, em que o desempenho de Lula logrou um enorme êxito nos estratos de menor renda da população e a classe média, predominantemente, apoiou a candidatura de Geraldo Alckmin do PSDB.

Em obra mais recente sobre o assunto, *O Lulismo em Crise,* Singer (2018) avalia que o impedimento de Dilma Rousseff em 2016 se deu pela confluência de dois fracassos de seu governo: o ensaio desenvolvimentista e o ensaio republicano. O primeiro, realizado nos dois primeiros anos de Dilma no governo (2011-2012), se caracterizava por imprimir um caráter mais radical ao lulismo, fenômeno político marcado pela conciliação, buscando com medidas como a redução da taxa de juros, do *spread* bancário, a desvalorização do real, a ampliação dos investimentos por parte do BNDES, as desonerações, dentre outras, a reindustrialização do país e um maior protagonismo da fração burguesa associada ao setor produtivo nas políticas de Estado. A debacle deste ensaio associa-se ao fato de a presidente não ter buscado sustentação popular para uma política de confronto contra a fração associada ao capital financeiro e ao próprio recuo do setor produtivo em um ambiente de crescimento econômico menor e de intensa propaganda da fração financeira em torno de reformas que pudessem diminuir os gastos públicos com serviços sociais, rebaixar os custos da força de trabalho e diminuir o "intervencionismo estatal" na economia.

O que este autor denomina ensaio republicano, realizado por Dilma até o primeiro ano de seu segundo mandato, refere-se à busca por parte do governo de combater a apropriação dos bens públicos por entes privados e, nesse sentido, identificado o PMDB enquanto símbolo maior do clientelismo, passou-se a reduzir espaços deste partido nos ministérios e nas empresas estatais e a processar-se indicações de perfil alegadamente técnico para diversos cargos (SINGER, 2018, p. 185). Para o autor, o esfacelamento da base parlamentar, responsável pela deflagração exitosa do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, foi uma reação dos parlamentares contra o ensaio republicano praticado por Dilma em um período de debilidade do governo e estagnação econômica. É importante mencionar que, sob o invólucro do que Singer entende como "ensaio republicano", o governo Dilma tentou operar um realinhamento partidário com o objetivo de enfraquecer o PMDB, maior partido da coalizão legislativa. Nesse

[11] Segundo Singer (2012), o *subproletariado* é uma fração permanentemente empobrecida da classe trabalhadora em condição de desemprego ou sem emprego formal e sindicalização, estando ausente, desta forma, dos canais regulares de reivindicação econômica. No entendimento do autor, tal fração aumentou muito seu contingente na década neoliberal de 1990 e melhorou suas condições de vida nos governos Lula, a partir de políticas como o Programa Bolsa-Família e outras.

sentido, buscou também conferir maior espaço ao PSD. Apostava-se na fragmentação da coalizão como forma de manter maior controle sobre ela, inclusive no remanejamento de postos na burocracia estatal. Trataremos mais detidamente do assunto no capítulo 2.

Partindo de um terreno teórico aproximado, o marxismo, o cientista político Armando Boito possui uma interpretação distinta da situação política no período e da crise do *impeachment* de Dilma Rousseff, ainda que possam ser feitas algumas aproximações pontuais entre os autores. No livro *Reforma e Crise Política no Brasil*, Boito (2018) analisa que os governos do PT, diferentemente do que postula Singer (2012), não podem ser caracterizados como bonapartistas e não arbitraram de forma autônoma os conflitos entre as classes sociais fundamentais e as frações de classe. Segundo o autor, os governos petistas foram hegemonizados pela grande burguesia interna, com substantivo apoio, crítico em maior ou menor intensidade, das principais centrais sindicais do país, dos movimentos sociais mais relevantes, como o Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), de frações da classe média, do campesinato, dos trabalhadores organizados e dos trabalhadores da massa marginal[12], que compunham a frente política neodesenvolvimentista e posicionavam-se enquanto *classe-apoio*[13].

Boito (2018) evidencia que os partícipes da frente neodesenvolvimentista possuíam, geralmente, interesses bastante conflitantes nas questões econômicas e sociais de forma geral, no entanto, se unificavam em momentos decisivos, como as eleições presidenciais e na chamada "crise do mensalão". A razão dessa união, mesmo com discordâncias e pautas heterogêneas, ocorria pela preferência ao programa neodesenvolvimentista encarnado pelo PT em detrimento do programa neoliberal ortodoxo encarnado pelo PSDB. Essa preferência se explica, por parte dos grupos subordinados na frente, pela política de valorização do salário mínimo somado aos programas sociais e de transferência de renda, além do incentivo ao consumo por parte da população de menor renda. Por parte das forças dirigentes da frente, essa preferência se explica por políticas como a de fortalecimento do BNDES – enquanto financiador de grandes empresas brasileiras aplicando juros subsidiados –, de retomada do investimento em infraestrutura e pela política externa que atuou, de forma ostensiva e ativa, em defesa da internacionalização de grandes empresas brasileiras e pela conquista de novos mercados.

---

[12] Apoiando-se na sociologia crítica latino-americana, Boito (2018, p. 111) entende a *massa marginal* como o conjunto dos trabalhadores desempregados, subempregados, que sobrevivem com trabalhos precários, ou em péssimas condições, executando trabalhos de forma autônoma.

[13] Poulantzas (2019. p. 249) postula que a *classe-apoio* se caracteriza por ser uma força social incapaz de se organizar autonomamente, por razões estruturais e conjunturais, e que constitui relações de representação apenas ideológicas com o bloco no poder. Boito (2018), por sua vez, acrescenta que tal relação de representação, para além do conteúdo ideológico que é real, também inclui a representação de algum interesse material.

Quanto à crise do *impeachment* de Dilma Rousseff, Boito (2018) postula que, a partir do início de 2013, o campo político dirigido pelo capital internacional iniciou uma ofensiva política contra o governo, que tinha como objetivo a retomada de um programa neoliberal ortodoxo (ajuste fiscal estrutural nas contas públicas, mudanças na legislação trabalhista, redução em direitos sociais, privatizações e maior abertura para a atuação do capital estrangeiro) como forma de reforçar a dinâmica da lucratividade a partir da maior exploração da força de trabalho. Deve-se registrar que esta ofensiva se deu em um momento em que as contradições internas da frente neodesenvolvimentista já se agudizavam. Exemplos disso foram as manifestações de junho de 2013 – que, em suas diferentes fases, lograram levar as ruas segmentos sociais diversos e propostas bastante distintas e antagônicas –, além do pleito presidencial de 2014, um dos mais disputados da história do país.

Mobilizando outra importante abordagem teórica, de caráter institucionalista, Fernando Limongi (2017) também buscou apresentar explicações para a crise política do *impeachment* a partir de uma dimensão específica: a participação decisiva do Poder Legislativo no aludido processo e as disputas entre o Legislativo e o Executivo no período. O autor ressalta que a abertura do processo de *impeachment* depende da aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados e foi necessário que parte substantiva da base governista retirasse o apoio ao governo para que o processo avançasse; somente os partidos de oposição não teriam força para tal. Portanto, o fundamental no argumento de Limongi são as razões que levaram parte considerável da coalizão governista a mudar de lado no decorrer da crise.

Limongi (2017. p. 06) pondera que o deputado Eduardo Cunha (PMDB), eleito presidente da Câmara dos Deputados em acirrada disputa com o candidato governista Arlindo Chinaglia (PT) em fevereiro de 2015, foi o "grande artífice" da operação que resultou na deposição de Dilma Rousseff e seu objetivo e dos deputados que o apoiaram era a busca de proteção contra o avanço da operação Lava Jato. Nesse sentido, o entendimento da crise passa fundamentalmente pela forma como a operação Lava Jato ameaçou "parcelas significativas da elite política brasileira" e de que maneira "o governo Temer se apresentou como a tábua de salvação que Dilma não quis, não soube ou foi incapaz de oferecer" (LIMONGI, 2017.p. 07).

Segundo Limongi (2017. págs. 07-08), as raízes da disputa entre o Executivo dirigido por Dilma e a base parlamentar liderada por Eduardo Cunha situam-se a partir de 2011, quando a presidente retirou prepostos de Eduardo Cunha de empresas estatais, especialmente Furnas. No mesmo sentido da tese de Singer (2018) do ensaio republicano, o autor mostra que a presidente tentou empreender uma "limpeza ética" nas empresas estatais e "investiu sobre pontos sensíveis de esquemas consolidados de corrupção envolvendo acordos partidários"

(LIMONGI, 2017. pág. 08). Não sendo possível verificar com exatidão os motivos da ação da presidente, afirma-se que importam as consequências dessas ações para seu futuro político. Essas ações geraram desequilíbrios do governo com sua base congressual e no interior do próprio PT. As raízes do conflito de Rousseff com o PMDB também se situavam logo no primeiro ano do primeiro mandato. Em 2011 ocorreram as primeiras tratativas governamentais para que fosse criada uma base política alternativa ao peemedebismo, tarefa confiada a Gilberto Kassab, que, naquele período, se movimentava na criação do PSD.

Voltando ao ano de 2015, Limongi (2017) observa que Cunha sabia, quando aceitou o pedido de *impeachment*, que teria apoio na base governista. A adesão de Michel Temer ao que entendemos como um golpe parlamentar, naquela conjuntura já bastante citado nas investigações da Lava Jato, foi a "senha" para que os políticos ameaçados pela operação se mobilizassem para depor o governo Dilma. Temer e Cunha esperavam conseguir proteção a si próprios e aos aliados. Naquele período, na avaliação deste autor, o que importava para as lideranças partidárias era encontrar as bases de um acordo de proteção em relação ao avanço da Lava Jato e era baseado nesse cálculo que eles optaram por apoiar ou não a deposição de Dilma. Fazendo um reparo crítico ao argumento do autor, pontuamos que seria muito difícil um conjunto de partidos depor um presidente por intermédio de um processo de *impeachment* apenas para se desvencilhar de investigações policiais. Sem o apoio de determinadas classes e frações de classe e sem neutralizar outras classes e frações, esses parlamentares seriam submetidos a grande pressão social e dificilmente teriam êxito na empreitada. Portanto, é fundamental analisar a relação entre a ação delineada dentro do Parlamento e as forças que a sustentam na sociedade.

Marcus Ianoni (2017; 2018), embora considere relevante as contribuições metodológicas e teóricas advindas da matriz institucionalista, entende ser insuficiente a análise de autores como Limongi e reflete sobre a necessidade de a Ciência Política apresentar uma abordagem ampliada das coalizões que leve em conta, não apenas o aspecto institucional, mas também o sócio-político. O autor (IANONI, 2017. p. 135) observa que a abordagem dominante sobre coalizações na Ciência Política brasileira desenvolveu-se na área de estudos sobre o Legislativo. Essa área de estudos apoia-se em um tipo de análise exclusivamente institucional, o que pode, segundo o autor, ser reducionista, "porque sua análise tende a desconsiderar ou a tomar como dadas a sociedade, a economia e a conjuntura nacional". Avalia-se que é fundamental o estudo das instituições, contudo, deve-se levar em conta o risco de uma abordagem excessivamente endógena e, além do mais, essas análises poderiam enriquecer-se bastante caso trabalhassem mais com os fatores exógenos à disputa entre Legislativo e o

Executivo. Da mesma forma, o autor pondera que as análises sociopolíticas, especialmente as de tendência marxista, poderiam ganhar força caso incorporassem à sua construção teórica a análise das instituições de Estado.

Ianoni (2017. pág. 136) observa que a abordagem institucional dominante na Ciência Política brasileira vem desconsiderando os fatores externos às instituições formais para explicar as ações e decisões políticas, assim como para a análise da origem e do funcionamento dessas instituições. A proposta de Ianoni no artigo é reparar esse déficit e recuperar, sem descurar das importantes contribuições advindas da tradição institucionalista, aspectos sociológicos e políticos referentes às coalizões sociais. Uma dificuldade nessa forma ampliada da análise das coalizões, pondera o autor, é o seu caráter muitas vezes informal e o fato de englobar domínios distintos como a ordem econômica, o processo político, o equilíbrio de forças entre os atores sociais, a opinião pública etc. Argumenta-se que as coalizões social e partidária são distintas e possuem graus próprios de autonomia e ao mesmo tempo de intersecção.

Acerca da crise política do *impeachment* de Dilma Rousseff, o autor observa (2017. p. 143) que a partir da conjuntura de 2013, iniciou-se um processo simultâneo tanto no âmbito sociopolítico quanto no âmbito político-institucional que logrou enfraquecer profundamente a "coalizão social-desenvolvimentista" que teve papel diretivo fundamental nos dois mandatos de Lula e no primeiro de Dilma. Para Ianoni, a deposição de Rousseff foi uma operação engendrada pelo Congresso Nacional, pelas elites da burocracia pública, pelo capital organizado oligopolicamente em setores fundamentais, por setores conservadores das classes médias que se mobilizaram em manifestações de rua pelo impedimento e pela opinião pública, sendo essa coalizão uma evidência significativa da adequação da abordagem ampliada das coalizões. Nesse sentido, o programa neoliberal encarnado no programa *Uma Ponte para o futuro* foi o elemento capaz de unificar na coalizão pró-impedimento instituições como o PMDB, o PSDB, as elites da burocracia pública (Judiciário, TCU, Polícia Federal e Procuradoria-Geral da República) e movimentos sociais de direita como o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*. Essa coalizão ganhou adesão de setores empresariais representados pela FIESP e pela FEBRABAN. Essas instituições não estiveram no movimento desde o início. Segundo o autor, esse processo de construção desta ampla coalizão ilustra como as relações entre política e economia podem ser tortuosas e defasadas (IANONI, 2017. p. 179).

Apresentados sinteticamente o argumento dos autores, é importante estabelecer um exercício comparativo entre os textos citados. Uma primeira questão é que, pelo fato de serem analistas de correntes teóricas distintas, o que os autores entendem como o escopo de explicação da Ciência Política já se diferencia. Por exemplo, Boito, por conta de sua filiação teórica ao

marxismo de matiz althusseriano, compreende que para explicar a crise política é necessário analisar a situação a partir de uma articulação que envolva as dimensões políticas, econômicas e ideológicas do processo. Por outro lado, Fernando Limongi, cientista político bastante influenciado pela *political science* norte-americana, restringe o estudo da Ciência Política ao das instituições políticas e ao processo de tomada de decisão por parte dos agentes nela inseridos. O próprio autor, no início de seu texto (LIMONGI, 2017. p. 05), afirma que certamente a crise política possui causas múltiplas que influenciaram no desfecho da situação, mas não vai se obrigar a explicá-las.

Sobre a explicação da crise em si, Singer (2018) e Limongi (2017) concordam que Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, buscou fazer indicações de caráter mais técnico para os cargos de Estado e isso atraiu a hostilidade dos partidos de sua coalizão, sobretudo do PMDB, eleito pela presidente como o símbolo maior da política clientelista. Para ambos os autores, esse fato influenciou na postura aguerrida que estes partidos tiveram no processo de *impeachment*, não por acaso, todos votaram majoritariamente pela deposição da presidente. Uma distinção importante é que Singer (2018) pondera que os parlamentares esperaram a ocasião propícia, que acabou sendo a perda de apoio do governo na burguesia nos anos de 2015 e 2016, enquanto Limongi (2017) não menciona o nexo entre estes dois fenômenos e dá maior peso para o fato de os deputados estarem procurando proteção contra a operação Lava Jato. Pondero que a análise de Limongi (2017) é relevante para se pensar a crise no âmbito da institucionalidade política, contudo, pelo fato de não trabalhar com as dimensões sociais e econômicas do processo, o texto acaba tendo um *approach* interpretativo excessivamente endógeno.

Boito (2018) e Ianoni (2017) concordam que a coalizão responsável pela deposição de Dilma Rousseff foi ampla e envolveu diversos segmentos da sociedade como os movimentos de classe média, camadas do Judiciário, do Ministério Público, as diferentes frações da burguesia etc. Boito utiliza os conceitos de *força dirigente* e *classe apoio*. O primeiro conceito refere-se à classe ou fração de classe que define os objetivos da luta política e o segundo refere-se à classe ou fração que apoia determinado processo por razões basicamente (embora não seja apenas isso) ideológicas. No caso da luta pela deposição de Rousseff, este autor entende que a força dirigente era o capital internacional e a burguesia associada, enquanto a classe apoio era a alta classe média. A análise de Boito (2018) possui o mérito de tratar de forma refinada do papel das classes e frações de classes sociais no processo político da crise e esta é a principal contribuição de suas teses. Neste trabalho, que se desenvolve teoricamente a partir do que

podemos denominar *escola de Campinas*[14], pretendemos enfatizar a relação entre o comportamento das classes e frações de classe e a dinâmica política e partidária.

Deve-se dizer que essa dissertação insere-se numa linha de pesquisa mais ampla que tem procurado analisar as relações das diferentes frações da burguesia com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e com os governos dirigidos pelo PT (2003-2016). Essa linha já produziu diversas teses e dissertações sobre diferentes aspectos desse tema geral e conta atualmente com diversos mestrandos e doutorandos empenhados em dar seguimento ao aprofundamento do tema. Foram pesquisados ou estão sendo pesquisados a relação de diferentes segmentos e frações burguesas com esses governos: o agronegócio e seus diferentes segmentos, a indústria, os bancos, o capital nacional e estrangeiro, o grande e o médio capital, enfim, segmentações diversas e que se entrecruzam criando uma situação muito complexa para o estudo das frações burguesas – entendidas não apenas como um fenômeno econômico, mas também político. Quando falamos de fração estamos designando não apenas um setor com base econômica similar em relação a um determinado atributo – grande capital, ou capital nacional, ou capital financeiro etc. – mas também um setor que se unifica, e essa é a dimensão política do conceito de fração, em torno de um programa de reivindicações próprio. Pois bem, uma dimensão que foi pouco explorada pelos pesquisadores dessa linha é aquela referente à atuação dos partidos políticos. A minha pesquisa objetiva contribuir especificamente nesse terreno.

Metodologia de pesquisa

O primeiro passo em minha pesquisa foi a seleção do material que seria analisado. Optei por fazer o levantamento jornalístico concernente ao período predominantemente no Jornal *Folha de São Paulo*, motivado pelo fato de este ser um jornal diário, de amplitude nacional, com um noticiário político demasiado extenso e um arquivo de buscas bastante organizado, o que facilita a coleta de dados. Embora tenha utilizado preferencialmente o periódico acima citado, também usei como fontes complementares os jornais *O Estado de São Paulo, O Globo, Valor Econômico*, os portais de notícias *G1*, *Uol* e a revista *Exame.* Foram analisados documentos oficiais de associações empresariais e do próprio PMDB. Este conteúdo encontra-se nos sítios *online* das organizações.

[14] Berringer (2020) denomina "Escola de Campinas" o conjunto de autores que, mobilizando conceitos poulantzianos como *bloco no poder*, *fração burguesa* e *burguesia interna*, analisaram o processo político brasileiro a partir de sua relação com o desenvolvimento capitalista no país. Segundo a autora, o trabalho fundante da escola é tese de Livre-Docência de Décio Saes de 1985 intitulada *A Formação do Estado Burguês no Brasil* e seu prosseguimento deu-se por meio das pesquisas de estudiosos como Angelita Matos Souza, Armando Boito, Renato Perissinoto e muitos outros pesquisadores nas décadas posteriores.

Em um segundo período, após a leitura atenta do material selecionado, busquei organizá-lo por temas, por exemplo, questões de ordem mais diretamente político – parlamentar e de ordem social e econômica. Posteriormente, constitui uma detalhada linha do tempo acerca dos acontecimentos políticos e econômicos do período. O conhecimento dos fatos em sua sequência correta e nas circunstâncias em que ocorreram me deram a possibilidade de aferir os nexos causais entre os eventos de forma mais precisa. Por fim, a partir da organização e observação dos dados, busquei engendrar a interpretação desta pesquisa no que se refere à participação do PMDB na crise política do segundo governo Rousseff e em seu impedimento.

A ferramenta fundamental aqui mobilizada foi a análise de conteúdo. É importante salientar que os departamentos de Ciência Política norte-americanos tiveram papel importante no desenvolvimento desse dispositivo de pesquisa, que se caracteriza por historicamente oscilar entre a busca pelo rigor da objetividade e a criatividade de tipo subjetiva, que se relaciona com a intenção do pesquisador (a) de alcançar o oculto, o não-aparente (BARDIN, 2008. págs. 11, 18 e 31)

Para além do seu papel descritivo, a função ou objetivo da análise de conteúdo é a produção de inferências. A base para a produção destas são os indicadores de frequência e os indicadores combinados que objetivam, fundamentalmente, chegar às causas ou até mesmo aos efeitos de determinado processo**.** Em nosso caso, vale destacar a função heurística da análise de conteúdo porque esta enriquece o trabalho exploratório e eleva as chances de descobertas (BARDIN, 2008. págs. 23 e 31). Nesse sentido, pode-se dizer que a análise de conteúdo se define pela busca em conhecer as realidades desconhecidas que estão por trás das palavras emitidas por determinado agente, sendo, nesse caso, o texto ou documento um meio para tal (BARDIN, 2008. p. 45).

O processo de análise de conteúdo possui três estágios fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados obtidos. A pré-análise, em geral, possui três fases: a-) escolha dos documentos que serão analisados; b) a construção das hipóteses e objetivos da pesquisa; c-) elaboração dos indicadores que poderão servir de fundamento para a interpretação. Em seguida, a exploração do material refere-se à fase de codificação do material pesquisado. Por fim, o tratamento dos dados configura-se como o período da pesquisa em que se sintetiza os resultados e apresenta-se uma interpretação científica e rigorosa do fenômeno. Salienta-se que reportar-se ao contexto em que determinado material foi produzido é analiticamente muito importante (BARDIN, 2008). Por exemplo, foram relevantes em nossa pesquisa a análise da articulação política presente no lançamento de documentos como a

Agenda Brasil encampada pela bancada do PMDB do Senado em agosto de 2015 e a *Ponte para o Futuro* de outubro de 2015.

Quanto à categorização, este é um processo definido por Laurence Bardin (2008. p. 146) como de tipo estruturalista e que envolve duas etapas: o isolamento dos elementos (inventário) e a organização do material analisado (classificação). Pontua-se que o processo classificatório é consideravelmente importante na pesquisa científica de uma forma geral. A análise de conteúdo parte da premissa que o processo de categorização dos dados (passagem destes do estado bruto para o estado da organização) não insere desvios (por excesso ou recusa) no material, mas nos possibilita acessar indícios ocultos já presentes nos dados em nível bruto.

***

O primeiro capítulo é um resumo breve da origem e trajetória do PMDB, passando pela Ditadura militar, governo Sarney, década de 1990 e governo Lula. No segundo capítulo, procedi uma contextualização econômica, política e social do primeiro governo Dilma, de forma a introduzir as origens da crise de 2015-2016. No terceiro capítulo, analisei o período decorrido entre a reeleição de Dilma em outubro de 2014 e o rompimento oficial de Eduardo Cunha com o governo em julho do ano seguinte, entrando propriamente no tema desta dissertação. No quarto capítulo, procurei descrever o agravamento da situação de instabilidade política no segundo semestre de 2015, que culminou na saída de Temer da articulação política do governo, na confecção do programa *Uma Ponte para o Futuro e* na aceitação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff no início de dezembro de 2015. No quinto capítulo, tratei do período de crise política, isto é, quando uma frente policlassista, parte da burocracia estatal – destacando-se os membros da operação Lava Jato – e o Congresso Nacional lograram êxito na deposição interina de Dilma Rousseff. Por fim, descrevo a montagem da coalizão do governo Temer, suas primeiras medidas econômicas e um novo conjunto de contradições que emergiu na cena política com sua chegada ao Executivo.

1. O PMDB: surgimento, metamorfoses e consolidação

Neste capítulo, buscamos reconstituir, de forma breve, o histórico do PMDB, desde sua fundação como MDB após o AI-2 da Ditadura Militar que instituiu o bipartidarismo. A apresentação se inicia com a organização do partido, discute os êxitos eleitorais da década de 1970 e a oposição "consentida" do partido ao então regime vigente, passa pelas transformações da década de 1980 durante os governos Sarney e a Assembleia Nacional Constituinte, culminando na participação do partido tanto na coalizão dos governos FHC quanto dos governos Lula. No último período sucedeu-se uma perda de capacidade de disputa hegemônica por parte do partido, o que se elucida com o fato de ter deixado de apresentar candidatos em eleições presidenciais. Todavia, o PMDB manteve seu protagonismo tanto na arena parlamentar em todos os âmbitos quanto nas eleições para executivos estaduais e municipais.

1.1. Emergência e oposição parlamentar ao regime militar

O surgimento do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) deu-se em uma conjuntura política bastante particular. Derrogado o sistema político-partidário estatuído entre 1945 e 1964 – a partir da promulgação do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965[15] – foram instaurados, pelo próprio governo vigente, produto do golpe militar de 1964, o partido situacionista, a Arena (Aliança Renovadora nacional), e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A criação do bipartidarismo possuía dois objetivos fundamentais: a-) a construção de uma maioria parlamentar sólida e completamente subordinada ao Executivo, o que não havia sido possível com a manutenção dos partidos políticos anteriores ao golpe de Estado como PSD, PTB e UDN; b-) a simulação por parte do regime de uma democracia efetiva com Parlamento aberto e presença da oposição (KINZO, 1988).

A Arena aglutinou, majoritariamente, egressos da UDN e do PSD, enquanto o MDB agregou, sobretudo, políticos do PTB[16]. Assevere-se que as principais lideranças políticas deste partido haviam sido cassadas no primeiro ato institucional engendrado em abril de 1964 e a oposição encontrava-se desnorteada e desprovida de seus quadros mais experientes e ativos. Ademais, a luta política transcorria-se, naquele período, em situação de flagrante desigualdade; afinal, nem mesmo se podia contar mais com franquias democráticas basilares porque já havia

[15] Exasperado por conta das vitórias de candidatos não-alinhados com a Ditadura militar vigente, casos de Israel Pinheiro (PSD) em Minas Gerais e Negrão de Lima (PSD) no então estado da Guanabara, o governo editou o ato institucional nº 2 que extinguia o pluripartidarismo e as siglas até então existentes (GORENDER, 1987). Ademais, o decreto aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal - de forma que o regime pudesse controlar politicamente aquela corte -, possibilitou ao Executivo intervir nos estados e municípios sem o beneplácito do Congresso Nacional e permitiu a decretação do estado de sítio sem aquiescência do Legislativo por até 180 dias.

[16] 64% dos membros do MDB na Câmara Federal eram oriundos do PTB e 29% do PSD (KINZO, 1988. págs. 31 e 32).

se passado de um regime democrático-burguês para uma Ditadura Militar, ou seja, o poder decisório encontrava-se nas mãos de um ramo específico da burocracia de Estado – as Forças Armadas – e o Legislativo configurava-se apenas como um apêndice do Executivo, sem qualquer autonomia própria[17] (GORENDER, 1987; MARTINS FILHO, 2020).

A Lei orgânica dos partidos políticos de 1965 exigia que Arena e MDB se constituíssem em pelo menos metade dos estados do país. A formação de um diretório regional era condicionada à criação de diretórios municipais em pelo menos um quarto dos municípios daquele estado. Ademais, exigia-se que os diretórios municipais realizassem convenções com ao menos 20% de participação dos filiados locais para a eleição do Diretório, da Executiva e dos delegados para a Convenção Regional. No final, eram necessárias convenções regionais e uma nacional para a eleição de seus membros. Tal conjunto draconiano de regras, sobretudo naquela conjuntura em que os principais líderes oposicionistas estavam cassados, fez com que o MDB se organizasse com grande autonomia de dirigentes locais. Dessa forma, a construção da organização deu-se a partir dos municípios e não a partir do Diretório Nacional. Afere-se que o empenho na construção partidária fez com que lideranças municipais e regionais ganhassem mais força interna no partido, o que exerceria longa influência na conformação do MDB e se manteria no PMDB; não por acaso, o partido historicamente logrou ótimos desempenhos em eleições locais e sua direção foi fundamentalmente orientada pelos parlamentares da legenda, não tendo uma cúpula centralizada com comando inequívoco (KINZO, 1988; MACIEL, 2014).

Sob o ponto de vista ideológico, o MDB se configurou desde o início como uma organização bastante heterogênea, congregando conservadores, liberais, social-democratas e diversas correntes de esquerda. Funcionando como uma frente ampla, basicamente a identidade emedebista calcava-se na defesa da redemocratização do país. Ademais, o partido dividia-se entre a corrente mais moderada, que buscava atuar dentro dos limites estabelecidos pelo regime e quase subordinando-se a ele, com a expectativa de que tal postura poderia abrandar as resistências castrenses à redemocratização[18] e, por outro lado, a partir da década de 1970,

[17] Na abordagem teórica elaborada por Décio Saes (1987), o regime político democrático - no interior de uma forma de Estado capitalista – define-se pela existência de um Parlamento autônomo, em que a classe dominante pode participar e deliberar ativamente. O regime político ditatorial caracteriza-se pela preeminência completa da burocracia de Estado (civil ou militar) no processo decisório estatal.

[18] É importante assinalar que em diversas cidades e estados o MDB foi formado e dirigido por forças políticas conservadoras que ingressaram no partido apenas por circunstâncias políticas locais. Um caso exemplar é o MDB do Rio de Janeiro, comandado por Chagas Freitas, único emedebista a chegar a um governo estadual enquanto estiveram vigentes as eleições indiretas em âmbito regional. Antigo membro do PSP do ex-governador paulista Ademar de Barros, Chagas Freitas logrou transferir para o MDB sua extensa máquina política clientelista. Inclusive, grande parte dos "moderados" do MDB era proveniente do Rio de Janeiro (DINIZ, 1982).

emergiu uma corrente de deputados mais jovens denominados "autênticos" que defendiam uma oposição mais incisiva no âmbito parlamentar. A despeito disso, o chamado grupo moderado jamais perdeu a direção do partido, sustentando o deputado Ulysses Guimarães, antigo pessedista, como presidente desde 1971 (KINZO, 1988; MACIEL, 2014).

No contexto de fechamento do regime político em 1968 – a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5[19] e o quinquênio de elevado crescimento econômico (1968-1973)[20] – o MDB foi fragorosamente derrotado nas eleições legislativas e para os Executivos municipais entre 1966 e 1972. A Arena gozava, portanto, de maioria ampla na Câmara, no Senado, nos Legislativos municipais, estaduais e prefeituras. No diapasão da nascente política de distensão[21] e da aniquilação da luta armada, a Ditadura permitiu ao MDB maior liberdade de ação no pleito eleitoral de 1974, por exemplo, maiores possibilidades de uso de rádio e televisão. O que acabou revelando-se contraproducente porque o partido alcançou uma vitória política significativa nas cidades mais urbanizadas e industrializadas do país, mormente nas regiões Sudeste e Sul. Segundo Lamounier (1980), observou-se na cidade de São Paulo, durante este pleito, a construção de uma identidade dos eleitores populares com o MDB, identificado como o "partido dos pobres", que se opunha à ARENA, o "partido dos ricos". Os resultados expressivos reverberavam também uma mudança de discurso do MDB: em 1974, pela primeira vez, o partido incluiu com maior densidade em seu discurso questões sociais como o arrocho salarial, a participação demasiada do capital estrangeiro na economia interna e a acachapante desigualdade de riqueza e renda (KINZO, 1988. p. 155).

---

[19] Decretado em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 significou um endurecimento das atividades repressivas do Estado e da centralização política no Executivo, que funcionava, desde 1964, como uma extensão do alto oficialato das Forças Armadas (MARTINS FILHO, 2020). Dentre outras deliberações, o AI-5 franqueava ao presidente o fechamento do Congresso Nacional por decisão monocrática, a cassação de mandatos parlamentares, a cassação dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e erigia obstáculos à garantia judicial de habeas-corpus.

[20] O chamado "milagre brasileiro" foi um período de vigoroso crescimento do PIB e da produção industrial. Em um contexto de expansão do comércio mundial e de fluxos internacionais para o país, a economia nacional alavancou-se de forma robusta, calcada, sobretudo, nos setores produtores de bens duráveis e bens de capital. A participação destacada do capital estrangeiro (via empréstimos e investimentos) teve papel fundamental no processo e, posteriormente, deflagrou a crise econômica da década de 1980. A despeito das elevadas taxas de crescimento, a desigualdade social aumentou no período, ou seja, as classes e frações de classes sociais beneficiaram-se desigualmente do crescimento propiciado pelo chamado milagre (BOCHI et al, 2010. pp. 119-130). Algumas interpretações críticas do período são as obras de Celso Furtado (1974; 1982) e Paul Singer (1985).

[21] A política de distensão "lenta, gradual e segura" foi delineada pela ala militar liderada por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Tal política consistia na adoção de algumas medidas liberalizantes – como o abrandamento da censura prévia aos veículos de comunicação – e uma institucionalização de diversos dispositivos organizacionais do regime que lograsse preparar a saída das Forças Armadas do centro da cena política nacional. A historiadora Maud Chirio (2012. págs. 165-204) e a cientista política Suzeley Kalil Mathias (1995) procedem uma instrutiva análise deste período nos respectivos *livros A Política dos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar* e *Distensão no Brasil: o projeto militar* (1973-1979).

Referindo-se às relações deste partido com as frações da burguesia neste período, Peter Evans (1982) e Boito e Saes (1979) observam que este, no plano político-parlamentar, buscava defender os interesses do pequeno e médio capital nacional, aviltado pela política do regime militar que beneficiava exponencialmente o grande capital monopolista nacional e estrangeiro. Não por acaso, Ulysses Guimarães, em sua anticandidatura à presidência em 1973, quando realizou uma eficiente campanha de agitação e propaganda – pois não havia chance efetiva de vitória no simulacro de eleição parlamentar encenada pelo regime –, criticou o modelo econômico da Ditadura, a participação desmedida do capital estrangeiro e a desnacionalização da indústria (KINZO, 1988. p. 47). Além disso, o vice de sua chapa era o jornalista e jurista Barbosa Lima Sobrinho, defensor histórico de posições nacionalistas no campo econômico. Deve-se observar ainda que, entre 1973 e 1974, o MDB se aproximou de intelectuais críticos vinculados ao CEBRAP, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Paul Singer. O grupo atuou de forma bastante ativa para que o partido apresentasse um programa coeso a nível nacional no pleito parlamentar de 1974 e que tivesse como centro a crítica do modelo econômico da Ditadura e seus efeitos sociais perniciosos[22] (CARDOSO, 2019; SORJ, 2001).

Percebendo a extensão do fenômeno, a Ditadura militar tomou diversas iniciativas para desfazer ou mitigar seus efeitos. Além da mudança das regras eleitorais com a Lei Falcão (Lei. 6.339) instituída em 1976, e a inclusão do chamado "senador biônico" (parlamentar escolhido diretamente pelo regime sem o crivo das urnas) no pacote de abril de 1977, também cancelou as eleições diretas para os governos estaduais que ocorreriam em 1978 e promulgou a reforma partidária de 1979, que encerrou o bipartidarismo e objetivava desconstruir a gelatinosa unidade do MDB. O partido acabou dividido em quatro legendas: o PMDB, o PTB, o PDT e o PP, que acabou, pouco tempo depois, reintegrando-se ao primeiro. É importante observar que o PP foi fundado pelos setores mais moderados do MDB, com destaque para Tancredo Neves. Ademais, surgiu em 1980 o PT, organização que aspirava ser um autêntico partido de classe, representativo dos trabalhadores e organizador de sua luta política (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989). Portanto, a partir de 1982, o PMDB, em realinhamento político importante, paulatinamente, foi se desfigurando da aura de "partido popular" amealhada desde a eleição de 1974 e tornando-se um partido mais conservador, acolhendo diversas correntes

[22] A crítica ao papel excessivo do capital estrangeiro no modelo econômico passou a se fazer mais presente nos discursos emedebistas na Câmara em 1971 e foi um elemento importante do programa partidário aprovado pela Convenção Nacional em 1972 (KINZO, 1988. págs. 139-144).

políticas partícipes da Ditadura Militar (GUILHERME, 2017; MUCINHATO, 2015; MACIEL, 2014).

1.2. Do MDB ao PMDB: contradições internas, indefinições ideológicas e mudanças no padrão eleitoral

Com a reintegração do PP[23], reforçou-se a estratégia de aglutinar em torno do partido antigas frações políticas estaduais e municipais provenientes da Arena, sendo exemplar o caso de José Sarney, antigo presidente do partido da Ditadura que se converteu em peemedebista para disputar o colégio eleitoral como vice de Tancredo Neves em 1985. Simultaneamente, diversas organizações de matiz socialista que encontravam guarida no MDB no período de bipartidarismo deslocaram-se do partido para retomarem suas organizações em condições de legalidade (PCB e PCdoB) ou inseriram-se na construção do Partido dos Trabalhadores, casos de muitos parlamentares "autênticos", como Ayrton Soares, Geraldo Siqueira e Irma Passoni. A eleição de diversos governadores do PMDB nas eleições diretas de 1982 também foi um fator de mudança importante para o partido porque, diferentemente do período anterior, em que a direção da sigla era basicamente concentrada nos parlamentares, os dirigentes estaduais, com o peso das máquinas dos estados, passaram a construir correntes internas de relevo (KINZO, 1988). Portanto, nesta década, a política de patronagem progressivamente tornou-se a tônica do partido, em desfavor da luta pela hegemonia política. As instabilidades do PMDB nesta década, em geral, se relacionam com este processo de metamorfose.

Em 1982, em uma manifestação importante de continuidade da política da década de 1970, isto é, da luta pela hegemonia do pequeno e médio capital nacional, o partido publicou o documento *Esperança e Mudança*, que defendia, dentre outros, um programa em defesa dos interesses destas frações do capital constituído a partir dos seguintes pontos: ampliação do mercado interno por meio da distribuição de renda, elevação real do salário-mínimo, queda dos juros, aumento do crédito, reforma agrária, reforma tributária progressiva, política industrial planejada centralmente, renegociação da dívida externa, nacionalização das riquezas do subsolo, fortalecimento das empresas estatais, política externa autônoma e estreitamento das relações com o países da América Latina (MARINGONI, 2012). Deve-se citar também a participação do PMDB na luta pela aprovação da Emenda do deputado Dante de Oliveira (05-1983), que restabelecia as eleições diretas à presidência no país na campanha das "Diretas Já", e a participação de economistas vinculados ao partido na equipe do ministro da Fazenda Dílson Funaro – cujas políticas heterodoxas e nacionalistas, como o Plano Cruzado, que objetivara

[23] Rafael Mucinhato (2015) realizou uma detalhada e instrutiva análise deste processo em sua dissertação de mestrado.

mitigar a inflação por meio do controle de preços, e a defesa do protecionismo econômico na área da informática, de forma a fomentar um mercado nacional neste setor de alta tecnologia, o que rendeu inclusive sanções do governo Reagan ao Brasil em 1987 (SILVA, 2014) – representavam uma forte contraponto político ao capital estrangeiro.

Porém, à medida em que o governo Sarney via sua popularidade definhar com a debacle dos sucessivos planos econômicos e a piora das condições de vida dos trabalhadores, que se aprofundava desde o final da década de 1970 e a posterior crise da dívida externa na década de 1980, o PMDB solidificava-se cada vez como um partido prioritariamente de patronagem e com um conteúdo político menos progressista. Tal mudança veio acompanhada de modificações eleitorais significativas. Diferentemente das eleições anteriores, em que seus maiores repositórios de votos foram as grandes cidades com elevado grau de urbanização e industrialização, o eleitorado peemedebista passara a ser fundamentalmente o que residia em cidades pequenas localizadas no interior dos estados e possuía baixo nível de escolaridade (MACIEL, 2014). O evento que demarcou esta mudança foi o processo eleitoral de 1986, marcado pelo que Sadek (1989) chamou de "interiorização" do voto no partido. Este processo ficou bastante evidente na cidade de São Paulo, principal polo econômico do país. Constrito entre a direita alinhada ao regime militar expressa pela liderança de Paulo Maluf, uma nova esquerda que emergia vigorosamente com base popular e sindical (o PT) e uma concorrência com forte apelo na classe média escolarizada com o surgimento do PSDB, o partido perdeu espaço na cidade, registrando desempenho bastante aquém em 1988, sendo que já havia sido derrotado no pleito anterior de 1985, quando a candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso soçobrou diante do ex-presidente Jânio Quadros, um outro marco da perda de protagonismo no partido na capital (PIERUCCI, 1989). Como pontua Bizarro (2013. p. 35), a interiorização do voto e a crescente hegemonia de lideranças políticas mais à direita do espectro político foram as mudanças mais significativas do PMDB paulista na década de 1980.

Os realinhamentos e contradições do PMDB também reverberaram no comportamento da bancada do partido na Assembleia Nacional Constituinte. É importante pontuar que aproximadamente um quarto dos constituintes do partido estavam na Arena antes da reorganização partidária de 1979. Um outro dado importante é que o PMDB possuía 53,3% das cadeiras na Assembleia e, junto com o PFL, que tinha 23,8%, formavam uma maioria de 77,1%. Durante os trabalhos da Constituinte, amalgamada ao Executivo comandado por Sarney, conformou-se um amplo bloco parlamentar denominado pela imprensa como "centrão" cujo objetivo era obstaculizar a redação de um texto constitucional com mudanças econômicas e sociais substantivas à esquerda. Este processo acirrou as contradições internas ocorrentes no

PMDB. Segundo Rodrigues (1987), 42,3% da bancada peemedebista compôs o bloco. Analisando a bancada do "centrão" como um partido isolado, Kinzo (1990) assinala que tal bancada foi a mais governista, mais conservadora, menos nacionalista, menos democrática e que menos restrições apresentou ao capital financeiro nas tratativas do texto constitucional.

A emergência do PSDB em 1988, a partir de cisão no PMDB paulista, liderada por nomes como os de Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra, deu-se neste contexto. Justificava-se que a antiga frente de oposição ao regime militar havia se transmutado naquilo que anteriormente criticara, ou seja – uma máquina política disforme ideologicamente, voltada exclusivamente ao atendimento de interesses fisiológicos e paroquiais – e não representava mais um projeto de modernização social e econômica do país[24]. Enquanto o PMDB acelerava seu processo de interiorização e agregava antigas correntes políticas associadas ao regime militar, o PSDB pretendia representar, no plano político, os interesses da classe média urbana e de setores mais dinâmicos da economia capitalista. O discurso do partido na eleição de 1989 foi bastante sintomático; opondo-se ao que entendia ser as velhas práticas políticas eivadas de clientelismo, fisiologismo e protecionismo comercial, a campanha de Mário Covas defendia um "choque de capitalismo", isto é, uma proposta calcada no liberalismo econômico e no rearranjo da burocracia de Estado a partir de parâmetros como a eficiência e a otimização de recursos (SINGER, 2018. págs. 148 e 149)[25].

Neste cenário, no pleito presidencial de 1989, o PMDB viu seu candidato, o presidente da Câmara dos Deputados na Constituinte, Ulysses Guimarães, lograr um desempenho demasiadamente fraco[26]. Com o maior tempo de TV entre os concorrentes (vinte e dois minutos diários), e uma enorme base política erigida na eleição de 1986, quando o partido, na esteira do êxito do plano cruzado, elegeu vinte e dois dentre vinte e três governadores de estado e garantiu amplíssima maioria nas duas casas legislativas, Guimarães obteve diminuta votação de 3.204.932 eleitores (4,73% dos votos válidos) e sua candidatura foi "cristianizada"[27] por

[24] Celso Roma (2002), em instrutivo artigo, apresenta duas hipóteses, a nosso juízo, fundamentalmente corretas sobre o surgimento e os primeiros anos do PSDB: a-) a cisão com o PMDB deu-se principalmente por questões políticas e eleitorais; b-) a aliança com o PFL em 1994 não foi uma operação de pragmatismo político puro, constituiu-se também como uma opção de natureza programática e ideológica.

[25] Na prática, o programa do incipiente partido objetivava defender os interesses do capital internacional, sobretudo o financeiro, e os setores internos que a ele se vinculavam, e opunha-se aos interesses da burguesia nacional de Estado e da burguesia interna, sobretudo sua fração industrial. Contudo, tal política, ainda ocorria de forma inorgânica e difusa. O PSDB passou a representar tais frações burguesas de forma mais orgânica após a consecução do plano real, em meados de 1994 (MARTUSCELLI, 2013).

[26] Nos bastidores do partido, arquitetou-se, com apoio da Fiesp, a candidatura de Orestes Quércia. Contudo, pelo fato de Guimarães não ter renunciado à disputa, seu nome foi apontado, dado seu amplo prestígio político no partido (GUILHERME, 2017. p. 92).

[27] O termo "cristianização", corrente no léxico político nacional, nasceu na eleição presidencial de 1950. Na ocasião, diversas seções regionais do PSD abandonaram seu candidato oficial, Cristiano Machado, e apoiaram,

diversos setores do partido, ou seja, diretórios regionais do PMDB, como o pernambucano dirigido por Miguel Arraes, não apoiaram efetivamente a candidatura oficial e bandearam-se para campanhas de outros candidatos mais robustos eleitoralmente antes do primeiro turno.

Portanto, na eleição presidencial do último ano da década de 1980, o PMDB sedimentou sua condição de partido fragmentado regionalmente, heterogêneo sob o ponto de vista da caracterização ideológica e da representação de interesses, além de excessivamente imiscuído na burocracia estatal por meio da enorme participação em todas as esferas do Legislativo, nos Executivos municipais e estaduais e funcionando como base importante para qualquer governo federal, entretanto, paradoxalmente, sem conseguir propor uma candidatura própria à presidência (GUILHERME, 2017; MACIEL, 2014, MELO, 2013; NOBRE, 2013). É importante refletir em que medida um partido com tais características atua na organização do bloco no poder. Em primeiro lugar, ele não logra representar de forma orgânica os interesses do grande capital internacional. Portanto, o que ele representa? Em nossa avaliação, representa de forma pouco coesa e heterogênea uma teia de interesses que vão desde as frações regionais da burguesia brasileira e recobrem também setores da burocracia de Estado. Estes pontos ficarão mais bem explicados nas próximas seções.

1.3. PMDB e a década neoliberal: apoio parlamentar às reformas econômicas e perda da capacidade de disputa hegemônica

Após a vitória de Collor em 1989, o PMDB adotou uma política de relativo afastamento em relação ao governo, que buscava implementar no país o modelo capitalista neoliberal[28] como forma de superação da crise do Estado Desenvolvimentista[29] que, de variadas formas, durou cinco décadas, de Vargas até a crise da década de 1980 no governo ditatorial-militar de

com expectativa de participação no futuro governo, o favorito Getúlio Vargas da coligação PTB-PSP. Desde então, sempre que tal fenômeno se replica, como nas candidaturas presidenciais de Ulysses Guimarães em 1989 e Orestes Quércia em 1994, jornalistas e analistas recorrem ao vocábulo.

[28] A corrente neoliberal, enquanto empreendimento teórico, desenvolve-se, na década de 1940, a partir do trabalho do economista austríaco Friedrich Von Hayek e dos autores posteriormente congregados na *Mont Pelerin Society*, como Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Karl Popper e outros. Esses autores caracterizavam-se pelas intensas críticas ao *Welfare State*, então predominante no continente europeu, brandindo argumentos contra sua ineficácia econômica e seus efeitos nocivos sobre os valores e comportamentos individuais, disputando, nesse sentido, não apenas no campo do debate econômico, mas também na arena ideológica de forma mais ampla. Relegadas ao ostracismo acadêmico e político durante décadas, as ideias da corrente neoliberal aumentaram sua presença no debate teórico e político na década de 1970, quando o modelo do *welfare State* passou a apresentar crescimento econômico declinante e aumento das taxas de inflação. A solução propugnada pelos neoliberais assentava-se em alguns pontos fundamentais: o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos e a drástica redução nos gastos sociais do Estado (ANDERSON, 1995; DARDOT e LAVAL, 2015; MORAES, 2002).

[29] O conceito de Estado Desenvolvimentista refere-se à política econômica e à ideologia que concebem a industrialização - fomentada pelo Estado - como a forma de superação do subdesenvolvimento. Esse modelo, com diversas variações, norteou a política de Estado brasileira da década de 1930 com a ascensão de Vargas ao governo até a crise da década de 1980, que acabou sendo terminal e abrindo o espaço para que as forças sociais interessadas na implantação do modelo capitalista neoliberal ganhassem proeminência política. Sobre este conceito, consultar os trabalhos do cientista político Renato Perissinoto (2014) e do economista Ricardo Bielschowsky (1995).

Figueiredo e no civil de José Sarney. Um item fundamental desta política – a ampla abertura comercial – pelo fato de inserir no mercado nacional produtos produzidos no exterior a menor custo e, por essa razão, mais baratos que os locais, granjeou paulatinamente a insatisfação dos setores industriais vinculados à burguesia interna, que o capitalismo neoliberal lançava em uma posição secundária no bloco no poder, se comparado com as décadas precedentes. Segundo a análise de Martuscelli (2013. págs. 87-147), com a qual concordamos, as medidas de Collor que atingiam tanto a burguesia interna, fundamentalmente o setor industrial, quanto as classes trabalhadoras e médias geraram uma substantiva insatisfação difusa e seletiva contra a implantação do modelo neoliberal, que acabou culminando no processo de *impeachment* do presidente deflagrado em 1992, após denúncias de corrupção associadas a Collor e ao empresário Paulo César Farias, seu auxiliar direto desde a campanha presidencial[30].

O vice de Collor, Itamar Franco, antigo quadro do MDB mineiro, que se filiara ao PRN por conta da campanha presidencial de 1989, assumiu a presidência e, refiliado ao PMDB, prosseguiu com a implantação do modelo capitalista neoliberal, contudo, de forma mais moderada que seu antecessor e buscando uma reaproximação com as frações internas da burguesia brasileira. Ademais, diferentemente de Collor, Itamar foi exitoso na configuração de uma base congressual mais articulada que envolveu o PSDB, PFL, PMDB, PTB e o PSB. A ausência de uma base parlamentar sólida e a atuação voluntarista de Collor reforçaram a concepção que a formação de bases parlamentares muito amplas seria fundamental para a manutenção e estabilidade de qualquer governo (GUILHERME, 2017. p. 93).

Conquanto, a persistente hiperinflação serviu como justificativa para que o modelo capitalista neoliberal ganhasse alavancas mais sólidas com a aprovação do plano real em meados de 1994, fato que catapultou Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, à vitória na eleição presidencial contra Lula, ainda no primeiro turno. No pleito de 1994, como em 1989, o PMDB lançou um nome próprio à presidência da República, no caso, o ex-governador paulista Orestes Quércia. O nome não era consenso no partido e gerou enorme celeuma interna, dessa forma, diversos diretórios regionais ignoraram o ex-governador e apoiaram, na prática, a candidatura de Cardoso e, minoritariamente, a de Brizola e Lula (GUILHERME, 2017; MACIEL, 2014).

O programa de governo de Quércia, que contou com a colaboração de economistas de matiz desenvolvimentista e de antiga relação com o partido desde o período do MDB, como Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, era avesso aos itens fundamentais do

[30] Brasilio Sallum Jr. e Guilherme Casarões (2011) apresentam um instrutivo balanço bibliográfico sobre o *impeachment* de Collor.

programa neoliberal, como austeridade fiscal, abertura comercial e privatizações. Ao contrário, propunha a criação de uma Agência de Desenvolvimento Social dos Municípios, cujo objetivo era a promoção de políticas de saúde, educação, habitação e reforma agrária. Ademais, Quércia fez inúmeras críticas ao plano real, avaliando-o como eleitoreiro[31]. É importante pontuar que tal programa ainda reverberava uma tentativa de organização de uma plataforma política de interesse do pequeno e médio capital nacional, entretanto, o horizonte de luta pela hegemonia política era cada vez menos presente nesta fração burguesa, em posição cada vez mais periférica na economia brasileira, o que se acentuaria muito com o tripé desnacionalização, desindustrialização e financeirização da economia, propulsionado pelos governos FHC.

Registrando desempenho fraco na eleição presidencial – Quércia obteve 2.772.121 votos, ou seja, 4,38% dos votos válidos – o PMDB integrou-se à base legislativa do governo Fernando Henrique Cardoso e indicou o nome de Cícero Lucena para a Secretaria de Integração Regional. Ciente que a ausência de suporte do PMDB no Congresso poderia trazer obstáculos na tramitação dos projetos, Cardoso aliou-se ao senador Jader Barbalho e ao deputado Michel Temer, assim, firmando uma aliança que, a despeito de descompassos e dificuldades, provou-se estável. Dessa forma, não mais representando um programa de hegemonia do pequeno e médio capital nacional, como na década de 1970, o PMDB progressivamente, ainda que com conflitos e contradições, ocupou-se de participar da coalizão governista, o que garantia o acesso aos cargos governamentais, como os Ministérios, além de participação nos recursos centralizados pelo Executivo, como as emendas parlamentares.

Segundo Maciel (2014. p. 95), deputados da base governista possuem maiores chances de terem aprovadas e executadas suas emendas parlamentares. A execução de medidas orçamentárias possui significativa relação com a continuidade das carreiras políticas porque é por meio das emendas que faz ao orçamento para atender as demandas particulares de sua base eleitoral que o parlamentar consegue acúmulo político para a reeleição. Dessa forma, entendemos que o PMDB não rompeu suas relações com o pequeno e médio capital nacional durante os anos 1980 e 1990, porém, tal relação mudou qualitativamente. Nesse sentido, o PMDB não mais se apresentava na cena política um programa de hegemonia desta fração, mas, adaptando-se ao próprio fato desta ter renunciado a disputa hegemônica, conformou-se em sustentar a implementação do modelo capitalista neoliberal, buscando mitigar apenas os efeitos mais deletérios para alguns setores e atendendo seus interesses locais, por exemplo, por meio das citadas emendas parlamentares.

[31] Verbete Orestes Quércia, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.

O primeiro mandato de Cardoso, segundo Boito (1999; 2018), caracterizou-se como uma ofensiva política no sentido de implementação e consolidação do modelo capitalista neoliberal no país, desta forma, priorizando os interesses do grande capital internacional e da burguesia associada em detrimento da burguesia interna e dos interesses das classes médias e trabalhadoras. Se por um lado, a política de abertura comercial, elevação de juros e valorização cambial atendia frações específicas da burguesia – no caso, a que exercia hegemonia no bloco no poder – o desmonte de políticas sociais e trabalhistas atendia de forma homogênea os interesses da classe burguesa e unificava-a em torno do projeto político governista, ainda que com contradições no seio do processo. A política de privatizações, da mesma forma que a política econômica, conferia benefícios desigualmente para o conjunto da burguesia; por exemplo, a pequena e média fora alijada do processo.

O PMDB sustentou as medidas de Cardoso na Câmara Federal, contudo, segundo Jairo Nicolau (2000), foi, junto com o PL, o partido mais infiel da base governista entre 1995 e 1998. Enquanto partidos como o PSDB, o PFL e o PTB ostentavam níveis de adesão à orientação do Executivo de respectivamente 77,5%, 77,3 % e 70,4%, o PMDB apresentava modesta média de 63,1%, tornando-se a dissidência nas votações um dado regular do comportamento do partido no Legislativo durantes os mandatos de FHC (MACIEL, 2014). Na análise de Nicolau (2000), o percentual do PMDB, em geral mais baixo que a média governista, explica-se por características de sua própria estrutura organizacional – ou seja, maior presença de conflito doutrinário, de grupos reticentes ou mesmo oposicionistas ao governo e menor punibilidade em relação aos dissidentes. Dessa forma, pode-se sugerir – a título de hipótese – que, diferentemente de partidos como PSDB e PFL, o PMDB era mais poroso aos interesses da antiga burguesia nacional de Estado[32] que possuía papel dirigente nas estatais ameaçadas de privatização e da pequena e média burguesia prejudicada pela política econômica. Por exemplo, na importantíssima votação em junho de 1995 a respeito da quebra do monopólio estatal do petróleo, aprovada na Câmara e no Senado, o partido foi, de longe, o mais dissidente no interior da base governista[33].

[32] A burguesia nacional de Estado é a camada burocrática dirigente das grandes empresas estatais. Enquanto fração da burguesia interna brasileira, essa camada foi prejudicada pela política neoliberal delineada na década de 1990 (abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações) e, diferentemente do período desenvolvimentista, ocupou um espaço bastante secundário no bloco no poder. No período do governo Lula, o PMDB dividiu-se em três alas: uma governista, outra ligada ao grande capital internacional e uma terceira associada ao médio capital e à burguesia nacional de Estado (BOITO, 2018. págs. 31, 34 e 48).

[33] Para mais informações sobre as votações no Senado e na Câmara a respeito da medida, consultar as seguintes matérias jornalísticas: a-) Cai monopólio do petróleo. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de junho de 1995; b-) Senado extingue monopólio da Petrobras. Folha de São Paulo, 09 de novembro de 1995; c-) Tumulto marca a 2ª votação do petróleo. Folha de São Paulo, 21 de junho de 1995.

Em artigo sobre a composição das bancadas parlamentares na 51ª Legislatura que iniciara seus trabalhos em 1999, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues (2002) assinala que o PMDB, diferentemente de partidos como o PPB e o PDT, era bastante heterogêneo no que tange às ocupações profissionais pretéritas de seus parlamentares. A maior parte de seus quadros originava-se do meio empresarial (47% da bancada), porém, parcela significativa era composta por funcionários públicos (aproximadamente 25%), com presença importante de ex-altos funcionários de administrações estaduais. Completando o perfil da bancada, menciona o autor a ausência de parlamentares oriundos do trabalho assalariado (manual e não-manual), algo bastante típico de partidos localizados à direita do espectro político. Embora majoritária, registre-se que a ala empresarial da bancada tinha um grau de dificuldade em produzir consenso nos posicionamentos do partido nas votações porque, ainda que não fossem maioria, os professores, funcionários públicos de outros setores e profissionais liberais tinham expressão na bancada. A heterogeneidade de sua composição, na avaliação de Rodrigues (2002), fazia com que o partido tivesse mais dificuldades em definir uma linha política, garantir a disciplina parlamentar e mitigar os conflitos internos.

No pleito presidencial de 1998, a fragmentação do PMDB novamente impediu que o partido adotasse uma posição coesa no curso do processo eleitoral. Dividido entre a ala que defendia a candidatura própria, no caso, a do ex-presidente Itamar Franco, posição do presidente do partido à época, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), e a ala majoritária que defendia o apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, o partido acabou não lançando candidato e nem integrando oficialmente a coalizão de FHC. É importante ressaltar que o deputado Michel Temer (PMDB-SP)[34] ocupou a presidência da Câmara em dois biênios (1997-1998 e 1999 - 2000) e foi um importante aliado do governo FHC, liderando votações relevantes como a emenda da reeleição em 1997, a privatização da Vale do Rio Doce no mesmo ano e recusou seguidos pedidos de abertura de processo de *impeachment* de FHC em 1999 (GUILHERME, 2017). A Executiva Nacional do PMDB, dirigida por Paes de Andrade, deliberou contrariamente às emendas da reeleição e da privatização da Vale do Rio Doce. Contudo, o partido, majoritariamente, sob o comando legislativo de Temer e do senador Jader Barbalho, garantiu o apoio às medidas. Nesse contexto, Barbalho assumiu a presidência do PMDB em setembro de 1998 e Cardoso nomeou mais nomes do partido para o Ministério: Renan Calheiros

[34] Tendo ocupado a secretaria de Segurança Pública no governo do futuro tucano Franco Montoro (1983-1986), Temer era bastante próximo do partido desde a década de 1980 e, diferentemente de Orestes Quércia, antigo dirigente do PMDB no estado de São Paulo, era muito mais associado ao modelo econômico neoliberal, tendo sido o relator da reforma previdenciária de Cardoso em 1995.

para a pasta da Justiça, Eliseu Padilha para os Transportes, Moreira Franco para a assessoria presidencial e Romero Jucá para a vice-liderança do governo no senado (GUILHERME, 2017. p. 95).

Segundo Boito (1999. p. 16), a ala do PMDB que se opunha ao governo, dirigida por Itamar Franco, relacionava-se politicamente com a fração industrial da burguesia interna, que se encontrava insatisfeita com o desenvolvimento da política econômica de FHC, que atendia prioritariamente os interesses do capital estrangeiro e da burguesia associada. Itamar, então governador de Minas Gerais, chegou a referir-se ao governo federal como o "mais entreguista da história contemporânea" (OLIVEIRA, Valéria 2000). Durante o segundo mandato de Cardoso, diferentemente do primeiro em que se conseguiu levar a frente um amplo programa de reformas neoliberais que remodelaram institucionalmente o Estado com massivo apoio da grande burguesia e dificuldades muito acentuadas para a oposição popular e sindical, o desgaste político do Executivo ampliava-se em um contexto de crise cambial, aumento da insatisfação de setores da burguesia interna com o programa neoliberal e reativação – ainda que tímida – da luta sindical e popular, tendo o MST um papel destacado no período. Assevere-se que duas entidades sindicais, uma patronal e uma de trabalhadores – no caso, a Fiesp e a Força Sindical –, que haviam apoiado o programa de reformas neoliberais, aumentaram as críticas, respectivamente, contra os efeitos desindustrializantes da política econômica e o incremento da taxa de desemprego causado pela abertura comercial e o fechamento de empresas (BOITO, 2018. págs. 68 e 69).

Assim como no primeiro mandato, o PMDB manteve-se na base governista, contudo, com maiores dissidências internas que os demais partidos da coalizão e com o grupo dirigido por Itamar Franco planejando novamente sua candidatura no pleito presidencial de 2002 e fazendo críticas de veio nacionalista ao governo FHC. Dividido entre a ala governista (Moreira Franco, Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves, Eliseu Padilha) e o grupo de Itamar, o PMDB elegeu em 2001 um novo presidente, o deputado Michel Temer, da primeira corrente, ratificando, assim, a hegemonia da ala governista no comando do partido. Naquele ano, em meio às conflagrações entre o Executivo e o PFL, o PMDB ganhou maior peso na coalizão e, diferentemente de 1998, logrou apoiar oficialmente a chapa presidencial do PSDB, indicando a deputada capixaba Rita Camata como vice na chapa de José Serra (MACIEL, 2014).

1.4. PMDB nos governos Lula: divisão partidária, disputas e aliança nacional

Em um contexto de crescente insatisfação popular, devido ao quadro de desemprego e estagnação econômica, a chapa situacionista acabou sendo derrotada por Lula no segundo turno da eleição presidencial. Ainda antes da posse do novo presidente, Temer e Eunício Oliveira

tentaram articular com o então ministro José Dirceu o ingresso do partido na base governista, contudo, a opção inicial de Lula foi montar uma coalizão com siglas historicamente mais alinhados ao partido (PDT, PSB e PCdoB) e aliar-se, circunstancialmente, com siglas conservadoras de menor expressão (GUILHERME, 2017. p. 96). O primeiro Ministério de Lula caracterizava-se por uma sobrerrepresentação de filiados ao PT, o que gerava uma coalizão pouco sólida e excessivamente fragmentada; o PMDB, que naquele momento somava 14,4% da Câmara, foi excluído (AMARAL, 2010. p. 186).

A despeito da opção do Executivo, segundo Singer (2018. págs. 180 e 181), no ano de 2003, o PMDB chegou a aprovar oficialmente a participação na base do governo, entretanto, por razões pouco elucidadas, o pacto rompeu-se rapidamente. Porém, em paralelo, o governo conseguiu aliar-se ao chamado "PMDB do Senado", grupo que não se relacionava diretamente com o de Temer, e incluía nomes como José Sarney, Maguito Vilela, Orestes Quércia e Roberto Requião. Este grupo atraiu para a órbita governista nomes como dos senadores Amir Lando, Renan Calheiros, Romero Jucá e o presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Nesse contexto, Lula indicou, no final de 2004, Lando para o Ministério da Previdência e Eunício Oliveira para as Comunicações (GUILHERME, 2020. p. 96).

A política econômica demasiadamente restritiva dos primeiros anos de governo atingiu os interesses dos parlamentares, com destaque para a declinante execução de emendas dos deputados ao orçamento, o que prejudicou na tentativa de barrar CPIs incômodas ao Executivo. Para uma comparação, Miranda (2006) observa que o governo FHC executou 40,9% e 64% das emendas parlamentares entre 1996 e 1997 e Lula, entre 2003 e 2004, executou apenas 18,5% e 36,9%; ou seja, houve uma redução muito substantiva, o que aumentou insatisfações contra a política do Executivo na Câmara dos Deputados. Martuscelli (2013. p. 227) pontua que o evento mais importante antes da eclosão da crise política de 2005 foi a eleição à presidência da Câmara do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) no mês de fevereiro daquele ano. Assinala-se que tal fato clarificou o processo de erosão da base aliada e somou-se às insatisfações latentes na Câmara acerca da política econômica. Cavalcanti, na abertura dos trabalhos do Legislativo em 2005, fez duras críticas ao uso desmedido das medidas provisórias como forma legiferante de atuação do Executivo, que manejava tal dispositivo para lançar medidas em defesa da grande burguesia financeira. Não por acaso, Boito (2005) relaciona a atuação de Cavalcanti com os interesses da pequena e média burguesia nacional.

Para contornar a crise no âmbito político e econômico, Lula efetuou mudanças importantes em seu governo: em primeiro lugar, ampliou decididamente os espaços do PMDB e do PP e, em segundo, realinhou a política cada vez mais no sentido de atender as

prioritariamente as demandas da grande burguesia interna, como já destacamos acima. Além dos ministérios da Previdência e Comunicações, já comandados por nomes do partido, Silas Rondeau, político ligado ao ex-presidente Sarney, assumiu o ministério de Minas e Energia, enquanto o deputado Saraiva Felipe, assumiu o posto da Saúde. Porém, Temer seguiu fora e censurou publicamente os peemedebistas que passaram a integrar o governo, inclusive Calheiros e Sarney. Ou seja, após tentar rever a fórmula de governabilidade desenhada desde os dois mandatos de Cardoso, Lula retornou à ideia da constituição de uma grande base parlamentar como forma de manutenção da estabilidade política (NOBRE, 2013). Boito (2018) e Martuscelli (2013) pontuam que diversas associações patronais ligadas ao grande capital interno, sobretudo a Fiesp, tiveram um papel ativo na defesa do mandato do presidente naquela ocasião. Portanto, é fundamental assinalar que houve em 2005 um duplo processo de realinhamento: no âmbito parlamentar, o governo passou a se ancorar mais no PMDB e no PP e no âmbito econômico e social, reforçaram-se os laços de representação com a grande burguesia interna.

No processo eleitoral de 2006, o PMDB novamente não construiu uma posição coesa e acabou por não lançar candidatura própria à presidência e não participar de nenhuma coligação. A convenção nacional do partido, após ampla cizânia judicial, que opôs o grupo governista de nomes como José Sarney e Renan Calheiros e o grupo oposicionista dirigido por Temer, oficializou a candidatura do ex-governador fluminense Anthony Garotinho, contudo, após a decisão do TSE que obrigava que as alianças partidárias se constituíssem verticalmente – isto é, as coalizões teriam que englobar todos os cargos no conjunto do território nacional –, dada a heterogeneidade regional do partido e a costumeira flexibilidade com que monta seus palanques estaduais, optou pela retirada da candidatura de Garotinho (GUILHERME, 2017; MACIEL, 2014).

A reeleição de Lula fortaleceu a composição com a ala governista do PMDB – não por acaso, o presidente emprestou apoio aos senadores José Sarney e Renan Calheiros, acusados de corrupção no curso daquela legislatura e propiciou um acordo com a corrente dirigida por Michel Temer (GUILHERME, 2017. p. 98). No final de 2006, Lula e Temer chegaram a um termo; acertou-se que os dois partidos conjuntamente sufragariam os nomes do petista Arlindo Chinaglia para a presidência da Câmara dos Deputados no biênio 2007-2008 e o nome do próprio Temer para o biênio 2009-2010. Com o acordo selado, enfim o partido como um todo integrava o governo. Os Ministérios das Comunicações e da Previdência mantiveram-se dirigidos por políticos ligados ao PMDB do Senado e se juntaram a eles nomes ligados a Temer como Geddel Vieira Lima no Ministério da Integração Nacional, Reinhold Stephanes no

Ministério da Agricultura, Moreira Franco na vice-presidência da Caixa Econômica Federal e Jorge Zelada na Diretoria Internacional da Petrobras. Ademais, designou-se José Gomes Temporão para o Ministério da Saúde, nome ligado ao então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, que controlava uma fração independente do partido (SINGER, 2018. p. 182). Na vigência do segundo mandato de Lula, nomes como Calheiros e Sarney estavam politicamente enfraquecidos por diversas denúncias de corrupção, o que, possivelmente, ajudou a sedimentar o domínio da legenda por parte da corrente dirigida por Michel Temer. Inclusive, sua escolha para a composição da chapa com Dilma deu-se sob ampla maioria e a própria aliança com o PT para a eleição de 2010 foi aprovada com 84% dos votos na Convenção Nacional do partido (COELHO, 2010).

Assinale-se que, a despeito da continuidade do modelo capitalista neoliberal nos governos Lula (BOITO, 2018; PAULANI, 2008; SINGER, 2012), paulatinamente, as forças sociais mais prejudicadas na década de 1990 – ou seja, setores da burguesia interna, da classe média, da classe trabalhadora organizada e dos trabalhadores precarizados sem vínculo empregatício formal e filiação sindical – melhoraram suas condições de existência e reprodução em um contexto de expansão do comércio internacional, evolução dos índices de crescimento econômico, queda do desemprego e diminuição da pobreza; essas últimas propiciadas por alterações importantes na política econômica e social (BOITO, 2018; CARVALHO, 2018; SINGER, 2012). Nesse contexto, Lula ostentava elevadíssimos níveis de popularidade e construía a campanha de sua sucessora: Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil.

A aliança "inusitada" entre PT e PMDB, concebida por Lula, segundo Guilherme (2020), gerou desconfianças no interior do próprio PT e entre diversos analistas. Era corrente dizer que Dilma Rousseff, ministra que jamais havia se candidatado a nenhum cargo eletivo e jejuna em negociações com o Congresso, poderia ver seu poder erodido pelo experiente Temer, que manejava habilmente todas as variáveis da negociação parlamentar e carregava décadas de experiência naquela casa, além de presidir desde 2001 o principal partido de sustentação parlamentar desde a redemocratização, o PMDB (ALENCASTRO, 2009). Dessa forma, a aliança era conflituosa antes mesmo de ser deliberada oficialmente (GUILHERME, 2020. p. 218).

Durante o processo de conformação da aliança, Lula, reticente em relação a Temer, chegou a defender que o partido elaborasse uma lista tríplice e a decisão final sobre a definição do nome seria de Dilma. Mais alinhado com Sarney e o chamado "PMDB do Senado", Edison Lobão pleiteara a vaga – todavia, a ala mais ligada a Temer reagiu de forma contundente à manifestação de Lula e deixou claro que a escolha seria do PMDB. Coube ao "temerista"

Henrique Eduardo Alves vocalizar a insatisfação e ameaçar, de forma implícita, uma aliança com o PDSB (GUILHERME, 2020. p. 221). O primeiro semestre de 2010 foi entremeado de disputas públicas entre petistas e peemedebistas acerca da vaga na chapa de Dilma. Como forma de criar um "fato consumado", nomes mais alinhados ao governo como os senadores Edison Lobão, Renan Calheiros e Romero Jucá, além do deputado Henrique Alves, anteciparam a Convenção Nacional do Partido e reelegeram Temer como presidente da sigla para mais um mandato, deixando claro, assim, que o então presidente da Câmara era o principal interlocutor do partido nas negociações da chapa[35]. O atrito se estendeu para a campanha de Dilma, em que os petistas tentavam, de forma sistemática, mitigar o papel político do vice e de seus aliados (GUILHERME, 2020. págs. 221 e 222).

Após a decisão por sua continuidade na presidência do partido, Temer se empenhou na construção de um programa partidário. Preparado por nomes como Moreira Franco, Delfim Netto, Mangabeira Unger, Henrique Meirelles e Nelson Jobim, o programa visava apresentar uma visão de país autodeclarada centrista e equilibrada, capaz de contrastar o programa petista, mais à esquerda, e bloquear a possível passagem do governo para um programa de reformismo social mais potente. O documento tinha, como *consignas* fundamentais: a reforma da previdência, a contenção dos gastos públicos e a reforma trabalhista (GUILHERME, 2020. p. 223). Segundo Singer (2012. p. 216), em várias passagens, o PMDB defendeu interesses explícitos do capital, algo que o PSDB, pela contingência eleitoral, não fazia. Além dos itens elencados acima, este autor cita também a defesa da autonomia do Banco Central. Cabe pontuar que, na campanha eleitoral de 2010, portanto, o PMDB já apresentava um programa nitidamente neoliberal, de alguma forma, antecipando a plataforma política que apresentaria durante a crise do governo Dilma.

Pelo caráter heterogêneo do PMDB, a aliança teve dificuldade de se espraiar nas eleições estaduais. Por exemplo, os diretórios gaúcho e catarinense, avessos historicamente ao PT, não se alinharam ao partido no pleito para o governo do estado e apoiaram Serra na disputa presidencial. O Diretório Nacional, nesses casos, solicitava que os partidários não fizessem campanha aberta contra Dilma no horário eleitoral gratuito, contudo, nos comícios e atividades de rua, as críticas eram liberadas. Outro pomo de tensão deu-se no estado da Bahia. Geddel Vieira Lima reivindicava o apoio de Lula e Dilma à sua candidatura, contudo, o PT tinha seu candidato à reeleição, Jaques Wagner. Ao final, PT e PMDB estiveram juntos na mesma chapa em 14 estados (MT, GO, TO, MA, PI, CE, PB, SE, AL, MG, DF, ES, RJ e PR), opuseram-se

[35] Em instrutiva matéria de junho de 2010 publicada na revista Piauí, Dieguez (2010) narra diversos acontecimentos que mostram como as alianças e rivalidades no PMDB possuem importante grau de flexibilidade.

em cinco (RO, PA, MS, BA e SP), compuseram chapas de outros partidos em outros sete (AC, AM, RR, AP, PE, SC e RS) e houve um estado em que o PMDB não se coligou com nenhum outro partido: o Rio Grande do Norte (GUILHERME, 2020. p. 225).

Fato é que, a despeito das divergências ideológicas e das disputas por espaço político, Dilma Rousseff derrotou José Serra e, recebendo de Lula as heranças de uma enorme e relativamente estável coalizão parlamentar e vultoso crescimento econômico, caberia a ela manejar as engrenagens políticas para que as taxas de crescimento se mantivessem em patamares elevados e o Congresso Nacional não servisse como anteparo às medidas de seu governo. Porém, a contradição entre PT e PMDB já se apresentava na cena política antes mesmo do pleito de 2010, dado que a aliança não havia se constituído em bases efetivamente programáticas. Além disso, a continuidade da crise econômica internacional ameaçava eclipsar o dinamismo logrado no último ano da era Lula. Por fim, mencione-se também que as contradições políticas entre o capital internacional e a grande burguesia interna, de forma mais ou menos candente, não deixaram de estar presentes nos governos Lula. Trataremos do primeiro mandato de Dilma Rousseff no próximo capítulo.

2. Primeiro Governo Dilma: ofensivas, recuos e crises

O primeiro mandato de Dilma Rousseff pode ser adequadamente dividido em dois períodos. No primeiro biênio (2011-2012), a presidente intensificou a política econômica adotada no período da crise de 2008 e buscou reforçar os laços de representação com a fração industrial da grande burguesia interna. Para tal, afugentou tanto o setor bancário interno quanto o grande capital financeiro internacional. No plano político, o governo ampliou formalmente a larga coalizão montada por Lula em seu segundo quadriênio presidencial, contudo, operou um realinhamento no interior na base governista, conferindo menor espaço político ao PMDB e ao conjunto dos partidos de patronagem. Tal realinhamento teve como invólucro uma retórica vigorosa contra a malversação dos recursos públicos; neste contexto, sete ministros foram demitidos apenas no primeiro ano acusados de ilicitudes. No plano social, a presidente deu continuidade ao conjunto de programas sociais dos governos Lula e logrou manter o nível de desemprego reduzido e os índices de pobreza extrema declinantes, o que somente se alterou de forma significativa no curso do segundo mandato.

No segundo biênio (2013-2014), pressionada pelo setor financeiro nacional e forâneo, e pelos índices econômicos modestos, a presidente operou um recuo e retornou aos parâmetros anteriores, sobretudo no que se refere à política de juros. Dessa forma, em um movimento complexo, Dilma buscou amainar as resistências da fração financeira e, com o prosseguimento de outras medidas na política econômica – como as desonerações – buscou manter o alinhamento com a fração industrial da grande burguesia interna. Na cena política, as resistências ao manejo da coalizão por parte do Executivo granjeavam seus primeiros resultados – registre-se, negativos para o governo – com a formação de um bloco suprapartidário dirigido pelo então líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha, que trouxe diversas dificuldades para o governo no Legislativo. Com a eclosão das manifestações de junho de 2013, a avaliação da presidente nas pesquisas de opinião pública declinou e algumas contradições da política social petista emergiram na sociedade; simultaneamente, as insatisfações das diferentes frações da burguesia e da classe média ganharam nova densidade no período e cresceu o nível de instabilidade política.

2.1. Nova matriz econômica e confronto com o capital financeiro

Feito estre preâmbulo, passaremos a uma análise mais detida do período. Na avaliação de Singer (2018. págs. 42 e 43), o ensaio desenvolvimentista realizado por Dilma teve como pano de fundo a segunda fase da crise econômica de 2008, que irrompeu, com mais força, no

continente europeu, mas que também gerou declínio nas taxas de expansão da economia chinesa e no crescimento da economia mundial como um conjunto. Adotando a mesma perspectiva da crise 2008[36], o governo brasileiro tentou sustentar o ritmo de crescimento local, colocando em prática o que foi designado pelo então ministro da Fazenda Guido Mantega como "nova matriz de política econômica" (BOITO, 2018. p. 214).

O primeiro aspecto da nova matriz, apresentado pelo ministro Mantega como uma mudança de natureza estrutural, foi a redução da taxa básica de juros que caiu de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013. Assinala Singer (2018. p. 43) que o Brasil passou da posição de "campeão mundial de juros" para um país com taxas consideradas normais. Outro elemento desta política de barateamento do crédito foi a pressão exercida pelo Executivo para que os bancos privados diminuíssem seus *spreads*. Ademais, Dilma mudou as regras da caderneta de poupança em maio de 2012, de forma que o BC pudesse seguir em frente na política de redução da taxa básica de juros. Outro aspecto foi um uso mais intensivo da política de financiamento subsidiado do BNDES para grandes empresas de capital predominantemente nacional. Dos R$ 100 bilhões de 2009, passou-se a um aporte de R$ 400 bilhões durante o governo Dilma. Deve-se citar também outras políticas direcionadas à indústria, como a redução do IPI (BOITO, 2018; CARVALHO, 2018; SINGER, 2018).

No primeiro semestre de 2012, a presidente Dilma lançou uma proposta de desoneração da folha de pagamento para quinze setores e que, posteriormente, chegou a beneficiar quarenta e dois e poupar R$ 25 bilhões de reais anuais das empresas beneficiadas[37]. Em agosto de 2012, foi anunciado pelo governo o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que se caracterizava como um pacote de concessões que objetivava atrair investimentos privados em rodovias e ferrovias. Em setembro do mesmo ano, o governo apresentou a medida provisória

[36] Em seu primeiro mandato, especialmente até a deflagração da intitulada "crise do mensalão" em 2005, Lula continuou, em seus aspectos fundamentais, a política econômica de FHC. Ou seja, manteve as políticas de contenção da despesa pública, juros elevados, câmbio flutuante e apresentou a reforma previdenciária em 2003. Após o encerramento da aludida crise e a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda em 2006, o governo passou a fazer algumas modificações, contudo, sem alterar a estrutura do modelo capitalista neoliberal. Nesse período em diante, o papel dos bancos públicos na indução do crescimento econômico foi alargado e o governo passou a despender maiores recursos para incentivar o consumo e o investimento. Não por acaso, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi criado em 2007. Quando eclodiu a crise de 2008, tal política foi ampliada e, após o PIB negativo de 0,3% em 2009, registrou-se elevado percentual de 7,5% em 2010 (BOITO, 2018; CARVALHO, 2018; SINGER, 2012).

[37] Segundo Carvalho (2018. págs. 69 e 70), ainda que aparecessem secundariamente no segundo mandato de Lula, como forma de mitigar os efeitos da crise de 2008, a política de desonerações só ganhou estatuto de política econômica (industrial e fiscal) do governo em 2011 com o lançamento do *Plano Brasil Maior***.** A política foi continuamente ampliada, com o beneplácito do Congresso Nacional, e se tornou permanente em 2014. Essa expansão, na avaliação da autora, elidiu o caráter industrialista da medida, afinal, afere-se a partir de dados da receita federal que setores como construção civil e transportes, que não sofriam concorrência internacional, quando somados, tinham mais trabalhadores desonerados do que a indústria de transformação.

nº 579[38], cujo objetivo era diminuir em 20% o custo da eletricidade, atendendo assim, uma reivindicação da indústria que a justificava pela redução de custos e subsequente melhora na competitividade em relação aos produtos importados. Para levar a frente tal medida, Dilma precisou antecipar contratos das concessionárias de energia, o que foi analisado com preocupação e hostilidade por representantes importantes do capital privado, como o financeiro.

Outros componentes da nova matriz foram os seguintes: a depreciação do câmbio, que havia sido apontada por Mantega como uma grande distorção na economia brasileira, e, por consequência, a adoção de controle de capitais para impedir que o fluxo desmedido de dólares para a economia nacional revalorizasse a moeda. Por fim, destaca-se a política de proteção ao produto nacional. Foram adotadas medidas como: aumento das tarifas alfandegárias para veículos importados ou que não tivessem 65% de conteúdo local, política de compras de navios-sonda pela Petrobras com reserva de mercado entre 55% e 65% para empresas nacionais e um programa de compras governamentais que estendia benefícios similares para o setor de máquinas e equipamentos, medicamentos, pneus, móveis e vidros (SINGER, 2018. págs. 45 e 46).

Na análise de Boito (2018. págs. 214-215), a ofensiva do que Singer denomina *ensaio desenvolvimentista* representou também uma alteração no interior da política econômica do governo e na coesão que buscava conferir ao bloco no poder vigente. O conteúdo do ensaio deixa explícita a intenção de beneficiar a fração produtiva da grande burguesia interna em detrimento dos interesses da fração bancária nacional, portanto, agudizando uma contradição intraburguesa historicamente presente no interior da grande burguesia interna[39] e despertando

[38] A medida foi apoiada entusiasticamente pela Fiesp. O presidente da federação, Paulo Skaf, em *modus operandi* que se tornou corriqueiro em seu período à frente da entidade, deflagrou ostensiva campanha pública, cujo apelo se estendia para muito além dos empresários, afinal, o barateamento das tarifas propiciado pela reorganização das concessões do setor elétrico beneficiaria o conjunto dos consumidores (PERRIN, 2020). Por outro lado, a MP foi duramente criticada pelos economistas liberais pertencentes aos *Think Tanks* ligados ao capital financeiro internacional, a *Casa das Garças*, por exemplo. Segundo Monica de Bolle (2016. págs. 125 e 126): "Com o objetivo de reduzir as tarifas, só que de forma unilateral, desconsiderando os efeitos perniciosos na rentabilidade das empresas do setor, seus fluxos de caixa e capacidade de investimento, a medida enfraqueceu o caixa das distribuidoras de energia e gerou colossal prejuízo para os cofres públicos, responsáveis por seu ressarcimento. Ou seja, a MP teve peso negativo para o tesouro público e posteriormente para os próprios consumidores. Além disso, as medidas do setor elétrico produziram uma 'incerteza regulatória nefasta'. A forma abrupta como se deu a medida e o pendor autoritário na ação do governo piorou o ambiente empresarial e fez com que os investimentos fossem desacelerados".

[39] A grande burguesia interna reúne setores variados como grupos industriais, bancos, agronegócio etc. O que, eventualmente, leva setores tão diferentes à unidade política é a disputa por posições na economia nacional e internacional com o capital imperialista. Contudo, verificam-se diversos conflitos entre essas frações burguesas. Por exemplo, o capital produtivo, por meio de suas associações representativas, protesta sistematicamente contra a política de juros elevados e a valorização cambial, esbarrando nos interesses da fração bancária interna (BOITO, 2018; MARTUSCELLI, 2017).

a reação do grande capital internacional e da burguesia associada, que iniciaram neste período o que o autor denomina *ofensiva restauradora*.

O programa encampado pela presidente encontrou oposição cerrada dos economistas neoliberais e da imprensa burguesa no Brasil e no exterior[40]. Munidos de uma retórica que evocava neutralidade e isenção técnica, os especialistas, com grande espaço na imprensa, condenaram veementemente o conjunto de medidas adotado pelo governo no período, buscando ocultar, como bem convém ao discurso ideológico, os interesses que representavam. Opondo-se *in totum* ao conteúdo da nova orientação do governo, economistas ortodoxos como Marcos Lisboa, Samuel Pessoa e Mônica De Bolle não consideravam o fomento da indústria como um elemento vital para o desenvolvimento econômico do país e discordavam das ferramentas de incentivo encetadas pelo governo[41]. Primeiramente, os autores (BOLLE, 2016; LISBOA *et al*, 2016) pontuam que a valorização cambial não se configurava como o maior obstáculo para a competitividade da indústria nacional. Entendendo o câmbio apenas um preço relativo associado à relação entre duas moedas, os problemas reais que afetavam a indústria do país eram a onerosa carga tributária sobre o setor e a inexistência de uma infraestrutura adequada, o que pressionava os custos para o escoamento da produção.

A redução da taxa básica de juros a partir de agosto de 2011 também é apontada como um dos principais erros na condução da política econômica do governo Dilma. Soma-se a este, a tomada de medidas industrializantes paliativas – conjuminadas no Plano Brasil Maior –, de medidas protecionistas "ultrapassadas" e a política de crédito subsidiado do BNDES. A redução de juros só seria sustentável, no exame destes analistas, se viesse acompanhada de redução do gasto público e da liquidação da política de "campeões nacionais" do BNDES (BOLLE, 2016; BORGES *et al*, 2016).

---

[40] No mês de dezembro de 2012, a revista britânica *Financial Times* pediu a demissão de Guido Mantega alegando que a política econômica "intervencionista" gerava desconfiança no meio empresarial e, posteriormente, em março de 2013, voltou ao assunto. Em setembro de 2013, a revista *The Economist* defendeu a tese que Dilma havia destruído a credibilidade econômica amealhada por Lula e a solução para a recuperação passava por redução de gastos do Estado, do valor das aposentadorias, da carga tributária e mudanças na legislação trabalhista. Essa edição da revista notabilizou-se pela famosa capa com a estátua do cristo redentor em forma de foguete despencando e a indagação "O Brasil estragou tudo?". A título de contextualização, vale a pena relatar que, em 2009, a revista havia publicado uma reportagem especial sobre o cenário otimista da economia brasileira e a capa correspondente era a estátua do cristo redentor em forma de foguete decolando (SINGER, 2018. págs. 55-56) Em resposta às críticas, o ministro Guido Mantega, em entrevista para o *Estadão,* externou sua inquietação com o posicionamento da *The Economist* e argumentou que o país estava em fase de recuperação econômica e não havia manobras no manejo da política fiscal (BOLLE, 2016. p. 164).

[41] Este debate alude à uma histórica controvérsia no pensamento econômico brasileiro, que colocou em lados opostos o notável defensor da industrialização do país e ex-presidente da Fiesp, Roberto Simonsen, e do outro lado, o decano dos economistas liberais brasileiros, Eugênio Gudin. O economista Carlos Henrique Rodrigues (2018) sumariza as premissas e teses presentes no debate.

Ferramentas como o barateamento do crédito oferecido pelos bancos públicos, a desoneração da folha de pagamento das empresas, a lei de conteúdo local e impostos sobre produtos importados são analisadas como medidas anacrônicas que, ao invés de expandirem as possibilidades das empresas brasileiras, tornavam suas atividades restritas ao mercado nacional e prejudicavam mecanismos como a transferência de tecnologia, que ocorreria com maior densidade quanto mais aberta fosse a comercialização com as empresas estrangeiras. Condena-se também o abandono do tripé econômico erigido no segundo mandato de FHC configurado pelo câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário e multiplicam-se as acusações de negligência fiscal do governo e condução de uma "contabilidade criativa". No que se refere à política social, argumenta-se que a indexação do salário-mínimo com base na inflação do ano anterior e no crescimento econômico de dois anos anteriores, somadas ao formato das políticas de transferência de renda, gerava pressão em toda a massa salarial brasileira e retirava contingente do mercado de trabalho. Os dois elementos também significavam custos para as empresas e esconjuravam possibilidades de investimento.

Nesse mesmo período, dirigentes importantes do PSDB como Fernando Henrique Cardoso e José Serra, por meio de artigos na imprensa, criticaram contundentemente tais políticas e, basicamente, repetiram os argumentos destes economistas. No caso do BNDES, a crítica se concentrava na ideia de que uma política de investimentos tão vultosa poderia comprometer o equilíbrio das contas públicas e na falta de "critérios técnicos" para a seleção das empresas beneficiadas. No que se refere à política da Petrobras, as críticas concentravam-se sobre o modelo proposto afastar a participação das empresas estrangeiras e ser excessivamente "irrealista e irresponsável". No mais, entendia-se a política de conteúdo local como uma obsoleta medida protecionista de reserva de mercado que gerava maiores custos para a empresa e obstaculizava o desenvolvimento tecnológico (BOITO, 2018. p. 241).

Contrastando teórica e politicamente com os argumentos destes autores, Pedro Paulo Bastos (2017) enumera elementos de ordem política e econômica que dificultaram as possibilidades de êxito da política ensaiada por Dilma em seu primeiro mandato. No âmbito da economia, o equívoco fundamental foi que o governo, antes de começar as mudanças, optou por um período de austeridade que gerou desaceleração cíclica e rebaixou as expectativas de demanda futura, de forma que o investimento privado declinou. Ademais, a nova política apenas atenuou, de forma insuficiente, a desaceleração em seu curto período de duração (começou a ser abandonada no primeiro trimestre de 2013). Adverte o autor que a política econômica de 2011 foi demasiadamente contracionista; por exemplo, entre 2010 e 2011, o superávit primário aumentou R$ 56 bilhões de reais (1,28% do PIB), as despesas não acompanharam o crescimento

das receitas (em 2010 houve crescimento de receitas de 5,4% e em 2011 de 8,1%, por outro lado, as despesas cresceram 6,1% em 2010 e 1,7% em 2011). Além disso, houve forte alteração na composição do gasto da União deprimindo substantivamente o investimento público que caiu 13,4% e robustecendo os subsídios, dentre outros, com o Programa *Minha Casa Minha Vida*, mantendo-se essa tendência durante todo o primeiro mandato da presidente. O início do ciclo de queda da taxa de juros deu-se em setembro de 2011, contudo, os efeitos recessivos da austeridade prolongaram-se por quatro trimestres, ou seja, só houve recuperação no último semestre de 2012.

Na análise de Bastos (2017), os incentivos no pós-crise de 2008 não foram capazes de reanimar, de forma robusta, o investimento na produção industrial, sobretudo no setor de transformação[42]. O mesmo ocorreu com a miríade de incentivos da política econômica do governo. Reivindicações do setor industrial como o represamento de preços, a desoneração da folha salarial e a queda da taxa de juros não compensaram as perdas advindas do encarecimento de insumos e equipamentos importados causados pela política cambial e, por outro lado, a própria desaceleração da demanda desincentivava o investimento privado que se direcionava basicamente para as importações. O resultado deste processo é que a taxa de lucro da indústria da transformação reduziu-se entre 2011 e 2014[43]. Embora não tenha havido elevação no percentual de investimento industrial, entre 2010 e 2014 verificou-se percentual estável de 20% do PIB em investimento privado por conta do forte dinamismo dos setores da construção civil e da infraestrutura.

Na avaliação de Laura Carvalho (2018. p. 11), outra economista crítica aos pressupostos e teses dos autores neoliberais, a política de desenvolvimento econômico levada a cabo a partir de 2011 e que foi condensada no atendimento de pautas setoriais do setor industrial, apesar de seu alto custo fiscal, revelou-se pouco eficaz na indução do crescimento econômico, impactou negativamente as receitas governamentais e tornou mais trepidante o manejo da estabilização da dívida pública. Contrapondo o argumento defendido por Singer (2018)[44], Carvalho pondera

[42] A indústria de transformação é aquela responsável pela montagem de equipamentos industriais, instalação de máquinas, serviços de manutenção e reparação de bens de capital. Assim como o setor industrial de forma geral, essa ramificação também experimentou, nas últimas décadas, sobretudo após o plano real, um acentuado declínio em sua participação no PIB. Em 1995, sua participação era de 17%, em 2004 passou a 15,1% e em 2010, último ano de Lula na presidência, o percentual registrado foi de 12,7% (BOLLE, 2016; CARVALHO, 2018).

[43] A indústria de transformação é bastante presente na Fiesp. A possível relação de causalidade entre o deslocamento político da entidade durante o governo Dilma e a decadência desse setor é um auspicioso programa de pesquisa.

[44] Na avaliação deste autor (SINGER, 2018. p. 69) o recuo dos industriais no que se refere ao investimento, dentre outros fatores, deve-se ao desenvolvimento da luta de classes no período concernente. O primeiro governo Dilma logrou atingir uma taxa de desocupação muito baixa, uma média de 4,5% entre 2011-2014. O pleno emprego, segundo Singer, raciocinando a partir da teoria do economista polonês Michal Kalecki, faz com que a burguesia

que a ausência de investimentos por parte do setor industrial não se deu por questões iminentemente políticas, mas pelo estado claudicante da demanda, resultado, dentre outras, da política fiscal contracionista do início do mandato, concordando, dessa forma, em parte, com o argumento de Bastos (2017)[45].

A despeito de Carvalho (2018) denominar a política econômica adotada pelo governo Dilma como *Agenda Fiesp*, deve-se dizer que este conjunto de medidas se irradiava também para parcela importante do sindicalismo. A aproximação do setor industrial interno com o movimento sindical combativo representado pela CUT data da década de 1990, quando esta fração da classe dominante estava insatisfeita com parte da política econômica de FHC (sobretudo a abertura comercial acelerada, a política de juros e cambial) e a CUT, por conta das circunstâncias do período, arquivara a defesa da construção de um Estado de bem estar social no Brasil e transmutou-se para um discurso desenvolvimentista difuso bastante alinhado com os industriais nacionais (BOITO, 1996, 1999, 2018; GALVÃO, 2002, 2012; POCHMANN, 2005; PRAUN, 2012).

No primeiro semestre de 2011, em um momento alto do que Singer (2018) denominara coalizão produtivista[46] e Boito (2018) frente neodesenvolvimentista[47], anunciou-se um pacto

perca o controle da política econômica por conta do crescimento do percentual de greves e melhora nos rendimentos do trabalho.

[45] Embora concordem em diversos tópicos como o efeito contracionista do ajuste fiscal de 2011 e a ineficácia de diversas medidas econômicas do governo, Bastos (2017), diferentemente de Carvalho (2018), ressalta contundentemente a importância da questão política na conjuntura e, nesse sentido, concorda com Singer (2018), avaliando que a ausência de investimentos por parte da indústria não ocorreu apenas por aspectos técnicos. Na análise deste autor, embora o processo de financeirização do capitalismo não tenha encapsulado a burguesia e a homogeneizado, setores não-financeiros possuem também aplicações cuja lucratividade dependem dos juros elevados que compensam perdas em setores de baixa demanda. Com a desaceleração cíclica da economia e a redução dos juros, duas margens de lucros se estreitavam. Por outro lado, havia o interesse de barrar o avanço político de uma presidente que atuou diretamente contra os interesses da fração financeira e politizou matérias que, na opinião da burguesia financeira e de seus analistas, deveriam ser deixadas aos "técnicos". Tal intervenção teria provocado a solidariedade classista de outras frações, afinal, quem previa a próxima vítima do ativismo presidencial? (BASTOS, 2017. p. 29).

[46] Para Singer (2012. págs. 161 e 162), os trabalhadores organizados e os industriais associaram-se, durante o governo Lula, formando uma *coalizão produtivista.* O programa desta coalizão visava o controle do fluxo do capital estrangeiro, a diminuição da taxa de juros (elemento que encarece os investimentos produtivos, facilita o intenso afluxo de importações e fragiliza elos importantes da economia interna) e um maior adensamento do investimento público em infraestrutura. A presença do industrial mineiro José Alencar na chapa presidencial de Lula em 2002 corporificou essa coalizão. Por outro lado, o interesse dos trabalhadores organizados neste arranjo deve-se à desindustrialização massiva do país que compromete sua própria existência e impede a realização de seu programa histórico: o aumento da igualdade.

[47] Segundo Boito (2018. págs. 103-105), a formação da frente neodesenvolvimentista ocorreu ainda na década de 1990 a partir de dois fatores consentâneos: a grande burguesia interna acumulava contradições com o modelo neoliberal de Cardoso e o movimento popular e sindical experimentava um longo período de refluxo. Algumas características da frente são as seguintes: a-) a direção é da grande burguesia interna; b-) a frente inclui frações das classes trabalhadoras (fração inferior da classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal); c-) a relação da frente com os trabalhadores da massa marginal é uma relação de tipo populista; d-) a frente foi o principal recurso da grande burguesia interna para assegurar sua ascensão no bloco no poder. O programa da frente é o seguinte: política de recuperação do salário mínimo e transferência de renda que aumentaram o nível de

documentado entre a política Fiesp, Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de São Paulo cuja plataforma comum construíra-se em torno de um programa industrializante A Fiesp enveredou por esse caminho, na avaliação de Singer (2018), pelo temor que a desindustrialização causava em suas hostes; por outro lado, a fração sindical aderira porque os metalúrgicos, base fundamental de suas organizações, perdiam espaço com o decréscimo da participação da indústria no PIB. Propostas adotadas por Dilma como a redução da taxa de juros, a redução do *spread* bancário, a facilitação do crédito para investimentos, barreiras para o capital estrangeiro e desonerações fiscais estavam presentes neste documento.

A Fiesp, entidade que representa importantes segmentos da burguesia interna, passou a adotar um tom mais crítico em relação ao governo em dezembro de 2011, após a desaceleração substantiva do PIB que, na avaliação da entidade, significava estagnação. O presidente Paulo Skaf atribuiu o crescimento baixo ao ajuste fiscal delineado pela presidente e ponderou que o governo não deveria ter medo da demanda. Tal posição de Skaf sobreveio apenas quando as medidas já haviam sido tomadas e alteraram o tom de passividade da entidade no primeiro semestre. Em 2012, o alinhamento político foi mantido, contudo, com maiores pontos de tensão causados pela reverberação interna da crise econômica mundial, a piora dos índices econômicos[48] e a disputa política paulistana em que Skaf opôs-se ao candidato petista, Fernando Haddad[49].

Outra importante entidade patronal que busca representar os interesses dos industriais nacionais é a Confederação Nacional da Indústria (CNI)[50]. Tendo constituído, desde a década

consumo das camadas sociais mais empobrecidas; aumento muito substantivo do orçamento do BNDES voltado para o financiamento a taxas de juros subsidiadas de grandes empresas; política diplomática e comércio exterior voltada aos interesses de grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil com o objetivo de exportar mercadorias e capitais; adoção de uma política econômica anticíclica cujo traço fundamental são as medidas para manter o nível de demanda agregada nos períodos de instabilidade; e, por fim, maior investimento estatal em infraestrutura.

[48] A taxa de inflação fechou o ano de 2011 no teto da meta, ou seja, 6,5% e o PIB cresceu 3,9%. No ano de 2012, a taxa de inflação anual registrou 5,8 e o crescimento de 1,9%. A redução do consumo das famílias declinou de 6,2% em 2010 para 4,8% em 2011 e 3,5% em 2012. Por outro lado, em 2010 o percentual de investimento privado foi de 17,9%, caindo para 6,8% em 2011 e 0,8% em 2012. O investimento em máquinas e equipamentos passou de crescimento de 1,5% em 2010 para 1,3% em 2011 e 0,2% em 2012 (BOLLE, 2016; BORGES *et al*, 2016; CARVALHO, 2018).

[49] Segundo Fernanda Perrin (2020. p. 20), sem romper os laços de representação política com sua base na Fiesp, Paulo Skaf utilizou a presidência da entidade como um trampolim para seus projetos políticos pessoais. Não por acaso, seu afastamento do governo Dilma relaciona-se com a perda da popularidade da presidente após as manifestações de junho de 2013 e com a tentativa de projetar-se nacionalmente.

[50] A CNI é uma importante entidade representativa dos interesses do setor industrial e reúne, em sua base, vinte e sete federações, mil sindicatos e mais de cem mil empresas. A confederação procura estabelecer interlocução constante com os parlamentares e chefes do Executivo, de forma a apresentar suas demandas e pressionar contra projetos que ferem seus interesses políticos e econômicos. Nesse diapasão, destaca-se a Agenda Legislativa da

de 1990, uma agenda contra o "custo Brasil"[51], a confederação deu apoio seletivo ao conjunto de políticas dos governos Lula e Dilma (defendeu as medidas de política econômica e externa que melhoraram as condições do setor industrial interno no bloco no poder e reprovou os gastos sociais e com o funcionalismo público), todavia, devido à piora dos índices econômicos, o tom crítico, paulatinamente, foi recrudescendo. Em dezembro de 2012, a entidade publicou um documento que reivindicava uma série de mudanças legais com o objetivo de flexibilizar as relações de trabalho, contrapondo o ordenamento legal estatuído na CLT ao acordado entre patrões e empregados (SINGER, 2018. p. 60).

Nesse mesmo sentido, apoiando-se em levantamento empírico realizado na imprensa da ABAG, ABIMAQ, ABDIB, SINAVAL, FIESP E CNI, Boito (2018. p. 275) avalia que a grande burguesia interna foi atraída para o campo oposicionista dirigida pelo grande capital internacional e, no limite, corria o risco de dissolver-se como fração autônoma de classe[52]. A partir de 2013, o tom dos documentos foi de defesa do ajuste fiscal e de reformas econômicas que retirassem direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público. Diferentemente do primeiro biênio da presidente, quando defendiam que o Estado adotasse medidas de crescimento econômico e poupavam os trabalhadores, passaram a defender um ajuste pesado feito às custas destes. Ou seja, aguçavam-se as contradições no interior da própria frente policlassista que havia sustentado politicamente os governos petistas.

Portanto, o cenário ao fim do primeiro biênio era o seguinte: a presidente intensificava a política econômica que priorizava o setor industrial da grande burguesia interna e se indispunha com o capital financeiro nacional e estrangeiro. Nesse sentido, como ponderam Bastos (2017) e Singer (2018), o governo Dilma adotou uma conduta distinta de Lula, que, em seus oito anos de mandato, optou por não entrar em nenhum conflito aberto com esta fração do capital. Os autores observam que a presidente não mobilizou sua base de apoio para a defesa das medidas e não fez o enfrentamento político adequado, deixando, dessa forma, que seus críticos pudessem vociferar sozinhos, em nome da técnica econômica e ocultando os interesses

Indústria, um documento anual organizado pela entidade que serve como baliza para sintetizar o posicionamento do setor industrial sobre os projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional (GUILMO, 2016. p. 15).

[51] O chamado *custo Brasil* é o foco da atividade legislativa da CNI desde a década de 1990. Incluem-se nesta definição todos os fatores que, segundo a análise do setor, encarecem a produção brasileira e a tornam menos competitiva em relação ao capital estrangeiro. Buscando ordenar logicamente o que a Confederação entendia como *custo Brasil*, Mancuso (2004) elencou seis tópicos: excesso e má qualidade da regulação da atividade econômica por parte do Estado; legislação trabalhista inadequada para o período contemporâneo; sistema tributário oneroso para a produção; elevado custo de financiamento para as atividades produtivas; infraestrutura material insuficiente; infraestrutura social deficiente.

[52] Para Boito (2018. p. 22), a fração autônoma de classe define-se pela capacidade de agir "como força social distinta numa dada conjuntura" e por possuir "interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios".

que defendiam. Essa ausência de ativismo político foi importante para que o ensaio desenvolvimentista fosse rapidamente desmontado e fez com que a presidente entrasse em uma posição defensiva, abandonando a "nova matriz econômica", enquanto do outro lado, ainda antes das manifestações de junho de 2013, o capital internacional e a burguesia associada iniciaram uma *ofensiva restauradora*, no sentido de retornar à política econômica ao neoliberalismo ortodoxo praticado por FHC na década de 1990 (BOITO, 2018). No plano societal, índices como os de emprego e diminuição da pobreza continuavam estáveis, fazendo com que a presidente mantivesse bons índices de popularidade e estabilidade política[53].

2.2. Executivo e Legislativo no governo Dilma

Nesta seção, pretendemos, de forma panorâmica, analisar a relação do governo Dilma com sua base de apoio parlamentar e, especialmente, com o PMDB durante seu primeiro mandato. Inicialmente, cabe um preâmbulo sobre o regime político brasileiro delineado a partir da Constituição de 1988, suas características fundamentais e como a bibliografia tratou da questão nas últimas décadas. É importante ponderar que o texto constitucional elaborado em na ocasião garantiu amplas prerrogativas legislativas ao Executivo. Por exemplo, no ordenamento erigido, o presidente possui exclusivismo de iniciativa pleno ou parcial nos seguintes aspectos: legislação orçamentária, elaboração de emendas constitucionais, apresentação de medidas provisórias, controle da liberação de emendas orçamentárias e solicitação de urgência para que o Congresso delibere sobre determinado tema. Esses dispositivos não eram facultados ao Executivo na Constituição de 1946, com exceção dos chamados projetos de lei "administrativos" (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2007).

As características acima elencadas do presidencialismo brasileiro conformam, na avaliação de Saes (2001. p. 91), uma forma de "autoritarismo civil". Ainda segundo este autor, em diversos países latino-americanos dirigidos por governos neoliberais na década de 1990, observou-se um incremento substantivo das atividades do Executivo em detrimento do Legislativo, sendo o Peru comandado por Fujimori um caso emblemático[54]. No Brasil, o governo FHC fez um uso bastante amplo do instrumento das medidas provisórias na tramitação das medidas econômicas fundamentais para a consolidação do modelo capitalista neoliberal. A

[53] Segundo Singer (2018. págs. 77-87), mesmo diante de menor taxa de crescimento econômico e progressiva insatisfação de diversas frações da burguesia, até 2014, o governo conseguiu manter o quadro de inclusão social ampliando o Bolsa Família, assegurando o pleno emprego, a política de valorização do salário-mínimo, a continuidade do aumento da renda do trabalho e demais ações focalizadas. Tais políticas só ocorreram porque, apenas parcialmente, o governo sucumbiu à pressão neoliberal, embora alguns indícios já anunciassem uma piora no padrão de vida, o que ajuda a explicar as manifestações de junho de 2013.

[54] Sobre este assunto, consultar Torre (1996).

tática, não por acaso, foi utilizada na abertura do mercado bancário nacional para o capital estrangeiro.

O declínio do sistema de partidos políticos e do Parlamento como instância decisória e o fortalecimento do papel da burocracia administrativa do Executivo é uma característica dos países capitalistas avançados sob a hegemonia crescente do capital monopolista, segundo Poulantzas (2000), que designa o fenômeno como "estatismo autoritário", como mencionamos na introdução desta dissertação. O autor acerta ao circunscrever seu conceito ao contexto das democracias capitalistas avançadas porque na história brasileira a proeminência do Executivo, a debilidade política do Parlamento e dos partidos políticos não são uma novidade e constituíram quase sempre uma regra. Souza (1976) destaca que, mesmo no período democrático vigente entre 1945 e 1964, os partidos políticos e o Parlamento tiveram protagonismo político bastante limitado, dependendo quase sempre do grau de iniciativa do próprio Executivo e das redes de clientela por ele organizadas. Perissinotto (2014) destaca que a constituição de uma burocracia profissional bem orientada e organizada pelo Executivo foi um elemento fundamental do período varguista, inclusive sendo algo que o diferenciava do período peronista na Argentina. Nesse sentido, Farias (2017) destaca também o papel da burocracia de Estado no Brasil pós-revolução de 1930, período em que havia uma crise de hegemonia no bloco no poder. Sendo assim, jamais existiu no Brasil republicano uma democracia política com protagonismo dos partidos políticos e do Parlamento, diferentemente dos países de capitalismo avançado examinados por Poulantzas.

Em texto de 1988, Sérgio Abranches lançou o conceito que se tornou hegemônico nos estudos sobre Executivo e Legislativo no país – o *presidencialismo de coalizão.* O autor busca, por meio dele, identificar as variáveis institucionais que regem o sistema político brasileiro após o processo de redemocratização. Abranches (1988) caracterizou o sistema político brasileiro como uma combinação de multipartidarismo, representação proporcional, "presidencialismo imperial" e a constituição de bases político-parlamentares amplas como condição prévia para formação e funcionamento dos governos. A construção da coalizão parlamentar inicia-se na composição das alianças eleitorais e na elaboração de um programa comum, passa pela participação dos partidos aliados nos ministérios, acesso aos cargos e recursos estatais, e, por fim, cimenta-se na implementação das políticas públicas de Estado.

É importante tecer ainda algumas breves considerações sobre o sistema eleitoral porque a compreensão deste é importante pelos efeitos que produz no sistema partidário. O sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta e fragmentação partidária extremada fazem com que no Brasil dificilmente o partido do presidente eleito possua maioria no

Congresso, o que o faz mais dependente de uma vasta gama de alianças instáveis por meio da patronagem e não de um programa político definido (MENEGUELLO, 1998). Mainwaring (2001) ressalta que tal sistema influencia a estrutura organizativa dos partidos, as estratégias eleitorais das candidaturas e o próprio comportamento dos eleitores. Ainda para este autor, tal sistema incentiva a disputa entre os políticos de um mesmo partido, dado que disputam os votos dos mesmos eleitores, e individualizam em demasia a escolha do voto nos parlamentares. Esse sistema eleitoral evidentemente fornece poucos incentivos para que os partidos se organizem de forma coesa e programática a nível nacional, reforçando a ênfase destes na política de patronagem. O PMDB, como um dos principais partidos políticos das últimas décadas, evidentemente não foge desta regra, inclusive, porque dele se beneficia em diversos aspectos.

Em nossa avaliação, baseando-nos em Boito (2018), Ianoni (2018), Martuscelli (2010) e Saes (2001), os estudos de matiz institucionalista sobre as relações entre Executivo e Legislativo, como os de Abranches (1988) e Figueiredo e Limongi (2007) – embora tragam informações importantes sobre a configuração e funcionamento do sistema político brasileiro e do regime democrático como um conjunto – possuem poder explicativo insuficiente para elucidar o conteúdo das políticas de Estado e o tipo de relação que os burocratas, políticos eleitos e partidos constituem com as classes e frações de classes sociais presentes na sociedade capitalista e de que forma atuam em sua reprodução. Julgamos fundamental identificar a organização dos diferentes ramos institucionais do Estado na cena política e seus padrões de atuação, contudo, esse é apenas um primeiro passo para a análise. O segundo é examinar cuidadosamente a forma como se dá o processo decisório de Estado e suas relações com o bloco no poder. Por exemplo, o destacado papel do grande capital financeiro internacional e nacional coexiste – e retroalimenta – com um Legislativo declinante quanto às funções governativas e ausente de importantes discussões sobre política econômica. Por outro lado, sob a aura da técnica e da defesa do interesse geral da população, a burocracia de Estado associada ao Executivo ganhou espaço e é o *locus* onde se decide diversos temas fundamentais do país[55].

Um sistema político multipartidário como o brasileiro – em que mais de vinte partidos comumente possuem assentos no Congresso Nacional e usufruem do financiamento público e prebendas correlatas – permite a multiplicação de números de partidos que podemos denominar, seguindo Max Weber (1971), de partidos de patronagem. Esses partidos definem-se pela ausência de clareza política e ideológica e pela busca permanente de recursos e cargos,

[55] Ianoni (2017. p. 151) assinala que diversas decisões econômicas de enorme importância não passam pelo crivo do Legislativo. Como exemplos, o autor menciona o regime de metas de inflação (implantado por meio do Decreto Presidencial 3.088/1999) e a definição da taxa básica de juros definida pelo BC.

funcionando, assim, apenas como meio de acúmulo de poder e renda para seus membros, não representando efetivamente nenhum interesse de classe objetivo. Embora a definição esteja, no nosso entendimento, correta, concordamos com Boito (2018. p. 235) que tais partidos não são desprovidos de ideologia. Refestelam-se, sim, de todas as sinecuras possíveis, contudo, desde que os pilares da sociedade capitalista mantenham-se intactos. Não por acaso, os principais partidos de patronagem atuantes no início do primeiro mandato de Lula (PMDB, PPB, PL e PTB)[56] aliaram-se ao PT somente quando este partido abandonou seu antigo programa democrático-popular e adotou postura de aceitação parcial do modelo capitalista neoliberal (MARTUSCELLI, 2013)[57].

Dito isso, atentemo-nos, propriamente, às relações entre Executivo e Legislativo no primeiro mandato de Dilma Rousseff e particularmente com o PMDB. Singer (2018, p. 185) defende que a presidente adotou um *ensaio republicano*, que se caracterizava pela construção de mecanismos de combate à apropriação dos bens públicos pelos partidos de patronagem e seus aliados, sobretudo o PMDB. Corroborando a análise de Singer, Limongi (2017) pondera que a presidente bloqueou indicações do deputado peemedebista Eduardo Cunha para importantes empresas estatais, como Furnas, e ameaçou indicados do PMDB e de demais partidos de patronagem em outras estatais, como a Petrobras. Entendemos que, sob a retórica do republicanismo, o governo buscou operar um realinhamento partidário, cujo objetivo central era enfraquecer o peso do PMDB na coalizão governista. As contradições entre os dois partidos já estavam postas naquelas circunstâncias[58].

Em primeiro lugar, é importante fazer alguns apontamentos sobre a composição do Congresso Nacional na Legislatura 2011-2015 e especialmente da bancada do PMDB[59]. No

[56] Descendente da antiga Arena da Ditadura Militar, o PPB incorporou diversas legendas menores e mudou de nome várias vezes no curso de sua história. Entre 1995 e 2003, denominou-se Partido Progressista Brasileiro (PPB). Neste ano, retirou o brasileiro e permaneceu apenas com o nome de Partido Progressista (PP). Em 2017, desgastado com o avanço da operação Lava Jato, o partido mudou de nome novamente. Dessa vez, à moda estadunidense, intitulou-se somente Progressistas. O Partido Liberal (PL) nasceu na década de 1980, como um partido programática e ideologicamente vinculado ao liberalismo econômico. Essa foi a tônica da campanha de Guilherme Afif Domingos à presidência em 1989, assessorada inclusive, pelo ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), Paulo Guedes. Durante a década de 1990, o discurso claramente neoliberal foi secundarizado e o partido firmou-se, sob o comando do deputado Valdemar Costa Neto, como um partido basicamente de patronagem. Em 2006, o PL fundiu-se ao PRONA e transformou-se em Partido da República. Em 2019, retornou ao nome de Partido Liberal (PL). O PTB, a despeito de utilizar o mesmo nome do partido existente entre 1945 e 1965, foi refundado na década de 1980 como uma legenda conservadora e voltada prioritariamente à patronagem.

[57] A respeito da trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) e as mudanças ideológicas, programáticas, organizacionais e eleitorais pelas quais o partido passou em 40 anos de história, consultar, dentre outros: Amaral (2010) e Secco (2011).

[58] As ponderações do Prof. Dr. Danilo Martuscelli no Exame de Qualificação foram essenciais para a construção deste argumento do realinhamento partidário. Registro aqui meu agradecimento.

[59] Os dados aqui mencionados foram coletados no documento "Radiografia do Novo Congresso – 2011-2015" elaborado pelo DIAP (2015).

pleito de 2010, a taxa de renovação do Congresso foi de 45% (43,8% na Câmara e 45,6% no Senado). A base do governo no Legislativo cresceu em comparação com a oposição. A coalizão formal do governo Dilma na Câmara era bastante heterogênea e contraditória e distribuía-se pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PP, PR, PSB, PDT, PSC, PCdoB, PRB, PTC, PTB, PV, PMN, PTdoB, PHS, PRTB, PRP e PSL. Formalmente na oposição, reuniam-se os seguintes partidos: PSDB, DEM, PPS e PSOL. No Senado, o apoio formal ao governo distribuía-se por: PMDB, PT, PP, PDT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PSC, PTB e PMN e somava aproximadamente 62 senadores, dos quais 55 eram de apoio consistente. Na oposição, perfilavam-se os mesmos partidos oposicionistas da Câmara. Registre-se que, com amplas maiorias, o governo Dilma foi exitoso em eleger seus candidatos para as presidências da Câmara e do Senado em 2011, respectivamente Marco Maia (PT) e José Sarney (PMDB).

A Câmara eleita em 2010, em sua maioria, congregava parlamentares com experiência política anterior e fonte de renda não-assalariada. Nesse sentido, eram majoritários os empresários e, em segundo lugar, os profissionais liberais. Segundo os critérios estabelecidos pelo DIAP, foram eleitos 252 empresários e 139 profissionais liberais. Os empresários eleitos não formavam um grupo coeso e provinham de diferentes setores como a agricultura, o comércio, a indústria etc. Entre os 139 profissionais liberais, destacavam-se, sobretudo, os advogados, engenheiros e médicos. 99 deputados eram assalariados, como professores, servidores públicos, procuradores, delegados, bancários etc. A bancada eleita em 2010 confirmou o estudo de Leôncio Martins Rodrigues (2002) sobre a composição da Câmara Federal. De forma geral, os empresários e profissionais liberais estão mais concentrados em partidos por ele considerados de direita e centro (DEM, PMDB, PP, PSDB, PTB etc) e os assalariados em partidos de esquerda, como PCdoB e PT.

O PMDB, que elegeu em 2010 uma bancada de 79 deputados, era o partido com maior número de empresários (45 ao todo, 39 urbanos e 6 rurais). A despeito da aliança exitosa com o PT na eleição presidencial, a bancada do partido encolheu, se comparado com o pleito de 2006, ocasião em que a legenda somou 90 eleitos. Os partidos de oposição, como PSDB, DEM e PPS, também apresentaram declínio eleitoral significativo (16,9%). Por outro lado, PT, PDT, PCdoB e PSB ampliaram suas bancadas em relação ao pleito de 2006. No Senado, a tendência geral foi a mesma. Com a única diferença que neste âmbito o PMDB manteve a maior bancada (21 senadores, dos quais 8 eram empresários). Na Câmara, além da perda quantitativa, o partido também perdeu nomes importantes que não se reelegeram; foram derrotados em pleitos para outros cargos ou eleitos para outros postos, caso do próprio Michel Temer. Destacam-se nesse sentido: Eliseu Padilha (RS), Geddel Vieira Lima (BA), Ibsen Pinheiro (RS) e Jader Barbalho

(PA). No Senado, nomes importantes da bancada tiveram mandatos renovados como Renan Calheiros, Romero Jucá e Valdir Raupp. E foram eleitos Eduardo Braga (AM), Eunício Oliveira (CE), Luiz Henrique (SC) e Roberto Requião (PR).

A bancada empresarial, destacando-se a ruralista, cresceu no Congresso Nacional entre as eleições de 2006 e 2010. Outra bancada que representou importante crescimento em 2010 foi a bancada evangélica: passou de 36 congressistas eleitos em 2006 para 73 em 2010. Nove congressistas do PMDB integravam a bancada evangélica, perdendo em número de membros na bancada apenas para PSC (11), PR (11) e PRB (10). Portanto, vê-se um fenômeno importante: mesmo no auge da popularidade de Lula, o Congresso eleito em 2010 era mais conservador e comprometido com pautas empresariais do que o anterior. Outro fato importante é que esta ampliação ocorrera no interior da coalizão governista, dado que os partidos de oposição haviam declinado naquele pleito. Saliente-se ainda que o PT elegeu 88 deputados (17,1% dos assentos disponíveis). Dessa forma, o governo Dilma, com a força do próprio PT, estava longe mesmo de constituir maioria simples. Nesse sentido, teria que apostar em uma coalizão muito ampla e heterogênea, com destaque para o PMDB. Em 2010, 23 partidos lograram assento na Câmara e somente três tinham mais de 10% das cadeiras: além do PT acima mencionado, o PMDB tinha 15, 3% e o PSDB reunia 10,3%. O restante dos partidos somava menos de 10 % das vagas disponíveis.

No primeiro ano de mandato, o governo Dilma iniciou seu realinhamento no interior da coalizão parlamentar. Após denúncias de desvios, a presidente demitiu os ministros Pedro Novais e Wagner Rossi, respectivamente aliados de Sarney, então presidente do Senado, e Michel Temer, vice-presidente. No contexto do que a imprensa denominou “faxina ética”, outros ministros indicados por partidos da base foram demitidos depois de denúncias de corrupção: foi o caso de Alfredo Nascimento (PR), aliado dos governos petistas desde 2003; tal demissão repercutiu no partido, que declarou independência no Parlamento no período. Os ministros Mário Negromonte (PP) e Carlos Lupi (PDT) foram retirados no governo nesse mesmo processo. Nem mesmo o petista Antonio Palocci escapou, sendo demitido da chefia da Casa Civil (SINGER, 2018. págs. 186 e 187).

Assim como no caso de Furnas, Dilma também retirou da Eletrobras um aliado de Sarney e nomeou um presidente de perfil tecnocrático. Na Petrobras, em 2012, a presidente nomeou uma técnica de carreira, Graça Foster, para a presidência da estatal e substituiu todos os diretores que anos depois seriam implicados na operação Lava Jato: Paulo Roberto Costa, Jorge Zelada e Renato Duque, nomes vinculados aos principais partidos da base governista. Como resultado, o deputado Maurício Quintella do PR, aliado de Eduardo Cunha e futuro

ministro dos Transportes do governo Temer, pediu à comissão de Minas e Energia da Câmara Federal que solicitasse uma investigação ao TCU sobre a compra da refinaria de Pasadena, localizada nos Estados Unidos, e adquirida pela Petrobras em 2006. O objetivo evidente era desgastar Dilma, presidente do Conselho de Administração da estatal na época da compra, atribuindo-lhe uma avaliação equivocada em um negócio possivelmente fraudulento. No ano seguinte, 2013, em consonância com o pedido de Quintella, a bancada do PMDB na Câmara apoiou a criação de uma CPI sobre a Petrobras.

Além disso, o PMDB promoveu ainda derrotas importantes para o governo durante a legislatura. Por exemplo, na votação do Código Florestal de 2011, quando Henrique Eduardo Alves liderava a bancada, o partido, com ampla participação na bancada ruralista, apoiou a emenda que preconizava plantações e pastos criados até meados de 2008 como áreas de preservação permanente, o que, poderia ser entendido como "uma anistia potencial aos desmatadores", à revelia do Executivo (SINGER, 2018. págs. 189 e 190). Ou seja, no escrutínio deste tema, a bancada do PMDB vocalizou os interesses de frações da burguesia agrária. Destaque-se que o partido, tradicionalmente heterogêneo e dividido em diversas questões, votou em uníssono nesta matéria.

Em 2013, de acordo com o rodízio acordado, Henrique Eduardo Alves assumiu a presidência da Câmara e Eduardo Cunha o sucedeu na liderança do PMDB. A presença de dois aliados de Temer em posições-chave no Parlamento conferiu maior solidez ao grupo que se opunha ao governo no interior da base. Fato legislativo notório foi a extensa negociação entre a liderança do governo e Cunha durante a tramitação Medida Provisória dos Portos (MP 595/2012), situação em que restou ao governo atender aos apelos do aliado. Neste caso, o elementar para a liderança do PMDB era permitir que uma antiga empresa associada ao vice-presidente Temer pudesse continuar operando no porto de Santos. Tal empresa, no ano seguinte, doou R$ 1,5 milhão e meio de reais para a campanha eleitoral do PMDB, sendo um terço disso para o PMDB do Rio de Janeiro, estado onde Eduardo Cunha concorreria. Após a votação sobre a MP dos portos, Cunha declarou que o partido ambicionava participar das formulações do governo, tal como acontecia no governo Lula. Dessa forma, antecipando a defesa da candidatura de Lula em 2014, que ficaria mais forte no partido e em parte do PT depois da queda da popularidade do governo Dilma após as manifestações de junho de 2013 (SINGER, 2018. págs. 190 e 191).

Aglutinando as insatisfações na base aliada da Câmara, Cunha, então líder do PMDB, formalizou, no início de 2014, um bloco parlamentar independente que contava, além do próprio PMDB, com PP, PROS, PR, PTB, PSC e SD. Em seu primeiro teste, a bancada

suprapartidária dirigida por Cunha aprovou por 267 votos contra 28 a aprovação de uma comissão externa para a apuração dos desvios na Petrobras. Já no início de 2014, Cunha defendia o fim da aliança com o PT e, em junho daquele ano, a convenção interna do partido deliberou a continuidade da aliança com uma margem bastante estreita: 59% contra 41% (PASSARINHO, 2014). Também no ano de 2014, o PMDB, incluindo a bancado do Senado, atuando junto com a oposição, aprovou a abertura da CPMI da Petrobras (SINGER, 2018. págs. 192 e 193).

Segundo dados agregados pelo cientista político Fernando Limongi (2015), a taxa de apoio do PMDB às medidas do Executivo girou em torno de 80% na primeira década de governos petistas. O percentual inicia sua queda em 2012 e, a partir de fevereiro de 2013, quando Eduardo Cunha assumiu a liderança do partido na Câmara, a taxa ficou em uma média de 60%. Ou seja, na avaliação deste autor, o início do realinhamento peemedebista está relacionado diretamente ao maior protagonismo de Cunha na legenda. Descrito por Limongi, em uma análise excessivamente personalista do processo político, como um agente inescrupuloso cuja sanha de poder e riqueza material não possuía limites éticos, Cunha foi um eficiente galvanizador de forças políticas que se opunham ao governo petista. Evangélico neopentecostal, soube representar os interesses e valores ideológicos de parte deste setor que se opunha à política praticada pelos governos petistas em relação às mulheres e aos negros[60]. Liderança do mais importante partido de patronagem brasileiro, soube representar os interesses do baixo clero parlamentar e reivindicar seus pleitos por cargos na burocracia pública e recursos. Por fim, como político historicamente vinculado à ordem burguesa e às forças políticas conservadoras, soube representar suas demandas e, oficialmente na base do governo, trabalhou para minar o mandato da presidente Dilma. Contudo, não se pode atribuir somente à conduta pessoal de Cunha o realinhamento político do PMDB. Esse evento relaciona-se com a crescente insatisfação burguesa com o governo Dilma, a piora dos índices econômicos, a menor popularidade governamental, dentre outros[61].

[60] Os governos Lula e Dilma estabeleceram relações ambivalentes com esses movimentos e demandas, pela própria natureza dos compromissos políticos que assumiu com forças sociais conservadoras, inclusive setores do neopentecostalismo, como a Igreja Universal do Reino de Deus. Medidas como a implementação de cotas raciais nos vestibulares das universidades e concursos públicos e a sanção da Lei Maria da Penha (11.430/06) foram reivindicações importantes atendidas. Entretanto, por conta dos compromissos acima citados, a discussão sobre descriminalização do aborto manteve-se estagnada e o governo foi pouco atento à questão do encarceramento de negros e à violência policial. Dessa forma, as medidas foram tímidas, embora não desimportantes, e geraram oposição contundente por parte dos setores conservadores, embora estivessem longe de solucionar estruturalmente os problemas que afligem mulheres e negros no país.

[61] Em 13 de agosto de 2014, após a morte do candidato Eduardo Campos (PSB), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) – ex-líder dos governos FHC, Lula e Dilma no Senado – declarou o seguinte: “Fui líder do FHC, líder do Lula e líder no começo do governo da Dilma, mas sou economista. Vou dizer a vocês com muita sinceridade: do jeito

Observe-se que o personalismo pouco ajuda na análise política e oculta dados importantes da realidade. Não foi Eduardo Cunha quem transformou o PMDB em um partido político burguês. Ao contrário, as características precedentes deste partido permitiram que um político com as suas características ganhasse proeminência nacional. Diferentemente do PSDB, que, após o plano real, fixou-se como efetivo representante do capital internacional e da burguesia a ele integrada na cena política nacional, o PMDB possuía outra configuração, congregando setores completamente heterogêneos que iam da representação do pequeno e médio capital nacional e da burocracia de Estado até políticos muito associados ao programa do PSDB, caso do próprio Michel Temer. Ademais, o partido é poroso à inserção massiva de políticos carreiristas, que fazem da política um meio de vida e, embora conservadores, não possuem ligação orgânica com nenhuma classe ou fração de classe específica. É importante ponderar que, a despeito dessa ausência de relação efetiva de representação, esses políticos, da mesma forma que os funcionários da burocracia estatal, dependem do *modus operandi* do Estado capitalista para auferir seus ganhos de renda e prestígio. Nesse sentido, seguindo a indicativa de Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Saes (2001. p. 86) pondera que o "parasitismo" não é um traço aleatório e infrequente do Estado capitalista, distintamente, "ele se configura como uma prática inerente a esse tipo histórico de Estado, bem como funcional para a reprodução da dominação política capitalista".

Um último aspecto muito importante dessa conjuntura foi a tentativa da presidente Dilma de criar uma base governista alternativa ao PMDB. Neste intento, o governo federal acolheu o PSD[62], partido criado pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na coalizão

---

que o governo tá tocando a economia, não voto no PT, não voto na Dilma (...). A gente tinha duas opções de voto: era o Aécio e o Eduardo. Hoje perdemos uma. Não quero influenciar ninguém, mas eu vou falar meu voto. Eu vou votar no Aécio". Comparando os governos Lula e Dilma, analisou: "Lula fazia, ou faz, um discurso social, às vezes quase socialista, na divisão de renda, nos predicados que buscam igualdade, mas a prática dele é capitalista (...). No governo da Dilma, essa linha deu uma guinada. E por que essa linha deu uma guinada? Porque a Dilma tem um discurso socialista e a prática dela é socialista. Você tem um governo ideológico na forma de comandar a economia. E ideologia, centralização, estatização não combina com o capitalismo. Isso dá certo na Albânia, no Cazaquistão, em alguns lugares onde a visão é outra". O senador ainda ponderou que o PT reduzia a produtividade da economia porque aumentava direitos sociais. Em suas palavras: "Estamos discutindo aqui, no mercado nacional, a competitividade do produto brasileiro com o produto chinês, que não tem [pagamento de] INSS, licenciamento ambiental, que não tem nenhum tipo de custo direto" (BALZA, 2014).

[62] O Partido Social Democrático (PSD) foi criado em 2011 por iniciativa, sobretudo, do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. A sigla congregou parte da oposição parlamentar, sobretudo do DEM, e oriundos de partidos menores que pretendiam integrar-se à base governista de Dilma Rousseff. Sendo um típico partido de patronagem, com a devida retificação que julgamos pertinente ao conceito, o PSD foi eficiente em aglutinar interesses políticos e econômicos locais e cresceu rapidamente. Angariou 497 prefeituras em 2012, 538 em 2016 e 654 em 2020 e conta com importante bancada na Câmara dos Deputados. No último pleito, elegeu 34 deputados, o mesmo número que o MDB, e ficou atrás somente do PT (56 parlamentares), PSL (52 parlamentares) e dos Progressistas (37). Tais dados estão disponíveis na plataforma eletrônica do TSE. Sobre a ausência de programa político definido e de uma ideologia coesa, se tornou conhecida a declaração de Kassab quando da fundação do partido: "O partido não será nem esquerda, direita ou centro". Jornal O Estado de São Paulo, 29 de março de 2011.

e incentivou o crescimento legislativo da sigla. A situação gerou enorme desgaste com o PMDB, que temia perder seu espaço de interlocutor preferencial dos partidos de patronagem e receptáculo mais importante dos recursos e cargos públicos. Kassab pretendia contar com o apoio do governo federal para recriar o antigo Partido Liberal e em seguida unificá-lo com o PSD, transformando, assim, este partido em um dos maiores do Congresso Nacional, atraindo setores da oposição e de demais partidos da base, como o próprio PMDB (ALMEIDA, 2016).

Em suma, em seu primeiro mandato, o governo operou um realinhamento político cujo objetivo era diminuir a dependência em relação ao PMDB e de demais partidos médios de patronagem como PP e PR no âmbito parlamentar. Nesse sentido, a ascensão e fortalecimento do PSD teria a função de fragmentar ainda mais a base aliada e diminuir a capacidade particular de barganha de cada um. Como pudemos ver acima, o processo ganhou forte oposição do PMDB e de partidos como PP e PR, contudo, neste primeiro mandato, os partidos não lograram senão derrotar o governo ou gerar dificuldades em questões pontuais. No primeiro mandato de Dilma, a despeito dos desgastes ocorrentes na frente policlassista que sustentava o governo (ver seção 1 deste capítulo), ainda não havia um rompimento da grande burguesia interna com o governo petista (BASTOS, 2017; BOITO, 2018). Como vimos no capítulo 01, o PMDB é um partido com maiores vínculos com a burguesia interna do que o PSDB. Nesse sentido, seu apoio à reeleição de Dilma em 2014, ainda que com grau muito menor de homogeneidade partidária, reverberou também a manutenção, ainda que com maior instabilidade, das relações daquele governo com o grande capital interno. Como veremos nos próximos capítulos, o realinhamento do PMDB para a oposição ocorreu *pari passu* com a erosão do apoio da grande burguesia interna ao governo durante a crise do segundo governo Dilma. A despeito de não ser a ênfase do nosso trabalho, consideramos inoportuno avaliar o primeiro governo Dilma sem descrever, ainda que de forma breve, as manifestações do junho de 2013, que ilustraram diversas contradições novas que emergiam no processo político naquele momento e outras que estavam latentes desde o início do governo Lula. Faremos isso na próxima seção.

2.3. Protestos de Junho de 2013: composição social, clivagens ideológicas e instabilidade política

Na análise de Singer (2018. p. 99), os acontecimentos “inesperados” de junho de 2013 dividem o governo Dilma em dois períodos bem delimitados. Antes do ciclo de protestos eclodido naquele mês, a presidente apresentava altas taxas de aprovação nas pesquisas de opinião pública e o partido do governo havia tido um bom desempenho nas eleições municipais

de 2012[63]. Antes das manifestações, Dilma chegou a alcançar 57% de aprovação e após os eventos daquele mês declinou ao percentual de 30%. Ainda que tenha se recuperado parcialmente nos meses seguintes, inclusive logrando a reeleição, o governo não voltou a atingir o desempenho do primeiro período em tais pesquisas. Advertimos que consideramos equivocada a concepção de que a crise do segundo governo Dilma e a deposição foram apenas desenvolvimentos diretos dos acontecimentos de junho. Contudo, pontuamos que aquele período ilustrou a presença de novas contradições no processo político e o agravamento de algumas que já estavam latentes durante os governos petistas, o que fez com que o governo passasse à uma condição de defensiva política[64].

O fenômeno presente nas ruas em junho é complexo porque marcou o encontro entre correntes ideológicas e frações sociais bastante distintas: por um lado, parte da esquerda que fazia oposição aos governos petistas, protagonizada pelo MPL, buscou galvanizar a insatisfação de setores populares jovens que esbarravam na dificuldade de continuar ascendendo socialmente[65] e, por outro vértice, a alta classe média que bradava contra as políticas dos governos do PT, que entendiam como corruptas e populistas (TATAGIBA, 2017; 2018). A alteração no comportamento político de parte da classe média no primeiro semestre de 2013, hipoteticamente, pode estar associada à uma alta da inflação e ao encarecimento de alguns itens bastante importantes para esta classe social, como as escolas particulares e serviços como faxineiras e passadeiras (BASTOS, 2017; CARVALHO, 2018; CAVALCANTE, 2015).

Na primeira fase das manifestações, convocadas pelo MPL (Movimento Passe Livre) – movimento de caráter autonomista e defensor da tarifa zero – havia um objetivo específico que era a redução do preço da tarifa de ônibus. Não por acaso, o movimento convocava manifestações do gênero sempre que se anunciava aumento de tarifas e, no caso específico de junho de 2013, o que acabou gerando repercussão maior foram os episódios de violência policial

[63] Historicamente, o PT logrou melhor desempenho nas eleições presidenciais do que nos pleitos legislativos e para os Executivos municipais e estaduais. Com a máquina do governo federal em mãos, o partido capilarizou-se eleitoralmente pelo país com maior intensidade. Nesse ano de 2012, o PT conquistou 636 prefeituras, seu melhor percentual registrado. Em comparação, o partido granjeou respectivamente 200, 411, 557, 261 e 183 nos pleitos municipais de 2000, 2004, 2008, 2016 e 2020. Esses dados estão disponíveis na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral.

[64] Felipe de Queiroz Braga (2016) realizou uma detalhada pesquisa sobre os protestos de junho de 2013. O autor relata como se construiu o trabalho de base do MPL (Movimento Passe Livre), a discussão do movimento sobre o direito à cidade e a pauta da tarifa zero; por fim, apresenta uma descrição auspiciosa das manifestações.

[65] O primeiro semestre de junho registrou um aumento pequeno no desemprego e, mesmo antes das manifestações, a expectativa de que esse índice cedesse havia se reduzido de 41% para 27% (SINGER, 2018. p. 101). Segundo Jessé Souza (págs. 87-88), em seu início, os protestos compunham-se, predominantemente, de estudantes de classe média e jovens da periferia. O descontentamento desses jovens relacionava-se com sua paradoxal situação: aumentaram seu cabedal de escolaridade e não encontravam empregos que remunerassem de acordo com o percurso escolar mais extensivo e qualificado. Em artigo de opinião na *Folha de São Paulo*, o sociólogo Marcelo Ridenti (2013) no decorrer das manifestações, apresentou análise similar.

nas primeiras manifestações, sobretudo no dia 13 de junho. Tal fato repercutiu socialmente de forma intensa e aumentou significativamente o número de presentes na segunda fase dos protestos (17, 18, 19 e 20 de junho), alterando tanto as características sociais dos manifestantes quanto sua pauta de reivindicações.

A partir do dia 17 de junho houve uma mudança completa na cobertura da imprensa monopolista sobre os protestos, passando da criminalização do movimento e do rechaço de sua reivindicação inicial para uma tentativa de direcioná-lo para uma pauta genérica de crítica à corrupção estatal e uma maior ênfase no governo federal (SOUZA, 2016). Naquela semana disseminaram-se pautas como: arquivamento da PEC 37 (emenda constitucional que mitigava a prerrogativa investigativa do Ministério Público), os gastos da Copa do Mundo, a alta da inflação e o aumento do custo de vida. Além disso, deve-se lembrar do sentimento antipartidário e antipolítico que se engendrou no período. No dia 19 de junho, atônitos pelo volume e repercussão das manifestações, conjuntamente, a prefeitura de São Paulo e o governo do estado anunciaram a redução das tarifas. Neste momento, o MPL, alegando já ter atingido o objetivo dos atos, declarou que estava se retirando e, durante aquela semana, aprofundou-se um fenômeno importante que era a expulsão de militantes de organizações da esquerda das manifestações por agrupamentos vestidos de verde e amarelo, a mesma indumentária que povoou os atos contra Dilma dois anos depois (BRAGA, 2016; SINGER, 2018).

Diante do impacto dos eventos, o governo foi impelido a dar uma resposta aos protestos. No dia 24 de junho, em discurso transmitido em cadeia nacional, a presidente propôs um pacto em torno de medidas nas áreas de educação, saúde pública, transporte, responsabilidade fiscal e a realização de um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para tratar da reforma política[66]. O conteúdo do discurso e das propostas, errático e ziguezagueante, ganhou essa forma exatamente pela multiplicidade de interesses que a presidente pretendia atender com aquela exposição. Por conta da ofensiva neoliberal restauradora promovida pelo capital estrangeiro e a burguesia associada, prometia-se responsabilidade fiscal e higidez na administração do erário público. Para reduzir o ímpeto dos setores populares presentes nos protestos, garantia-se maior investimento nos serviços sociais. Por outro lado, para atender o difuso pleito da classe média contra a corrupção, a presidente defendeu que esta se transformasse em crime hediondo e acelerou-se a tramitação da Lei

[66] Detalhes do discurso de Dilma em: "Leia a íntegra do pronunciamento de Dilma Rousseff. BBC News Brasil, 21 de junho de 2013" e Fellet (2013).

12.850, legislação que logrou regulamentar o uso da delação premiada, recurso que posteriormente tornou-se elemento fundamental das práticas jurídicas da operação Lava Jato[67].

A proposta em torno da possível consecução de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política é um caso à parte. O Executivo propunha que a população pudesse decidir sobre os seguintes temas: modalidade de financiamento das campanhas eleitorais (público, privado ou misto), sistema eleitoral (proporcional ou distrital), fim da existência da suplência para o cargo de senador, manutenção ou encerramento das coligações partidárias e fim do voto secreto no Congresso Nacional[68]. Hostilizada desde o início pelo vice Michel Temer, o governo recuou da ideia da convocação do plebiscito e o assunto não avançou mais durante o primeiro mandato de Dilma[69]. O comportamento de Temer, neste contexto, confirma a tese de Guilherme (2020), Nobre (2013) e Singer (2012) de que o PMDB, no interior da base governista, funcionava como um partido bloqueador de quaisquer medidas políticas progressistas mais estruturantes. Sem conseguir responder efetivamente as reivindicações das diferentes classes e frações de classes sociais que protestaram no período, a presidente seguiu manejando, de forma instável, a base social e política erigida nos governos Lula e as contradições políticas e econômicas continuaram se avolumando.

2.4. Eleição presidencial de 2014: divisões burguesas no processo eleitoral e coalizão instável entre PMDB e PT

O segundo biênio de Dilma (2013-2014), diferentemente do primeiro, é marcado pela instabilidade política. Somadas à insatisfação do capital estrangeiro e da fração bancária interna com as diretrizes da nova política econômica, a presidente contava também com realinhamentos em sua base parlamentar – destacando-se o "blocão" liderado por Cunha, o abandono do PSB da coalizão e a intenção deste partido de disputar a eleição presidencial de 2014 com candidatura própria –, insatisfações na fração industrial da grande burguesia interna,

[67] O instrumento da delação premiada apareceu na legislação brasileira pela primeira vez no ano de 1990 com a promulgação da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). Sendo objeto de regulamentação diversas vezes, o instrumento ganhou acabamento no governo Dilma e desde então seu uso multiplicou-se no processo investigativo.
[68] Esse debate reapareceu na conjuntura de 2015, quando criou-se uma celeuma entre o governo e o PMDB acerca da matéria. O partido do vice-presidente, naquela conjuntura, defendeu dois aspectos aos quais o PT historicamente se opunha: o financiamento empresarial de campanhas e uma versão específica do sistema eleitoral distrital – que ficou conhecida na imprensa como "distritão" – e que reforçava ainda mais os problemas do sistema vigente, como a pouca importância do partido nas eleições legislativas e a personalização do processo político.
[69] Durante os governos Lula, diversas propostas foram apresentadas pelo Executivo a respeito desta temática. Contudo, como não foi ativada uma forte discussão na sociedade que fosse capaz de exigir do Parlamento a apreciação e votação das medidas, elas não foram levadas ao plenário. Cite-se aqui a PL 4.634/09 (que estatuía o financiamento exclusivamente público de campanha), a PL 4.635/09 (projeto que estabelecia regras mais rígidas de fidelidade partidária), a PL 4.636/09 (que instituía a lista partidária nas eleições parlamentares), a PL 4.637/09 (que encerrava as coligações proporcionais para cargos legislativos) e a PEC 322/09 que discutia cláusulas de barreira e desempenho.

diminuição de apoio popular e, ainda, insatisfações crescentes no interior das Forças Armadas, no contexto da implementação da Comissão Nacional da Verdade em 2011[70].

Em 2014, tanto o capital internacional quanto a grande burguesia interna concentraram seus discursos em torno da necessidade de ajuste fiscal seletivo – centrado nos gastos sociais, direitos trabalhistas, previdenciários e no funcionalismo público – entretanto, consideramos equivocada a tese de Singer (2018) que se construiu uma unidade burguesa em torno da deposição de Dilma ainda antes do processo eleitoral de 2014. Aliás, contra essa tese, pondera Bastos (2017) que a candidatura à reeleição da presidente recebeu oficialmente mais recursos empresariais que a candidatura de Aécio Neves e que, portanto, seria incorreto afirmar que os laços de representação com o conjunto da burguesia haviam se rompido completamente.

Segundo avaliação de Valle (2019), a burguesia financeira associada e a burguesia interna bancária apoiaram diferentes candidaturas[71]. A primeira posicionava-se, sobretudo, contra a reeleição da presidente e mostrou disponibilidade em apoiar as candidaturas mais viáveis eleitoralmente, apostando primeiro em Marina Silva e posteriormente em Aécio Neves. Tal posição aferiu-se a partir do exame do comportamento destes agentes na bolsa de valores entre março e outubro de 2014, bastante suscetível às metamorfoses do período eleitoral. Pontua o autor que, em relatórios de bancos internacionais como Santander, HSBC e Citigroup, apresentava-se, de forma praticamente explícita, preocupação com a "ingerência" do governo por meio das empresas estatais e projeções pessimistas (quedas nas bolsas e deterioração nos fundamentos da política econômica) em caso de reeleição de Dilma.

Registre-se que a fração bancária da grande burguesia interna, após a querela com o governo em 2012 acerca de temas como o *spread* bancário e a redução de juros, dividiu-se. O Itaú posicionou-se claramente na oposição, tendo inclusive seu presidente Roberto Setúbal dado declarações a favor da candidatura de Marina Silva, enquanto sua irmã, a acionista Maria Alice Setúbal, participou da redação do programa da candidata do PSB. Por outro lado, o Bradesco

[70] Por tratar-se de uma corporação burocrática insulada e regida pelos princípios da hierarquia e disciplina (MARTINS FILHO, 2020), mapear as movimentações ideológicas e políticas no interior das Forças Armadas não é tarefa fácil. Contudo, pode-se aferir tais movimentações, em alguma medida, pelo comportamento e discurso de oficiais. Destacaríamos, por exemplo, as declarações do General Carlos Bolívar Goellner, então comandante do Comando Militar do Sul (CMS), no dia do segundo sepultamento do ex-presidente João Goulart em São Borja (RS) no ano de 2013. Questionado se o fato poderia ser entendido como uma retratação histórica por parte dos militares, respondeu Goellner, irritadiço: "Nenhuma retratação. Nenhum erro histórico (a reparar). A história não comete erros" (NASSIF, 2013). No final de 2014, Sergio Etchegoyen, general da ativa do Exército, assinou nota pública criticando a forma como a Comissão procedeu no caso de seu pai Leo Etchegoyen, general atuante no período da Ditadura Militar (Fonte: General critica inclusão do pai em lista da Comissão da Verdade. Portal G1, 11 de dezembro de 2014).

[71] Segundo Valle (2019. p. 36) a burguesia interna bancária reúne os bancos comerciais nacionais e a burguesia financeira associada se ramifica, fundamentalmente, no mercado de capitais.

não se posicionou explicitamente e adotou postura discreta durante o pleito. Em seguida, contudo, ficaram evidentes suas relações com o governo após a escolha de um ministro da Fazenda vinculado ao banco, a aproximação da presidente com os dirigentes da instituição (Luiz Carlos Trabuco, que chegou a ser convidado para o Ministério, e Lázaro Brandão, presidente do Conselho de Administração) e a chancela do Bradesco à reorientação de política econômica do governo. Dilma já vinha tendo interlocução próxima com a direção do Bradesco desde 2013 (ALMEIDA, 2016; VALLE, 2019).

A Fiesp, desde 2013, vinha alterando o conteúdo de suas posições políticas de forma mais contundente. A entidade deslocou-se para uma posição mais acentuadamente crítica e demandas como a reforma da previdência e necessidade de redução dos gastos públicos apareciam com destaque. O combate ao "custo Brasil", especialmente reclamações quanto à infraestrutura e sobre a valorização do câmbio, tornaram-se frequentes (PERRIN, 2020). Uma questão importante neste debate é que houve, no ciclo petista, sobretudo a partir de 2008, uma melhora nas condições de reivindicação dos trabalhadores, dentre outras razões, pela crescente formalização do mercado de trabalho, contexto econômico mais favorável e queda do desemprego. Ou seja, diferentemente da década de 1990, quando o movimento sindical encontrava-se em uma posição de defensiva, passara-se, naquele período, para uma posição de ofensiva com obtenção de muitos acordos de reposição salarial bastante acima da inflação do período. Além dessa questão, as reivindicações ampliaram-se e incluíam participação nos lucros e resultados (PLR) e planos de cargos e salários. Segundo Boito (2018), as greves concentravam-se sobretudo na indústria. Por exemplo, no conjunto de 1112 greves realizadas no setor privado em 2013, 558 ocorreram no setor industrial. Isso devia-se ao fato deste ramo contar com uma fração da classe trabalhadora mais organizada, com maiores taxas de qualificação e formalização. Houve, a partir de 2011, um aumento de greves no setor que se estendeu até 2013, declinando a partir daí. O inverso ocorreu em outros setores, como o de serviços (PERRIN, 2020. p. 104).

Pedro Paulo Bastos (2017) concorda que o maior poderio econômico e político dos trabalhadores gerou, a partir de 2013, um processo ascendente e consistente de insatisfação em setores amplos da burguesia e da classe média, afinal, o número de greves aumentara de forma absoluta e havia um robusto percentual de greves ofensivas. Marquetti, Hoff e Miebach **(**2017) examinam queda consistente na taxa líquida de lucro desde 2011 e observam que o percentual se agravou a partir de 2013. Registre-se que, entre 2010 e 2014, a taxa caiu em uma média de 7% ao ano. Em um ambiente de aumento de greves e aumentos salariais acima da inflação, acompanhado de seguidas quedas nas taxas de lucro, ganha força a hipótese que o estopim da

instabilidade política foi o conflito distributivo de classe e o governo Dilma passou a ser enquadrado pelos empresários como um ente mancomunado com as forças antagônicas, a saber, os trabalhadores (PERRIN, 2020. págs. 109 e 110).

Benjamin Steinbruch, durante seu período interino na presidência da Fiesp (entre junho e outubro de 2014), bradou por alterações na legislação trabalhista como forma de reduzir os custos das empresas e aumentar a competitividade, dessa forma, atendendo as aspirações da burguesia que vinham, de forma mais contundente, desde 2013[72]. Após novo aumento na taxa de juros em outubro de 2014, a Fiesp subiu o tom contra a política monetária, não restringindo a crítica ao BC e ao Copom, mas ampliando para o governo federal enquanto conjunto. Na ocasião, a Fiesp publicou uma nota afirmando que o modelo havia se esgotado e que o país precisava de uma nova política calcada no controle dos gastos públicos (PERRIN, 2020). A posição do presidente interino da Fiesp assemelhava-se ao entendimento de 78% dos empresários do setor industrial, segundo levantamento do Valor Econômico, arrolado por Oliveira, Dallacorte, Molinari e Herscovici **(**2018). Esses empresários eram críticos ao governo, sobretudo no que se referia aos temas: ações regulatórias, aumento de impostos e desorganização na gestão das políticas setoriais e macroeconômicas.

Na análise de Singer (2018), os industriais afastaram-se do governo porque temiam um Estado forte com protagonismo das forças populares. Por sua vez, Boito (2018) compreende que o realinhamento da fração interna da burguesia deveu-se a um processo de cooptação (também ideológica) por parte da burguesia associada e do capital estrangeiro em um ambiente de acirramento do conflito distributivo e enfraquecimento do governo causado pela ofensiva da fração alinhada com o neoliberalismo ortodoxo. Pondera este autor que a base da instabilidade política daquele período estava no conflito distributivo de classes, ou seja, incidia-se na disputa pela apropriação da riqueza e da renda.

Nesse contexto de aguçamento do conflito distributivo de classes, ofensiva restauradora do grande capital internacional e da burguesia integrada com a alta classe média como base de apoio, instabilidade na relação de representação entre a fração interna da burguesia e o governo Dilma, piora dos índices econômicos e um nascente esgotamento dos efeitos das políticas

[72] Repercutiu bastante a entrevista de Steinbruch à *Folha de São Paulo* no dia 29 de setembro de 2014. O empresário protestou virulentamente contra a CLT e os altos custos da força de trabalho no Brasil. Disse o presidente interino da Fiesp: "Por exemplo, se você vai hoje em uma empresa nos Estados Unidos, aqui a gente tem uma hora de almoço, normalmente não precisa de uma hora do almoço, porque o cara não almoça em uma hora. Você vai nos Estados Unidos você vê o cara almoçando com a mão esquerda e operando... comendo o sanduíche com a mão esquerda e operando a máquina com a direita, e tem 15 minutos para o almoço, entendeu? E eu acho que se o empregado se sente confortável em poder, eventualmente, diminuir esse tempo, por que a lei obriga que tenha que ter esse tempo?". Entrevista completa em: "Leia a transcrição da entrevista de Benjamin Steinbruch à Folha e ao UOL. Folha de São Paulo, 29 de setembro de 2014".

sociais adotadas desde 2003, a presidente Dilma disputou um novo mandato na eleição que se tornaria a mais acirrada desde a redemocratização do país, superando inclusive a disputa entre Collor e Lula em 1989. É importante descrever e avaliar a montagem da coalizão petista nas circunstâncias que apresentamos.

Como descrevemos anteriormente, a relação entre o governo Dilma e o PMDB agravava-se desde 2013, com a nomeação de Eduardo Cunha para a liderança do partido na Câmara e a formação do chamado "blocão". Parcela substantiva do partido queixava-se continuamente da falta de espaço no governo, da articulação política deficiente do Executivo e do "hegemonismo petista" que, no léxico peemedebista, significava o desinteresse em compartilhar o poder de Estado com as siglas da base legislativa[73]. A instabilidade entre os dois partidos no Rio de Janeiro, estado de Cunha, ocorreu porque, a despeito de ter apoiado os dois mandatos do peemedebista Sérgio Cabral (2007-2015), o PT optou, em 2014, por lançar a candidatura do então senador Lindbergh Farias ao governo contra Luiz Fernando Pezão, ex-vice de Cabral e candidato da situação. Na avaliação de Limongi (2015. p. 100), o comportamento do PT fluminense dotou de plausibilidade o discurso de Cunha, dando a impressão de que a aliança entre os dois partidos não era para valer e que, caso continuasse nela, o PMDB converter-se-ia em um apêndice do PT, tal qual ocorrera com o PFL em relação ao PSDB.

Além do Rio de Janeiro, outra disputa estadual de 2014 que gerou uma importante cizânia entre os dois partidos foi a eleição para o governo do Rio Grande do Norte. É interessante observar este caso porque a disputa afunilou-se entre o PMDB e o PSD de Kassab – partido que a presidente Dilma tentava promover para diminuir a dependência parlamentar em relação ao partido do vice-presidente (ALMEIDA, 2016; LIMONGI, 2015; SINGER, 2018). O candidato do PMDB era o então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e seu oponente era Robinson Farias. O PT compôs oficialmente a chapa de Farias e o ex-presidente Lula chegou a gravar vídeos em apoio ao pessedista, o que exasperou Alves[74]. No estado de São Paulo, a campanha peemedebista de Paulo Skaf foi marcada pelo afastamento em relação ao governo Dilma e ao PT (PERRIN, 2020. págs. 120 e 121).

Um balanço do processo eleitoral de 2014 elucida que os partidos estiveram em lados opostos nas disputas estaduais em dezoito estados, ou seja, dois terços das unidades federativas.

---

[73] Eduardo Cunha, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados, apresentou as queixas de forma sistematizada em: (NERY e SADI, 2014).

[74] Fontes: "Henrique diz que participação de Lula em Campanha no RN foi 'surpresa'. G1 – O Portal de **N**otícias da Globo, 28 de outubro de 2014"; CARVALHO (2014).

Somente no Distrito Federal e em oito estados estiveram alinhados. Desses nove, um se localiza no Sudeste (MG), dois no Centro-Oeste (MT e DF), três na região Norte (AM, PA e TO) e três na região Nordeste (AL, MA e SE). Os partidos não compuseram a mesma chapa em nenhum estado da região Sul, onde os diretórios do PMDB, sobretudo o gaúcho e o catarinense, mantinham histórico acirramento com o partido[75].

Afere-se, destes dados, que a aliança entre e PT e PMDB, no nível nacional, sustentava-se em bases demasiado frágeis e especialmente incrustadas nas regiões Norte e Nordeste. A proximidade entre os dois partidos nessas regiões, sobretudo na segunda, pode ser explicada por diversos fatores. Em primeiro lugar, a popularidade do governo Dilma, neste período, era maior nessas regiões, portanto, a associação com o governo federal e, sobretudo com o ex-presidente Lula, era bastante interessante do ponto de vista eleitoral[76]. Para além deste aspecto, a maioria dos diretórios do PMDB no Norte e no Nordeste, de forma geral, tinham críticas bem menos contundentes à política econômica e social dos governos petistas e foram aliados de Lula desde 2003. O oposto ocorreu com o PMDB do Centro-Sul do país, sobretudo o paulista, que manteve, principalmente após a decadência de Quércia e a ascensão de Temer, relações mais próximas com o PSDB e integrou-se ao governo apenas no segundo mandato de Lula. Segundo Kinzo (1993. págs. 81 e 82), esta clivagem já estava presente no partido na Constituinte quando o PMDB do Nordeste apresentava posições econômicas e sociais mais à esquerda do que a média geral do partido. A autora salienta ainda que o PMDB do Sudeste era o que sustentava com menor ênfase políticas nacionalistas na seara econômica.

Especulamos – a título de hipótese – que esse comportamento político relaciona-se também com as próprias condições sociais e econômicas das regiões[77]. Nesse sentido, os dados da PNAD realizada ano de 2015 mostram que as condições de renda, escolaridade,

[75] Desde que as eleições para os Executivos estaduais voltaram a ser diretas, em 1982, até o último pleito em 2018, PT e PMDB estiveram sempre em chapas opostas nas disputas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dados disponíveis na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral.

[76] Segundo pesquisa CNI/Ibope divulgada em março de 2014, o índice de ótimo ou bom de Dilma Rousseff na região Nordeste era de 45% e era o melhor dentre as cinco regiões do país. Como eixo de comparação, a mesma pesquisa aferia 31% de ótimo ou bom em âmbito nacional (AGOSTINI, 2014).

[77] O tema das disparidades regionais entre o Nordeste o Centro-Sul do país ocupa há décadas as preocupações dos cientistas sociais e economistas brasileiros. Celso Furtado tratou do problema em diversas obras teóricas, como o clássico *Formação econômica do Brasil* (1959) e atuou institucionalmente na questão quando convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek para dirigir a recém-fundada Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959. O autor relata detalhadamente a experiência no comando da autarquia em seu livro autobiográfico *A Fantasia Desfeita* (1989) e expõe sinteticamente suas teses sobre o desenvolvimento do Nordeste em *A operação Nordeste* (1959) e *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (1959). Ressalte-se que a Sudene foi extinta durante o governo FHC e recriada por Lula. Outro autor que estudou exaustivamente o tema foi o economista Wilson Cano. Os resultados de sua pesquisa foram apresentados em livros como o clássico *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2007), *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil* (2007) e *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil* (2002).

informalidade do trabalho e saneamento básico da Região Nordeste mantinham-se piores que a média nacional (BRITO E DAMAZIO, 2018). Políticas como o controle de preços de produtos básicos, o aumento real do salário-mínimo, a difusão do crédito consignado, a ampliação do acesso ao benefício de prestação continuada (BPC)**,** a eletrificação rural e o programa de cisternas foram arrolados por diversos pesquisadores como fatores que poderiam ajudar a elucidar o voto maciço dos eleitores de baixíssima renda concentrados no Nordeste em Lula (BOITO, 2018; SINGER, 2012; 2018).

Sobre a conformação do PMDB no Nordeste, Monteiro e Júnior (2019) avaliam que o partido e o PFL foram utilizados no período de redemocratização como polos organizativos das antigas classes dominantes locais, em geral, ligadas à agropecuária, e, nesse contexto, lograram ocupar o vácuo político deixado pela crise da Ditadura Militar e de seu partido, a Arena. A relativa autonomia conferida aos diretórios estaduais do PMDB justifica-se pela necessária flexibilidade política que tais elites locais precisam dispor para o atendimento de seus interesses econômicos. Segundo os autores, apresentando alguns exemplos empíricos, o PMDB alagoano, desde o período em que era dirigido por Teotônio Vilela até o atual comando de Renan Calheiros, possui relações bastante imbricadas com fração do setor sucroalcooleiro. Além da vinculação com o setor agropecuário, tais grupos políticos possuem ramificações em outros setores da economia como as comunicações – por meio do controle acionários de emissoras radiofônicas e televisivas –, ramo imobiliário e construção civil (MONTEIRO, 2017).

Segundo Farias (2009. p. 91), uma fração da burguesia interna periférica no interior de uma formação social é aquela que se caracteriza por depender financeira e tecnologicamente do capital nacional alocado no centro econômico daquele território ou do capital internacional, embora tenha base própria de acumulação. Nesse sentido, a hegemonia de uma burguesia interna em região periférica dá-se, de forma geral, por meio do capital produtivo, processo em que a região periférica ingressa em um processo retardatário de integração produtiva. Discordando de autores que argumentam que o processo de integração produtiva por meio da industrialização tende a gerar um processo homogêneo de desenvolvimento em determinada formação social, o autor ressalta a linha de continuidade no que tange à dependência financeira e tecnológica. Ponderando sobre a industrialização tardia do Nordeste brasileiro, Farias salienta que o parque da industrial da região é bastante inferior e setores mais avançados como informática, telecomunicações, microeletrônica e automação possuem seus investimentos concentrados em São Paulo.

A vinculação com a fração interna da burguesia brasileira e as condições excruciantes de vida da maior parte do eleitorado possivelmente deslocaram os diretórios do PMDB da

região para uma coalizão mais azeitada com os governos Lula e Dilma, afinal, tais governos, com os limites que podem ser verificados, lograram tanto melhorar a posição da burguesia interna no bloco no poder quanto as condições de vida da parcela mais pobre do eleitorado, concentrada, em larga medida, no Nordeste[78]. De alguma forma, a divisão interna no PMDB, propiciada, dentre outros fatores, por questões eleitorais e socioeconômicas, manteve-se durante o processo de instabilidade política do governo Dilma e a crise que se concluiu com sua deposição[79]. O partido atuou, no período, em conjunto contra a ofensiva da operação Lava Jato, porém, não observou-se o mesmo grau de homogeneidade nas matérias de política econômica e social e na decisão de abreviar o mandato de Dilma. A unidade em torno dessas foi lentamente construída durante o segundo semestre de 2015 e o primeiro de 2016, consolidando-se apenas em março daquele ano quando recrudesceu a ação da Lava Jato contra o governo e o ex-presidente Lula, delineou-se uma nova manifestação bastante substantiva da alta classe média em 13 de março e segmentos da burguesia interna romperam explicitamente com Dilma.

Feito esta importante descrição do contexto social e econômico em que transcorreu a eleição presidencial de 2014, destacamos que Dilma Rousseff se reelegeu no segundo turno contra Aécio Neves com uma diferença bastante apertada: 51,6 % dos votos válidos contra 48,3% do candidato do PSDB. A disputa foi politicamente bastante polarizada, tendo Aécio levado a cabo uma campanha muito mais agressiva do que Serra em 2010 e Alckmin em 2006 e, ademais, defendendo o legado neoliberal de FHC, diferentemente das campanhas anteriores em que os candidatos tucanos buscaram se desvencilhar dos governos do ex-presidente. Durante aquele processo, ressalte-se ainda que a Lava Jato já era um fator político importante e que também teve peso para desgastar a candidatura petista. A instabilidade política se manteve após o final do pleito, inclusive com o questionamento dos resultados por parte da candidatura de Aécio. No próximo capítulo, discutiremos o cenário de instabilidade política verificado entre a

[78] Avaliando as diferenças no comportamento político de diretórios nordestinos do PSDB e do diretório paulista nos anos 2000, Martuscelli (2013. p. 150) assinala que registravam-se diferenças advindas do fato que o diretório paulista entretinha maior relação com o capital internacional e a burguesia associada, o que o levava à defesa plena do modelo capitalista neoliberal; por outro lado, os diretórios do Nordeste entretinham maior relação com frações da burguesia interna que visavam melhorar sua posição no bloco no poder e por isso pleiteavam, sob a *consigna* da política de desenvolvimento regional, uma política neoliberal moderada que lhes possibilitasse maior participação no processo decisório estatal. Trabalhamos com a ideia de que tal clivagem também se aplica ao comportamento do PMDB no período correlato.

[79] Durante o segundo mandato de Dilma, diferentes senadores nordestinos do PMDB, sobretudo o senador Renan Calheiros, defenderam que o ajuste fiscal deveria ser realizado por meio de cortes na burocracia pública e criticaram reduções em benefícios sociais e desonerações de empresas, posição que apresentava parentesco com as posições de diversos segmentos da burguesia interna no período. Em interessante declaração do dia 09/04/2016, Renan ponderou que o Congresso não deveria deixar a discussão econômica apenas no âmbito do Banco Central porque isso gerava o "agravamento da crise, da recessão, do desemprego e do juro alto" (HAUBERT, 2016).

vitória eleitoral de Dilma e o rompimento formal do deputado Eduardo Cunha com o governo em julho de 2015.

3. Reorientação da política econômica, disputa à presidência da Câmara dos deputados e instabilidade política: atores posicionam-se no proscênio

Neste capítulo, pretendemos avaliar a reorientação abrupta da política econômica com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, a repercussão desta no interior das classes e frações de classes sociais, as contradições na coalizão entre PT e PMDB que culminaram na eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados e o processo de instabilidade política propiciado, em parte, pelo avanço da operação Lava Jato. O marco temporal do capítulo inicia-se em outubro de 2014, após a reeleição de Dilma Rousseff, e conclui-se com o rompimento oficial de Eduardo Cunha com o governo em julho de 2015.

3.1. Mudança de orientação na política econômica e seus efeitos na cena política

Encerrado o pleito, algumas tendências do período subsequente se apresentaram. No dia 29 de outubro de 2014, três dias após a reeleição, em flagrante conflito com a campanha eleitoral de Dilma – que havia se caracterizado pelas críticas aos efeitos recessivos e socialmente deletérios das típicas políticas de ajuste fiscal associadas ao PSDB – o BC anunciou uma elevação da taxa básica de juros para 11,25% e sinalizou positivamente em direção ao capital financeiro internacional, fração da burguesia que almejava uma política econômica severamente ortodoxa caracterizada pelo contracionismo fiscal, elevação de juros, esvaziamento da política de fomento do BNDES, promoção dos bancos privados e do mercados de capitais, reajustes dos preços administrados e privatizações (VALLE, 2019).

Atendendo ao apelo desta fração do capital, em 27 de novembro, quase um mês após o segundo turno da eleição presidencial, Dilma nomeou o economista Joaquim Levy, então diretor da Bradesco *Asset Management*, para o Ministério da Fazenda[80]. Tanto a nomeação de Levy quanto a de Nelson Barbosa para o Ministério do Planejamento e o anúncio da permanência de Alexandre Tombini na presidência do BC foram bem recebidas pelo conjunto das frações burguesas, sobretudo o capital financeiro forâneo e interno, o que verificou-se pelo comportamento dos agentes e seus respectivos resultados: queda do dólar, dos juros de longo

[80] Rodrigo de Almeida (2016. págs. 42 e 43), jornalista que foi assessor de imprensa tanto de Levy quanto de Dilma, afirma que, embora jamais tenha sido admitido em público, o nome do ministro da Fazenda foi uma indicação do presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, que era a opção prioritária de Dilma Rousseff para o cargo. Lula foi ouvido, portanto, segundo o ex-assessor. Há meses o ex-presidente ponderava internamente sobre a necessidade de alterar a política econômica do primeiro mandato de Dilma. Lula entendia que era necessário um nome forte para a Fazenda que sinalizasse enfaticamente que a presidente não acumularia os dois cargos e avaliava que aquele momento poderia reproduzir o seu primeiro mandato, quando a política econômica ortodoxa de Palocci e Henrique Meirelles assegurava a confiabilidade do mercado e a política social garantia o apoio dos setores populares. O capital político de Lula se tornava importante naquele momento de transição porque a presidente vinha perdendo força política desde a eleição e era alvo de críticas vindas de todos os lados do espectro político e do próprio PT.

prazo e alta da bolsa. A nomeação de Levy e a mudança na política econômica ganharam menções positivas públicas da Febraban e dos dois maiores bancos privados do país, o Itaú e Bradesco (VALLE, 2019. págs. 54 e 55). A Fiesp, por meio de nota, elogiou o preparo da equipe econômica escolhida, pediu que a economia fosse conduzida com "responsabilidade" e pontuou a necessidade de "estímulos aos que querem produzir, trabalhar e fazer o país crescer". O presidente da CNI, Robson de Andrade, ressaltou a importância de a nova equipe trabalhar com os empresários no sentido de aumentar a competitividade da indústria brasileira e garantir um crescimento sustentado. A Firjan elogiou a nomeação de Levy para a Fazenda, ressaltando que seu nome indicava a disposição de Dilma em adotar uma política de estabilidade fiscal e trazia credibilidade internacional ao país[81].

O novo ministro prometeu um ajuste fiscal rápido que tiraria o país do déficit de 0,6% do PIB em 2014 e conduziria a um superávit primário de 1,2% em 2015 e 2% em 2016 e 2017, alterou o papel dos bancos públicos e bloqueou a transferência de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES. Ademais, o conjunto das medidas de ajuste anunciadas no final de 2014 e início de 2015 se cristalizava, fundamentalmente, pela redução de R$ 58 bilhões de reais nos investimentos com o PAC, economia de R$ 18 bilhões de reais com alterações nas regras trabalhistas e previdenciárias, uma receita adicional oriunda do aumento das alíquotas do PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis, arrecadação extra de R$ 5,3 bilhões proveniente da redução da desoneração da folha de pagamento e R$ 5 bilhões pela retomada da cobrança do IPI para veículos (CARVALHO, 2018. p. 97; VALLE, 2019. p. 55).

Na avaliação de Bastos (2017), com a nomeação de Levy para o Ministério da Fazenda em novembro de 2014, a presidente tentou, em contexto diverso, emular a tática do primeiro governo Lula, quando a escolha de uma equipe econômica sabidamente ortodoxa (Antonio Palocci na Fazenda e Henrique Meirelles na presidência do Banco Central) desarmou as oposições e buscou ampliar a coalizão até o setor financeiro[82]. O governo optou por esse caminho, segundo o autor, após ter entrado em conflito com esta fração do capital, sobretudo no ano de 2012, quando atuou efetivamente pela redução da taxa básica de juros e do *spread* bancário. Contudo, as condições sociais e políticas de 2015 eram bastante diferentes das circunstâncias de 2003. Naquele período, as contradições internas na burguesia estavam se

[81] Fonte: "Veja a repercussão do anúncio da nova equipe econômica. G1 – O Portal de **N**otícias da Globo, 27 de novembro de 2014.

[82] A partir do *approach* institucionalista, Limongi (2017) define a coalizão como a aglutinação de partidos que conferem suporte legislativo ao governo vigente. Ianoni (2017), um crítico desta vertente teórica, defende uma abordagem ampliada das coalizões que inclua não apenas os partidos políticos, mas classes e frações de classes sociais, entidades sindicais, movimentos sociais e centros de poder da burocracia de Estado, como parcelas do MP, da PF e dos tribunais superiores.

acirrando e o programa neoliberal ortodoxo era objeto de ampla rejeição popular, não somente no Brasil, mas em vários países da América do Sul. Em 2015, a grande burguesia, como um conjunto, a despeito de suas divergências sobre matérias específicas de política econômica como a taxa de juros, de câmbio e subsídios, gradativamente convergia para uma plataforma de ajuste estrutural da economia. Por outro lado, também diferindo de 2003, a alta classe média se colocava em movimento contra o PT, e as classes trabalhadoras – que não foram organizadas e mobilizadas pelos governos petistas e viam suas condições de vida piorarem com o acirramento do conflito distributivo e a política do governo –, se encontravam dispersas política e ideologicamente e não intervieram de forma decisiva na referida conjuntura.

Na cena política, a escolha de Levy colocou o PSDB em uma posição *sui generis*. Por um lado, o partido não tinha condições de proceder críticas diretas ao novo ministro porque o referido havia integrado a equipe que construiu o programa econômico de Aécio e apoiou publicamente o tucano. Por outro, as medidas defendidas por Levy se coadunavam com o que defendia o capital internacional – fração burguesa que o partido entretinha laços de representação desde o plano real e os governos FHC – e com as próprias declarações públicas de líderes do PSDB sobre a política econômica do governo Dilma. Nesse cenário, o discurso de suas lideranças, sobretudo Aécio Neves, foi colocar em dúvida a autonomia do ministro e a criticar o "estelionato eleitoral" de Dilma, afinal, ela havia se contraposto ao que Levy representava politicamente em sua campanha eleitoral. Citando as investigações na Petrobras levadas a cabo pela operação Lava Jato, Aécio chegou a dizer que havia perdido a eleição para uma "organização criminosa" e prometeu, em seu discurso virulento de retorno ao Senado, que faria uma oposição "incansável e intransigente" (BRAGA e BRÍGIDO, 2014; CONGRESSO EM FOCO, 2014; G1, 2014)[83].

A candidatura do PSDB já provara que o discurso incisivo não era apenas retórica quando, no dia 30 de outubro de 2014, apenas quatro dias após o segundo turno, entrou com um pedido de "auditoria especial" dos resultados eleitorais no TSE. A estreita margem da candidatura vitoriosa gerou inconformismo entre os tucanos e seus aliados. Desde a redemocratização e da entrada em vigor da constituição de 1988, era a primeira vez que uma candidatura derrotada acionava o Judiciário com esse tipo de ação. Questionava-se tanto a apuração eleitoral quanto a falibilidade das urnas eletrônicas (ALMEIDA, 2016; SINGER, 2018). Registre-se que as lideranças principais do PMDB, como Michel Temer, Renan

[83] Fontes: "Leia a íntegra do discurso de Aécio na volta ao Senado. Congresso em Foco, 05 de novembro de 2014". "Aécio diz que não retira o que falou sobre 'organização criminosa', diz Aécio Neves. G1 – O Portal de **N**otícias da Globo, 01 de dezembro de 2014".

Calheiros, Eduardo Cunha e Romero Jucá, naquela conjuntura, não se manifestaram sobre o tema. A neutralidade pode ser entendida da seguinte forma: por um lado, não era cabível politicamente apoiar o questionamento de um mandato que havia sido conquistado eleitoralmente dias antes e que tinha participação direta do partido; por outro, a não-condenação da movimentação de Aécio pelos próceres do PMDB mostra que a cúpula do partido avaliava que a postura beligerante da oposição potencialmente colocaria o governo reeleito na defensiva, o que poderia aumentar seu espaço e sua capacidade de barganha política.

Após o processo eleitoral, a relação entre o governo e o PMDB seguiu conflitiva. Rechaçando o acordo entre as legendas que previa o revezamento no comando da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ainda em outubro de 2014, já era apontado pela grande imprensa como o favorito na disputa. Alguns fatores importantes que potencializavam as chances de Cunha eram os seguintes: a-) o controle que tinha da bancada do PMDB e do chamado "blocão" como um conjunto, sobretudo porque funcionava com um elo para o financiamento de campanhas de diversos deputados e manejava adequadamente os conflitos e divergências em sua base; b-) seus laços estreitos com a oposição; c-) capacidade de representar os interesses deste grupo de parlamentares perante o Executivo; d-) ascendência sobre a bancada evangélica (BRAGA e TALENTO, 2014). Avaliaremos mais detidamente este processo na próxima seção.

Um dado importante é que, em 28 de outubro de 2014, dois dias após as eleições, o PMDB juntou-se aos partidos oposicionistas para vetar o Decreto 8.243 do Executivo na Câmara dos Deputados. Tal decreto instituía a *Política Nacional de Participação Social*, cujo texto dispunha que os diferentes órgãos da administração federal, inclusive as agências reguladoras, deveriam ouvir as instâncias de participação social, como os conselhos populares, na formulação de políticas públicas. No entanto, a oposição, em conluio com setores da imprensa, realizou uma intensa campanha contra o decreto alegando que este seria "bolivariano" e diminuiria as prerrogativas do Congresso Nacional (CARDOSO e COLETTA, 2014). Esse episódio é ilustrativo do *modus operandi* do partido e do período de instabilidade política que se sucederia posteriormente. Em primeiro lugar, o PMDB colaborou com a oposição para bloquear uma política que visava aumentar os mecanismos de consulta popular nas instâncias de Estado, confirmando, assim, seu papel de partido mantenedor da ordem burguesa[84]. Em segundo lugar, a ação pode ser analisada como uma retaliação do partido e,

[84] Em geral, os cientistas políticos brasileiros, considerando tanto a composição social dos membros do PMDB quanto seu padrão de votação no Congresso Nacional, localizam esse partido no centro e na direita no espectro político nacional. Por exemplo, Kinzo (1993), Novaes (1994) e Rodrigues (2002) localizam esse partido na centro-direita, por outro lado, Lima Jr. (1997) o enquadra na direita.

especialmente de Henrique Alves, pela ausência de apoio do PT aos candidatos peemedebistas em estados considerados importantes. Por último, e não menos importante, deve-se citar a porosidade do partido ao discurso ideológico de grupos da extrema-direita que vinham crescendo desde 2013, marcados por um agressivo antipetismo e anticomunismo[85].

Assim como o PSDB, nessa conjuntura, o PT também se encontrava em uma posição bastante peculiar. Por um lado, precisava sustentar o governo contra a oposição, que se fortalecia no período, e por outro, resistia em apoiar integralmente um programa econômico eivado de contradições com as diretrizes da legenda. Também havia tensão porque, na transição e na montagem da equipe ministerial, a presidente preteriu a principal corrente do partido, a *Construindo um Novo Brasil* (CNB) dirigida por Lula, e cercou-se de auxiliares de correntes menores e mais à esquerda, como a *Democracia Socialista*, representada no governo por Pepe Vargas, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais (MAGALHÃES, 2015). Além disso, a presidente afastou-se definitivamente do estilo de Lula de modular a coalizão e aquiesceu com a tática de encampar um enfrentamento direto contra Cunha na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Enquanto Dilma ambicionava constituir uma base alternativa e afastar-se do PMDB, Lula preferia costurar um acordo com a legenda de Temer (ALMEIDA, 2016; SINGER, 2018).

A reorientação da política econômica e a montagem da equipe ministerial geraram insatisfação nas bases sociais do PT[86]. Além de Levy, um representante dileto do setor financeiro, Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da CNI, foi nomeado ministro da Indústria e Comércio e Kátia Abreu (PMDB-TO), então presidente da CNA, assumiu o Ministério da Agricultura. No final de novembro de 2014, a direção do MST, militantes de outros movimentos sociais e organizações políticas, além de acadêmicos de diferentes universidades, publicaram um documento criticando as opções do governo e defendendo o

[85] Após a segunda fase das manifestações de 2013, protagonizada, em grande medida, pela fração conservadora da classe média, intensificou-se substantivamente a publicação de livros, cursos, canais no *You Tube* e a participação na imprensa monopolística de ativistas, jornalistas e intelectuais radicalmente antipetistas e que faziam abertamente, e de forma virulenta, a luta política e ideológica contra a esquerda e o PT. Destacaram-se, neste sentido, figuras como Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Marco Antonio Villa, Leandro Narloch, Lobão, Joice Hasselmann, Nando Moura, etc. Ainda está para ser realizado um trabalho mais sistemático sobre o assunto.
[86] Essa situação não era uma novidade e, de alguma forma, repetia os primeiros anos do governo Lula. A política econômica ortodoxa desse período gerou insatisfação crescente no Partido dos Trabalhadores. Em março de 2004, a Executiva Nacional do partido divulgou um manifesto no qual defendia uma inflexão da política econômica que priorizasse o desenvolvimento, a geração de empregos e a distribuição de renda. Internamente, o ministro José Dirceu, chefe da Casa civil, vocalizava essa demanda contra Antonio Palocci, ministro da Fazenda. Após ter assumido a chefia da Casa Civil, Dilma Rousseff também passou a ser uma voz importante contra a política neoliberal dirigida por Palocci (CARVALHO, 2018. págs. 15-17).

cumprimento do programa que saiu vitorioso do pleito presidencial[87]. O texto ressalta que a militância de base foi fundamental para que Dilma vencesse uma eleição difícil e a presidente, reeleita, optou por dialogar com os setores derrotados. Segundo as organizações e militantes que assinaram o manifesto, a equipe ministerial e as medidas anunciadas apontavam para uma política de "regressão social" e contraditava o programa defendido na campanha eleitoral que prometia ampliação de direitos e participação popular[88] (MST, 2014).

Sob o ponto de vista da sustentação de opinião pública do governo, a guinada econômica revelou-se um equívoco político. No mês de outubro de 2014, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, 44% da população considerava o governo ótimo ou bom, 36% avaliavam-no como regular e 19% reputavam-no como ruim ou péssimo. Na pesquisa do mesmo instituto do mês de dezembro, quando o novo mandato nem havia sido inaugurado, o índice de ótimo ou bom da presidente caíra para 42%, o regular para 33% e o péssimo e ruim chegara a 24% (DATAFOLHA, 2014)[89]. A tendência, em linhas gerais, manteve-se durante o segundo mandato da presidente. Observe-se que a agitação e propaganda em torno da defesa do mandato de Dilma foi muitíssimo prejudicada pela manutenção de uma política econômica e social, em geral, contrária aos interesses populares. Portanto, o segundo mandato já começou com o governo enfraquecido. A mudança na política econômica – feita de afogadilho, sem diálogo com a base social do partido que havia garantido o êxito de Dilma nas urnas –, dispersou o apoio popular da presidente e do PT, enquanto, do outro lado, os oposicionistas se organizavam, avançavam no campo político-parlamentar e na disputa social e ideológica. A oposição partidária, cuja direção política cabia ao PSDB, buscou amalgamar-se com os movimentos da operação Lava Jato e tentava, em seu discurso, associar as denúncias de corrupção na Petrobras e a piora das condições de vida da população.

As diferentes frações do capital financeiro, aponta Valle (2019. p. 61), possuíam uma série de contradições a respeito da execução do ajuste. A primeira referia-se à possível elevação de impostos para combater a deterioração fiscal, que encontrava oposição, sobretudo do mercado de capitais. Joaquim Levy, representante dos interesses do capital financeiro, defendia que o ajuste ocorresse por meio de corte de gastos primários e não se adotasse elevação de tributos. Por outro lado, Nelson Barbosa, economista mais próximo da corrente econômica

[87] Jack Goldstone (2003), importante estudioso dos movimentos sociais, assinala que, quando assume um governo de esquerda, os movimentos sociais deste campo político costumam ampliar sua atuação no sentido de pressionar para que o governo cumpra suas demandas e as promessas proferidas no período eleitoral, o que gera novas tensões e conflitos no processo político.

[88] "Manifesto em defesa da vitória nas urnas, contra Joaquim Levy e Katia Abreu. Sítio eletrônico do MST, 25 de novembro de 2014"

[89] Fonte: Avaliação do governo Dilma Rousseff – Datafolha, dezembro de 2014.

heterodoxa e das propostas do PT, preocupava-se com a piora da recessão econômica, aceitava com maior facilidade o aumento de impostos e, por fim, propugnava medidas anticíclicas, como a ampliação do crédito, que pudessem fomentar algum dinamismo econômico. O conflito entre Levy e Barbosa em torno da intensidade e da conformação do ajuste fiscal prosseguiu até a saída do ministro da Fazenda em dezembro de 2015 (ALMEIDA, 2016; VALLE, 2019) e reverberou, em alguma medida, as contradições do conjunto da burguesia no período. Não por acaso, o realinhamento do capital financeiro internacional para a oposição e a defesa do *impeachment* vieram *pari passu* com o enfraquecimento de Levy no governo e sua saída.

As entidades ligadas ao capital interno, sobretudo o industrial, como a Fiesp e a CNI, defendiam a política de ajuste, desde que os cortes não atingissem o setor e se limitassem aos investimentos sociais do Estado e ao funcionalismo público. A Fiesp recusava mesmo reversões de benefícios seletivos que haviam gerado perda de arrecadação para o Estado, caso da política de desonerações. Perrin (2020. págs. 137 e 138) apresenta o exemplo da proposta que aumentava as alíquotas para as empresas que decidissem permanecer no programa de desonerações, que passou a ser optativo. Skaf fez duras críticas à medida e prometeu lutar por sua derrubada no Congresso. Ainda em janeiro de 2015, segundo a autora, deu-se o primeiro embate público com o governo por conta da proposta governamental de prorrogação de 15 para 30 dias o período que obriga as empresas a remunerarem integralmente o salário do trabalhador afastado. A Fiesp se opôs à mudança e, em fevereiro, o próprio Paulo Skaf esteve em Brasília para pedir ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que colaborasse para impedir a aprovação da proposta[90].

Parte significativa do pacote de ajuste propugnado pelo Ministério da Fazenda precisava passar pela aprovação da Câmara e do Senado. Segundo Almeida (2016. p. 50), Dilma e Levy cometeram, de início, um grave equívoco: avaliaram incorretamente que o ajuste seria aprovado facilmente no Congresso e a situação no segundo semestre já seria bem mais alvissareira com o restabelecimento da confiança empresarial. O Congresso, sobretudo a Câmara sob o comando do PMDB, desempenhou um papel fundamental na instabilidade e na posterior crise política do governo Dilma Rousseff. Dessa forma, é importante apresentar uma

[90] A proximidade entre a Fiesp e o PMDB paulista data de longo período. Não por acaso, Paulo Skaf chegou ao partido pelas mãos de Michel Temer. No período de crise, Skaf manteve interlocução permanente com as lideranças peemedebistas e, a partir do segundo semestre de 2015, a relação ganhou ainda mais organicidade com a Federação tendo papel fundamental na ascensão do vice à titularidade da presidência da república, como assinala Perrin (2020). Em matéria de agosto de 2014, a revista Piauí apresentou um interessante e detalhado perfil de Skaf. É mencionado o importante papel que Temer teve para a sua entrada no partido (DIEGUEZ, 2014).

síntese do processo que definiu a presidência da Câmara dos Deputados antes de avaliarmos a tramitação do pacote fiscal. Faremos isso na próxima seção.

3.2. Eleição para a presidência da Câmara dos Deputados: conflagração aberta entre o governo Dilma e o PMDB

O posto de presidente da Câmara dos Deputados é fundamental por diversas razões políticas, dentre elas: a-) o/a presidente é o segundo na linha sucessória da presidência da república após o vice-presidente; b-) possui o poder regimental de definir monocraticamente os projetos que irão ser votados em plenário e em que datas; c-) a prerrogativa pessoal e intransferível de arquivar ou dar sequência aos possíveis pedidos de *impeachment* contra o/a presidente da república; d-) administra um vultoso orçamento (em 2015, a cifra foi de R$ 5 bilhões); e-) cabe ao presidente da Câmara a decisão sobre a instalação de CPIs (BRAGON e FALCÃO, 2015).

A candidatura de Cunha, impulsionada pela formação do "blocão" (ver capítulo 2), já se anunciava desde o segundo semestre de 2014. O candidato do PT, Arlindo Chinaglia, anunciara sua candidatura em dezembro, buscando afastar-se do rótulo de candidato governista (FALCÃO, 2014). Durante sua campanha, Cunha, além de apresentar-se como alguém que não adotaria uma postura caudatária em relação ao Executivo, também fez questão de fazer um enfrentamento de natureza programática e ideológica com o PT. Por exemplo, rechaçou a proposta de regulação da mídia aventada pelo empossado ministro das Comunicações Ricardo Berzoini. Além disso, Cunha pretendia sustar definitivamente o Decreto 8.243 que estatuía a *Política Nacional de Participação Social*, abrir – a contragosto do governo – uma nova CPI da Petrobras e aventava com um pequeno aumento do salário-mínimo que elevaria os custos do tesouro e minaria o esforço de ajuste fiscal do governo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[91]). Nesse período, já circulava na imprensa que a PGR incluiria Cunha entre as autoridades com foro de prerrogativa de função que teriam pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal como desdobramento da operação Lava Jato. O deputado negava qualquer vínculo com o processo e buscava responsabilizar o governo pela difusão da informação (MAGALHÃES, 2015b; MASCARENHAS e MOTTA, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[92]). Esse último aspecto foi uma contradição muito importante em todo o processo de instabilidade do governo nos anos de 2015 e 2016.

---

[91] Fontes: Eduardo Cunha afirma que PMDB é contra a proposta de regulação da mídia. Folha de São Paulo, 03 de janeiro de 2015.
Em recado ao Planalto, Cunha diz que apoia nova CPI da Petrobras. Folha de São Paulo, 09 de janeiro de 2015

[92] Cunha diz que rivais tentam tirá-lo da disputa na Câmara. Folha de São Paulo, 08 de janeiro de 2015.

A campanha do PT, por outro lado, diante da dificuldade de articular-se com grande parte de sua própria base – já comprometida com Cunha – investiu sobretudo em angariar votos no Nordeste e, dada a dificuldade de Chinaglia nas bancadas das regiões Sudeste e Sul, contou com o suporte do líder do PSD, Gilberto Kassab, neste intento. Diante da dificuldade, Chinaglia chegou a tentar alguma aproximação com o PSDB em um eventual segundo turno. Cunha também mantinha negociações com os tucanos; em primeiro lugar, buscava votos de deputados do partido e, em um segundo momento, apoio em caso de segundo turno. Nesta última situação, a cúpula do PSDB pretendia costurar "apoio irrestrito" da bancada a Cunha, afinal, consideravam que o pleito presidencial de 2014 havia impossibilitado qualquer possibilidade de aliança com o PT (DIAS, 2015b; DIAS e LIMA, 2015; MAGALHÃES, 2015c; NOGUEIRA, 2015).

A Executiva Nacional do PMDB, por meio do presidente do partido, Michel Temer, anunciou apoio aos candidatos Eduardo Cunha e Renan Calheiros para as respectivas presidências da Câmara e do Senado. Ambos enfrentavam desgastes com a possibilidade de serem investigados no âmbito da Lava Jato. O apoio oficial do partido demonstrou que havia unidade na legenda em torno dos nomes. O gesto do PMDB foi feito em mais um momento de tensão com o Planalto. Ressalte-se que o partido ficara insatisfeito com a nova composição ministerial, pois havia a possibilidade de não ter "porteira fechada" nos ministérios, o que, no jargão político, significa que havia o risco de não poder indicar os cargos de segundo escalão e arriscava-se a perder as indicações de cargos em postos alocados em estatais, como o DNOCS (MASCARENHAS, 2015; BRAGON, FALCÃO e GUERREIRO, 2015b). Os peemedebistas ficaram incomodados com articulações de ministros do governo em favor da candidatura de Chinaglia e buscavam demonstrar força perante os movimentos patrocinados pelo governo Dilma, como a criação de novos partidos e a criação de um bloco governista alternativo que enfraqueceria o PMDB. Também foram incômodos ao partido movimentos de ministros em favor da candidatura petista (BOGHOSSIAN e HAUBERT, 2015; BRAGON e SADI, 2015; HAUBERT, 2015).

O PMDB logrou formalizar a maior coalização da eleição com quatorze partidos envolvidos: (PMDB-DEM-PTB-PP-PRB-PSC-SD-PHS-PEN-PRTB-PSDC-PRP-PMN-PTN) e 218 deputados. O apoio oficial ao deputado petista Arlindo Chinaglia ficou em 160 deputados dos seguintes partidos: PT, PCdoB, PSD, PR e PROS. A formação dos blocos, além de ser importante na eleição pela presidência da casa, também é fundamental na escolha da Mesa-Diretora, das presidências das comissões e outros órgãos da casa. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi eleito presidente da Câmara em primeiro turno com 267 votos contra 136 de

Arlindo Chinaglia. Em seu primeiro discurso, Cunha acenou com a votação atinente à obrigatoriedade de o governo federal incluir as emendas que os parlamentares fazem ao orçamento e demonstrou incômodo com a tentativa de interferência na eleição por parte do governo. Segundo Cunha, a reação da casa à tentativa de interferência do Executivo deu-se no voto (BRAGON, FALCÃO, NERY e SADI, 2015). O governo sofreu uma derrota fragorosa na Câmara. Além de Chinaglia nem mesmo ter ido ao segundo turno e ter havido uma série de traições de aliados, sobretudo em partidos como PR e PSD, o PT, maior bancada da casa, ficou de fora da Mesa-Diretora, algo que não ocorria desde a gestão aliada de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) entre 2005 e 2007. Ademais, o partido não logrou escolher as três principais comissões. O bloco de Cunha ficou com as comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Tributação, as principais. A partir dali o governo teria que lidar com um presidente de fortes tendências oposicionistas e uma base legislativa pouco sedimentada na Câmara (FALCÃO e TALENTO, 2015).

A respeito do assunto, é importante, ainda que *en passant*, discutir a composição do Congresso Nacional eleito em 2014[93]. Destacam-se o elevado grau de pulverização partidária (o número de partidos com representação parlamentar subiu de 22 para 28) e o perfil economicamente liberal e socialmente conservador dos parlamentares eleitos em 2014, caracterizados por um discurso político de ataque aos direitos humanos, aos mecanismos de proteção ambiental, aos programas sociais e à legislação de cotas raciais. É importante pontuar ainda que o percentual de parlamentares conservadores e liberais no interior da coalizão governista cresceu significativamente e a base na Câmara como um conjunto decresceu em relação à legislatura anterior (351 para 304). A oposição formal, por sua vez, cresceu de 111 para 176 deputados. Segundo o estudo do DIAP, o crescimento da bancada ruralista e o declínio das bancadas sindical e ambientalista, dentre outros fatores, faziam do Congresso eleito em 2014 o mais conservador do período pós-Ditadura Militar. A nova composição do Senado era menos governista do que a anterior, tendo dois terços de senadores formalmente governistas e um terço de oposicionistas. Contudo, o cenário era menos beligerante para o governo do que na Câmara.

O PMDB manteve a maior bancada do Senado em 2015. Na Câmara, o partido elegeu menos deputados (65 contra 79 de 2010); o que também ocorreu com o PT (elegeu 69 em 2014 contra 88 de 2010). As bancadas do PMDB no Congresso Nacional eram hegemonizadas por empresários e profissionais liberais, com presença diminuta de assalariados. Além Disso, o

[93] Os dados aqui apresentados foram coligidos pelo DIAP no documento "Radiografia do novo Congresso: 2015-2019".

partido era a sigla com maior presença na bancada ruralista, com maior número de empresários de uma forma geral, e com participação importante, embora não-majoritária, na bancada evangélica. A composição do novo Congresso e a própria feição da bancada do PMDB, aliadas com o refluxo da bancada do PT, dos sindicalistas de forma geral e de progressistas de maneira ampla, como os ambientalistas, fizeram com o que o DIAP prognosticasse, acertadamente, que as relações entre Executivo e Legislativo seriam muito mais tensas e complexas na nova legislatura. A vitória de Eduardo Cunha não fortaleceu somente o deputado. Reforçou também o presidente do Senado, Renan Calheiros. Havia uma expectativa do governo que o segundo pudesse servir como anteparo ao primeiro. Ou seja, quando Cunha trabalhasse em favor de alguma pauta contrária ao Executivo, o presidente do Senado serviria como bloqueio. Uma última esperança do governo para minorar o poder de Cunha eram os possíveis desdobramentos da operação Lava Jato (BRAGON, FALCÃO, NERY e SADI, 2015b; NERY e SADI, 2015b).

3.3. Eduardo Cunha na Presidência da Câmara: crise na base parlamentar do governo Dilma, tramitação do ajuste fiscal e ofensiva da Lava Jato

Após a derrota na eleição para a presidência da Câmara, o governo, conforme amplificado pelo ministro Aloizio Mercadante, anunciou a disposição em remontar o bloco de apoio por meio da divisão de cargos governamentais de segundo escalão, como secretarias de ministérios ou presidências de estatais. Segundo o ministro, os cargos seriam disponibilizados de acordo com a competência técnica do pretendente e a fidelidade nas votações legislativas. Desgastado com Eduardo Cunha após o conturbado processo eleitoral na Câmara dos Deputados, o deputado do PT gaúcho, Henrique Fontana, foi substituído na liderança do governo na Câmara pelo cearense José Guimarães. A troca agradou a corrente majoritária do PT, a CNB, que reclamava de falta de espaço e interlocução no governo. Fontana era membro da corrente petista *Mensagem ao Partido*. Por seu trânsito na casa e capacidade de diálogo, inclusive com a oposição, o governo esperava que o deputado fosse capaz de harmonizar as relações com Cunha e reconstruir a base de apoio na Câmara (BRAGON e FALCÃO, 2015b; BRAGON, FALCÃO, NERY e SADI, 2015c).

Ou seja, o governo pretendia estabilizar a situação política adotando os mecanismos institucionais do chamado "presidencialismo de coalizão", isto é, o compartilhamento de espaços no governo e liberação de recursos. Ignorava-se, nesse sentido, que a instabilidade no Parlamento era apenas um fator da fraqueza governamental, dentre muitos outros. Por exemplo, a política de ajuste fragilizava-o e o deixava mais vulnerável aos movimentos da oposição. Em fevereiro de 2015, os índices de aprovação de Dilma em pesquisa do Datafolha novamente declinaram de forma brusca. O ótimo ou bom registrou 23%, o regular 33% e o péssimo ou

ruim chegou a 44%, subindo 20 pontos percentuais em relação ao levantamento de dezembro do ano anterior (DATAFOLHA, 2015[94]).

É instrutivo analisar alguns dados para a análise de tamanha queda. Os preços represados sofreram reajuste abrupto de 18,1% em 2015 – concentrando os maiores aumentos na tarifa de energia elétrica (51%), preços do gás de bujão (22,6%) e da gasolina (20,1%). No mercado de trabalho, o impacto também foi significativo com o desemprego elevando-se de 6,2% no final de 2014 para 9% no final do ano seguinte e mais de 50% apenas no primeiro trimestre de 2015 (de 4,3% saltou para 6,5%). Com maior desemprego, reduziu-se também a capacidade de barganha dos trabalhadores e houve queda de 2,7% no salário real médio. O crescimento do desemprego e o declínio dos salários dos trabalhadores de remuneração baixa reverteram rapidamente a tendência de redução da desigualdade social dos anos 2000. Pressionadas por esse contexto, as famílias reduziram seu consumo em 3,9%. Com o menor crescimento do PIB e consequente perda de arrecadação, o déficit primário aumentou de 2014 para 2015 e a dívida bruta subiu de 56,3% do PIB para 65,5% (CARVALHO, 2018; POCHMANN, 2015; SINGER, 2018). Acuado, o governo continuou sinalizando para as diferentes frações da burguesia que estava comprometido com o ajuste fiscal. Contudo, diversos obstáculos se apresentaram para a consecução das medidas de Levy. Em primeiro lugar, a tramitação no Congresso Nacional deu-se forma lenta e acidentada, em um ambiente político conflagrado e de isolamento do próprio partido da presidente e do governo. Ademais, as medidas, sobretudo as de impacto trabalhista e previdenciário, encontravam resistência no próprio PT e na base social e sindical do partido (CARVALHO, 2015; REDE BRASIAL ATUAL, 2015[95]; SADI e SEABRA, 2015; SOUZA, 2015).

As dificuldades de aprovação do ajuste no Legislativo não eram apenas conjunturais, mas aludiam à estrutura do regime político brasileiro. Segundo Boito (2018. p. 47), as frações que ocupam uma posição periférica no bloco no poder e são atendidas secundariamente pela política de Estado, possuem maior acesso ao Congresso Nacional e aos Executivos estaduais e municipais – espaços que ocupam um papel relativamente secundário no arranjo institucional do país, tanto que muitas das medidas econômicas levadas a cabo para atender aos interesses do grande capital financeiro e internacional, se dependessem de deliberação do Congresso, devido ao seu caráter heterogêneo de representação e à visibilidade que possui, teriam mais dificuldades do que no Executivo. Afirma Boito (2018) que o sistema partidário é resultado da

[94] Acessível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/02/09/arquivo-brasil.pdf.
[95] Secretário-geral da CUT defende que conta do ajuste fiscal recaia sobre os mais ricos. Rede Brasil Atual, 03 de março de 2015.

proeminência do Executivo pelo Legislativo, havendo no Brasil, governos cujos partidos do presidente servem apenas como apoio parlamentar passivo. Não elaboram as políticas de Estado e nem são consultados. Foi assim nos governos FHC e o mesmo padrão se reproduziu no governo Lula. Acrescentamos que essa dinâmica prosseguiu no governo Dilma e ganhou enorme proeminência em seu segundo mandato. Não defendemos a ideia de que o Congresso Nacional se constitui como um centro de poder das frações secundarizadas do bloco no poder no período neoliberal, como o pequeno e o médio capital nacional. Nosso argumento, em consonância com as pesquisas de Boito (1999; 2018), Saes (2001) e Torre (1996) é que, quando comparado com o Executivo, os legislativos, em maior ou menor grau, ofereceram maiores resistências, ainda que seletivas, ao modelo capitalista neoliberal em diversos países latino-americanos[96].

No âmbito legislativo, o bloco dirigido por Eduardo Cunha e o PSDB operaram conjuntamente para desgastar Dilma desde o início do mandato do primeiro na presidência da Câmara. Cunha ofereceu o comando da comissão de Finanças e Tributação aos tucanos e atendeu o pleito do partido autorizando a abertura de uma nova CPI da Petrobras, na qual o partido de Aécio Neves atuou em conjunto com a ala dissidente do PMDB para desgastar o governo. Por outro lado, O PSDB deu suporte para a legislação patrocinada por Cunha que dificultava a fusão de novos partidos, o que bloqueava o plano de Kassab de recriar o PL e fundi-lo ao PSD (BRAGON e FALCÃO, 2015c; BRAGON e FALCÃO, 2015d; FALCÃO, 2015; FALCÃO, 2015b; GIELOW, 2015; MATOSO, 2015b).

No comando da Câmara, também em composição com a oposição, Eduardo Cunha colocou em tramitação o projeto de emenda constitucional 171/1993, que diminuía a maioridade penal para 16 anos de idade, acelerou a tramitação da PEC 88/2015, que aumentava a idade máxima de aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal para 75 anos – que ficou conhecida como "PEC da bengala" –, tirando assim a possibilidade de Dilma indicar cinco ministros para o Supremo, e, representando os interesses da burguesia industrial interna, apressou a tramitação do PL 4.330/04 que liberava a terceirização para as atividades-fim, contrariando a súmula da Justiça do Trabalho de 1993 que até então regulava as atividades terceirizadas (BRAGON, CUCOLO e FALCÃO, 2015; FALCÃO e TALENTO, 2015b; FALCÃO e TALENTO, 2015c).

Nesse período, Cunha, como já vinha fazendo desde a formação do "blocão", construiu uma relação de representação política com o chamado baixo clero da Câmara, ou seja,

[96] A arguição crítica do Prof. Dr. Marcus Ianoni sobre o tema no exame de Qualificação foi fundamental para que eu pudesse precisar melhor o argumento. Registro aqui meu agradecimento.

deputados que não relatam matérias importantes, não ocupam posições relevantes em comissões e não participam da montagem da agenda legislativa. Atendendo ao pleito destes partidos, Cunha garantiu que os novos deputados tivessem direito ao montante de R$ 10 milhões em emendas e patrocinou a aprovação da PEC 358/13, que estabelecia o chamado "orçamento impositivo", que impedia o Executivo de condicionar a liberação das emendas ao comportamento das bancadas nas votações. O conjunto de medidas, sobretudo o orçamento impositivo, significou uma derrota política para o governo sob dois aspectos: o manejo da política fiscal, em tempos de ajuste, ficaria mais rígido e, politicamente, perderia um ativo importante na barganha com os parlamentares (BRAGON e FALCÃO, 2015f).

Enquanto a Câmara trabalhava em ritmo oposicionista, a situação no Senado era mais estável para o governo. Na eleição para a presidência, Dilma e o PT apoiaram a candidatura de Renan Calheiros (PMDB-AL), que derrotou o peemedebista Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), candidato da oposição, por 49 votos a 31 (GUERREIRO e HAUBERT, 2015). Note-se que a disposição das candidaturas ilustra a tendência apresentada no capítulo 2 de um PMDB mais oposicionista e neoliberal no Centro-Sul do país, região da qual provinha o senador Luiz Henrique, e um mais situacionista e desenvolvimentista centrado fundamentalmente na região Nordeste. Tal clivagem não é mecânica e automática; apresenta-se, a nosso ver, apenas como uma tendência, não como regra.

Contando com a presidência do Senado para bloquear a agenda oposicionista de Cunha, a situação alterou-se quando Renan Calheiros, assim como Eduardo Cunha, foi incluído entre as autoridades com foro de prerrogativa de função que tiveram pedido de inquérito no Supremo no âmbito da Lava jato[97]. Ambos mobilizaram a estratégia de culpar o governo, que teria agido em conluio com a PGR, para atingi-los e transferir a crise do Executivo para o Legislativo (NERY e SADI, 2015c; NOGUEIRA, 2015b; SADI, 2015). A partir da divulgação da lista, Renan passou a adotar um tom irascível contra Dilma e a tramitação do ajuste fiscal, que já vinha cambaleante, paralisou-se de vez. Por exemplo, em atitude inusual e rara, o presidente do Senado devolveu, no início de março de 2015, a MP 669/2015, que reduzia a desoneração da folha de pagamentos. A medida era parte relevante do ajuste de Levy e gerava contradição na

[97] Gerando significativo impacto político, a Procuradoria-Geral da República enviou em 03/03/2015 28 pedidos de abertura de inquérito para o Supremo Tribunal Federal referentes a 54 políticos que tinham prerrogativa especial de foro por função citados na Lava Jato. Nomes importantes presentes na lista eram os seguintes: Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados; Renan Calheiros, presidente do Senado; Fernando Collor (PTB), senador; Edison Lobão (PMDB), senador, Gleisi Hoffmann (PT), senadora; Nelson Meurer (PP), deputado federal; Ciro Nogueira, senador e presidente do PP; Valdir Raupp, senador do PMDB; Antonio Anastasia, senador e ex-governador de Minas Gerais pelo PSDB. Consultar: (Chegam ao STF 28 pedidos para investigar 54 pessoas envolvidas na Lava Jato. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015; MOTTA, 2015).

burguesia, afinal, contava com apoio do capital financeiro e oposição do capital produtivo, não por acaso, entidades representativas da indústria, caso da Fiesp, alinharam-se com o presidente do Senado (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[98]; GUERREIRO, 2015; GUERREIRO, 2015b; HAUBERT, 2015b; MAGALHÃES, 2015d; MATOSO, 2015c).

A ação de Renan Calheiros possui dois significados: em primeiro lugar, foi uma retaliação política que aprofundou a posição de defensiva de Dilma e minou a confiança da fração financeira na capacidade governamental de realizar o ajuste e, por outro lado, elucidou alinhamento político entre a ala do PMDB liderada por Renan e o setor industrial da burguesia interna, algo que ganharia contornos mais orgânicos posteriormente. Também nesse sentido, Renan articulou, sem sucesso, derrubar o veto de Dilma à prorrogação de um acordo entre a subsidiária da Eletrobrás CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e indústrias das regiões Norte e Nordeste, que tinham suas contas de energia barateadas. Em um cenário de impasse nas relações com o Legislativo, o governo adotou essa medida tendo em conta a perda de arrecadação da União (FALCÃO, GUERREIRO e TALENTO, 2015). Seguindo o que aconselhava Lula (ALMEIDA, 2016), a presidente convocou Michel Temer para a articulação política (BOGHOSSIAN, CRUZ e HAUBERT, 2015). Defensor do ajuste fiscal, o vice-presidente apresentou-se como alguém capaz de estabilizar a situação no Congresso e simultaneamente aprovar as pautas econômicas de interesse do conjunto da grande burguesia, dupla-habilidade que lhe franqueou futuramente o papel de dirigente da deposição da presidente.

A partir da atuação do vice, o governo conseguiu aprovar em 06 de maio de 2015 a primeira pauta do ajuste fiscal: a MP 665/2014, que consistia, fundamentalmente, no aumento do tempo de trabalho necessário para a requisição do seguro-desemprego de seis para doze meses, em maiores restrições ao abono-salarial e ao seguro-defeso – programa social voltado aos trabalhadores do setor da pesca. A proposta inicial do Ministério da Fazenda era de dezoito meses para a requisição do seguro-desemprego, todavia, diante da resistência do PT, do sindicalismo e da base aliada no Congresso, reduziu-se para doze. A aprovação deu-se com apertado placar de 252 votos contra 227. A bancada do PMDB registrou 80% de apoio à medida. A oposição fez uma oposição férrea contra a MP, inclusive com a Força Sindical ocupando as galerias e jogando notas de dólares falsas com os rostos de Lula, Dilma e do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso preventivamente no mês de abril pela operação Lava Jato. O PSDB insistiu na retórica que a presidente traia o discurso de campanha e jogava a conta do ajuste

[98] Dólar bate R$ 2,99 e Bolsa cai 1% com derrota do governo no ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015. Planalto é obrigado a adotar ritmo mais lento para ajuste. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015.

fiscal para os trabalhadores. Uma semana depois, também sob protestos da Força Sindical e da oposição, o governo conseguiu aprovar na Câmara, com vantagem mais larga de 277 a 178 votos, a MP 664/2014 que dificultava a obtenção da pensão por morte e do auxílio-doença (ALEGRETTI e PASSARINHO, 2015; BOGHOSSIAN, 2015; BRAGON, CRUZ e FERNANDES, 2015; BOGHOSSIAN, 2015; BRAGON, CRUZ e FERNANDES, 2015b; CALGARO, 2015).

Algumas observações podem ser feitas sobre a questão: o governo, sob os auspícios de Temer, conseguia avançar em matérias do ajuste que eram consenso entre a burguesia, ou seja, as que penalizavam as classes trabalhadoras e deixavam incólumes as contradições que dividiam as classes dominantes. Por exemplo, o aumento do tempo que a empresa deve pagar o trabalhador afastado de 15 para 30 dias, previsto na MP 664/2014 e que foi publicamente criticado pela Fiesp (Folha de São Paulo, 2015[99]) foi retirado do texto final. A oposição, sobretudo o PSDB, priorizou o desgaste do governo Dilma com sua base em detrimento de atender as demandas do capital estrangeiro e da burguesia associada, forças sociais até então representadas pelo partido e ciosas do ajuste (BOITO, 2018). Dessa forma, registrara-se uma instabilidade na relação de representação entre o partido e esta fração da burguesia[100]. Embora amainasse, em algum grau, a hostilidade de frações da burguesia, o programa econômico, acompanhado de suas consequências sociais deletérias, seguia erodindo a avaliação de opinião pública do governo. Nas pesquisas do instituto Datafolha de março e abril de 2015, a presidente registrara 13% de ótimo ou bom nas duas pesquisas, 27% de regular na primeira e 24% na segunda e, por fim, 62% de péssimo ou ruim em março e 60% em abril (DATAFOLHA, 2015[101]).

Para além da piora das condições de vida e rompimento com o programa eleitoral, o tema da corrupção, estimulado pelos agentes da operação Lava Jato, órgãos de imprensa e pela oposição**,** colaborava no desgaste presidencial. Em fevereiro de 2015, o Datafolha indicava que, em recorde histórico, 21% da população considerava a corrupção o principal problema do país (DATAFOLHA, 2015[102]). Observa Boito (2018. p. 248) que a agitação contra a corrupção possui eficácia política porque permite "confiscar o legítimo sentimento popular contra os crimes de colarinho branco para que sirva de base a uma política que, na verdade, é contrária

[99] Presidente da Fiesp defende mudança em ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.
[100] Seguindo as teses de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Poulantzas (2019. p. 253) afirma que, no nível da cena política, comumente verificam-se defasagens entre as práticas políticas de classe e os interesses dos partidos políticos com os quais as frações da burguesia constituem relações de representação.
[101] Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao_governo_dilma.pdf>acesso em: outubro.2020.
[102] http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/02/09/arquivo-brasil.pdf>acesso em: outubro.2020.

aos interesses populares". Assinala Martuscelli (2016) que o tema já foi mobilizado em diversas situações em períodos de crise política no Brasil republicano, sendo, assim, um dispositivo consolidado de agitação e propaganda política, sobretudo, embora não só, de setores conservadores da política nacional.

Ao mesmo tempo em que renunciava momentaneamente a alguns aspectos programáticos do programa neoliberal ortodoxo – como forma de agitação e propaganda contra o governo Dilma e o PT – o PSDB também tinha que lidar com movimentações no interior de sua base eleitoral fundamental[103], a alta classe média[104]. Animados por movimentos que surgiram em 2014, como o MBL[105] e o *Vem Pra Rua*[106], manifestações de monta ocorreram em todo o país nos dias 15 de março e 12 de abril de 2015, cujas bandeiras fundamentais foram a defesa da Lava Jato, o rechaço contra a corrupção, a oposição ao governo Dilma, ao PT, ao "esquerdismo" de forma genérica e críticas vorazes aos programas sociais como o Bolsa Família e as cotas raciais. A composição social dos protestos foi marcada pela predominância da alta classe média – algo verificado pela renda elevada bastante acima da média nacional, o tipo de inserção profissional e o grau de escolaridade dos presentes (AMORA, MAGALHÃES e

[103] Nicos Poulantzas (2021. págs. 253-263) pondera que o enquadramento das classes sociais deve levar em conta aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Nesse sentido, o autor argumenta que a pequena-burguesia é composta por proprietários de firmas de pequeno porte, familiares ou artesanais, e, diferentemente das grandes empresas monopolísticas, o proprietário também atua na produção. Assinala o autor que essa fração da burguesia, na acepção de Marx, Engels e Lenin, estaria fadada ao desaparecimento conforme o capitalismo se desenvolvia no sentido da formação de grandes monopólios. Essa pequena-burguesia, em menor escala, poderia integrar-se ao âmbito do grande capital ou, em geral, proletarizar-se. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo permitia a emergência de uma "nova pequena-burguesia" formada por trabalhadores assalariados não-produtivos vinculados à gestão das empresas privadas e ao aparato burocrático do Estado. Ou seja, o que preferimos denominar, seguindo Saes (1985), como "classe média", Poulantzas enquadra como uma variante da pequena burguesia. A despeito de suas distintas inserções econômicas na sociedade, Poulantzas pontua que, sob o prisma ideológico e político, a antiga pequena-burguesia e a nova se integram sob um mesmo invólucro. Por exemplo, ambos compartilham um receio atávico do processo de proletarização. Avaliando as mobilizações contra o governo Dilma, Perrin (2020. p. 112) pondera que o universo ideológico e cultural dos pequenos e médios empresários, base de apoio de Paulo Skaf na Fiesp, é mais próxima da classe média tradicional do que da grande burguesia e ambas compartilham similares trajetórias de formação, valores ideológicos e padrão de renda e consumo.

[104] Segundo Singer (2012; 2018), tal qual a UDN no período 1945-1964, o PSDB, por conta do perfil profissional, de renda e demográfico de seu eleitorado, poderia ser considerado o "partido da classe média". Na análise de Boito (2018), o PSDB não representava propriamente os interesses econômicos da classe média e, nesse diapasão, seus laços orgânicos e sólidos eram com o grande capital internacional e a burguesia perfeitamente integrada a este capital. Contudo, o autor assinala que a classe média, sobretudo sua fração superior, funcionava como base de apoio do partido.

[105] Em *MBL, Crise política e conflitos de classe no Brasil* (2020), a pesquisadora Kiane Follmann realiza uma instrutiva e detalhada análise da formação do movimento, seu *modus operandi* na crise do governo Dilma e o discurso político de suas lideranças.

[106] Em artigo de 2020, o pesquisador Vinícius Sturari apresenta um interessante estudo, embora breve, sobre o papel do *Vem Pra Rua* nas manifestações de 2015. Embora não se constitua como um trabalho de análise científica dos acontecimentos, o livro escrito pelo fundador do movimento, Rogério Chequer, e Colin Butterfield (2016), apresenta algumas informações importantes sobre a formação e a atuação do movimento.

VALENTE, 2015; CORTÊS e TRÓPIA, 2015; DATAFOLHA, 2015[107]; FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[108]; PEIXOTO, 2015; ROCHA, 2015).

A despeito do viés claramente oposicionista dos atos, políticos da oposição institucional foram impedidos de discursar e não tiveram papel destacado nos protestos. No dia 15 de março, o deputado Paulinho da Força foi vaiado no caminhão de seu próprio partido; Floriano Pesaro, deputado do PSDB, não conseguiu discursar. Aécio Neves, por sua vez, não compareceu às ruas e gravou vídeo definindo aquela data como o "dia da democracia" e pedindo que a população não se dispersasse (FOLHA DE SÃO PAULO[109]), confirmando assim, a tática do partido de associar-se aos protestos, sem comprometer-se diretamente com eles (FOLHA DE SÃO PAULO[110]; MAGALHÃES, 2015e) A hostilidade dos manifestantes contra os políticos e partidos da oposição confirmou o levantamento do Datafolha de fevereiro de 2015, que chamava a atenção para o fato de a derrocada da popularidade do PT não significar aumento substantivo da popularidade dos demais grandes partidos, sobretudo o PSDB[111].

A fração da classe média presente nas ruas sentia-se representada pelos agentes da operação Lava Jato, que Singer (2018. p. 233) define como "partido da justiça". Está correta a tese de que tais agentes se organizavam em torno de um programa político próprio. Boito (2018) observa que os dirigentes burocráticos da operação Lava Jato (promotores de justiça, delegados da PF e juízes de primeira instância) são parte da fração superior da classe média, partícipes da ideologia meritocrática[112] e lograram interpelar a alta classe média, de cima, sem mobilizá-la

[107] Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615923-100-mil-foram-a-paulista-em-12-de-abril-77-defendem-impeachment.shtml

[108] Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015. Protesto contra Dilma reúne 100 mil na Avenida Paulista, diz Datafolha; veja como foi. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015. Irritação com corrupção foi motivação para maioria. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015.

[109] Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015.

[110] PSDB dá "apoio irrestrito" a protesto e estimula militantes; Aécio não vai. Folha de São Paulo, 11 de março de 2015.

[111] A pesquisa Datafolha de fevereiro apresentou uma queda substantiva da representatividade dos partidos políticos, destacadamente o PT. Enquanto em dezembro de 2014, 61% dos brasileiros diziam não ter um partido de preferência, em fevereiro de 2015 esse número saltou para 71%, sendo então o maior percentual para o quesito desde que o Datafolha o incluiu em suas pesquisas de opinião no ano de 1989. O número saltou de 55% para 64% durante as manifestações de junho de 2013 e desde então oscilava nessa média. Na pesquisa de dezembro de 2014, a preferência pelo PT estava em 22%, e em fevereiro caiu para 12%, superando o período da crise do mensalão quando esse número declinou até no máximo 15%. Os demais partidos não lograram crescer com o declínio do PT, por exemplo, o PSDB caiu de 7% para 5% entre as pesquisas de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015. Para mais detalhes, consultar: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/02/09/arquivo-brasil.pdf>acesso em: outubro.2020.

[112] A ideologia meritocrática constitui-se como um conjunto de ideias e valores típicos da classe média (SAES, 1985) que emerge com a legitimação das diferenças de renda e status entre os trabalhadores manuais ocupados no processo de produção e os trabalhadores intelectuais voltados às atividades de gestão, administração e demais profissões de nível superior como medicina e advocacia. A distinção social destes trabalhadores é entendida como produto de maior esforço e mérito da referida classe média, desconsiderando, neste ínterim, as desigualdades sociais de um país como o Brasil que bloqueiam o mesmo nível de oportunidades de aquisição de capital cultural para o conjunto da população.

diretamente, com discursos genéricos e convocações de protestos como forma de pressão sobre o regime político, desgastando assim, fundamentalmente o PT, mas também todos os partidos mais relevantes do sistema partidário como o PMDB e o PSDB. Segundo Bastos (2017), é evidente que a operação atendia, por diversas razões, interesses econômicos específicos, como o do grande capital internacional, contudo, havia no combate à corrupção algo mais profundo que a mera instrumentalização das camadas média pela fração dirigente, como postulavam analistas como Souza (2016).

Sendo assim, o PSDB se encontrava novamente em uma situação peculiar. Protestava contra medidas do ajuste fiscal de Dilma no Congresso, fustigando, dessa forma, sua relação de representação com a grande burguesia internacional, contudo, a mera oposição parlamentar cerrada como tática de enfraquecer o governo, fórmula sintetizada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, que afirmara ser contrário ao impedimento e que preferia ver Dilma "sangrar" até o encerramento do mandato (FOLHA DE SÃO PAULO[113]), não atendia as aspirações de parte significativa de sua base na alta classe média, que defendia o *impeachment* da presidente. Essa defasagem, paulatinamente, foi desgastando a relação do partido com tais bases e gerando atritos internos na sigla. Enquanto lideranças de menor porte se associavam com mais força aos movimentos e defendiam a retirada imediata da presidente, lideranças de maior porte como Aécio, Alckmin, Fernando Henrique Cardoso e Serra adotavam tom mais moderado e hesitavam em adotar tal radicalização durante o primeiro semestre de 2015.

A moderação tinha razão de ser. As manifestações de março e abril foram observadas com reservas pelos agentes do grande capital internacional e interno. Segundo Valle (2019. p. 59), o capital financeiro analisava as manifestações de oposição nos primeiros meses do segundo mandato de Dilma como um "risco político" porque enfraqueciam um governo que já acumulava muitas dificuldades para aprovar o ajuste fiscal no Congresso Nacional e poderiam trazer de volta elementos da política econômica do primeiro mandato como forma de contenção desta impopularidade. Perrin (2020. págs. 140-147) observa que a Fiesp manteve-se afastada das mobilizações de março e abril. A cautela da Federação, na análise da autora, deveu-se a percepção por parte da direção da entidade que, embora a presidente estivesse frágil no cargo, naquele momento, a possibilidade de *impeachment* ainda era bastante incerta. Enquanto Skaf adotava uma posição prudente, ainda em defesa da estabilidade política necessária ao ajuste fiscal, na base da entidade as posições mais radicalizadas contra o governo estavam firmemente disseminadas. Por exemplo, nesse período, Cunha esteve em evento na Fiesp e foi

[113] FHC diz que não adianta tirar Dilma, e Aloysio quer ver presidente "sangrar". Folha de São Paulo, 09 de março de 2015.

entusiasticamente aplaudido após criticar o PT. Ou seja, tal qual ocorrera com Lula na crise do mensalão em 2005 (BOITO, 2018), não havia, por ora, chancela de frações da grande burguesia para que o processo de *impeachment* fosse deflagrado; porém, diferentemente da referida crise, havia uma base de alta classe média se mobilizando ativamente, buscando levar o PSDB para uma posição mais contundente, e, no limite, ameaçando romper o apoio dado ao partido.

Após a manifestação de abril de 2015, o MBL organizou a chamada Marcha pela Liberdade, que ficou conhecida como "Marcha para Brasília". Saindo de São Paulo em 24 de abril, os militantes do movimento e apoiadores caminharam até Brasília, parando em diversas cidades do interior do país para fazer agitação política contra o governo federal. A expectativa era que a chegada em Brasília no dia 27 de maio se somasse com uma grande manifestação pública pelo impedimento da presidente e com um pedido de *impeachment* apresentado pela oposição parlamentar. Contudo, Aécio Neves, presidente do PSDB, avaliou que não era o momento adequado para a entrega do pedido e frustrou os manifestantes, que acabaram recebidos no Congresso por deputados de oposição e pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (BRAGON, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO[114]; HAUBERT e SADI, 2015; LIMA, 2015b; MAGALHÃES, 2015f; NERY e SADI, 2015b; NERY e SEABRA, 2015). Limongi (2015) observa que, dali em diante, as pressões e expectativas do movimento em relação à deflagração da abertura do processo vincularam-se mais a Cunha do que ao PSDB. A aproximação com o deputado e o PMDB, embora conflitasse com o discurso de recusa ao regime político "corrupto" e o suporte à operação Lava Jato, foi uma operação tática que atendia a prioridade fundamental do movimento naquele período que era a deposição de Dilma. Um dos coordenadores do grupo, Kim Kataguiri, chegou a declarar: "o PMDB é corrupto, mas o PT é totalitário" (FOLHA DE SÃO PAULO[115]).

Em maio de 2015, a despeito do programa de ajuste, as contas públicas se deterioravam, o que agudizava as divergências internas no governo sobre como lidar com a questão (ALMEIDA, 2016; BASTOS, 2017; CARVALHO, 2018). Naquele mês, foi anunciado o volume do contingenciamento de despesas públicas para os meses seguintes, percentual importante para sustentar a proposta inicial de lograr 1,2% do PIB de superávit primário no ano. Levy defendia que o piso mínimo para o contingenciamento era de R$ 70 bilhões, todavia, o número anunciado pelo governo, e defendido por Nelson Barbosa, foi da ordem de R$ 69,9 bilhões, ou seja, R$ 100 milhões a menos do que o titular da Fazenda propugnava. Levy apresentou publicamente seu descontentamento. Com sua postura, o governo adotou uma

[114] Líderes de atos cobram mais firmeza da oposição. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015.
[115] Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15. Folha de São Paulo, 09 de março de 2015

mensagem pública clara de unidade em torno do ajuste e exigiu do PT um comprometimento com o programa. De maio em diante, foram corriqueiras as especulações sobre uma possível saída do ministro (ALMEIDA, 2016) e passou-se a questionar sua capacidade de efetivar o ajuste na inteireza esperada pela grande burguesia, sobretudo o capital financeiro internacional

Contudo, o governo mantinha a dificuldade de aprovar medidas que agradavam desigualmente o grande capital internacional e a grande burguesia interna, sobretudo industrial, como a revisão de incentivos fiscais e desonerações tributárias. Por outro lado, embora tenha logrado êxito na negociação parlamentar para a aprovação das MPs 664 e 665, Temer disputava espaço no governo – no que tange às liberações de emendas e cargos – com Mercadante (ALMEIDA, 2016; HAUBERT, 2015c; HAUBERT e SADI, 2015c; MATOSO, 2015d; VERSIANI, 2015) e os acordos que construía com os parlamentares eram diversas vezes ameaçados pela política de ajuste de Levy (SADI, 2015b). Bastos (2017) pondera que uma das facetas da política de ajuste é a dificuldade que ela acarreta na configuração das alianças no Parlamento.

Sobre a revisão do programa de desonerações apresentado por Levy, é pertinente pontuar que, no início de março de 2015, empresários de 40 setores da indústria esboçaram a construção de uma manifestação conjunta com os trabalhadores contra o ajuste fiscal do governo, sobretudo o aumento de tributação de alíquotas previdenciárias para empresas que participavam do referido programa. A tributação variava entre 1% e 2% do faturamento das empresas e, com a mudança, passaria a variar entre 2,5 e 4,5%. O presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza, declarou: “A proposta é unir empresários e trabalhadores contra medidas recessivas que podem gerar demissões e acelerar processo de desindustrialização no país”. Segundo Pastoriza, representantes de diferentes segmentos, como o químico, o farmacêutico, vestuário, plástico, dentre outros, estudavam ações em conjunto e havia a possibilidade de ato público ocorrer em abril para se desvencilhar das manifestações contra a presidente marcadas para o dia 15 de março. Sérgio Luiz Leite, presidente da Federação dos Químicos, ligado à Força Sindical, confirmou a articulação conjunta: “A ideia é mesmo construir uma pauta em conjunto. Da mesma forma como os empresários não querem aumento do imposto, os trabalhadores não querem a retirada de benefícios trabalhistas” (ROLLI, 2015).

A Abimaq, associação historicamente mais próxima do desenvolvimentismo e crítica ao neoliberalismo econômico, propôs, junto com representantes dos trabalhadores, o denominado “Manifesto da Coalizão Capital-Trabalho para a competitividade e o Desenvolvimento”. A Fiesp, depois de hesitar, decidiu juntar-se ao grupo. O que congregava a unidade era o rechaço ao aumento de impostos sobre a folha de pagamentos e os cortes em benefícios sociais e

previdenciários. Todavia, a iniciativa teve vida curta devido ao acirramento do conflito distributivo de classes que colocaria entidades patronais e sindicatos de trabalhadores em lados opostos ao longo do ano de 2015 (PERRIN, 2020). Ou seja, o que Boito (2018) denominara "frente neodesenvolvimentista" e Singer (2018) "coalizão produtivista" colapsava e não encontravam-se mais termos comuns de atuação, afinal, a fração industrial da burguesia interna não aceitava mais concessões e exigia o ajuste fiscal severo contra os direitos sociais e trabalhistas, preservando, contudo, seu espaço no orçamento.

No mês de junho, o governo conseguiu aprovar na Câmara com 243 votos favoráveis contra 144 contrários e uma abstenção o projeto que reduzia as desonerações das folhas de pagamentos, contudo, uma versão diminuída, que não alcançava a economia de R$ 12 bilhões inicialmente esboçada. Assim como ocorrera nas votações das MPs 664 e 665, a oposição, sobretudo o PSDB, se colocou contra a medida com o argumento que a referida aumentaria o desemprego e descarregaria as contas da crise nos trabalhadores. Ou seja, em mais uma oportunidade, o partido priorizou o desgaste político do governo e menos os interesses da fração burguesa dominante com a qual constituíra no período precedente uma relação orgânica de representação. Essa votação também reforça a conceituação do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara, como uma instância mais permeável aos interesses díspares de frações econômicas periféricas no bloco no poder em comparação com o Executivo. O texto final do relator da medida, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), contra a proposta original formulada pelo governo, baixou as alíquotas de setores como os de transportes, calçados, têxteis e alimentos (CRUZ, DIAS e VERSIANI, 2015; DIAS e VERSIANI, 2015; FERNANDES, HAUBERT e VERSIANI, 2015; PASSARINHO, 2015; VERSIANI, 2015b).

O avanço da Lava Jato, no período, gerou preocupação e insatisfação nos congressistas e políticos profissionais, o que dificultava a aprovação das medidas de ajuste impopulares no Congresso e ajudava a aumentar a percepção negativa sobre o governo na população[116]. A manutenção da instabilidade política – a despeito da maior proeminência de Temer na articulação ter gerado alguns resultados em termos de ajuste –, levou os agentes econômicos a desconfiarem cada vez mais da capacidade do governo de manejar a coalizão e garantir um

[116] Em 19/06/2015, os executivos Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo foram presos preventivamente por decreto do juiz Sergio Moro; ou seja, a Lava Jato havia chegado nas duas maiores empreiteiras brasileiras: Odebrecht e Andrade Gutierrez. Por outro lado, em 14/07/2015, houve a primeira operação de monta no âmbito da Lava Jato contra políticos com foro de prerrogativa de função. A Polícia Federal realizou busca e apreensão nas casas dos senadores Ciro Nogueira (PP), Fernando Bezerra Coelho (PMDB) e Fernando Collor de Mello (PTB). Consultar: (FALCÃO, MASCARENHAS, NERY, SADI e TALENTO, 2015; MEGALE e FERREIRA, 2015). Neste período, o Datafolha registrou piora substantiva de aprovação do governo, consultar: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646136-recorde-rejeicao-a-dilma-atinge-65.shtml>acesso em: outubro.2020.

ajuste robusto (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[117]). A situação se tornou ainda mais tensa quando Eduardo Cunha rompeu com o governo após o delator Júlio Camargo ter declarado aos investigadores ter pagado US$ 5 milhões ao deputado em propinas em troca do auxílio do parlamentar em contratações de navios-sonda na Petrobras (HAUBERT, 2015d; MEGALE e ROCHA, 2015). O governo, a oposição, a cúpula do PMDB e diversos agentes econômicos analisaram a decisão de Cunha com preocupação e prudência. A maior parte da grande burguesia ainda contava com a aprovação do ajuste de Levy, embora a descrença paulatinamente aumentasse, sobretudo após Dilma ter revisto para baixo a meta de superávit primário definida pelo ministro da Fazenda logo que assumiu o cargo (CRUZ, DIAS e MONTEIRO, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[118]; GIELOW, 2015b; GUERREIRO e HAUBERT, 2015b; HAUBERT e VETTORAZZO, 2015).

A preocupação frequente na grande burguesia era de que um processo de *impeachment* contra Dilma – que diferentemente de Collor, integrava um partido socialmente enraizado e com laços orgânicos com movimentos sociais e sindicais (FRANCO, 2015) –, geraria instabilidade e minaria ainda mais o ajuste fiscal. Contudo, a perda de apoio entre as camadas de menor renda, o forte movimento oposicionista animado pela alta classe média, a deterioração das relações entre o Executivo e o Legislativo e a própria falta de alinhamento da presidente com seu partido em relação ao ajuste gradativamente ilustraram que o governo não conseguiria aprovar as contrarreformas neoliberais estruturais almejadas por frações expressivas do grande capital estrangeiro e interno. Nesse sentido, discordamos de analistas como Jessé Souza (2016) e Valter Pomar (2016) que analisam o *impeachment* como obra de uma "elite" – termo confuso e pouco explicativo – portadora de uma rejeição atávica ao PT. A questão, como lembram Boito (2018), Ianoni (2018), Martuscelli (2017) Perrin (2020) e Singer (2012; 2018), é que diversos setores da burguesia – que supomos parte da "elite" mencionada por Pomar e Souza – mantiveram, em maior ou menor grau, relações com os governos dirigidos por membros deste partido, isto é, Lula e Dilma, e as romperam em circunstâncias bastante definidas, como a crise do segundo governo Dilma.

Como ponderamos anteriormente (ver capítulo 2), o regime político brasileiro – algo frequentemente ignorado por autores institucionalistas como Abranches (1988) e Limongi e Figueiredo (2001) – é funcional à determinada modalidade de dominação do grande capital, especialmente o financeiro (BASTOS, 2017; MINELLA, 2003). A crise entre Executivo e

[117] Cenário político derruba bolsa ao menor nível em quase quatro meses. Folha de São Paulo, 20 de julho de 2015. Rompimento de Cunha faz dólar chegar a R$ 3,19. Folha de São Paulo, 18 de julho de 2015.
[118] Cunha rompe com governo; PMDB e oposição silenciam. Folha de São Paulo, 18 de julho de 2015.

Legislativo verificada no governo Dilma, especialmente na Câmara, desorganizou o regime político marcado pela subserviência do Legislativo ao Executivo e fez com que o ajuste fiscal neoliberal ficasse submetido às permanentes querelas entre as lideranças políticas do PT e do PMDB. Ou seja, conforme não conseguia mais manejar adequadamente a institucionalidade do regime político de modo mais conveniente para a hegemonia burguesa, o governo Dilma se desprestigiava em relação às diferentes frações da burguesia. Porém, com o PSDB dividido e mais preocupado com o desgaste do governo do que com a viabilização do ajuste neoliberal de Levy e o avanço da operação Lava Jato sobre o mesmo regime político, a construção de uma saída não era algo simples. Porém, ela foi se desenhando em torno de Temer durante todo o segundo semestre, o que culminou na saída do vice-presidente da articulação política, na construção do programa *Uma Ponte para o futuro*, na aceitação do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados e no afastamento público de Temer em relação ao governo Dilma por meio da carta vazada para a imprensa na primeira semana de dezembro. Analisaremos detalhadamente este processo no próximo capítulo.

4. Rompimento de Temer com o Executivo, lançamento do programa *Uma Ponte para o futuro* e acirramento das contradições do governo com o bloco no poder

Neste capítulo, objetiva-se a descrição e análise da evolução da instabilidade política durante o segundo semestre de 2015 e os meses de janeiro e fevereiro de 2016, passando pela aceitação do pedido de *impeachment* em 02 de dezembro e pelo distanciamento público entre Michel Temer e Dilma Rousseff por meio de carta do vice no mesmo período, ratificando, assim, a movimentação que começara no início de agosto, quando retirou-se da articulação política do Executivo e coordenou o lançamento do programa *Uma ponte para o futuro* em outubro. O período também é marcado por tentativas de um pacto político que manteria Dilma no governo tanto por parte do presidente do Senado, Renan Calheiros, com o lançamento da plataforma *Agenda Brasil* em agosto, quanto com o apoio conferido por importantes setores da grande burguesia interna neste mesmo mês, sobretudo a fração bancária. Contudo, com o enfraquecimento progressivo de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, o capital internacional, mormente o financeiro, transitou com intensidade cada vez maior para a política de deposição do governo, o que se evidencia pelos sucessivos rebaixamentos da nota brasileira pelas agências de classificação de riscos de ativos e pelo respaldo ao programa *Uma ponte para o futuro* por parte desta fração burguesa.

No âmbito da relação com o Legislativo, Dilma buscou paulatinamente reorganizar sua base congressual por meio de cargos e recursos, sendo a reforma ministerial de outubro, quando o PMDB chegou ao número de sete pastas ministeriais, um evento emblemático da empreitada. Entretanto, as contradições do governo com Eduardo Cunha prosseguiram e as demandas do Executivo na Câmara seguiram com dificuldades de tramitação. A piora da situação judicial do parlamentar e a publicização de documentos do Ministério Público suíço que comprovavam contas não-declaradas no exterior fizeram com que Cunha se transformasse em alvo de processo no Conselho de Ética, o que fez com que utilizasse o *impeachment* como barganha para tentar salvar seu mandato tanto com o governo quanto com a oposição; não por acaso, a aceitação do pedido de abertura de processo de impedimento contra Dilma ocorreu após a confirmação de que três deputados do PT votariam contra o parlamentar no Conselho. Por outro lado, a dinâmica da Lava Jato continuou sendo uma permanente fonte de instabilidade, sobretudo em fevereiro e março de 2016. As mobilizações de rua à direita e à esquerda se mantiveram segmentadas e com perfis similares de palavras de ordem, demandas e estratificação social dos manifestantes, se comparadas com o primeiro semestre.

4.1. Saída de Temer da articulação política, desorganização da base legislativa e perda de apoio em frações da burguesia interna e estrangeira

O mês de agosto começou com o governo Dilma em posição de defensiva[119]. A ofensiva contra o Executivo no Legislativo após o rompimento oficial de Eduardo Cunha se intensificava com a tramitação de medidas que aumentavam o ônus fiscal do Tesouro (especificamente a PEC 443/2009 que equiparava os salários da AGU e dos delegados da Polícia Federal aos do Judiciário) em contradição com a política de ajuste fiscal do governo. De forma simultânea, crescia a insatisfação de diferentes frações da burguesia, seja com a dificuldade de implementar o ajuste fiscal de forma coesa e rápida ou pela forte deterioração do quadro econômico[120]. O presidente da Câmara também ameaçava retaliar o governo articulando a nomeação de oposicionistas para cargos diretivos nas CPIs do BNDES e dos fundos de pensão. Além disso, partidos da base governista como o PDT e o PTB anunciaram rompimento com Dilma. Exatamente neste contexto, o vice-presidente Michel Temer deu sua primeira declaração pública sinalizando implicitamente que poderia assumir a presidência com o agravamento da situação política. Em entrevista de significativa repercussão, o vice advertiu que o Brasil precisava de alguém que tivesse a "capacidade de reunificar a todos" e colocar os problemas do país acima das disputas político-partidárias (BRAGON e ÁLVARES, 2015; DIAS, 2015c; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015[121]).

A declaração de Temer acenava duplamente para diferentes frações da burguesia porque o vice, por um lado, apresentava-se como esteio da política econômica apregoada por Joaquim Levy, como já vinha fazendo desde o primeiro semestre (ver capítulo 3); e, por outro, como um quadro capaz de dirimir os conflitos com o Legislativo em caso de substituição do governo. A manifestação do vice-presidente foi publicamente apoiada pela Fiesp e Firjan. A partir deste episódio, Temer aumentou substantivamente a interlocução pública com diferentes frações da burguesia interna (com especial destaque para o capital industrial e comercial do estado de São

[119] Em pesquisa divulgada em 06 de agosto de 2015, o Datafolha aferiu que o governo naquele momento somava 71% de avaliação ruim e péssima, 20% de regular e somente 8% de ótimo ou bom. Em pesquisa do mesmo instituto no mês de junho de 2015, a presidente contava com índice de ruim e péssimo de 65%. Com a piora em agosto, Dilma afigurava com a pior avaliação da série histórica do Datafolha, superando inclusive o índice de Collor às vésperas do *impeachment* em 1992. Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665135-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml>acesso em: fevereiro. 2021.

[120] Confirmando a mudança na política econômica no segundo mandato de Dilma, o BC reforçou a postura de aumento de juros elevando a taxa em cinco reuniões consecutivas. A Selic, em termos nominais, passou de 11,75% em dezembro de 2014 para 14,25% em julho de 2015, mantendo esse patamar até a consecução do *impeachment.* Nesse contexto, os investimentos privados declinaram de 11,6% no primeiro trimestre de 2015 e de 13,9 % no acumulado do ano (CARVALHO, 2018. p. 98). Além disso, o deslocamento na política monetária aumentou o dispêndio financeiro com o serviço da dívida pública (POCHMANN, 2015. págs. 07-08).

[121] PDT e PTB anunciam independência da base aliada ao governo. Sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, 05 de agosto de 2015.

Paulo) e, após abandonar oficialmente a articulação política em 24 de agosto, seguiu fazendo declarações críticas ao governo Dilma. Por exemplo, no início de setembro, em evento com empresários em São Paulo, organizado por um movimento de oposição ao governo, o *Acorda Brasil*, assinalou que Dilma dificilmente continuaria na presidência até 2018 se mantivesse índices tão baixos de popularidade. A mudança de postura do vice amalgamou-se também com a intensificação das atividades dos parlamentares que militavam pelo *impeachment* de Dilma na Câmara e a busca de entendimento com o PSDB, naquela altura ainda dividido, sobre a matéria (G1, 2015[122]; LIMA, 2015c; NERY, 2015). Como observa Singer (2018. p. 169), o senador José Serra foi o que mais apoiou a alternativa peemedebista e já em agosto de 2015 defendia o *impeachment* de Dilma e a posse de Temer.

Enquanto parcela da fração industrial da grande burguesia interna passava a um tom mais contundente de crítica ao governo – especialmente a Fiesp – dirigentes do setor financeiro, como Luiz Carlos Trabuco, então presidente do Bradesco, e Roberto Setúbal, do Itaú, defenderam de forma explícita a manutenção do governo Dilma, a estabilidade política e criticaram o papel que a Câmara dirigida por Eduardo Cunha vinha exercendo para atravancar o andamento do ajuste fiscal (PERRIN, 2020; SINGER, 2018; VALLE, 2019). Ou seja, naquele período, não havia ainda um consenso na grande burguesia interna sobre a permanência de Dilma, o que ajudou a presidente a manter-se no cargo, a despeito do aguçamento das dificuldades relacionadas ao Legislativo, particularmente a Câmara dos Deputados. Porém, a condição imposta pelas lideranças da grande burguesia interna, a começar dos dirigentes de Itaú e Bradesco e passando por Beto Sicupira (atuante sobretudo em setores como bebida e varejo), Carlos Jereissati (Grupo Jereissati), Edson Bueno (Dasa), Josué Gomes da Silva (Coteminas), Pedro Moreira Salles (Itaú-Unibanco) e Pedro Passos (Natura), era que a política de ajuste fiscal sem aumento de impostos defendida pelo Ministério da Fazenda prosseguisse, tendo em vista o não-rebaixamento da nota do país pelas agências de *rating* e previsão de superávit primário de pelo menos 0,7% no orçamento de 2016 (ALMEIDA, 2016. págs. 81 e 82).

Registre-se que, no primeiro semestre de 2015, os bancos privados alcançaram os maiores percentuais de faturamento da história no bojo da elevação dos juros, depreciação do real e correção dos títulos da dívida pública com alta inflacionária. Itaú e Bradesco foram responsáveis por 62% do faturamento dos cinco maiores bancos atuantes no país no período, alcançando, respectivamente, lucros de R$ 8,7 bilhões e R$ 9,3 bilhões (VALLE, 2019. p. 64).

[122] FIRJAN e FIESP divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 06 de agosto de 2015

Por outro lado, o setor industrial vinha acumulando perdas desde o primeiro governo Dilma (consultar capítulo 2) e 2014 foi o primeiro ano desde 2002 em que houve perda de vagas de emprego no setor (PERRIN, 2020. p. 137). A partir dos dados apresentados, é possível entender os posicionamentos das frações industrial e financeira internas como decorrências de suas condições materiais no interior daquela conjuntura. É importante demarcar este aspecto porque determinadas interpretações tendem a minimizar a dimensão material dos conflitos intraburgueses durante o segundo mandato de Dilma, argumentando que deu-se um processo de reunificação sob a plataforma do rentismo (SINGER, 2018) e outras entendem o processo de *impeachment* como produto da aglutinação de "elites" que caracterizar-se-iam por uma rejeição atávica aos programas sociais e avanços dos direitos dos trabalhadores no governos petistas, casos de Jessé Souza (2016) e Valter Pomar (2016), mencionados no capítulo 2.

As defasagens no processo político do mês de agosto nos permitem algumas considerações sobre o exame marxista das crises políticas. Na trilha de diferentes clássicos como Gramsci (2007), Poulantzas (2019; 2021) e Mao Zedong (1975), podemos considerar uma impropriedade teórica e analítica a compreensão do processo de instabilidade e crise política como uma decorrência mecânica das crises econômicas. Ao contrário, em determinadas conjunturas, é possível que conflitos se manifestem com antecedência nos planos político e ideológico e somente posteriormente no âmbito econômico. Todavia, as crises econômicas são as que delimitam fundamentalmente a qualidade e a extensão dos realinhamentos realizados nas instâncias política e ideológica. Por exemplo, deve-se dizer que as contradições entre Executivo e Legislativo em agosto de 2015 acirraram-se mais rapidamente do que as contradições do governo com as distintas frações burguesas; todavia, o fato de uma importante fração da burguesia, o capital bancário interno, ainda manter o apoio ao mandato de Dilma, permitiu que o processo de *impeachment* não fosse deflagrado naquele período.

Nesse sentido, o conflito institucional entre Executivo e Legislativo causado fundamentalmente pelo avanço da Lava Jato sobre os políticos profissionais que integravam a base governista, sobretudo PMDB e PP, não se desenvolvia em um vácuo político e seu desenvolvimento era condicionado pelo conflito mais amplo que ocorria entre as diferentes frações burguesas no bloco no poder e a intervenção das demais classes e frações dispostas na sociedade. Portanto, os parlamentares que dirigiam fundamentalmente o Congresso Nacional não eram dotados de total autonomia para deflagrar o impedimento presidencial. Não por acaso, o apoio que Dilma recebeu de parte poderosa da burguesia fez com que houvesse um recuo e alguma acomodação do Congresso Nacional em relação ao Executivo. A declaração do senador Aloysio Nunes Ferreira em 17/08/2015 foi sintomática nesse sentido: argumentou Ferreira que

o PMDB só não havia desembarcado ainda em bloco do governo porque diversos setores empresariais ainda não defendiam o impedimento de Dilma (HAUBERT, 2015e).

No plano parlamentar, o recuo do Congresso Nacional e de setores do PMDB expressou-se na formulação de uma plataforma econômica denominada *Agenda Brasil*, cujo objetivo declarado era preparar as condições para a retomada do crescimento econômico por meio de um amplo conjunto de medidas que balizavam-se sob dois vértices fundamentais: o ajuste fiscal por meio de cortes no orçamento da União sem o aumento de tributação e aceleração de projetos de infraestrutura por meio de concessões mais benéficas e simplificação de processos de licenciamento, inclusive o ambiental. Como forma de tentar recuperar força política, Dilma chegou a encampar a agenda, contudo, o assunto rapidamente perdeu força política porque não houve adesão de Eduardo Cunha, o que seria vital para a aprovação no Congresso, e, dada a amplitude das medidas e seu caráter genérico, acabou não sendo reivindicada por nenhuma fração específica da burguesia, diferentemente do programa *Uma ponte para o futuro*, lançado dois meses depois (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[123]; SENADO FEDERAL, 2015[124]; URIBE, 2015; URIBE, 2015b).

É importante pontuar algumas diferenças entre a *Agenda* e a *Ponte para o futuro*. A primeira representava um arranjo político que mantinha Dilma na presidência e não foi capaz de unificar os interesses da burguesia como o documento lançado posteriormente. A despeito da defesa de evidentes medidas neoliberais como a flexibilização da gratuidade do SUS e uma redação vaga que abria a possibilidade para a terceirização das atividades-fim, a *Agenda Brasil* não propugnava uma reformulação estrutural e ampla a respeito das questões previdenciária e trabalhista, além de não se comprometer com uma legislação de teto de gastos (COUTINHO JR, e OLIVEIRA, 2015; HAUBERT, 2015f). O capital internacional e a burguesia associada, frações que haviam tomado a inciativa para desestabilizar o governo Dilma (BOITO, 2018), não se viram representadas no documento e não se mobilizaram por sua tramitação.

Aécio Neves e a ala por ele comandada no PSDB defenderam, neste período, que a oposição deveria pleitear a realização de novas eleições, sob o argumento de que a crise não se resolveria sem um governo legitimado pelo voto popular[125]. Enquanto presidente do partido,

[123] Pacote do PMDB ganha novas propostas. Folha de São Paulo, 13 de março de 2015.
[124] A "Agenda Brasil", sugerida por Renan Calheiros. Sítio eletrônico do Senado Federal, 10 de agosto de 2015
[125] Em todas as pesquisas de intenção de voto à presidência em uma hipotética eleição realizadas no ano de 2015 pelo Instituto Datafolha, Aécio Neves aparecia em primeiro lugar, disputando a liderança com o ex-presidente Lula e a ex-candidata Marina Silva. É possível ponderar que a preferência do senador por um novo pleito se relacionava com o bom posicionamento nos levantamentos e o *recall* do pleito de 2014. Outros presidenciáveis do PSDB, como Geraldo Alckmin e José Serra, não tinham o mesmo desempenho e apareciam continuamente atrás de Lula e Marina Silva, quando inseridos nas pesquisas como candidatos do PSDB no lugar de Aécio. Dados verificáveis em: https://datafolha.folha.uol.com.br/>acesso em: março.2021.

Aécio ponderou que as manifestações de 16 de agosto, animadas inicialmente por grupos como o MBL, *Vem Pra Rua* e outros de menor expressão, deveriam demandar o novo pleito. Aliás, há uma mudança importante na manifestação de agosto. Diferentemente dos atos públicos de março e abril, quando as principais lideranças do PSDB não compareceram e adotaram posição de apoio acautelado, o partido convocou os atos, defendeu a presença de seus militantes e o próprio Aécio discursou em Belo Horizonte (MG). A aposta em uma nova eleição presidencial advinda de uma possível cassação da chapa Dilma-Temer parecia ganhar novamente alguma viabilidade porque em agosto o TSE passou a rediscutir a reabertura do processo de cassação da chapa eleita em 2014 e pediu ao STF o compartilhamento de informações da Lava Jato sobre o financiamento da campanha de Dilma em 2014 (FALCÃO, 2015c; FALCÃO, 2015d; HAUBERT, 2015g; HAUBERT, 2015h; LIMA, 2015d).

As manifestações do dia 16 de agosto se mantiveram em patamares similares de comparecimento e perfil de público em relação protestos de março e abril. O instituto Datafolha contabilizou a presença de 135 mil pessoas em São Paulo, portanto, configurando-se como o maior do país, e examinou que o contingente aglutinado era marcadamente branco, masculino, com média etária elevada, além de renda e escolaridade bastante acima da média da cidade. No Brasil, calcularam-se atos em pelo menos 169 cidades e a presença de 612 mil pessoas. Embora José Serra tenha comparecido em São Paulo, o PSDB teve pouco apelo e até mesmo um grau de hostilidade por parte dos manifestantes, que, como nos atos anteriores, seguiram adotando como principal referência o juiz Sergio Moro e a defesa da Lava Jato, por conseguinte, como a principal bandeira. Ademais, Lula, a presidente Dilma e, em menor medida, Renan Calheiros foram alvos preferenciais (AMORA, DIAS, HAUBERT, URIBE, VALENTE, 2015; ARAGÃO, 2015; ARAGÃO, 2015b; CARVALHO, LIMA e MARQUES, 2015; DIAS, 2015d). O governador paulista Geraldo Alckmin, mantendo a tática do semestre anterior, buscou distanciar-se dos atos e deu declarações evasivas sobre a possível interrupção do mandato de Dilma (REVERBEL, 2015). Ou seja, por mais que tenha procurado constituir uma relação de representação com a massa de alta classe média presente nas ruas, inclusive tendo realizado inserções convocatórias no horário partidário em cadeia de rádio e TV naquela semana, o PSDB não conseguiu transformar-se no representante dos atos públicos e muito menos dirigi-los.

Dado o quadro de ausência de consenso entre as diferentes frações da burguesia e os principais partidos políticos no Parlamento, o Executivo buscava sedimentar uma base de apoio mais sólida na Câmara. A presidente articulou uma aproximação política com o líder da bancada do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani, de forma a isolar Eduardo Cunha e pactuar-se com

parte do PMDB por meio de uma reforma ministerial, que acabaria sendo realizada somente em outubro (DIAS, 2015e; DIAS e MASCARENHAS, 2015). Em síntese, após um início de agosto turbulento com a ofensiva de Eduardo Cunha na Câmara e a saída de Temer da articulação política, o governo conseguiu ganhar algum fôlego com a defesa do mandato por parte de setores da fração bancária da burguesia interna articulada, como dissemos, com a continuidade da política macroeconômica de Levy. Tal sustentação reverberou também em parte do PMDB, como Picciani e Renan Calheiros, que se aproximaram do governo na ocasião.

Em 20 de agosto, ocorreram atos convocados por entidades como a CUT, a UNE e o MTST. As primeiras, mais vinculadas ao PT, partido que também apoiou as manifestações, entendiam que a defesa do mandato de Dilma e o rechaço aos setores que propugnavam a abreviação do governo deveriam ter protagonismo nas ruas, contudo, o terceiro entendia que a política econômica vigente deveria ser também um alvo preferencial. Assim como nos protestos à direita, o ato de esquerda em São Paulo, segundo o Datafolha, cujo público atingiu 37 mil pessoas, foi também bastante segmentado com um amplo contingente masculino, branco, cuja renda e escolaridade eram maiores que a média da população paulistana. O ato foi menos estratificado socialmente que o da direita, destacando-se a importante presença de assalariados (35%) e funcionários públicos (15%) em detrimento de empresários, todavia, os dados evidenciam que a fração mais proletarizada da classe trabalhadora não compareceu (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[126]; MAGALHÃES, 2015g). Em primeiro lugar, o não-protagonismo desta camada social resulta do fato que não foram interpelados pelo governo para tal e, em segundo lugar, porque a política econômica vigente, além de gerar contradições entre as próprias organizações dispostas a defendê-lo, também aumentou a insatisfação popular por conta do abrupto declínio de emprego e renda durante o segundo mandato de Dilma[127].

Segundo Márcio Pochmann (2015), o desemprego em regiões metropolitanas aumentou 41,5% em julho em relação ao percentual de janeiro de 2015. Entre os mesmos meses, registraram-se aumento de 2,1% em 2014, 3,7% em 2013 e queda de 1,8% em 2012. Em 2015, além da queda do desemprego, o salário médio dos ocupados também perdeu poder aquisitivo.

[126] Mais pobres, 54% dos manifestantes anti-impeachment aprovam Dilma. Folha de São Paulo, 21 de agosto de 2015.

[127] Boito (2018) argumenta que o fenômeno definido por Singer (2012) como *lulismo* é, na verdade, uma variante do *populismo* e apresenta a relação dos governos Lula e Dilma com os trabalhadores da massa marginal como uma forma de "neopopulismo", ponderando que tais governos não se preocuparam em organizar sua base social e as manteve dispersa, apenas na condição de massa eleitoral. Na expressão do autor, os trabalhadores da massa marginal "não foram educados politicamente para contar com as suas próprias forças. O que foi estimulado com essa política foi o fetiche do Estado protetor, isto é, o populismo espontâneo da massa marginal" (BOITO, 2018. págs. 136 e 137). O estabelecimento deste tipo de relação é, na análise do autor, o aspecto fundamental para se entender a razão de a deposição de Rousseff em 2016 ter tido resistência popular frágil.

Entre janeiro e julho, o salário médio real caiu 4,7%. Isto é, a política de ajuste prejudicou tanto o nível de emprego quanto o salarial, contudo, com maior ênfase no primeiro aspecto. Observe-se ainda que o aumento do desemprego nas regiões metropolitanas foi substantivamente maior no contingente menos escolarizado da população (52,4%), entre trabalhadores que ocupavam a posição de chefe de família (48, 4%), faixa etária entre 24 e 49 anos (44,2%) e com 50 anos ou mais (45,4%). Os setores de atividade econômica que apresentaram maior aumento do desemprego entre janeiro e julho de 2015 no Brasil metropolitano foram os seguintes: trabalho doméstico (72%), construção civil (54,3%) e indústria (45,2%). Os dados apresentados pelo autor evidenciam que o desemprego nas grandes cidades brasileiras cresceu massivamente em 2015 e atingiu com maior intensidade os trabalhadores mais precarizados; o que ajuda a elucidar as razões desta fração ter refreado seu apoio ao governo, o que foi ilustrado nas pesquisas de opinião pública durante o ano de 2015[128].

4.2. Controvérsias em torno da política econômica e lançamento de um novo pacote de ajustes

Após comprometer-se com a parcela da burguesia que a sustentara no cargo a prosseguir a política de ajuste fiscal sem aumento de impostos, o governo criou instabilidade com tais frações ainda no final de agosto e início de setembro com a possibilidade de recriação da CPMF como forma de incrementar o superávit primário no orçamento de 2016 e, por fim, com a apresentação de uma peça orçamentária com previsão de déficit de R$ 30,5 bilhões sem o imposto e com proposta de contingenciamento de gastos exatamente no mesmo valor do déficit. O orçamento deficitário, a contragosto de Levy, ilustrou o enfraquecimento do ministro no cargo e fez com que o capital financeiro internacional aumentasse as críticas ao governo, o que ficou demonstrado pelo rebaixamento da nota de crédito do país pela agência de classificação de risco *Standard & Poor's* em 09 de setembro **(**ALMEIDA, 2016; SINGER, 2018). Por outro lado, a fração industrial e outros setores da burguesia interna se posicionaram publicamente contra a possível recriação do imposto, com destaque para a FIESP, a CNI e a Fecomercio. Robson de Andrade, presidente da CNI, classificou a proposição como "absurda"; a Fecomercio a denominou um "retrocesso" e Paulo Skaf, presidente da Fiesp, censurou enfaticamente Joaquim Levy pelo pendor recessivo do ajuste fiscal com aumento de impostos, juros e redução

[128] O conjunto de levantamentos realizados pelo Instituto Datafolha no decorrer do ano de 2015 mostra a piora na avaliação do governo Dilma em setores da base eleitoral do partido, como os trabalhadores com menor renda e nordestinos. Ainda que a rejeição em tal camada social fosse menor do que em estratos mais abastados, como a alta classe média, era substantivamente maior do que nos governos Lula e o primeiro mandato de Dilma. Dados verificáveis em: https://datafolha.folha.uol.com.br/>acesso em: março..2021.

do crédito (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[129]; FREITAS, 2015). Aprofundando a interlocução que já ocorria com maior intensidade desde o início de agosto, o PMDB, especificamente Michel Temer, Renan Calheiros e Eduardo Cunha, fizeram críticas contundentes ao retorno do tributo e vocalizaram firmemente os interesses da fração industrial da burguesia interna neste tópico, isto é, propugnaram o ajuste fiscal seletivo sem aumento da carga tributária (ÁLVARES, 2015; BRITO, 2015; FERREIRA e LIMA, 2015; FRIEDLANDER, LANDIM e LIMA, 2015).

Segundo Fernanda Perrin (2020. págs. 142 e 143), um dia após a perda do grau de investimento do país por parte da agência de classificação de risco *Standard & Poor's*, a Fiesp publicou uma nota conjunta com a Firjan com críticas mais assertivas ao governo e, para além do ajuste fiscal, postulava a necessidade de reformas estruturais de longo prazo, privatizações e uma legislação estabelecendo um teto para os gastos públicos – sendo a primeira que vez que proposta do tipo aparecia em documentos da entidade –, registre-se. Na avaliação da autora, já estão inseridos neste documento diversos aspectos programáticos que, pouco tempo depois, figurariam na plataforma do PMDB *Uma Ponte para o futuro.* O fato atesta o importante alinhamento entre a Fiesp e o vice-presidente, ilustrando o papel da entidade na intermediação das demandas do setor industrial interno com Michel Temer e na inserção de medidas do interesse do setor na plataforma do futuro governo.

A nota avaliava o governo como "hesitante, inativo e incapaz". Pleiteava-se ainda "propostas concretas" para a solução da crise, ao invés de um "ajuste de mentirinha". O documento afirmou que o governo Dilma havia desistido de governar e não tinha uma "estratégia clara sobre o que fazer para lidar com crise tão aguda, nem parece haver a capacidade de empreender o esforço tão necessário de entendimento nacional que viabilizaria a adoção de um programa consensual de ajustes na esfera econômica". As duas entidades se declararam perplexas com a inação do Executivo e vaticinaram que a "sucessão de erros foi coroada pelo envio ao Congresso da peça orçamentária do próximo ano com previsão de déficit de mais de R$ 30,5 bilhões". O texto também se colocou contra o aumento de impostos, que consideravam a "receita fácil de sempre" e pediu um ajuste fiscal de "verdade", calcado em cortes de despesas, além de um "um programa ousado de venda de ativos públicos". Também apontou-se no texto a possibilidade de rompimento com o governo: "A disposição de colaborar é permanente, mas não incondicional. É preciso constatar que há uma contrapartida de quem tem a responsabilidade de conduzir o país" (FRIEDLANDER, 2015).

[129] Empresários e políticos se opõem à recriação da CPMF. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2015.

Após o envio do orçamento deficitário, os setores econômicos que ainda apoiavam o governo pressionaram para que tal proposta fosse acompanhada de um programa contundente de cortes em despesas obrigatórias como forma de mitigar a previsão de déficit para 2016, casos dos dirigentes de Itaú e Bradesco (CRUZ, 2015). Um novo pacote de ajustes também tinha o objetivo de responder as demandas por um corte de gastos mais consistente representada pela nota conjunta da Fiesp e da Firjan e pelo próprio capital internacional, por exemplo, por meio do rebaixamento da nota de crédito do país. Dessa forma, em 14 de setembro, o governo anunciou um conjunto de medidas fiscais nesse sentido. A equipe econômica anunciou que os cortes seriam na ordem dos R$ 26 bilhões de reais e incluía o adiamento da revisão salarial do funcionalismo. Ademais, contava-se com um acréscimo de receita de R$ 40,2 bilhões advindos da recriação da CPMF por um período de quatro anos com uma alíquota de 0,2%. Pontua-se que o governo já havia esboçado defender a recriação do imposto, desistira diante da repercussão negativa e agora voltava a propugná-lo, com intervalo de poucas semanas. Das dezesseis medidas anunciadas, que formavam um "esforço fiscal" de R$ 64,9 bilhões, apenas uma, que geraria uma economia de R$ 2 bilhões, não precisaria passar pelo Congresso Nacional. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, criticou o conjunto de medidas e destacou que era "pouco provável" que houvesse consenso no Parlamento sobre a CPMF. Em tom mais ameno, Renan Calheiros, presidente do Senado, reconheceu que os cortes eram "significativos", mas ponderou que as medidas seriam "melhoradas" pelo Legislativo, sendo que este daria a "palavra final" (CRUZ, DIAS, MONTEIRO, NERY e VERSIANI, 2015).

A proposta de destinação das emendas impositivas dos parlamentares para cobrir cortes no programa *Minha Casa Minha Vida* e na saúde não repercutiu positivamente na base do governo no Congresso Nacional (MAGALHÃES, 2015h). Além disso, a retenção de parte dos recursos repassados ao sistema S – parte fundamental do financiamento da Fiesp e com o qual Paulo Skaf expandia a estrutura do Sesi e do Senai pelo interior do estado e amplificava seu nome politicamente –, que lograria diminuir 25% do montante, foi duramente criticada pela direção da Fiesp[130]. Skaf declarou que o governo não havia cortado nada na "carne" e bradou que o país não precisava de um ministro da Fazenda que propusesse aumento de impostos e sim de alguém que combatesse a corrupção e diminuísse o tamanho do Estado. O dirigente ainda afirmou que o governo estava "perdido" e, sobre a possível recriação da CPMF, ponderou que a sociedade não poderia pagar o "pato mais uma vez" (PERRIN, 2020. p. 143). Essa foi a

[130] Além desta medida, o pacote incluía também a alíquota progressiva sobre ganho de capital no imposto de renda, aumento da CSLL sobre as empresas, redução de desonerações e subsídios concedidos ao setor produtivo, aumento da alíquota sobre o JCP (VALLE, 2019. p. 71).

primeira ocasião que Skaf aludiu ao símbolo que marcaria os protestos da entidade pelo *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em 20 de setembro, a Fiesp lançou uma intensa campanha de agitação contra o aumento de impostos, particularmente a volta da CPMF, denominada *Não vou pagar o pato*. O pato inflável amarelo gigantesco foi fixado na frente da sede da entidade na Avenida Paulista em São Paulo e tornou-se um dos símbolos mais emblemáticos da campanha pelo *impeachment* de Dilma, que contou inclusive com inserções na imprensa patrocinadas pela entidade (BASTOS, 2017; PERRIN, 2020). Assim como no caso das Medidas Provisórias 664 e 665 propostas no primeiro semestre de 2015, o pacote de cortes também reverberou de forma negativa em amplos setores do PT e de entidades sindicais e movimentos sociais a ele correlatos (HAUBERT, 2015i; MAGALHÃES, 2015h). Ou seja, tal qual ocorrera no primeiro semestre, a conformação e intensidade do ajuste fiscal não alcançou consenso entre as frações burguesas; por outro lado, colaborou para dispersar e enfraquecer as potenciais bases sociais nas quais o governo Dilma poderia se sustentar.

Com a saída de Temer da articulação política, verificou-se um menor comprometimento da bancada do PMDB na Câmara com o programa de ajuste fiscal. Não por acaso, durante o mês de setembro, Eduardo Cunha atuou para que os vetos presidenciais aos projetos aprovados que aumentavam o ônus financeiro ao Tesouro, sobretudo o aumento do Judiciário de 59,5%, não fossem apreciados no Congresso Nacional. Neste cenário, a presidente buscou se aproximar da bancada do PMDB na Câmara para que os parlamentares indicassem nomes para a reforma ministerial e discutia-se a possibilidade de o Ministério da Saúde ser oferecido ao partido como forma de reaglutinar a bancada nas votações de interesse do Executivo. Denotando a tentativa de afastamento da direção do PMDB em relação ao governo, lideranças como Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Temer rechaçaram publicamente a oferta de indicações para cargos, fortalecendo a tese de que o partido deveria seguir caminho próprio. Não por acaso, em programa partidário em cadeia nacional de rádio e TV no final de setembro, o PMDB levou ao ar uma peça de forte tom oposicionista, que apregoava mudanças na política e na qual Temer advertia sobre a necessidade de "reunificar os sonhos" (ÁLVARES, 2015b; ÁLVARES, BRAGON e HAUBERT, 2015; ARAGÃO, 2015c; CRUZ, 2015b; CRUZ e DIAS, 2015; CRUZ, NERY e URIBE, 2015; MAGALHÃES, 2015i). A despeito de ter sido anunciada em agosto, a reforma ministerial, cujos objetivos fundamentais eram a diminuição de pastas e a repactuação com parte do PMDB, passou alongadas tratativas porque o governo não logrou uma negociação direta e fluída com a cúpula do PMDB, particularmente com Temer, e receava-se que o redesenho do Ministério não lograsse os votos necessários no Congresso,

especificamente na Câmara, para aprovar as medidas fiscais e bloquear um possível processo de *impeachment.*

Em outro movimento de ofensiva contra o governo Dilma no Legislativo, parlamentares da oposição (PSDB, DEM, PPS e SD) e dissidentes do PMDB, como os deputados Darcísio Perondi, Jarbas Vasconcelos e Lúcio Vieira Lima, lançaram o Movimento Parlamentar pelo *impeachment* e buscavam articular-se, fundamentalmente, com os movimentos que defendiam a saída de Dilma desde o primeiro semestre, como o MBL. Tal ação representou um realinhamento político importante porque os atos de rua em defesa do impedimento deram-se de forma razoavelmente deslocada dos principais partidos políticos no primeiro semestre (ver capítulo 3) (ÁLVARES e BRAGON, 2015b). Como resposta, a partir de iniciativa da bancada do PcdoB na Câmara, seis legendas organizaram um ato em defesa do mandato de Dilma, com a presença do líder do PMDB, Leonardo Picciani e do senador peemedebista Valdir Raupp, ilustrando a divisão no partido naquela conjuntura (DIAS, 2015f).

Por sua vez, o ministro Levy vinha paulatinamente se enfraquecendo no cargo após sucessivas derrotas internas em discussões sobre a dosimetria do ajuste fiscal com Nelson Barbosa, titular do Planejamento. Após o envio do orçamento deficitário e a crise aberta pela possibilidade de recriação da CPMF, hipótese com a qual o próprio ministro aventou dado o grau de declínio arrecadatório, aumentaram as especulações na imprensa sobre a sua possível saída do posto. Desde o início do governo, e sobretudo no segundo semestre, cresciam as dúvidas na capacidade de o ministro delinear um modelo de ajuste que gerasse algum consenso entre as frações burguesas e, mais ainda, na possibilidade de as medidas serem apreciadas com celeridade no Legislativo. Ademais, o ministro enfrentava oposição de ampla parcela do PT e das centrais sindicais (ALMEIDA, 2016). Sobre o assunto, o próprio Levy declarou que a recuperação econômica estava "represada" por fatores que não eram de responsabilidade da equipe econômica e pela 'ambiguidade fiscal" que recentemente o governo vinha demonstrando. Em sua avaliação, a estratégia para o reequilíbrio das contas públicas exigia um ambiente político e institucional favorável. O ministro, mais uma vez, cobrou do Congresso apoio às medidas do Executivo se referindo ao pacote fiscal lançado por Dilma e salientou que o governo vinha sendo "paulatinamente impedido de prosseguir" com a gestão econômica (AGOSTINI e SEABRA, 2015).

Um aspecto que manteve-se como gerador de instabilidade no segundo semestre foi o desdobramento da operação Lava Jato. A abertura de inquéritos contra os ministros Edinho Silva (Comunicação Social) e Mercadante (Casa-Civil) havia reforçado a pressão no governo por mudanças como única saída para a superação da crise política. O inquérito de Edinho Silva

relacionava-se ao fato da campanha de Dilma Rousseff em 2014, da qual Silva foi tesoureiro, ter sido supostamente financiada com recursos provenientes de irregularidades na Petrobras. O inquérito contra Mercadante examinava possíveis doações ilegais nas campanhas ao governo de São Paulo em 2006 e 2010. A Lava-Jato já havia sinalizado que acusaria o PT de ter sido financiado com dinheiro ilegal, mas não havia até aquele momento nenhuma investigação formal sobre a campanha de 2014. Por outro lado, próceres do PMDB também eram atingidos por investigações na operação, o que reduzia a legitimidade de um processo de *impeachment* e lançava incertezas sobre um possível governo Temer, sobretudo com as possíveis delações de Fernando Soares, apontado pelas investigações como operador do partido no esquema; e Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobras (BERGAMO, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO[131]).

4.3. Tentativa de remontagem da base legislativa por meio da reforma ministerial e lançamento do programa Uma ponte para o futuro

Nesse contexto, após dois longos meses de tratativas, Dilma anunciou em 02 de outubro o redesenho do Ministério. Na nova configuração, o PMDB ampliou seu número de pastas de 6 para 7; o PT passou de 13 para 9; PDT, PSD, PP, PR, PTB, PCdoB e PRB mantiveram apenas uma. As principais mudanças foram o deslocamento de Jaques Wagner da Defesa para a Casa-Civil, o que atendia antigo pleito do PMDB e de Lula que demandavam há meses a substituição de Aloizio Mercadante; e a nomeação de nomes apontados pela liderança do PMDB na Câmara, como os deputados Celso Pansera (PMDB-RJ) e Marcelo Castro (PMDB-PI), respectivamente para os ministérios de Ciência e Tecnologia e Saúde. Permaneceram nomes ligados ao vice-presidente como Eliseu Padilha (Aviação Civil) e Henrique Eduardo Alves (Turismo). Ademais, Helder Barbalho (Portos) e Eduardo Braga (Minas e Energia), ligados aos senadores Jader Barbalho e Renan Calheiros, também seguiram no Ministério. Por fim, Kátia Abreu, também senadora pelo PMDB do Tocantins, prosseguiu na pasta da Agricultura, contudo, não sendo um quadro orgânico do PMDB, era identificada pelo partido como uma escolha pessoal de Dilma; assim, desvinculada das lideranças e correntes do partido (ALMEIDA, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO[132]). Com a ampliação de quadros do PMDB como tática de mitigar os atritos com o Legislativo, Dilma reproduzia, em circunstâncias políticas bastante distintas, a ação do ex-presidente Lula durante a denominada "crise do mensalão", quando aumentou

[131] Inquérito sobre 2 ministros reforça pressão por reforma. Folha de São Paulo, 07 de setembro de 2015
[132] Dilma anuncia corte de 8 ministérios e redução de salário dos ministros. Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2015.

substantivamente a participação do partido no governo como forma de bloquear qualquer movimentação favorável ao *impeachment* (MACIEL, 2014; MARTUSCELLI, 2013).

Deve-se registrar que o conjunto do PMDB não foi contemplado pela reforma ministerial e parcela do partido seguiu na oposição. A despeito do diálogo fortuito do Executivo com os líderes parlamentares Eunício Oliveira e Leonardo Picciani, a cisão, sobretudo na Câmara, manteve-se (HAUBERT e SEABRA, 2015). Na ocasião, aproximadamente um terço da bancada de 66 deputados publicou um manifesto em que condenava a "barganha por cargos" e advertia que a presidente Dilma conduzia o país de forma "errática" e "desacreditada". O grupo de deputados que subscreveu o documento era basicamente o mesmo que vinha defendendo o *impeachment* de Dilma com maior ênfase desde o mês de agosto. Examinando cuidadosamente os nomes presentes no texto, é possível observar que, naquele período, os deputados que defendiam abertamente a deposição de Dilma no partido eram, fundamentalmente, oriundos dos estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, particularmente esta última. Na lista, encontrava-se um único nordestino: o Pernambuco Jarbas Vasconcelos, opositor histórico do PT. A avaliação de tais dados nos permite afirmar, confirmando algo já destacado no segundo capítulo, que, por razões econômicas e eleitorais, o alinhamento com o PT era significativamente menor entre os peemedebistas da parcela meridional do país (ÁLVARES e BRAGON, 2015c). Um fator também significativo é que as bancadas de partidos como PP, PR, PSD e PTB viram-se alijadas da reforma ministerial, dado que a presidente concentrara os esforços na repactuação com a bancada do PMDB, por meio de aliança com o líder Leonardo Picciani, e não atendeu suficientemente as demandas dos partidos menores da base legislativa (LIMA, 2015e; Isto É[133]). Dessa maneira, a reforma não surtiu o efeito político esperado nas relações com a Câmara e, durante o mês de outubro, a apreciação dos vetos da presidente aos projetos que aumentavam o ônus fiscal da União seguiu não obtendo quórum dos deputados, o mesmo ocorrendo com demais propostas do pacote fiscal apresentadas em setembro (ÁLVARES, 2015c; URIBE, 2015c).

Por sua vez, Eduardo Cunha mantinha a interlocução com a oposição, que havia formalizado no mês anterior a frente parlamentar pelo *impeachment.* Discutia-se uma possível estratégia de recebimento do pedido em que Cunha recusaria a abertura do processo e, em jogo combinado, a oposição recorreria contra a decisão e levaria a questão ao conjunto dos deputados; dessa forma, buscando aumentar a legitimidade do processo porque, naquele período, Cunha se encontrava bastante desgastado pelas investigações das quais era objeto no

[133] "Preteridos" em reforma ajudaram a esvaziar sessão de vetos. Revista IstoÉ, 06 de outubro de 2015.

Supremo no âmbito da Lava Jato. Tal articulação foi barrada pelos ministros do STF, Rosa Weber e Teori Zavascki, que atenderam pleito governista sobre a matéria. A reprovação por unanimidade das contas do governo Dilma de 2014 pelo TCU em 07 de outubro deu importante fôlego aos grupos favoráveis ao impedimento da presidente, todavia, Cunha advertia seguidamente sobre a necessidade de apresentação de um pedido que contivesse crimes de responsabilidade cometidos no ano de 2015, dado que a legislação proibia a abertura de processo de *impeachment* por atos estranhos ao mandato vigente. A tática delineada pela oposição foi argumentar que as "pedaladas fiscais", isto é, o atraso de repasses do Tesouro para os bancos públicos, prática que balizou a reprovação das contas de 2014, manteve-se e ampliou-se em 2015. Este foi exatamente o argumento presente no novo pedido apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaina Pascoal e Miguel Reale Jr. apresentado em 21 de outubro e que seria aceito por Cunha posteriormente. Além da possibilidade de impedimento, outro dispositivo de deposição discutido pelos oposicionistas era a cassação da chapa Dilma-Temer no TSE, cujo processo havia sido reaberto também no início de outubro (CARDOSO, 2015; RICHTER, 2015).

Com seu mandato cada vez mais ameaçado, em Congresso da CUT realizado em São Paulo no mês de outubro, Dilma, pela primeira vez, se referiu publicamente à atuação oposicionista como uma operação de tipo golpista. Em um discurso bastante contundente, afirmou que os opositores eram "moralistas sem moral" que jamais haviam se conformado com o malogro eleitoral do ano anterior. Na ocasião, a presidente apresentou o que, posteriormente, seria a palavra de ordem da campanha pela manutenção de seu mandato: o "não vai ter golpe". Sem evidentemente afirmar de forma explicita, a presidente, se referia ao deputado Eduardo Cunha, investigado em diferentes processos, ao vice Michel Temer e o grupo no PMDB que o circundava, e por fim, ao senador Aécio Neves, "o candidato que não soube perder" (ALMEIDA, 2016. p. 31).

Um fato elementar do período é que o Ministério Público Suíço compartilhou com seu congênere brasileiro documentos que atestavam as contas não-declaradas do presidente da Câmara no exterior. A partir de tais documentos, o procurador Rodrigo Janot ofereceu nova denúncia contra Cunha por corrupção e lavagem de dinheiro, aceita em 15 de outubro pelo ministro Teori Zavascki. Ademais, Rede e PSOL entraram com processo contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro, dado que o parlamentar havia afirmado não possuir contas no exterior na CPI da Petrobras em março (BRAGON, 2015b). Tais ocorrências colocaram Cunha em uma posição de defensiva, o que o fez recuar durante a segunda metade do mês de outubro e o mês de novembro nas discussões sobre a abertura do

processo de impedimento contra Dilma e abriu alguma possibilidade de negociação entre o Executivo e o presidente da Câmara depois de meses de beligerância. Buscando articular uma punição mais branda no Conselho de Ética, Cunha passou a barganhar sobre a abertura do *impeachment* com oposicionistas e governistas, processo que desenrolou-se durante semanas (ALMEIDA, 2016). A barganha com Eduardo Cunha não era uma posição pacífica no PT e gerou diversos conflitos entre setores da direção partidária e parlamentares. Por exemplo, contra a orientação formal do partido, 32 deputados assinaram a petição inicial de abertura de processo contra Cunha no Conselho de Ética (BRAGON, 2015b).

Dado o agravamento da situação jurídico-política de Eduardo Cunha, o PMDB seguiu dividido e não houve consenso para que o congresso partidário fosse antecipado de março de 2016 para novembro de 2015 e muito menos para uma deliberação de rompimento oficial com o governo naquele período (DIAS, 2015g). Com a situação em compasso de espera e incerteza sobre o cenário político e econômico, a corrente de Michel Temer no PMDB, dirigida por Moreira Franco, então presidente da Fundação Ulysses Guimarães, deu mais um passo no lançamento da "candidatura" de Temer à presidência com o lançamento do programa *Uma ponte para o Futuro* de forte viés neoliberal em 29 de outubro de 2015. O documento foi uma forma de granjear o apoio do capital internacional e da burguesia associada para uma possível sucessão de Dilma sem perder as forças que vinham sendo acumuladas com as entidades representativas da grande burguesia interna, como a Fiesp e a Firjan. Portanto, o texto silenciou sobre temas que não eram consenso na burguesia e concentrou-se em questões que unificavam as diferentes frações burguesas como as reformas previdenciária e trabalhista. Ou seja, há um realinhamento importante na plataforma. Enquanto o ajuste de Dilma intervinha prioritariamente na política fiscal e aventava com aumento de impostos[134], o programa lançado pelo PMDB, sob os auspícios de Temer, diferentemente do gradualismo de Dilma, balizava o ajuste em alterações estruturais do texto constitucional de 1988 e não incluía o aumento ou recriação de tributos[135].

---

[134] A política de ajuste fiscal do governo Dilma encontrou resistências em diversas frações da burguesia. No primeiro semestre de 2015, o maior grau de insatisfação vinha fundamentalmente do capital industrial interno, afinal, para atingir a meta de superávit primário propugnada pelo ministro Levy, o governo defendeu a reversão de parte da política de desonerações (ver capítulo 3). O ministro chegou a declarar em fevereiro: "Essa brincadeira (desoneração da folha) nos custa R$ 25 bilhões por ano, e vários estudos nos mostram que isso não tem protegido o emprego. Tem que saber ajustar quando não está dando resultado. Não deu os resultados que se imaginava e se mostrou extremamente caro. A gente não está eliminando. Está reduzindo (o benefício)". No segundo semestre, a principal querela entre significativa parcela da burguesia interna e o governo era em torno do aumento de impostos, mormente a CPMF (MARTELLO, 2015). A questão é analisada com cuidado na seção 4.2. deste capítulo.

[135] Especialmente no que se refere ao capítulo 5 que dispõe sobre os direitos sociais assegurados pelo Estado, a Constituição Federal de 1988 foi objeto de amplas críticas de intelectuais e políticos liberais. O próprio presidente José Sarney chegou a vocalizar tais críticas ao advertir que o texto aprovado deixaria o país "ingovernável".

Na avaliação de Bastos (2017. p. 53), em um contexto de enfraquecimento do governo Dilma e aprofundamento da recessão econômica, o programa teve o condão de unificar a burguesia brasileira em torno de uma solução para a crise[136]. Perrin (2020. p. 146) observa que a Fiesp publicou um estudo em janeiro de 2016 sobre o sistema tributário brasileiro em que argumentava, fundamentalmente, que a estrutura, de caráter regressivo, incidia mais pesadamente sobre o setor produtivo. A tese era antiga e comumente mobilizada pela entidade para protestar contra o aumento de impostos. Contudo, diferentemente do que entendia no início do primeiro mandato de Rousseff, naquele período, defendeu as seguintes soluções para a situação periclitante da economia brasileira, e particularmente da indústria: reformas trabalhista, previdenciária, tributária e reconfiguração da estrutura do Estado, tornando-o mais "eficiente". Valle (2019) salienta que o capital financeiro internacional e a burguesia financeira associada, durante o segundo semestre, já haviam transitado da defesa de um ajuste conjuntural nas contas públicas e pleiteavam reformas fiscais estruturantes, atuando cada vez mais em defesa da interrupção do mandato da presidente e atraindo para o seu campo também frações da grande burguesia interna.

É importante proceder uma breve análise do documento. O diagnóstico do programa do PMDB era que o país se encontrava em "uma situação de grave risco" por conta da recessão que vinha desde 2014 e a hipótese de alongamento da estagnação econômica[137]. Pontuava-se que o Estado brasileiro estava imerso em "uma severa crise fiscal" com déficits nominais de, respectivamente, 6% e 9% nos anos de 2014 e 2015 e o crescimento da dívida pública acima da

---

Inclusive, após o discurso, ministros do PMDB se desvincularam do governo como forma de explicitação da divergência (Renato Archer do Ministério da Previdência Social, Celso Furtado da pasta da Cultura e Luiz Henrique da Ciência e Tecnologia). Ainda que não tenha se dado formalmente, o partido rompeu com o governo e declarou-se independente na reunião da Comissão Executiva em 13 de março de 1989, na qual aprovou uma nota pública em que a sigla declarava que era independente e não era representada pelos filiados que ocupavam postos no governo Sarney; todavia, reafirmava sua adesão à transição democrática (MACIEL, 2014. p. 70). O fato elucida que, no período, ainda eram representativos no partido figuras e correntes políticas que defendiam posições nacionalistas no campo econômico e a extensão de direitos sociais por meio do Estado.

[136] Boito (2018. p. 293) adverte que a grande burguesia interna não fez esse movimento em bloco, de forma homogênea. Uma parte dela, as empresas nacionais de construção e engenharia pesada, foram severamente atingidas pelo combate seletivo à corrupção levado a frente pelos agentes de alta classe média inseridos nos aparelhos repressivos de Estado e apoiados pelo grande capital internacional e pela burguesia associada. Ou seja, tais empresas foram isoladas ou mesmo destruídas no curso da crise. Acrescenta ainda que o setor da construção naval nacional ficou neutro na crise: não aderiu ao *impeachment* e esteve posteriormente em campanha contra o desmantelamento da política de conteúdo local por parte do governo Temer. Ianoni (2018. p. 164) adverte que a indústria de bens de capital também não aderiu ao processo de impedimento de Dilma.

[137] A economista Leda Paulani (2010. págs. 109-134) observa que o tom alarmista é um dispositivo ideológico corriqueiro do discurso neoliberal no Brasil desde a década de 1990. A autora entende que constituiu-se no Brasil um "estado de emergência econômico", em que os interesses do capital financeiro internacional devem ser absolutamente privilegiados, mesmo quando se confrontarem com as regras do ordenamento jurídico brasileiro. O segundo aspecto deste argumento é que esse "estado de emergência econômico" se baseia no temor social em torno de temas como a alta inflação, a fuga de capitais, a perda de credibilidade do governo etc.

renda nacional que já se aproximava dos 70% do PIB com tendência de agravamento, a não ser que fossem realizadas as **reformas estruturais** (grifo meu) para a sua contenção. O documento salientava que se não fosse conduzido um "**ajuste de caráter permanente**" (grifo meu) que lograsse equilibrar as contas públicas, nenhum outro esforço para reativar a economia seria útil e que esse fato não poderia ser alterado por "nenhuma visão ideológica". Ressaltava-se que a situação fiscal havia chegado a um ponto tão crítico que a solução seria "**muito dura** (grifo meu) para o conjunto da população e exigiria "o concurso de muitos atores, que precisarão, pelo tempo necessário, deixar de lado divergências e interesses próprios, mesmo que tenham que retomá-los mais adiante".

Argumentava-se também que a resolução da crise econômica exigiria um esforço legislativo e que isso significaria enfrentar "interesses organizados" com forte representação política. Analisava-se que, nos últimos anos, o governo federal havia atuado excessivamente criando programas, ampliando antigos, admitindo novos servidores e tomando para si gastos acima da capacidade do Estado. Ponderava-se que havia um desajuste fiscal estrutural do Estado brasileiro e que o enfrentamento dessa questão passava, fundamentalmente, por alterações legais e revisão de normas constitucionais. Sem isso, a crise fiscal sempre retornaria e o aumento da carga tributária, que outrora havia sido utilizado para solucionar problemas fiscais, não mais poderia ser utilizado porque a tributação já era bastante elevada no país.

Afirmava-se ainda que as despesas públicas primárias vinham, de forma sistemática, crescendo acima do PIB desde 1988 porque o texto constitucional havia criado despesas obrigatórias e fixado a indexação de rendas e benefícios de vários segmentos que deveriam ocorrer mesmo em períodos em que havia desequilíbrio entre o que era arrecadado e o que era gasto. Dessa forma, se o crescimento automático das despesas não fosse retirado da Constituição, o desequilíbrio fiscal se tornaria o "modo padrão de funcionamento do Estado brasileiro". Outro fator importante para o desequilíbrio fiscal apontado foi o fato de a maioria dos direitos previdenciários estarem inscritos na constituição, o que dificultava alterações exigidas por mudanças demográficas. Portanto, concluía-se que os problemas da crise fiscal eram "estruturais" e de "longo prazo" e que sua solução não era meramente uma decisão técnica, dependia de uma ação política. Nesse sentido, postulava-se que o orçamento seria construído especificamente para cada ano, de acordo com os recursos disponíveis e as necessidades apontadas pela "sociedade" e pelo Parlamento. Assim, era necessário encerrar as vinculações constitucionais em áreas como saúde e educação e acabar com todas as indexações em salários, benefícios previdenciários etc. Os reajustes concedidos também seriam

determinados anualmente. O documento condenou também o "voluntarismo" na política de juros e os efeitos inflacionários de uma política de queda de juros sem "equilíbrio fiscal" prévio.

Na conclusão, aponta-se que o objetivo de tais medidas era criar as condições para que houvesse um crescimento sustentado da economia brasileira, com uma taxa média mínima de 3,5% a 4% anualmente no decorrer da década seguinte, o que significaria uma elevação da renda per capta de, no mínimo, 2,5% anualmente. Sendo assim, a política propugnada não conformava-se como um objetivo que se encerrava em si mesmo, contudo, era a condição *sine qua non* para que a economia brasileira pudesse retomar o crescimento. Prometia-se ainda uma participação mais assertiva do setor privados nos diferentes ramos da economia, com ênfase para as áreas de construção e infraestrutura, sem que se quisesse interferir na "lógica das decisões econômicas privadas". Por fim, o texto apresentado defendia, por um lado, a atuação do Estado na abertura de mercados internacionais para as empresas brasileiras e, por outro, a abertura comercial.

Pode-se depreender algumas considerações sobre o conteúdo do documento. Em primeiro lugar, a plataforma apresenta-se como um amplo programa de atendimento de interesse gerais das diferentes frações dispostas no bloco no poder, silenciando sobre questões potencialmente controversas como a política de financiamento do BNDES e a política de conteúdo local. Ou seja, ciente de que a ascensão do PMDB ao comando do Executivo dependeria do apoio ou ao menos da neutralidade política de frações da burguesia, a Fundação Ulysses Guimarães assentou o texto na revisão dos investimentos em áreas sociais e direitos trabalhistas, que deveria ser realizada por meio de um processo de mudança constitucional, para o qual seria necessário uma concertação entre Executivo e Legislativo soerguida por Temer, um político experiente e hábil, com trânsito no Congresso Nacional. Como vinha fazendo durante o ano de 2015, o documento reforçou a indisponibilidade do partido em apoiar o ajuste por meio de aumento de impostos.

Dessa forma, o comando do PMDB acenou fortemente para o conjunto da grande burguesia interna que pleiteava um ajuste fiscal calcado na redução de investimentos em áreas sociais e na revisão de direitos trabalhista e previdenciário e que não incidisse sobre políticas estatais que os beneficiavam. Por outro lado, o documento atendia explicitamente diversas demandas do capital internacional e da burguesia associada que se colocavam no proscênio desde 2013 (ver capítulo 2), comprometendo-se com uma política de privatizações de estatais, concessões cujas regras seriam talhadas fundamentalmente de acordo com as empresas concessionárias, ajuste contundente nos investimentos em áreas como saúde e educação, reforma trabalhista, previdenciária e estabelecimento de um teto de gastos públicos de acordo

com a inflação do ano anterior. Com o documento, o PMDB lançava-se como uma organização política capaz de levar a frente uma política de Estado (econômica, social e externa) de acordo com os interesses gerais das diferentes frações da burguesia e vislumbrava uma saída do impasse político para frações apresentando o partido como um elemento capaz de conciliar tais interesses e organizar a tramitação das pautas no Congresso com celeridade; em outras palavras, superar a instabilidade política representada pelo governo Dilma e reorganizar a hegemonia no bloco no poder.

Desde que a situação de instabilidade política se agravou em agosto, quando Temer abandonou a articulação política do Executivo, o PMDB era o partido mais interessado no *impeachment* porque herdaria o comando do Executivo em caso de deposição de Dilma. A saída defendida pelo grupo de Aécio Neves no PSDB, ou seja, a cassação da chapa e a convocação de novas eleições, esbarrava no fato que evidentemente tal arranjo não encontrava ressonância no partido de Temer. É importante ponderar também que o PSDB, desde o início de 2015, encontrava-se em crise de representação com o capital internacional e a burguesia associada por conta de sua postura beligerante e oposta aos interesses destas frações na tramitação das MPs 664 e 665 propugnadas por Dilma no primeiro semestre de 2015. Além disso, o PMDB, pela sua própria história e conformação, possuía maior proximidade com a grande burguesia interna, o que pode ter facilitado o convencimento desta fração para o impedimento. Desde que FHC assumira a presidência em 1995, o PSDB era um partido nitidamente identificado com políticas que, em parte, contrariavam interesses desta fração burguesa, como os juros altos, valorização cambial, redução de subsídios e abertura comercial excessiva (BOITO, 2018; MARTUSCELLI, 2013). Nesse sentido, a própria eleição de Paulo Skaf como presidente da Fiesp em 2004, com apoio do governo federal e do PT, clarificou o distanciamento desta fração em relação ao PSDB no período recente, algo que já ocorria desde os estertores do período FHC (PERRIN, 2020).

Em instrutiva passagem, Gramsci (2007. págs. 322 e 323) afirma que os industriais não possuem um "partido político permanente próprio" e que podem se utilizar de todos os partidos burgueses existentes, posicionando-os no tabuleiro político da forma que melhor lhes convém em cada conjuntura política diversa. Entendemos que tal descrição pode ser aplicada ao conjunto de frações burguesas presentes na conjuntura da crise do governo Dilma e de sua deposição. Dessa forma, a grande burguesia interna, no decorrer do processo de instabilidade política, rompeu com o PT, partido do governo; por outro lado, o capital internacional e a burguesia associada, que estavam alinhadas de forma orgânica ao PSDB desde a década de 1990, vislumbrou no apoio momentâneo ao PMDB a consecução de seu programa político, isto

é, a retomada do modelo neoliberal ortodoxo. Portanto, revelam-se equivocadas as leituras que avaliam os partidos políticos apenas pelos valores proclamados pelas próprias organizações. Por exemplo, o PMDB, que costumava referir a si próprio como o guardião da democracia brasileira no pós-Ditadura Militar (MACIEL, 2014), não teve prurido em romper com tal imagem e partir para uma ruptura democrática contra o governo do qual era componente. Assim, sob o ponto de vista analítico, é mais útil compreender as relações dos partidos com as classes sociais (aferir se o partido é burguês e as relações que constitui com as diferentes frações etc) do que apenas enquadrá-los, de forma genérica, como "direita", "centro-direita" ou "centro". PAREI AQUI ANPOCS

4.4. Abertura do pedido de *impeachment,* demissão de Joaquim Levy e agravamento da instabilidade política

Se a publicação da plataforma foi importante para encetar um complexo processo de convergência da burguesia no final de 2015 (BASTOS, 2017), as condições político-legislativas para o processo de *impeachment* haviam recuado. No mês de novembro, a barganha de Eduardo Cunha com o governo e a oposição em torno da aceitação ou não do pedido prosseguiu. Por outro lado, após meses de esvaziamento das sessões dirigidas por Eduardo Cunha, o Congresso Nacional apreciou na terceira semana daquele mês os vetos presidenciais que aumentavam o ônus fiscal do Tesouro, como a extensão do reajuste real do salário mínimo aos aposentados e pensionistas e o aumento salarial do Judiciário, sendo que os vetos presidenciais foram mantidos na ocasião. Como forma de reduzir a ofensiva contra seu mandato, a presidente Dilma tentava acelerar as votações econômico-fiscais, como o projeto que regularizava a repatriação de rendimentos depositados no exterior, a revisão da meta fiscal e a DRU (ALEGRETTI e PASSARINHO, 2015b; DIAS, 2015h).

Nesse período, o governo mantinha o apoio da fração bancária da grande burguesia interna (VALLE, 2019)[138], de correntes do PMDB até então não alinhados ao impedimento, como o grupo dirigido na Câmara pelo líder Leonardo Picciani e senadores liderados por Renan Calheiros, especialmente das regiões Norte e Nordeste, além de contar com o aumento da investida do Ministério Público sobre Eduardo Cunha – o que comprometia a legitimidade do processo de impedimento –, e o fato de a oposição não convocar mobilizações de rua desde agosto. Tais fatores ainda salvaguardavam a posição da presidente no comando do Executivo. Ficava claro naquela conjuntura que o PMDB havia se tornado o partido mais importante na

[138] É importante registar que o capital bancário interno e seus dois principais agentes privados, Bradesco e Itaú, eram, na conjuntura pesquisada, a fração burguesa com menor hostilidade à recriação da CPMF como dispositivo de ajuste das contas públicas (DIAS, 2015i).

resolução da situação política. Afinal, estava nas mãos de um quadro da legenda a abertura de um processo de impedimento contra a presidente e era o partido que havia reunido em um mesmo programa o conteúdo de reivindicações de diferentes frações da burguesia contra Dilma, algo que o PSDB não havia feito na referida conjuntura.

É importante dizer que, a despeito da concertação com as distintas frações da burguesia, o empossamento de Michel Temer na presidência e a liderança do processo por parte de Eduardo Cunha representavam uma saída com pouquíssimo apelo popular[139]. Não por acaso, as mobilizações do *MBL* e do *Vem Pra Rua* haviam refreado no segundo semestre[140]. Contudo, em *modus operandi* comum na dinâmica daquela crise, operações espetaculosas do Ministério Público e da PF lograram colocar novamente o governo Dilma e o PT no centro das investigações com as prisões do pecuarista José Carlos Bumlai em 24/11/2015, apontado pela imprensa como "amigo de Lula" (FERREIRA, 2015), e de Delcídio do Amaral, líder do governo no Senado, em 25/11/2015, detido em flagrante pela PF acusado de tentar bloquear as investigações (BERGAMO, 2015b).

Tais eventos, com ampla cobertura midiática, deslocaram novamente a ênfase das investigações e da imprensa[141] para o Executivo comandado por Dilma. As acusações sobre a possível propriedade e/ou usufruto de um apartamento no Guarujá e de um sítio em Atibaia por parte do ex-presidente Lula, além da investigação sobre o envolvimento do filho do petista em esquema de venda de medidas provisórias, ajudaram a manter o governo em elevado nível de defensiva política (SINGER, 2018. págs. 227 e 228). Nesse contexto, aguçava-se a disputa no interior do Conselho de Ética e delineavam-se diferentes táticas no PT e no governo. O Executivo e Lula defendiam que os três deputados do partido ajudassem a obstar o processo contra Cunha, contudo, parcela importante da bancada na Câmara Federal já havia assinado

[139] Mesmo nas manifestações pelo *impeachment*, o apoio à posse de Temer na presidência era bastante exíguo e pouco entusiasmado. Por exemplo, no levantamento realizado na manifestação em São Paulo no dia 13 de dezembro de 2015, quando o pedido de impedimento de Dilma já havia sido aceito por Cunha, 19% dos presentes acreditavam que o vice faria um governo bom ou ótimo, 28% acreditavam que o governo Temer seria ruim ou péssimo e 47% apostavam em um mandato regular (MENDONÇA, 2015).

[140] No mês de agosto (ver seção 1 deste capítulo), a situação política para o governo era pior do que nos últimos meses do ano. Ainda longe do desgaste verificado após a divulgação das contas secretas na Suíça no mês de outubro, Cunha controlava a Câmara com mais força e prejudicava a política de ajuste fiscal do governo. Também naquele mês, ocorreram manifestações importantes pela saída de Dilma e a presidente alcançava o maior grau de rejeição da série histórica do Datafolha.

[141] Em artigo publicado no ano de 2004, no qual fazia considerações sobre a operação *mani pulite*, o juiz Sergio Moro avaliou como essencial a articulação entre o processo investigativo e o aparato midiático, como forma de pressionar o sistema político "corrupto". Texto disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>acesso em: março. 2021. Registre-se também que as conversas entre os participes da operação divulgadas pelo sítio eletrônico *The Intercept Brasil* elucidam que diversos grupos midiáticos e jornalistas tinham acesso privilegiado aos fatos da operação. Verificável em: https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/?__cf_chl_captcha_tk__=pmd_d0fc57ecb8e295357f8bbd71324ecb7411ce772d-1627681675-0-gqNtZGzNAs2jcnBszQii>acesso em: março. 2021

manifesto pela saída do parlamentar da presidência e recusava o acordo, entendendo que a repercussão política seria deletéria para o partido, o que também era defendido por Rui Falcão, então presidente do PT (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[142]). Essa tática predominou e no mesmo dia de seu anúncio, 02 de dezembro, após um ano inteiro de forte instabilidade na relação entre Executivo e Legislativo e crescente acirramento político, Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* apresentado por Hélio Bicudo, Janaina Pascoal e Miguel Reale Jr. em outubro.

É importante pontuar que é um erro teórico e analítico julgar os processos políticos com bases teleológicas, isto é, partindo da premissa que determinado resultado estava pressuposto desde o início e todos os acontecimentos posteriores representaram apenas o desenvolvimento de algo que já estava latente em estado germinal. Afirmo isso porque os dados empíricos não nos permitem dizer que a aceitação do pedido de impedimento era uma decorrência orgânica da forma como se configurou o processo político e sua aprovação ao final não era algo "natural" desde dezembro de 2015, sendo, na verdade, o cume de intensas disputas políticas entre as forças sociais em conflito na cena política. Logo que o processo foi aberto, havia um forte questionamento de sua legitimidade por conta de ter sido engendrado por uma barganha de Eduardo Cunha e pelo fato de o pedido lastrear-se em imputação de crime de responsabilidade questionável (PERISSINOTTO, 2016). Não por acaso, logo depois da aceitação do pedido de impedimento, os atos públicos contrários ao processo convocados pelas *Frente Brasil Popular* e *Frente Povo sem medo*[143] em 16 de dezembro foram maiores que os atos em apoio convocados por MBL e Vem *Pra Rua* no dia 13 do mesmo mês. Inclusive, a menor adesão às manifestações pró-*impeachment* fizeram com que o governo aumentasse seu afã por acelerar o processo e concluísse que havia espaço para a disputa política na opinião pública. A oposição, por seu turno, pretendia desacelerar a tramitação porque em março de 2016, dado o possível grau de

[142] Pressão do Planalto para salvar Cunha de cassação divide o PT. Folha de São Paulo, 02 de dezembro de 2015

[143] A *Frente Brasil Popular* foi criada oficialmente em setembro de 2015 como uma aglutinação nacional de movimentos sociais e entidades sindicais cujos objetivos eram a defesa da continuidade constitucional do mandato de Dilma Rousseff e, em outro plano, a reivindicação de alteração da política econômica do segundo mandato. Dentre as principais organizações presentes na Frente, destacavam-se a UNE, a CUT e o MST. Deve-se mencionar também as presenças de PT e PCdoB. Conforme agudizou-se a crise e a movimentação da oposição para depor o governo, a FBP concentrou-se prioritariamente no primeiro objetivo citado, isto é, a defesa do mandato da presidente e a tentativa de barrar o que entendiam como avanço do golpe. A *Frente Povo Sem Medo* foi formada oficialmente em outubro de 2015 e reunia também diversas entidades sindicais e movimentos sociais, inclusive diversas organizações compunham as duas frentes, caso da CUT. Com maior influência de correntes do PSOL e protagonismo do MTST, a frente, embora também tenha feito oposição ao impedimento de Dilma, conferia maior preeminência ao combate à política econômica. A despeito de terem composto alguns atos de forma conjunta, sobretudo após a aceitação do pedido de *impeachment* por Cunha, a controvérsia em torno do peso do ajuste nas mobilizações fomentou contradições entre as frentes (BEDINELLI, 2015). A *Folha de São Paulo* também publicou uma reportagem sobre a controvérsia entre as frentes na organização do ato do dia 16 de dezembro (REVERBEL, SEABRA e TUROLLO JR., 2015).

crise econômica, as mobilizações seriam potencialmente maiores (CRUZ, 2015c; FOLHA DE SÃO PAULO[144]).

No plano legislativo, teve início em dezembro uma acirrada disputa entre os governistas e os oposicionistas em torno da composição da Comissão Especial do *Impeachment*, da relatoria e da presidência. Em primeiro lugar, a querela deu-se a respeito de como ocorreriam as indicações para a comissão. O governo defendia que os líderes das bancadas, em geral mais influenciáveis pelo Executivo (FIGUREIREDO e LIMONGI, 2001), deveriam efetivar os nomes dos deputados. Contudo, a dissidência da base governista dirigida por Eduardo Cunha e a oposição propugnavam que a composição do colegiado processante deveria permitir a disputa entre diferentes chapas com voto secreto, o que também exasperou o governo porque compreendia-se que o controle da bancada seria mais difícil dessa forma. Em sessão bastante tumultuada, a chapa avulsa de oposição contrária à lista de indicações dos líderes partidários venceu por 272 votos contra 199, em uma derrota significativa para o governo. A votação foi questionada no STF pelo PCdoB. A despeito de o relator Edson Fachin ter negado todos os pleitos de interesse do governo, a maioria do colegiado elaborou, apoiado no processo de Collor em 1992, um ordenamento do processo de interesse do Executivo: deliberou-se pela impossibilidade de apresentação de chapa avulsa na definição da Comissão Especial, anulando a vitória inicial da oposição, portanto; retirou-se a possibilidade de voto secreto para a definição da Comissão; e definiu-se que o Senado deveria autorizar a abertura do processo de impedimento em uma fase preliminar; ou seja, poderia anular o andamento do processo mesmo se aprovado na Câmara dos Deputados. A última decisão agradava ao governo porque Dilma esperava contar com Renan Calheiros, liderança do PMDB menos hostil naquele momento, para frear a tramitação (BRAGON e URIBE, 2015; BRAGON e URIBE, 2015b).

A legitimidade débil do pedido aceito por Eduardo Cunha, a vitória no STF e a mobilização de rua de maior monta do que a oposição no mês de dezembro foram fatos que ilustraram alguma capacidade de resistência do governo contra o processo. Além disso, a Lava Jato estendia suas ações contra figuras importantes do PMDB e colocava a possível substituição de Dilma por Temer em situação de incerteza e questionamento. Em 15 de dezembro a PF deflagrou a operação *Catilinárias*, que realizou busca e apreensão contra endereços de Cunha e de ministros do partido, além de senadores de outros partidos da base governista (FOLHA DE

[144] Ato contra impeachment reúne 55 mil pessoas em SP, segundo Datafolha. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2015.

SÃO PAULO, 2015[145]). Em 16 de dezembro, o procurador Rodrigo Janot requereu ao STF o afastamento de Cunha de suas funções na Câmara, argumentando que o parlamentar utilizava sua posição institucional para atrapalhar as investigações que o assolavam (AGUIRRE e TALENTO, 2015d). Por um lado, a irradiação das investigações para a base do governo colocava em xeque a ideia de responsabilização unilateral do governo e do PT por eventuais atos de malversação de recursos públicos na Petrobras e em demais órgãos, todavia, por outro vértice, poderia unificar o PMDB e os demais partidos aliados para a consecução do *impeachment* (CRUZ, DIAS e FOREQUE, 2015; SEABRA, 2015). Nesse sentido, o espraiamento da operação Lava Jato fez com que o PMDB do Senado pressionasse o governo pela substituição de José Eduardo Cardozo no Ministério da Justiça, reivindicação antiga do próprio Lula que foi atendida por Dilma apenas meses depois (ALMEIDA, 2016. p. 193).

Ainda no âmbito político, o afastamento de Michel Temer, iniciado com as declarações em agosto e o abandono da articulação política também naquele mesmo mês, consolidou-se com a publicização de uma carta pessoal do vice à Dilma na qual afirmava que até então vinha sendo um 'vice-decorativo" e reclamava de sua falta de prestígio no governo e de confiança no PMDB por parte da presidente. Na semana que sucedeu a publicização da carta, o vice articulou à luz do dia contra o governo, o que resultou na vitória da chapa avulsa para a Comissão Especial do impeachment; por outro lado, Temer manteve a forte interlocução com frações da burguesia e insistia regularmente na pregação neoliberal em eventos em entidades patronais. Após o envio da carta, o conflito público mais latente deixou de ser da presidente contra Cunha e passou a ser entre a presidente e o vice que, dali em diante, ora de forma mais explicita e ora menos, travaram uma espécie de eleição indireta no Congresso Nacional (CRUZ, DIAS e LIMA, 2015; FRANCO, 2015b).

Ainda no contexto da atuação política de Temer, desenvolveu-se durante o mês de dezembro uma disputa interna na bancada do PMDB na Câmara acerca da liderança. Leonardo Picciani, líder eleito no início de 2015, vinha atuando de forma aliada com o governo desde as tratativas da reforma ministerial de outubro e desgastou-se após indicar apenas nomes mais hostis ao impedimento na definição da Comissão Especial, ignorando a divisão existente na bancada. Cunha e Temer articularam para que o deputado mineiro Leonardo Quintão assumisse a posição. Nesse período, mantinha-se a divisão registrada durante todo o segundo semestre. Parcela significativa da bancada do PMDB no Senado dirigida por Renan Calheiros e o grupo liderado por Picciani na Câmara ainda resistiam ao impedimento de Dilma e encontravam-se

[145] PF apreende celular de Cunha em fase da Lava Jato que também mira Renan. Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2015.

mais disponíveis para a configuração de algum arranjo político que preservasse o mandato da presidente, posição também adotada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e pelo governador do Estado, Luíz Fernando Pezão (BRAGON e URIBE, 2015Cc; FALCÃO, HAUBERT e LIMA, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[146]; G1[147]; HAUBERT e VERSIANI, 2015; URIBE, 2015d). De acordo com o argumento levantado sobre as clivagens regionais serem elementos fundamentais do comportamento político do PMDB (ver capítulo 2), reitera-se que os diretórios do centro-sul do país saíram na frente na defesa da abreviação do mandato de Dilma (BRAGON e URIBE, 2015d).

O PSDB, após passar o ano de 2015 em conflitos internos e de representação, tanto com o capital internacional e a burguesia associada quanto com seu tradicional eleitorado de alta classe média, anunciou apoio oficial da legenda e de todos os governadores ao impedimento de Dilma Rousseff em 10 de dezembro, todavia, deixou em aberto ainda um tema que dividia o partido: a participação de filiados em cargos no possível governo Michel Temer. Enquanto José Serra vinha há meses articulando com Temer e esperava que um cargo lhe desse projeção suficiente para concorrer novamente à presidência em 2018, tal qual ocorrera com FHC em 1994 após a passagem pelo Ministério da Fazenda, Alckmin e Aécio Neves, também postulantes ao pleito de 2018, temiam que um governo impopular e potencialmente soçobrado pela Lava Jato mitigasse as chances eleitorais do partido em 2018 (LIMA, 2015f).

A Fiesp e o Ciesp anunciaram em 14 de dezembro de 2015 apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff. A decisão ocorreu após pesquisa interna na entidade que aferiu que 91% dos filiados eram pessoalmente favoráveis ao processo. Segundo dados do IBGE divulgados em dezembro, a indústria paulista, no mês de outubro de 2015, havia experimentado seu quinto mês de queda na produção, regredindo assim para o estágio de maio de 2014. Em outubro, mostrou a pesquisa do IBGE, 17 dos 18 setores pesquisados apresentaram queda (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[148]). Os dados do IBGE ratificam os dados arrolados no trabalho de Perrin (2020) cujos apontamentos elucidam que o afastamento da indústria paulista e da sua entidade máxima de representação do governo federal, para além de divergências ideológicas, se relacionava também com o forte retrocesso econômico presente naquele contexto. Uma exceção digna de nota foi a posição do diretor da Fiesp José Velloso Dias Cardoso, também presidente da

[146] Governador do RJ critica Temer e diz que "vice não é para conspirar". Folha de São Paulo, 07 de dezembro de 2015.
[147] Eduardo Paes se posiciona contra o impeachment de Dilma Rousseff. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 17 de dezembro de 2015
[148] Fiesp e Ciesp anunciam apoio ao pedido de impeachment de Dilma. Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2015.

ABIMAQ, que criticou a decisão da federação de tomar posição favorável ao *impeachment* e avaliou que tal decisão bloquearia o salutar debate sobre políticas públicas. Cardoso ponderou que ao assumir um dos lados em um tema demasiadamente polarizado, perdia-se a interlocução com o outro lado da contenda (ARAGÃO, 2015d).

Diferentemente da posição de forte ativismo pelo impedimento da Fiesp, a CNI adotou, em dezembro de 2015, uma posição de maior equidistância. O presidente da Confederação, Robson de Andrade, declarou que, diferentemente da Fiesp, a Confederação não tinha posição favorável ou contrária ao processo de *impeachment*, mas considerava fundamental a rápida superação do impasse político. Andrade avaliou que, se escapasse da deposição, Dilma sairia mais fortalecida e que se Temer assumisse a presidência, teria um curto período "de graça, de benevolência da sociedade", mas que rapidamente as cobranças surgiriam, sobretudo nas questões das reformas trabalhista e previdenciária. Andrade, na ocasião, apresentou forte alinhamento com as teses esposadas no programa *Uma Ponte para o futuro*, afirmando que havia "consenso" sobre o que fazer na economia e o que faltava era apenas uma liderança com "coragem para fazer" (VERSIANI, 2015c). É importante pontuar que, quando fala em "consenso", Andrade alude ao amplo comprometimento das diversas frações da burguesia com a retirada de direitos sociais e trabalhistas, tal qual ocorrera na década de 1990. Ademais, dado o posicionamento da entidade expresso na nota mencionada, percebe-se que a Confederação estava fortemente realinhada para a política de retomada do neoliberalismo ortodoxo, contudo, como naquelas circunstâncias a deposição da presidente ainda não era algo inevitável, buscou não desgastar-se com um governo que ainda poderia cumprir o restante do mandato.

Em dezembro, as incertezas fiscais eram fortalecidas pelo agravamento da contradição interna no interior da equipe econômica. Joaquim Levy, ainda na Fazenda, defendia a radicalização do ajuste por meio de reformas fiscais, incremento do processo de concessões e venda de ativos como forma de atingir em 2016 a meta de 0,7% do PIB de superávit primário. A base aliada no Congresso e o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, contrariamente, pressionavam pela redução da meta de superávit primário de 0,7%, pela retomada das linhas de crédito e empréstimos para estados e municípios como forma de cimentar o bloco contra o impedimento. Tal contradição explicitou-se na discussão sobre a Lei de Diretrizes orçamentárias de 2016 e cresceu a especulação na imprensa sobre uma possível queda de Levy em caso de rebaixamento da meta de 0,7% de superávit primário (VALLE, 2019. p. 86). A decisão governamental de enviar para o Congresso uma meta de superávit primário de 0,5% do PIB, abaixo das expectativas dos agentes, fez com que novos rebaixamentos das agências de classificação de risco ocorressem e a saída de Levy do Ministério foi confirmada em 18 de

dezembro, sendo substituído por Nelson Barbosa[149]. A fração bancária da grande burguesia interna seguiu apoiando o governo após a substituição (VALLE, págs. 87 e 88). Por outro lado, aumentou ainda mais o afastamento do capital internacional e da burguesia associada, que estavam na ofensiva contra o governo desde 2013 e já haviam aderido o *impeachment* desde o lançamento do programa *Uma ponte para o futuro*.

Portanto, o governo chegava ao final de 2015 enfraquecido[150] e com acentuada dificuldade para constituir hegemonia tanto no sentido gramsciano do conceito quanto no poulantziano. Isto é, era incapaz de impor uma direção ideológica para o conjunto da sociedade e sua relação com a grande burguesia interna, fração hegemônica no período petista (BOITO, 2018), estava desgastada, sobrando-lhe apenas o apoio da fração bancária da grande burguesia interna de forma mais consistente. Contudo, naquele período, a deposição ainda era contornável politicamente, afinal, o governo havia obtido vitórias importantes com o rito de *impeachment* aprovado no Supremo, a manutenção de parcela do PMDB na coalizão do Executivo e a capacidade de mobilização de rua que se provou superior aos movimentos à direita como MBL e *Vem Pra Rua* em dezembro. Ou seja, ainda que em situação periclitante, o governo mantinha alguma capacidade de reação, diferentemente do ex-presidente Collor, cujos apelos por apoio em agosto de 1992 foram respondidos com atos massivos por sua deposição (MARTUSCELLI, 2013. p. 95).

---

[149] O senador Renan Calheiros ficou satisfeito com a nomeação de Nelson Barbosa e defendeu nos bastidores que o governo propugnasse uma política de matiz desenvolvimentista, que amalgamasse reformas fiscais estruturantes e estímulo para o crescimento econômico. Eduardo Cunha, por outro lado, reverberando posição do grande capital internacional e das frações da burguesia interna que vinham se desvinculando do governo, avaliou que Nelson Barbosa assumia desacreditado pelo mercado financeiro e que a sinalização era de que Dilma seria a verdadeira comandante da política econômica. O presidente da Câmara assinalou ainda que Levy não tinha uma política econômica e equivocava-se quando buscava o equilíbrio fiscal por meio do aumento de impostos (BRAGON e URIBE, 2015e; HAUBERT, 2015j; LIMA, 2015g).

[150] O Datafolha aferiu que a presidente Dilma encontrava maior amparo na opinião pública do que Fernando Collor quando o ex-presidente encontrava-se em estágio similar. Em 1992, um mês antes do *impeachment*, 75% dos eleitores defendiam a saída do presidente. 87% do eleitorado de Lula no pleito de 1989 defendia o impedimento e 62% do eleitorado do próprio Color também defendia o afastamento. Dilma apresentava uma posição menos frágil. 80% do eleitorado de Aécio Neves defendia o afastamento e 54% dos seus eleitores eram contrários ao processo. Ademais, 64% do contingente que defendia a deposição da presidente provinha do meio social que mais lhe rejeitava: moradores do Sudeste, com renda e escolaridade média maior que a população em geral e participantes das mobilizações contra o governo. Isto é, a opinião pública ainda reverberava, em alguma medida, a divisão eleitoral de 2014. A posição mais favorável da presidente, se comparado com as pesquisas anteriores do instituto no ano de 2015, devia-se ao desprestígio de Eduardo Cunha no comando da Câmara, a expectativa baixa sobre um possível governo Temer e a disseminação da ideia de que de que o governo, embora "corrupto", permitia investigações como em nenhum momento na história do país. Dados disponíveis em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721239-mesmo-insatisfeitos-eleitores-de-dilma-rejeitam-seu-afastamento.shtml>acesso em: março. 2021. A pesquisa do Datafolha dos dias 16 e 17 de dezembro de 2015 aferiu uma pequena melhora da imagem pública de Dilma. Após atingir o máximo de sua impopularidade com 71% em agosto, a presidente se estabilizou nas duas pesquisas posteriores com reprovação de 65%. Dados verificáveis em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/12/1721628-avaliacao-de-dilma-tem-leve-melhora.shtml>acesso em: março. 2021

4.5. Disputa interna pelo comando do PMDB, avanço da operação Lava Jato sobre o governo e criação das condições políticas para o impeachment

Nesse contexto, desenrolou-se no interior do PMDB durante os primeiros meses de 2016 uma disputa em torno do comando da legenda, que seria definido na Convenção Nacional marcada para março de 2016. Naquele período, segundo levantamento do Datafolha de dezembro de 2015, 42% dos deputados, isto é, 215 parlamentares, confirmaram posição favorável ao *impeachment*, enquanto 31% (159) eram contrários. Nenhum dos dois lados tinha o número de votos suficientes e a decisão estava na mão dos 27% que não responderam afirmativa ou negativamente a indagação. Aferia-se ainda que 26% dos deputados oficialmente governistas pretendiam votar pelo *impeachment* e o percentual chegava a 33% na bancada do PMDB (MENDONÇA, 2015b). Com a indefinição no processo de *impeachment*, parcela importante da bancada senatorial do partido, sob a liderança de Renan Calheiros, aproveitou o momento de maior exposição de Michel Temer com a carta e a disputa acerca do *impeachment* e empenhou-se em articular para melhorar sua posição na Executiva Nacional (MATOSO, 2015e). Por essa razão, e com o intento de diminuir a exposição, Temer se dedicou com afinco nos primeiros meses do ano a produzir maior consenso no PMDB em torno de sua liderança, de forma que seu mandato na presidência do partido fosse renovado. O vice-presidente visitou diretórios estaduais em todo o país, buscando afirmar seu papel de coordenação na sigla, caracterizada há décadas como um partido com preeminência das lideranças estaduais (MACIEL, 2014), e oferecendo espaços para que outras correntes partidárias, como o grupo comandado por Renan Calheiros e as bancadas federais dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, assumissem maior protagonismo na Executiva Nacional do Partido (ÁLVARES e URIBE, 2016; MATOSO, 2016).

A corrente de Renan Calheiros exigia maior participação de seus estados na Executiva Nacional e pleiteava que a vice-presidência do partido fosse ocupada por um senador, que pudesse assumir futuramente o lugar de Temer em um acordo, questão que acirrava a contradição (ÁLVARES e HAUBERT, 2016; ÁLVARES e URIBE, 2016b). Dado que a disputa interna havia se tornado prioritária entre os quadros do PMDB e a saída via *impeachment* se mantinha estagnada, o PSDB voltou a concentrar forças na cassação da chapa no TSE (ÁLVARES e URIBE, 2016c; MATOSO, 2016b). Como Temer não pretendia disputar uma eleição interna para se manter na presidência do PMDB e o grupo de Renan temia que uma derrota poderia reconfigurar a Executiva Nacional completamente em desfavor dos senadores e dos diretórios de seus estados, chegou-se a um acordo em que Temer aceitou as demandas de Renan, como a indicação do senador Romero Jucá para a vice-presidência, o apoio ao senador

Eunício Oliveira na eleição para a presidência do Senado em 2017 e a nomeação do próprio Renan Calheiros para a liderança da bancada na mesma ocasião, em que se encerraria seu mandato no comando do Senado Federal (HAUBERT, LIMA e URIBE, 2016; MATOSO, 2016c).

Nos meses de janeiro e fevereiro, Dilma Rousseff, tendo em vista a permanência no cargo, buscou solidificar bases de apoio na arena política e na burguesia. Em primeiro lugar, a presidente apoiou explicitamente a recondução de Leonardo Picciani à liderança do PMDB. A manutenção de Picciani foi uma importante vitória do governo que indicou enfraquecimento da ala pró-*impeachment* na bancada, maior abertura à discussão sobre as pautas de ajuste fiscal e menor influência de Eduardo Cunha sobre o conjunto dos deputados (ÁLVARES e BRAGON, 2016; ÁLVARES e URIBE, 2016d; DIAS e URIBE, 2016; URIBE, 2016). Após a vitória, Picciani declarou o seguinte: "O *impeachment* perde força não com a minha vitória, (...) perde força porque não há crime de responsabilidade da presidente, e a população percebe isso. Mais do que isso, a população quer que essa agenda seja superada para que possamos trabalhar em uma agenda de superação da crise econômica" (ÁLVARES e BRAGOM, 2016b). No mesmo sentido, Picciani chegou a publicar artigo em 16/02 em defesa do mandato de Dilma Rousseff, argumentando que o resultado das urnas deveria ser respeitado e acusou o PSDB de apostar no "quanto pior, melhor" ao ajudar na sabotagem das medidas fiscais do governo, contrariando o discurso histórico do partido. O parlamentar defendeu ainda o papel do PMDB na preservação da governabilidade (PICCIANI, 2016). Nesta conjuntura, o deputado Efraim Filho (DEM-PB) deu uma sintomática declaração*: "*O impeachment não se esgotou. Só deixou de ser uma corrida de 100 metros para ser uma maratona. Iremos até o fim*"* (MATOSO, 2016d).

O presidente da Câmara, nos primeiros meses de 2016, seguiu, ainda que politicamente mais fragilizado pelas investigações no âmbito da Lava Jato, adotando a tática do ano anterior, isto é, inserindo na pauta projetos de lei que oneravam o Tesouro e bloqueando a tramitação de pautas do interesse do governo como a recriação da CPMF e a prorrogação da DRU (FOREQUE e URIBE, 2016; URIBE, 2016b). O Senado, por sua vez, manteve a tramitação de projetos nos primeiros meses do ano, buscando, assim, fornecer algum esteio para as demandas políticas de diferentes frações da burguesia e alguma capacidade de reação ao governo Dilma. No período, foi aprovado, em articulação de Renan Calheiros com o PSDB, o projeto de lei do senador José Serra que desobrigava a Petrobras de ser a operadora única na exploração do pré-sal, revisando, assim, o modelo de partilha vigente nos governos Lula e Dilma (ÁLVARES e MACHADO DA COSTA, 2016; ÁLVARES e MACHADO DA COSTA, 2016b; CRUZ, 2016; HAUBERT, 2016). A posição do PMDB do Senado na tramitação do projeto, há muito demandado pelo

capital internacional, mostrou a permeabilidade do partido ao avanço político desta fração do capital, elucidando que a disposição demonstrada no programa *Uma ponte para o futuro* se espraiava também pelas bancadas parlamentares, ainda que com contradições. Eduardo Cunha defendia posição ainda mais favorável ao capital internacional e advogava pela revogação do modelo de partilha e retorno do modelo de concessão do período FHC (ÁLVARES e BRAGON, 2016c; FRANCO, 2016; MATOSO, 2016e).

Por outro lado, com o Ministério da Fazenda sob o comando de Nelson Barbosa, **o** governo sancionou a lei que permitiria o refinanciamento das dívidas de estados e municípios em termos mais flexíveis aos entes federativos. A legislação sobre o assunto havia sido aprovada no Congresso no meio do ano anterior, contudo, o Executivo vinha postergando a sanção porque o ministro Levy entendia que os novos indexadores trariam perdas de receita para o Tesouro em período de ajuste fiscal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015[151]). Posteriormente, o governo ainda alongou o prazo de pagamento para 20 anos e possibilitou um desconto de 20% nas prestações mensais que deveriam ser pagas à União. Essa e outras medidas de flexibilização do ajuste fiscal, como o lançamento de linhas de crédito de R$ 83 bilhões, a ampliação dos investimentos e a manutenção da taxa de juros em 14,25% em janeiro de 2016[152] constituíram-se como tentativas de redinamizar a economia interna. Como contrapeso, o ministro procedeu uma defesa das reformas estruturantes: previdenciária, trabalhista e uma fixação de limite do gasto público assentada na variação do PIB. A defesa das reformas foi parte de um amplo esforço do governo para assegurar o apoio de diferentes frações da burguesia no cenário de instabilidade política (VALLE, 2019. p. 91).

A própria presidente Dilma defendeu a reforma da previdência, inclusive quando compareceu à sessão de abertura do ano legislativo de 2016, o que alimentou insatisfação dentro do próprio PT e em setores que se mobilizavam contra a interrupção do mandato presidencial (BÄCHTOLD, 2016; CRUZ e DIAS, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[153]). O deslocamento na política econômica, que buscava amalgamar ajuste estrutural de longo prazo e flexibilização fiscal no curto, foi bem aceito pelo setor bancário que compunha a grande burguesia interna e por outros setores do capital interno que compunham o Conselho de

[151] Planalto cede e regulamenta redução de dívida de Estados. Folha de São Paulo, 31 de dezembro de 2015.

[152] A manutenção da taxa de juros repercutiu positivamente no PMDB do Senado. O líder Eunício Oliveira declarou: "A forma pode ter sido atabalhoada mas o Banco Central tomou a decisão correta. Quanto mais alta a taxa de juros, menor será o investimento. Em um momento de recessão, não se pode dificultar o crescimento". Fonte: Confira repercussão entre políticos da manutenção dos juros pelo BC. Folha de São Paulo, 21 de janeiro de 2016. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, declarou na ocasião: "Os juros no Brasil ainda são muito altos, mas desta vez o Banco Central acertou ao não mexer na taxa básica" (MATOSO, 2016f).

[153] Dilma pede "parceria com Congresso" para retomar crescimento econômico. Folha de São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

Desenvolvimento Econômico e Social, desde que não houvesse aumento de impostos (VALLE, 2019; FRANCO, 2016b).

A presidente buscou se reaproximar de Temer no período e envolvê-lo nas formulações políticas e econômicas do governo (CRUZ e URIBE, 2016; DIAS e URIBE, 2016b). Em entrevista no final de janeiro, o próprio vice-presidente avaliou que o tema do impedimento "perdeu muita força. Acho que o Congresso, há tempos atrás, tinha mais velocidade e consistência. Acho que perdeu muito a consistência esse tema" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[154]). Deve-se dizer que o afastamento de Temer da articulação pública do *impeachment* e o foco na política interna do partido se relacionava com o fato de não ter se constituído até então um consenso sobre o tema nem mesmo no interior do PMDB e, dessa forma, a exposição gerada pela carta de dezembro (ver seção 4.4. deste capítulo) e pelas declarações de agosto e setembro de 2015 (ver seção 4.1. deste capítulo) o expunham excessivamente como "conspirador" (LIMA, 2016).

Mantida a divisão no PMDB e ainda tentando algum tipo de acordo com as frações da burguesia, entendemos que o elemento decisivo para a "irreversibilidade" do *impeachment* de Dilma foi a forte ofensiva da operação Lava Jato que deu um salto qualitativo seminal com a condução coercitiva do ex-presidente Lula em 04 de março de 2016. Observaremos o encadeamento deste processo no próximo capítulo, porém, é importante dizer que a ofensiva contra o Executivo e o PT vinha se aprofundando desde os últimos meses de 2015, com as prisões do senador Delcídio do Amaral, do pecuarista José Carlos Bumlai e as investigações contra o ex-presidente Lula e sua família. Não por acaso, registra-se uma inflexão no discurso de Dilma sobre a operação nos primeiros meses de 2016. Antes buscando emular o discurso típico do período denominado pela imprensa como de "faxina ética", a presidente insistia que o governo apoiava a continuidade das investigações e o combate à corrupção era uma prioridade de seu governo. Todavia, com a operação se aproximando cada vez mais do PT e do governo, a presidente, não rompendo com o discurso de outrora, passou a protestar contra a seletividade das investigações, a espetacularização dos processos e a tomada de medidas juridicamente controversas e heterodoxas, como as prisões preventivas alongadas e as conduções coercitivas (CRUZ e DIAS, 2016b; DIAS, MARTINS e URIBE, 2016).

Aproximando-se mais do governo Dilma, a operação prendeu preventivamente o publicitário João Santana e sua esposa Mônica Moura em 23/02/2016. A tese sustentada pela investigação era de que o casal havia sido remunerado pelo governo com dinheiro irregular

[154] "Impeachment perdeu força", diz Temer na Paraíba. Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 2016.

proveniente de propinas da Petrobras no exterior e tinha conhecimento da situação. Santana também era acusado de ter recebido pagamentos da Odebrecht no exterior. O publicitário atuara nas campanhas presidenciais de Lula em 2006, de Dilma em 2010 e 2014 e era um importante conselheiro da presidente (COISSI e MEGALE, 2016). A prisão de Santana gerou uma nova esperança de aprovação do *impeachment* na oposição. Segundo o líder do DEM, Pauderney Avelino, a prisão do publicitário significava que a Lava Jato havia chegado ao "Palácio do Planalto". Deputados de oposição ainda anunciaram em 23/02 a criação de um comitê que reuniria lideranças da oposição e integrantes da "sociedade civil" para que trabalhassem conjuntamente pela queda de Dilma. Oposicionistas, como os movimentos MBL e *Vem Pra Rua*, incentivavam "panelaços" no horário do programa do PT que iria ao ar na noite de 23 de fevereiro. Os parlamentares pretendiam se envolver mais com tais grupos para a organização de ato pelo *impeachment* em 13 de março[155] (BRAGON, 2016; REVERBEL, 2016).

Internamente, peemedebistas ponderavam que as chances de *impeachment* ou cassação no TSE haviam aumentado sobremaneira e discutiam cenários jurídicos das duas ações que corriam paralelamente. Para evitar a exposição de dezembro de 2015, Temer permaneceria discreto e não faria movimentos explícitos pelo impedimento (LIMA, 2016c). No programa partidário levado ao ar em 25/02, o PMDB criticava a política econômica de Dilma e argumentava que a crise tinha razões internas. Apregoava-se a importância da "pacificação" e do "consenso" e anunciava-se o lançamento da segunda parte da *Ponte para o Futuro* cujo assunto seria a questão social. Os políticos fizeram duras menções ao quadro recessivo da economia e ao desemprego e adotou-se formalmente a posição contrária à recriação da CPMF e elevação de tributos de qualquer natureza. Isto é, ratificaram-se as posições de oposição ao governo Dilma e defesa de um amplo programa de atendimento das reivindicações de diferentes frações da burguesia, algo já delimitado desde o ano anterior com a publicação do programa *Uma ponte para o futuro* (LIMA, 2016d).

Registre-se que a ofensiva da operação aumentou o nível da investida do PT e de diferentes partidos da base aliada em relação ao ministro José Eduardo Cardozo, então titular da pasta da Justiça. Cardozo foi deslocado para a AGU e o ex-procurador Eugênio Aragão,

[155] Um dos principais articuladores do *impeachment* e aliado bastante próximo de Temer, Moreira Franco, presidente da Fundação Ulysses Guimarães e ex-governador do Rio de Janeiro, assinalou que as mobilizações nas ruas teriam peso determinante para a definição da situação política e influenciariam bastante os congressistas na tomada de decisão. Moreira recebera antes da entrevista dois membros do MBL. O ex-governador, naquele momento, dia 02/03/2016, considerava 60% de apoio ao *impeachment* na sociedade insuficiente para o impedimento e que a mobilização nas ruas ainda era reduzida. Moreira Franco ponderou que ainda não havia amadurecimento do *impeachment* nem mesmo dentro do PMDB (LIMA, 2016b).

crítico dos métodos da operação Lava Jato, assumiu o Ministério da Justiça[156] (ARAÚJO, BULLA e CEOLIN, 2016; BERGAMO, 2016). Em suma, a despeito de ter logrado uma coalizão com setores do PMDB e a burguesia interna bancária (VALLE, 2019) nos primeiros meses do ano e da desmobilização das manifestações de oposição ao governo (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016), a ofensiva da Lava Jato fez com que tais bases erodissem, o que deu início ao ciclo que denominamos de crise política, isto é, quando forças organizadas passam a atuar de forma coesa e sistemática com o objetivo fundamental de depor o governo. No próximo capítulo, analisaremos detidamente tal período de crise iniciado no mês de março e que resultou no afastamento provisório de Dilma Rousseff e posteriormente em sua deposição definitiva do cargo em 31 de agosto de 2016.

[156] Na ocasião, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) divulgou uma nota preocupada com o fato de a saída de Cardozo potencialmente: "representar uma ameaça às propostas de mudança do atual modelo de investigação criminal e um retrocesso no debate sobre a estruturação da carreira do Policial Federal, das quais José Eduardo Cardozo tornou-se conhecedor". É importante dizer que, no diapasão da instabilidade política do governo Dilma e depois da crise política, diferentes corporações de Estado passaram a reivindicar autonomia nos mesmos parâmetros que a Constituição de 1988 conferiu ao Ministério Público, isto é, funcional, administrativa e financeira DIAS, 2016; MARQUES, 2016).

5. Aprovação do processo de *impeachment*, governo interino de Michel Temer e reformas econômicas

Neste capítulo, examinaremos o período de crise política iniciado em março de 2016 com a ofensiva da operação Lava Jato contra o partido do governo. No período correlato, deu-se, no rescaldo dos fatos políticos produzidos pela operação, a maior manifestação pela deposição de Dilma Rousseff em 13 de março e a desfiguração da base legislativa do governo, com o PMDB unificando-se pelo *impeachment* e atraindo os demais partidos de patronagem da base para a mesma direção. Também neste período, as frações da burguesia interna que mantinham-se hesitantes ou atuavam com discrição passaram a se organizar à luz do dia contra o governo, inclusive pressionando os partidos que permaneciam alinhados com Dilma. A despeito de o governo ter mostrado alguma capacidade de resistência e negociação, ao contrário do ex-presidente Collor no processo de *impeachment* de 1992, a movimentação foi bastante aquém do necessário. Dessa forma, o processo foi autorizado pela Câmara dos Deputados com larga vantagem em 17 de abril e a presidente foi interinamente afastada pelo Senado em 12 de maio, com exíguas perspectivas de recuperar o mandato.

Assumindo de forma provisória o comando do Executivo, Michel Temer buscou dar andamento ao programa *Uma Ponte para o futuro* e formou uma equipe econômica de perfil ortodoxo e comprometida com o ajuste estrutural nas contas públicas demandado por diferentes frações da burguesia. Empossado o novo governo, as disputas intraburguesas se fizeram presentes, contudo, prevaleceu o interesse geral das frações em torno da expectativa da retomada do neoliberalismo ortodoxo da década de 1990 e o abandono do neodesenvolvimentismo, sobretudo na política social. A Lava Jato seguiu atuante e foi um fator de instabilidade contra o governo interino. Por fim, enquanto medida de compromisso em relação às frações sociais dominadas ou secundárias no bloco no poder, Temer reajustou o programa bolsa-família, manteve as condições favoráveis de pagamento das dívidas dos estados e os aumentos salariais do funcionalismo público. No campo político estrito, o governo procurou amalgamar os interesses do PMDB e dos partidos conservadores que estiveram alinhados com Lula e Dilma durante longo período com os da antiga oposição dirigida pelo PSDB.

5.1. Mobilização da alta classe média e erosão das bases de apoio do governo na burguesia e no Parlamento

Como advertimos na seção final do capítulo anterior, o avanço da operação Lava Jato sobre o governo Dilma – mormente com a prisão do publicitário João Santana – reanimou a

luta pelo *impeachment* e dificultou bastante as articulações do Executivo em defesa do mandato. Registre-se que, a despeito de seu enfraquecimento paulatino durante todo o ano de 2015 e que culminou na aceitação do pedido de *impeachment* por Cunha no início de dezembro, o governo obteve êxitos importantes como a adoção de um rito que lhe era mais favorável no Supremo Tribunal Federal, a recondução de Leonardo Picciani à liderança da bancada do PMDB na Câmara e a mobilização de rua contra a deposição presidencial em dezembro de 2015 – maior que a manifestação à direita. A ofensiva da Lava Jato contra Eduardo Cunha e outros dirigentes importantes do PMDB, além da impopularidade de Michel Temer, eram fatores que ainda salvaguardavam alguma solidez ao governo. Ademais, até o mês de fevereiro de 2016, como assinalam Boito (2020) e Valle (2019), ainda não havia uma convergência completa da burguesia em torno da substituição de Dilma por Temer. Portanto, o cenário até o início daquele mês era de indefinição. Ainda que na defensiva, Dilma ainda mantinha alguma capacidade de resistência, contudo, isso soçobrou com o avassalador avanço da operação Lava Jato, responsável, em nossa análise, por criar as circunstâncias necessárias para que, enfim, o PMDB se unificasse quase que integralmente em torno do impedimento da presidente, ocorrendo o mesmo com o conjunto das frações burguesas.

Nesse sentido, é importante proceder uma nota teórica na discussão. Ao destacar o importante papel dos agentes da operação Lava Jato na desestabilização do governo e do principal partido que lhe dava sustentação, o PT, não estamos afirmando que tais agentes e a alta classe média por eles interpelada dirigiram o movimento pelo *impeachment*. Para descrever tal fenômeno, julgamos adequado apresentar os conceitos de *força principal e força dirigente*, mobilizados por Mao Zedong para a análise da revolução democrático-popular chinesa. Saes (1990. p. 51) apresenta os conceitos da seguinte forma:

> "Por força principal, designamos aqui a classe social capaz de deflagrar, numa determinada conjuntura, uma ação coletiva de massa, sem a qual é impossível – dado o número, a força material e a combatividade dos seus membros – uma determinada transformação política; por força dirigente, designamos o conjunto de agentes capazes de definir o objetivo político dessa ação, bem como organizá-la de modo politicamente eficaz".

Partindo deste aparato conceitual, pontuamos que a ação da alta classe média por dentro das instituições de Estado e a mobilização de rua foram fundamentais para que Dilma perdesse as condições de sobrevivência e para legitimar a substituição de um governo "corrupto"; sendo assim, a *força principal* do processo. A *força dirigente* foi o capital internacional e a burguesia associada porque tais frações de classe definiram os objetivos e reivindicações da frente política *pró-impeachment*. Deve-se ressaltar que não eram as demandas da alta classe média que estavam presentes no programa *Uma ponte para o futuro* e não foram as reivindicações desta

fração que foram levadas a cabo pelo governo Temer. A unidade de tal frente foi seminal para a deposição de Dilma, contudo, constituía-se como um arranjo político heteróclito e instável. Observe-se que na circunstância de crise política, prevaleceu a unidade em torno da derrota do inimigo principal, isto é, o PT, o ex-presidente Lula e o governo Dilma. Como analisaremos posteriormente, no curso deste capítulo, as contradições entre força dirigente e força principal ficaram evidentes ainda no período de interinidade de Temer e foi um fator de frequente instabilidade de seu governo, inclusive após a efetivação.

Dito isso, passemos ao exame dos fatos do mês de março que, como já destacamos anteriormente, iniciaram o período de crise política. Em 03/03, a revista *Isto É* divulgou, de forma inédita, que Delcídio Amaral faria delação premiada e incluiria os nomes de Dilma e Lula em seu acordo. A oposição, por seu turno, caracterizou o fato como elemento probatório do envolvimento do alto escalão do governo com atos de corrupção e chegou a defender a renúncia de Dilma, além da inclusão da delação do senador no pedido de *impeachment* que tramitava na Câmara[157] (ÁLVARES e BRAGON, 2016d; HAUBERT, 2016b). Na avaliação de peemedebistas, contrários e favoráveis ao *impeachment*, a delação de Delcídio agravava muito a crise do governo e expunha diretamente a presidente no centro das denúncias. Discutia-se no partido a abertura de um novo pedido de afastamento que teria um fundamento menos técnico e mais compreensível pela população. Ponderava-se também que se a manifestação pró-impedimento do dia 13 fosse muto forte e capilarizada, a situação do governo se tornaria irreversível (LIMA, 2016e).

No dia seguinte, 04/03, na ação mais contundente da operação Lava Jato até então, deliberou-se pela condução coercitiva do ex-presidente Lula para depoimento. Em nota, a operação argumentou que o ex-presidente era um dos principais beneficiários de esquema na Petrobras, auferindo ganhos em imóveis não-declarados, doações e palestras (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[158]). Após a operação contra Lula, a bancada do PSDB na Câmara Federal decidiu obstruir todas as matérias em pauta como forma de acelerar a tramitação do processo de impedimento (ÁLVARES, BRAGON e LIMA, 2016). Deste acontecimento em diante, as cúpulas de PMDB e PSDB passaram a se reunir periodicamente no sentido de discutir uma direção política comum. Mesmo senadores até então próximos ao governo, como Eunício

[157] Por ocasião da divulgação da possível delação de Delcídio, o Ibovespa subiu e o dólar caiu, repetindo tendência que se repetia há meses: sempre que o risco de impedimento aumentava, o mercado de capitais se movimentava positivamente. Já havia ocorrido o mesmo quando da prisão de João Santana, da aceitação do pedido por Cunha e da vitória da chapa avulsa de oposição para a comissão especial do *impeachment* (OLIVEIRA, 2016).
[158] Há indício de que Lula recebeu verba desviada no petrolão, diz Procuradoria. Folha de São Paulo, 04 de março de 2016.

Oliveira e Renan Calheiros, passaram a entender que a reversão da situação política do governo Dilma não era mais factível (HAUBERT, 2016c; LIMA, 2016f). Eunício chegou a declarar que qualquer recuperação de Dilma passaria pela retomada da atividade econômica, contudo, o governo estava "parado", "sem reação" (HAUBERT, 2016b). Ademais, a forma como foi procedida a condução coercitiva de Lula espraiou a ideia no conjunto da base aliada que o governo não tinha mais nenhum controle sobre a operação (MATOSO, 2016g).

Com risco iminente de *impeachment*, Dilma era pressionada por aliados e petistas a fazer uma ampla mudança ministerial para tentar dar um último fôlego na relação com diferentes frações da burguesia e o Congresso Nacional. A principal mudança seria a nomeação do ex-presidente Lula para o Ministério e de outros nomes fortes para a Fazenda e a Justiça. Neste ínterim, o Ministério Público paulista pediu a prisão preventiva de Lula por seu suposto envolvimento com irregularidades na reforma do apartamento da OAS no Guarujá. O próprio meio jurídico considerava a petição bastante frágil sob o ponto de vista jurisdicional e processualmente confuso, dado que a investigação sobre a matéria corria em Curitiba e esperava-se que não seria aceita pelo juízo competente (CARVALHO, FALCÃO, FERREIRA, MEGALE e MENA, 2016; CRUZ, HAUBERT e URIBE, 2016). Porém, a despeito de sua incúria jurídica, o pedido teve enorme efeito político e, junto com a condução coercitiva da semana anterior e a delação de Delcídio do Amaral, contribuiu para a agitação da frente de oposição que organizava atos de rua pela deposição do governo para o dia 13 de março. As próprias lideranças do MBL e do *Vem Pra Rua* reconheciam que o encadeamento de tais fatos fora fundamental para fomentar a mobilização (REVERBEL, 2016b).

As manifestações contra Dilma ocorreram em todos os estados e no Distrito Federal, alcançando 121 cidades do país. Segundo o Datafolha, o ato em São Paulo alcançou a substanciosa cifra de 500 mil pessoas presentes e teve como grande figura o juiz Sergio Moro, reivindicado sistematicamente pelos presentes. As pautas fundamentais foram: defesa da Lava Jato, *impeachment* de Dilma Rousseff e prisão do ex-presidente Lula.. Na contabilidade do Instituto, excluindo-se Rio de Janeiro e Macapá, que não continham estatísticas oficiais, somando-se apenas as capitais, o 15 de março de 2015 mobilizou 1,7 milhão pessoas no país inteiro; o 12 de abril reuniu 543 mil pessoas; o 16 de agosto aglutinou 612 mil pessoas; o 13 de dezembro agregou 76 mil pessoas e o 13 de março, por sua vez, 2,4 milhões de pessoas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[159]). Mesmo com o crescimento de público nas manifestações, o Datafolha aferiu que em São Paulo o protesto mantinha-se elitizado, isto é, os níveis de

[159] Protestos levam mais de 1 milhão às ruas em ao menos 121 cidades, diz PM. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016.

escolaridade e renda eram sobejamente maiores do que os percentuais médios da população nesses mesmos quesitos (BÄCHTOLD, 2016b).

Diferentemente das mobilizações anteriores, diversas entidades patronais atuaram na convocação das mobilizações do dia 13 de março. No estado de São Paulo, destacaram-se as associações comerciais, o que mostrou a posição pró-*impeachment* dos segmentos do comércio e dos serviços (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[160]). Perrin (2020. p. 147) destaca que, na véspera do ato do dia 13 de março, Paulo Skaf se reuniu com representantes do MBL e do *Vem Pra Rua* defendendo mais uma vez que a situação da presidente era insustentável por conta da perda de credibilidade e confiança, o que, por sua vez, gerava um processo de "deterioração total da economia". Por outro lado, é importante observar que o protesto do dia 13, sobretudo em São Paulo, foi recordista em comparecimento de políticos, seguindo a tendência do meio empresarial e entidades de classe que convocaram membros para o ato. Compareceram, principalmente, políticos do PSDB, como Aécio Neves e Geraldo Alckmin, além de parlamentares do DEM, do PMDB e de demais partidos da base aliada que se realinhavam em direção à deposição de Dilma. Na chegada ao protesto na Avenida Paulista em São Paulo, Aécio e Alckmin foram hostilizados (ARBEX e REVERBEL, 2016; BERGAMIM JR.; MEGALE e REVERBEL, 2016), deixando claro novamente que a relação de representação ideológica que aquela fração de alta classe média presente nas ruas não era com os dirigentes do PSDB e sim com os agentes da operação Lava Jato, sobretudo Sergio Moro, e, em menor grau, com políticos que faziam oposição virulenta ao governo Dilma, como o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ)[161].

O êxito das mobilizações do dia 13 de março aumentou a ofensiva contra o governo, o que elevou o volume de negociações sobre o impedimento entre os partidos de oposição e os que ainda mantinham-se formalmente coligados ao então comando do Executivo, caso do

[160] Empresários comparecem à manifestação contra o governo em SP. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016.

[161] Dada a projeção que Jair Bolsonaro vinha ganhando desde o ano de 2014, quando foi reeleito pela sétima vez para a Câmara Federal com 464.532 votos, sendo o terceiro mais votado do Brasil, ficando apenas atrás de Celso Russomano (PRB-SP) e Tiririca (PR-SP) (GUIMARÃES e YAZBEK, 2014), o Datafolha passou a incluir seu nome nas pesquisas de intenção de voto à presidência em dezembro de 2015. Na ocasião, o parlamentar oscilava, nos diferentes cenários, entre 4% e 5% das intenções de voto. Em 29/02/2016, em nova pesquisa, Bolsonaro oscilava entre 6% e 7%. Na pesquisa publicada em 19/03/2016, Moro foi inserido pela primeira vez entre os presidenciáveis e chegou a 8% no cenário em que foi testado. É interessante observar que Bolsonaro manteve, neste levantamento a oscilação entre 6% e 7%, contudo, no único cenário em que Moro era testado, o deputado declinava para 5%. Em novo levantamento realizado entre os dias 07 e 08 de abril pelo Instituto, Bolsonaro oscilava entre7% e 8% e aparecia com 6% no único cenário em que Moro era testado. O juiz manteve o percentual de 8% do mês anterior. Segundo o exame do Datafolha, naquele período, a intenção de voto de Bolsonaro se concentrava entre os eleitores mais ricos e escolarizados, exatamente o mesmo perfil dos presentes nos atos pela deposição de Dilma (CANZIAN, 2016; MENDONÇA, 2015c). Dados verificáveis na plataforma eletrônica do Datafolha: a-) https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/02/1744581-49-nao-votariam-em-lula.shtml>Acesso em: abril. 2021.; b-) https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759679-lula-e-marina-lideram-corrida-eleitoral-e-tucanos-tem-trajetoria-de-queda.shtml>Acesso em: abril. 2021.

próprio PMDB, avançando os diálogos que, como vimos anteriormente, já vinham sendo frequentes desde a condução coercitiva do ex-presidente Lula (ÁLVARES, 2016). Como última tentativa de se manter na presidência, Dilma nomeou o ex-presidente Lula para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Na mesma ocasião, buscando assegurar a aliança com o líder do PMDB, Leonardo Picciani, Dilma também nomeou o deputado Mauro Lopes, da bancada mineira do PMDB, para a pasta da Aviação Civil (ÁLVARES, BRAGON, CRUZ e URIBE, 2016; ÁLVARES, CRUZ, SEABRA e URIBE, 2016). Rodrigo de Almeida (2016. p. 179) ressalta que a nomeação do ex-presidente tinha o objetivo de reanimar o governo e bloquear a admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Dessa forma, Lula viria para auxiliar em diversos aspectos que o Executivo se mostrava deficitário: a articulação ineficiente com o Congresso, a ausência de uma base parlamentar sólida e a dificuldade de retomada de diálogo com setores empresariais. Internamente, dirigentes e parlamentares do PMDB entendiam que Lula se amalgamaria com a crise de Dilma e as delações da Lava Jato que se sucederiam acabariam por engolfá-los simultaneamente. Ademais, membros do partido acreditavam que as mobilizações de rua iriam prosseguir e que o processo de *impeachment* se deflagraria exitosamente (LIMA, 2016g).

Porém, antes mesmo de iniciar sua atuação na pasta, em mais uma etapa de sua ofensiva contra o partido do governo e sua liderança mais expressiva, o juiz Sergio Moro publicou conversa entre Lula e Dilma e sugeriu que a posse do ex-presidente no Ministério se configurava como tentativa de obstrução de Justiça; afinal, no novo cargo, todos os seus processos sairiam da 1ª instância judicial e seriam remetidos ao STF (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[162]). A publicação dos áudios e a ampla cobertura midiática fizeram com que os setores oposicionistas, tal qual ocorrera no episódio da condução coercitiva, entrassem em forte ofensiva política contra o governo. Diversos pedidos judiciais foram feitos para que Lula não continuasse na Casa Civil e, após uma guerra de liminares, coube, em 18 de março, ao ministro do Supremo Gilmar Mendes decidir monocraticamente que havia na nomeação tentativa de obstrução de Justiça, portanto, sendo proibitiva a manutenção do ex-presidente no Ministério (OLIVEIRA, Mariana, 2016). Na ocasião, novamente demonstrando preocupação com o andamento da operação Lava Jato, Renan Calheiros classificou Moro como um "juiz de exceção" (HAUBERT, 2016e). A Fiesp, por sua vez, apoiou a ação de Moro e estampou na fachada de seu prédio a *consigna* "renúncia já" com a bandeira brasileira ao fundo (PERRIN, 2020. p. 147). Neste cenário de maior defensiva do governo, com a frente pró-*impeachment*

[162] Dilma agiu para tentar evitar a prisão de Lula, sugere gravação; ouça. Folha de São Paulo, 16 de março de 2016.

avançando por diversos flancos, intensificaram-se as discussões internas no PMDB sobre o rompimento oficial com Dilma. É o assunto que trataremos na próxima seção.

5.2. Ruptura oficial do PMDB e afastamento interino de Dilma Rousseff

Como mostramos na seção 4.5. do capítulo anterior e na primeira deste, por diversas razões, entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, o processo de *impeachment* de Dilma manteve-se em elevado grau de indefinição. Um dos fatores que asseguraram a mínima estabilidade para Dilma no período foi a manutenção de aliança com parte do PMDB, particularmente com Leonardo Picciani, líder da bancada na Câmara, e Renan Calheiros. Contudo, a ofensiva da Lava Jato, a partir da prisão do publicitário João Santana, e sobretudo com a operação contra o ex-presidente Lula, fortaleceram internamente as correntes que advogavam pela deposição. Ademais, a forte movimentação da alta classe média no mês de março de 2016 foi suporte fundamental para a ação política do capital internacional, da burguesia associada e de amplos setores da grande burguesia interna que se realinharam para a oposição abertamente, pressionando os parlamentares pelo impedimento de Dilma. Esse foi o contexto do rompimento oficial do partido com o governo.

O PMDB reuniu-se em Convenção Nacional no dia 12 de março, em cenário já suficientemente instável por conta da ofensiva judicial contra o partido do governo. Na ocasião, em amplo acordo das correntes partidárias e sem candidaturas de oposição, Michel Temer foi reconduzido à presidência do partido com 96% dos votos entre 390 convencionais presentes e, cumprindo-se acordo prévio com os senadores do partido, Romero Jucá foi escolhido vice-presidente. O evento contou com uma série de discursos em defesa do rompimento com o governo; por outro lado, os que defendiam a permanência, mantinham a discrição, ou eram vaiados como o deputado Mauro Lopes (PMDB-MG). Dada a ampla maioria favorável ao rompimento presente na Convenção, aprovou-se uma moção que proibia filiados de ingressarem no governo até que o partido tomasse uma decisão sobre o assunto (HAUBERT e LIMA, 2016). O objetivo da diretriz era evitar que Dilma mantivesse aliança com setores do partido por meio de cargos e emendas parlamentares. Não por acaso, ao ser empossado no cargo de ministro da Aviação Civil, Mauro Lopes foi publicamente censurado por dirigentes do partido e pelo próprio Michel Temer (ÁLVARES, HAUBERT, LIMA e URIBE, 2016). Saliente-se que, posteriormente, em um dos momentos mais ilustrativos da crise política, o ministro licenciou-se do Ministério, com a justificativa de votar contra a deposição de Dilma, e votou pelo impedimento em plenário (CONGRESSO EM FOCO, 2016[163]).

[163] Ministro de Dilma por um mês, Mauro Lopes vota pelo impeachment. Congresso em foco, 18 de abril de 2016.

A cúpula do PMDB chegou a um acordo, por sugestões de Renan Calheiros e de setores do PMDB fluminense, como Leonardo Picciani, para que o rompimento com o governo não fosse discutido em 12 de março e se adiasse a questão por mais 30 dias. Mesmo dirigentes antes governistas avaliavam que a situação de Dilma era insustentável, mas gostariam de avaliar os desdobramentos da manifestação do dia 13 de março e da possível nomeação de Lula para o Ministério (HAUBERT e LIMA, 2016b). Confirmando a clivagem regional mencionada no capítulo 2, os diretórios do Centro-Sul do país defendiam com maior contundência a saída oficial do governo. Por exemplo, em 14/03, o diretório catarinense anunciou a saída de todos os seus quadros da administração federal (HAUBERT e LIMA, 2016c). O mesmo caminho foi seguido pelo diretório paulista uma semana depois (ARBEX, 2021).

A lentidão da tramitação do processo de cassação da chapa no TSE e a dificuldade em gerar consenso sobre o tema, somada ao acirramento da situação política, fizeram com que a oposição e o PMDB convergissem cada vez mais na saída via *impeachment.* As delações premiadas, que chegavam em figuras eminentes dos partidos como Aécio Neves, Michel Temer e Renan Calheiros, preocupavam os políticos. Existia a expectativa que uma mudança de governo produzisse um controle da impetuosidade da operação e uma cobertura menos favorável por parte da imprensa. Até então, as cortes superiores vinham chancelando todas as decisões de Moro (BERGAMO, 2016b; LIM, 2016h; LIMA, 2016i; NERY, 2016).

Entre o malogro da nomeação de Lula para o Ministério e a apreciação do processo de *impeachment* na Câmara dos deputados, decorreu-se um mês de intensas articulações entre as forças sociais que defendiam a deposição e o conjunto de partidos políticos que se encaminhavam para tal posição, caso do PMDB. Em 16 de março, o PRB anunciou a saída formal da base do governo (MATOSO, 2016h). Em 17 de março, a Frente Parlamentar da Agropecuária, agrupamento suprapartidário com grande participação dos deputados do PMDB, sobretudo do Centro-Sul do país, anunciou apoio ao *impeachment* de Dilma. É interessante observar que o próprio presidente da Frente, deputado Marcos Montes (PSD-MG), afirmou que as entidades representativas do setor agropecuário, sobretudo a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), estavam pressionando o grupo pela ruptura com o governo (AMORA, 2016; AMORA, 2016b).

No mesmo dia, o presidente da Firjan, Eugênio Gouvêa Vieira publicou um artigo em que condenava a inação e paralisia de Dilma e a incapacidade da presidente de consertar as políticas econômicas equivocadas do primeiro mandato. Vieira criticou também o fato de a presidente não ter conseguido levar a cabo um ajuste fiscal robusto e reformas fiscais importantes, como a da previdência. O presidente da Firjan elogiou também o Programa *Uma*

Ponte para o futuro e as condições políticas de Temer para assumir a presidência sem traumas institucionais e implementar um projeto que incentivasse uma agenda de retomada da economia (VIEIRA, 2016). Tal posição se espraiara pelas principais federações estaduais da indústria, que atuaram de forma sistemática para pressionar os parlamentares pela saída de Dilma[164]. Considerando as forças sociais que atuaram para uma repactuação do governo Dilma em agosto de 2015, quando o governo estava em forte defensiva por conta do rompimento oficial de Cunha do governo e da saída de Temer da articulação política, em março de 2016 não houve nada similar. Ao contrário, Valle (2019. págs. 95 e 96) destaca que neste período o banco Itaú optou por alinhar-se ao *impeachment* e o Bradesco manteve posição equidistante.

Com um fortíssimo grau de convergência sobre a matéria nas diferentes frações da burguesia e o governo em seu momento de maior defensiva por conta da operação Lava Jato, Temer decidiu antecipar o prazo deliberado pela Convenção do dia 12 de março e marcou para 29 de março a data em que o partido anunciaria a decisão sobre o rompimento com Dilma (LIMA, 2016j). Naquele período, a Associação Nacional de deputados estaduais do PMDB, composta por 154 membros, divulgou um documento público defendendo o rompimento imediato, mostrando que a posição pró-Temer ganhara capilaridade e era majoritária na legenda (SPERB, 2016). Outrora esteio importante que garantiu uma sustentação mínima para a manutenção de Dilma na presidência, sobretudo no segundo semestre de 2015, Renan Calheiros, a partir de março de 2016, não se movimentou mais no sentido de articular qualquer saída para a crise do governo Dilma e oficialmente declarou posição de neutralidade (HAUBERT, 2016f). Em nosso entendimento, a forte convergência burguesa em torno da saída do governo, que agravou-se com a ofensiva judicial sobre o Executivo e o partido de Dilma, fizeram com que qualquer tentativa de composição se tornasse desinteressante para o grupo de Renan, tanto como políticos burgueses profissionais interessados em compor com o lado mais forte na querela, quanto como representantes difusos dos interesses da burguesia e das suas frações regionais internas, que já haviam, em larga medida, dado o já mencionado posicionamento das entidades representativas estaduais, aderido ao impedimento da presidente.

A fragilidade do governo ficou clara na definição do presidente e relator da Comissão Especial do *Impeachment.* Foram escolhidos para as funções respectivamente Rogério Rosso (PSD-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO). Embora formalmente da base, os dois parlamentares eram próximos de Eduardo Cunha e não demonstravam disposição em contribuir para a manutenção do mandato de Dilma (ÁLVARES, BRAGON e URIBE, 2016; MATOSO, 2016i).

[164] Em detalhada e instrutiva reportagem, a jornalista Alice Maciel (2016) fez um levantamento bastante significativo da atuação dessas entidades na consecução do *impeachment* de Dilma.

Sem Lula no Ministério, o governo adotou duas táticas para tentar melhorar sua condição na correlação de forças: em primeiro lugar, tentou, por meio de oferecimento de cargos e do empenho de emendas parlamentares, manter pelo menos parte do PMDB e dos demais partidos de médio porte na base governista e, em segundo lugar, contava ainda com algum grau de mobilização de suas bases (MATOSO, 2016j; PATU, 2016). Em 18/03, houve atos pró-governo em pelo menos 45 cidades do país e em todas as capitais. Em São Paulo, maior concentração de pessoas, 95 mil pessoas estiveram na Avenida Paulista, segundo o instituto Datafolha. O perfil dos manifestantes seguiu o mesmo padrão de atos anteriores em defesa do mandato de Dilma (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[165]). Diferentemente de dezembro de 2015, quando os atos contrários ao impedimento foram maiores que os favoráveis, em março de 2016, mostrando o nível de defensiva de Dilma, os atos oposicionistas foram, como podemos aferir nos dados citados, muito mais substantivos tanto em capilaridade pelo país quanto em público presente.

O agravamento da situação do governo também elucidou-se pela evolução das pesquisas de opinião pública. Comparando-se com os dados do Datafolha de fevereiro e março de 2016, o número de brasileiros que apoiava o *impeachment* de Dilma cresceu de 60% para 68% e o percentual dos que defendiam a renúncia subiu de 58% para 65%. No mesmo período, o percentual dos contrários ao impedimento caiu de 33% para 27%. Ademais, a impopularidade da presidente voltava a bater o recorde e chegara ao percentual de 69%. O número só era menor que o registrado em agosto de 2015: 71%. Por seu turno, a Lava Jato seguia avançando e pressionando o governo e os partidos políticos mais fortes do Congresso de uma forma geral. Em 22/03, realizou-se a 26ª fase da operação denominada *Xepa* e cujo alvo fundamental foram escritórios da Odebrecht em diversos estados e disseminou-se a existência de um departamento especializado na empresa para a negociação de propinas para políticos dos mais variados partidos. No meio político, discutiam-se os efeitos de um acordo de delação premiada de seus dirigentes que se avizinhava (BRAGON, CRUZ e LIMA, 2016; ROCHA, 2016).

Nessas circunstâncias, em 29/03, por aclamação e em reunião que durou menos de três minutos, o PMDB decidiu pelo rompimento com o governo Dilma. Presidida por Romero Jucá, deliberou também que os peemedebistas deveriam retirar-se de ministérios e cargos ocupados na burocracia federal, sob risco de punição. Naquele período, o partido ainda mantinha seis ministros no governo e em torno de 600 cargos de segundo e terceiro escalão. Dos 27 diretórios do PMDB, apenas 5 não enviaram representantes para a Convenção Nacional que formalizou a ruptura com o governo: Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Sergipe. O diretório de

[165] Em SP, 15% dos manifestantes em ato pró-Dilma eram funcionários públicos. Folha de São Paulo, 20 de março de 2016.

Alagoas era controlado pelo próprio Renan Calheiros e os do Amazonas e Pará eram controlados por aliados seus como Eduardo Braga e Jader Barbalho (ÁLVARES, LIMA e URIBE, 2016; ÁLVARES, LIMA e URIBE, 2016b). Tal dado elucida a forte convergência interna no PMDB no sentido da efetivação do *impeachment* e a postura neutra e recalcitrante de alguns diretórios majoritariamente das regiões Norte e Nordeste, ratificando, assim, a hipótese que o PMDB, nessas regiões, era mais permeável ao acordo com o PT por questões econômicas e eleitorais, como pontuamos no capítulo 2 da presente dissertação.

Com a saída do PMDB do governo, o Executivo receava que demais partidos de patronagem da base, como PP, PR e PSD acompanhassem o movimento. Os três partidos congregavam 121 parlamentares. Naquelas circunstâncias, parcela muito substantiva, sobretudo dos dois primeiros, já declarava posição favorável ao impedimento. Dessa forma, a tática do governo, com protagonismo de Lula na articulação, seria, por um lado, negociar com partidos menores, caso do PTN, e parlamentares avulsos do PMDB e dos outros três partidos citados; por outro, oferecia para PP, PSD e PR a possibilidade de ocuparem papel central em caso de manutenção do governo (ÁLVARES, CRUZ e LIMA, 2016; CRUZ, HAUBERT e URIBE, 2016b; CRUZ e LIMA, 2016). As tentativas soçobraram por fatores como: a-) a forte pressão burguesa sofrida pelos parlamentares destes partidos[166] (CRUZ, 2016b); b-) a incapacidade do governo de sair da defensiva política; c) o próprio Temer já negociava com essas legendas posições em seu possível governo (BRAGON, 2016b).

Em levantamento realizado na Câmara pelo Datafolha entre 21 de março e 07 de abril, aferiu-se que 60% dos parlamentares se declararam favoráveis ao *impeachment* de Dilma. O percentual, embora majoritário, não era suficiente para autorizar o processo. Consideradas as bancadas de PT, PSDB, PMDB e PP, as maiores da casa, a presidente só tinha uma situação confortável em sua própria sigla. No PP, 57% se declaravam favoráveis e 30% indecisos. No PMDB, 59% eram favoráveis e 38% não responderam. Comparando-se com a pesquisa do gênero realizada em dezembro de 2015, quando o pedido foi aceito por Cunha, o percentual de parlamentares favoráveis subira de 42% para 60%. Em dezembro, 31% eram contrários e apenas 21% o eram no levantamento de março/abril. O percentual de indecisos caíra de 27% para 18%. O instituto também pesquisou a situação no Senado: 55% se declararam favoráveis ao *impeachment* e 24% contrários (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[167]).

[166] Indagado, no dia da votação do *impeachment*, sobre possíveis problemas de traslado de parlamentares para Brasília, o dirigente peemedebista Eliseu Padilha ponderou que empresários favoráveis ao *impeachment* haviam disponibilizado aeronaves privadas para que deputados pudessem ser buscados em qualquer região do país. Padilha, contudo, afirmou que o dispositivo ainda não havia sido necessário (BERGAMO, 2016c).

[167] Na Câmara, 60% dizem votar pelo impeachment de Dilma Rousseff. Folha de São Paulo, 08 de abril de 2016.

Durante a tramitação do processo na Câmara dos Deputados, o ministro da AGU José Eduardo Cardozo, responsável pela defesa da presidente, assentou seu discurso apenas em argumentos de natureza jurídica, como os seguintes: a-) Cunha teria incorrido em "desvio de finalidade" ao aceitar o pedido contra Dilma por retaliação ao PT, que havia decidido não livrá-lo do processo de cassação no Conselho de Ética; b-) os atrasos de repasses aos bancos públicos não configuravam empréstimos e o dispositivo era usual na administração pública, dessa forma, não caracterizando-se como crime de responsabilidade. Segundo o ministro, o impedimento era um golpe de Estado porque descumpria as condições jurídicas presentes no ordenamento legal brasileiro, contudo, Cardozo foi lacônico em situar as forças que dirigiam tal golpe politicamente e seus interesses de classe na substituição do governo (BRAGON, FLECK e VALENTE, 2016; BRAGON, FLECK e VALENTE, 2016b; FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[168]; URIBE, 2016c).

Em 11/04, deu-se a votação do relatório de Jovair Arantes (PTB-GO) na Comissão Especial do *Impeachment*. Por 38 votos contra 27, a comissão aprovou o relatório. O resultado agravou mais a situação já bastante complicada do governo. Integrantes de partidos que negociavam cargos com Dilma (PP, PR e PSD) deram sete votos favoráveis a petista e cinco contrários (ÁLVARES, BRAGON, FLECK e VALENTE, 2016). No PMDB, quatro deputados votaram pelo prosseguimento do processo: Leonardo Quintão (MG), Lúcio Vieira Lima (BA), Mauro Mariani (SC) e Osmar Terra (RS) e três votaram contra o relatório: João Marcelo Souza (MA), o líder da bancada, Leonardo Picciani (RJ) e Valtenir Pereira (MT). O equilíbrio na votação reverberou a pretérita aliança de Picciani com Dilma que garantiu a indicação de nomes contrários ao processo (PORTAL EBC, 2016[169]).

No mesmo dia, foi divulgado um áudio de Michel Temer para deputados do PMDB. O discurso de 15 minutos simulava um treinamento para caso o *impeachment* de fato se efetivasse. No áudio, em que diz estar fazendo seu primeiro "pronunciamento à nação", Temer apresenta uma espécie de plano de sua gestão. Prometeu conferir amplo papel à inciativa privada e manter os programas sociais como Bolsa família e Pronatec, ampliando-os se possível. O vice-presidente mencionou a necessidade de "reformas" para a recuperação do setor produtivo e salientou que inicialmente "sacrifícios" teriam que ser feitos pelo povo brasileiro. Ponderou ainda que o desafio seria muito grande e conclamou o diálogo, a união e a pacificação do país, ressaltando que eventuais reformas não atingiriam direitos adquiridos e mencionou a

[168] Para defesa de Dilma, não há base legal para impeachment; leia. Folha de São Paulo, 07 de abril de 2016.
[169] Placar do impeachment: Por 38 a 27 votos, parecer é aprovado em comissão na Câmara. Portal EBC, 11 de abril de 2016

necessidade da relação harmônica entre capital e trabalho para que o desemprego fosse mitigado (LIMA, 2016k). Entendemos que, neste pronunciamento, Temer buscou reforçar o programa das "reformas estruturantes" presente na *Ponte para o futuro* e, acrescentando uma novidade, se comprometeu com a continuidade dos programas sociais, como forma de legitimar o modelo neoliberal ortodoxo e mitigar a mobilização das massas populares.

No curso daquela semana, bancadas de diversos partidos anunciaram o rompimento oficial com Dilma e o apoio ao processo de impedimento, com destaque para PP, PSB e PSD (ÁLVARES, 2016b; ÁLVARES e DIAS, 2016; CARVALHO e DECAT, 2016). No caso do PR, dirigentes do partido fecharam um acordo com Dilma e a Executiva Nacional anunciou posição contrária ao processo, contudo, a maioria da bancada tinha posição oposta (ÁLVARES, 2016c). Com a erosão da antiga coalizão parlamentar, o governo e o ex-presidente Lula começaram a negociar individualmente com parlamentares por meio de oferecimento de cargos de segundo e terceiro escalão (CRUZ e URIBE, 2016b). Reunida em 14/03, a bancada do PMDB, sem votar nominalmente a questão, decidiu apoiar o *impeachment*, contudo, respeitando as dissidências; isto é, não houve o que se chama no léxico parlamentar de "fechamento de questão" (ÁLVARES e BRAGON, 2016b).

Em 13/04, a CNI enviou carta aos parlamentares pedindo a autorização do processo de *impeachment*. A CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) já havia anunciado posição pró-deposição na semana anterior, inclusive rompendo com sua presidente Katia Abreu, que mantinha-se como ministra da Agricultura do governo e forte opositora do impedimento (MACHADO DA COSTA, 2016b). Neste contexto de forte isolamento e pouca capacidade de reação no Parlamento, o governo, por meio da AGU, entrou com uma ação no Supremo pedindo a suspensão do processo, manejando basicamente os mesmos argumentos que Cardozo vinha adotando durante a tramitação na Câmara, sobretudo a questão do "desvio de finalidade" de Cunha. Por ampla maioria, a corte recusou o pedido e confirmou a votação para o dia 17 de abril, um domingo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[170]).

No dia 17 de abril, com 367 votos favoráveis e 167 contrários, a Câmara autorizou a abertura de processo de *impeachment contra* Dilma Rousseff. Ausências e abstenções somaram 9 votos. As bancadas evangélica, ruralista e da segurança pública foram fundamentais para o resultado. De forma geral, 72% dos deputados votaram pelo impedimento. Nas três bancadas, o percentual alcançou respectivamente 84%, 83% e 81%. 313 dos 367 votos pelo *impeachment* vieram de algum deputado pertencente a pelo menos uma das bancadas. A evangélica contava

[170] Maioria do STF nega adiar sessão e alterar votação do impeachment. Folha de São Paulo, 15 de abril de 2016.

com 199 parlamentares, a ruralista com 215 e a da segurança pública com 294. 53 deputados, Eduardo Cunha, por exemplo, compunham as três ao mesmo tempo. Considerando-se as bancadas de cada unidade da federação. Dilma foi derrotada em 19. Em estados como Amazonas e Rondônia, todos os deputados votaram pelo *impeachment*. Em estados como Mato Grosso do Sul, Maranhão e Pará o percentual contra Dilma foi majoritário, mas não alcançou dois terços. As bancadas do Piauí e do Acre ficaram rigorosamente divididas. Por fim, em estados como Bahia, Ceará e Amapá os votos contra o *impeachment* superaram os favoráveis. Examinando-se os percentuais por regiões, o Centro-Oeste deu 83% dos votos pelo *impeachment*, o Sul 81%, o Sudeste 78%, o Norte 71% e o Nordeste 56%. A única região que não deu os dois terços suficientes contra Dilma foi esta última. A maioria dos parlamentares seguiu as orientações partidárias. No PSDB e no DEM todos os parlamentares votaram pelo *impeachment*. No polo oposto, PT, PCdoB e PSOL deram todos os votos contrários. As bancadas mais divididas foram: PDT, REDE e PEN (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[171]; MONTEIRO, 2016).

No PMDB, cristalizando o realinhamento que se operara há meses, 59 deputados votaram pela continuidade do processo contra Dilma, 7 votaram contra e 1 se absteve. Em demais partidos de patronagem que fizeram parte da coalizão do governo Dilma, como PP, PR e PSD, o resultado foi similar (SINGER, 2018. p. 281). Os dados evidenciam que, sem o realinhamento partidário operado pelo PMDB e pelos demais partidos da patronagem presentes na antiga coalizão governista, o impedimento não seria possível. Como já dissemos, Limongi (2017) pondera que tal convergência operou-se porque os políticos profissionais de tais partidos entendiam que somente uma substituição de governo poderia mitigar os efeitos da operação Lava Jato que os ameaçava. Em nosso trabalho, contudo, defendemos que não se pode analisar o realinhamento destes partidos como se tudo se resumisse ao fato, verídico, de eles estarem agindo para barrar as investigações. Se estivesse sólida a base de classe do governo, eles teriam de encontrar outras formas de escapar da operação. Os interesses materiais e a correlação de forças entre as classes estabelecem os limites dentro dos quais os partidos de patronagem e seus parlamentares podem agir. Em 12 de maio, por 55 votos contra 22, o Senado aceitou o processo de impedimento e Dilma foi interinamente afastada da presidência para que seu julgamento fosse iniciado. No mesmo dia, Michel Temer assumiu o cargo (ALMEIDA, 2016. p. 209).

5.3. Posse de Temer, montagem do Ministério e da coalizão legislativa e social

[171] Câmara dá aval a impeachment de Dilma; Senado decidirá afastamento. Folha de São Paulo, 17 de abril de 2016.

Na presidência, Michel Temer atuou para constituir um Ministério que integrasse representantes das forças sociais que dirigiram o processo de deposição de Dilma (o capital internacional e a burguesia associada), dos executores do processo (partidos que votaram pelo *impeachment*), além de não melindrar a base de apoio da frente, isto é, a alta classe média que esteve mobilizada nas ruas interpelada pela operação Lava Jato. Tal processo de montagem foi complexo e exigiu diversos recuos e negociações. Em primeiro lugar, Temer nomeou uma equipe econômica bastante ortodoxa e alinhada com as promessas do programa *Uma Ponte para o futuro:* Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda e Ilan Goldfajn – economista que saiu do posto de economista-chefe do Itaú direto para a presidência do Banco Central – seriam os condutores da pauta de contrarreformas nas políticas sociais (mudanças na legislação trabalhista e previdenciária), criação de um teto de gastos públicos que incidiria sobretudo nos investimentos em áreas sociais, privatizações e o arquivamento integral das veleidades neodesenvolvimentistas do primeiro mandato de Dilma, como a queda na taxa de juros (ver capítulo 2).

A expectativa das frações burguesas que apoiaram a deposição de Dilma era que o novo governo constituiria uma base estável na Câmara, o que facilitaria a aprovação de medidas econômicas "amargas". A pressão pelas contrarreformas reverberou no comportamento das agências de classificação de risco: em 05/05, a *Fitch* procedeu novo rebaixamento da nota de crédito do Brasil. Com a perspectiva negativa, dado o quadro de incerteza política e piora econômica (previsão de queda do PIB em 3,8% para 2016 e 0,5% em 2017), havia ainda perspectiva de nova queda na avaliação seguinte. A agência argumentou que sucessivos pedidos de mudança da meta fiscal demonstravam descompromisso com a questão do ajuste de despesas. Mencionava-se também a relação de endividamento com o PIB, que poderia atingir 80% em 2017. Ponderava ainda que a mudança de governo era uma nova oportunidade para a execução de reformas fiscais estruturantes, contudo, havia incerteza sobre a capacidade do novo governo de constituir uma coalizão estável a respeito das matérias Em 12/05, a agência de classificação de risco *Moody's* afirmou que a mudança de governo não alterava a perspectiva do *rating* atribuído ao país em fevereiro de 2016 e que a crise econômica e o problema fiscal ainda eram muito significativos e demandariam amplos reforços do novo presidente (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[172]).

A reconfiguração da estrutura ministerial gerou insatisfação na fração industrial da grande burguesia interna. Foram alvos de reclamações públicas de entidades patronais do setor:

[172] Agência de classificação de risco Fitch rebaixa nota do Brasil. Folha de São Paulo, 05 de maio de 2016. Moody's alerta que afastamento de Dilma não acaba com incerteza política. Folha de São Paulo, 12 de maio de 2016.

a-) a redução do escopo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que se transformou em Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; b-) o fatiamento de diversas secretárias e órgãos do antigo MDIC, que obrigava a fração a encaminhar suas reivindicações em diversos órgãos diferentes; c-) a indicação do pastor Marcos Pereira (PRB) para a função de Ministro da Indústria, pela ausência de experiência ou relação próxima com o setor (MATOSO, 2016k). A CNI apresentou publicamente sua preocupação com o tema (CUCOLO, 2016; MATOSO, 2016l). Durante a montagem do Ministério, Temer chegou a avaliar a extinção do MDIC, contudo, recuou por conta da pressão da própria CNI e da Fiesp (CRUZ, LIMA e URIBE, 2016). Ainda antes da posse interina, em 24 de abril, Skaf se encontrou com o ainda vice-presidente e salientou que a entidade era contra a criação de novos tributos e especificamente da recriação da CPMF, devendo o ajuste fiscal lastrear-se no corte nas despesas do governo e "desperdícios" (CANCIAN, 2016). A despeito do desconforto causado pelas medidas acima apontadas, o compromisso do interino de efetivar o ajuste fiscal priorizando cortes na área social foi o elemento fundamental para soldar o apoio desta fração ao novo governo. Robson de Andrade, presidente da CNI, que já havia defendido a *Ponte para o Futuro* em dezembro de 2015 (ver capítulo 4), em encontro com Michel Temer no começo de julho de 2016, defendeu efusivamente o aumento da jornada de trabalho no Brasil como forma de elevação da competitividade da indústria e pontuou sobre a necessidade de "medidas duras" na economia (ALEGRETTI e MATOSO, 2016).

Sob o ponto de vista parlamentar, deve-se mencionar dois fatos importantes que antecederam a posse interina de Temer: em 05/05, após liminar expedida pelo ministro Teori Zavascki, o STF ratificou o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos Deputados (FALCÃO e TALENTO, 2016). Em seu lugar, assumiu o deputado Waldir Maranhão (PP-MA), vice-presidente da Câmara e que foi um dos poucos membros de seu partido a se posicionar contrariamente ao afastamento de Dilma, além de aliado do governador Flávio Dino (PCdoB) em seu estado. Em 09/05, Maranhão aceitou pedido de anulação da sessão do *impeachment* por parte da AGU por entender que o direito de ampla defesa foi prejudicado e decretou que o processo retornasse à Câmara (BRAGON, FALCÃO e GAMA, 2016). Renan Calheiros decidiu ignorá-la, dando prosseguimento ao processo no Senado Federal (ÁLVARES, COLON e HAUBERT, 2016; LIMA, 2016l). O conjunto de partidos que dirigiu a votação do impedimento de Dilma exerceu uma fortíssima pressão contra a decisão de Maranhão, que acabou revogando-a no dia seguinte (BRAGON, GAMA e NERY, 2016). Contudo, a situação mostrava que Temer não possuía um aliado confiável no comando da Câmara, o que aumentava a incerteza sobre a tramitação das medidas econômicas. Não por

acaso, durante o período de Maranhão na presidência, a coalizão do novo governo constrangeu-o repetidamente, inclusive impedindo-o de dirigir votações importantes, e demandando sua substituição do cargo (ÁLVARES e BRAGON, 2016f; ÁLVARES e BRAGON, 2016f; FOLHA DE SÃO PAULO[173]), o que só ocorreu, de fato, como mandava o regimento interno da Câmara, após a renúncia de Eduardo Cunha ao cargo de presidente em 07/07 (ÁLVARES, LIMA, HAUBERT, MASCARENHAS e VALENTE, 2016)

Calculando-se a soma dos deputados dos partidos que apoiaram a deposição de Dilma, o governo Temer contaria com a menor oposição parlamentar na Câmara desde o governo Itamar Franco. A partir da soma dos deputados de PT, PCdoB, PSOL e os membros da bancada do PDT que se posicionaram contra o impedimento, conclui-se que 17,5% da Câmara (em torno de 90 deputados) se oporiam ao novo governo e iriam se concentrar no PT, PDT e em partidos de esquerda com pequenas bancadas como PCdoB e PSOL. Após a deposição de Collor, somente 10% (50 em 503) dos deputados opunham-se ao novo presidente. Os governos petistas experimentaram dificuldades nas coalizões, sobretudo nas etapas iniciais de governos. Em 2003, quando Lula assumiu a presidência, 37% (190) dos deputados pertenciam aos partidos de oposição. Quando Dilma assumiu a presidência pela primeira vez em 2011, 21,6% dos deputados eram formalmente filiados aos partidos de oposição; quando se reelegeu, eram 34,3%. Quando foi eleito pela primeira vez, FHC contava com 20% de deputados oposicionistas. Os partidos da antiga base de Dilma que se aliaram com Temer na votação do *impeachment* chegavam ao número de 244 deputados. Somados ao PSDB, DEM e PSB, o número se elevava para 386, o que superaria a própria Dilma, que chegou a ter 351 deputados na base durante o primeiro mandato (LINHARES e MARRA, 2016).

Durante o governo interino, verificaram-se disputas entre a antiga oposição aos governos do PT e os partidos que haviam se deslocado ao apoio ao governo, caso do próprio PMDB. Com Cunha afastado, o chamado "blocão" atuou para manter sua influência na Câmara e na formulação política do novo governo, entrando em conflito com o grupo liderado pelo PSDB na disputa pelo comando da Câmara e em pautas como o aumento salarial de diferentes órgãos do funcionalismo público, que contou com apoio destes partidos e gerou descontentamento no grupo dirigido pelo PSDB. Ademais, os tucanos advertiam, e nisto buscavam vocalizar a posição do capital internacional e da burguesia associada, que o

[173] Deputado pede ao STF que declare vaga a presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 18 de maio de 2016.

"fisiologismo' na montagem do novo governo poderia comprometer a mudança na política econômica[174] (LIMA, 2016m).

Após meses de discussões internas, o PSDB decidiu liberar seus filiados para participação ministerial no novo governo. O grupo do governador Geraldo Alckmin temia que a legenda poderia ser contaminada pelos problemas de um governo pelo qual não era totalmente responsável e eleitoralmente prejudicada em 2018 por medidas econômicas duras que potencialmente seriam tomadas, contudo, foi voto vencido na matéria (GAMA, HAUBERT e LIMA, 2016). Prevaleceram as posições de nomes como o senador Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que entendiam que, tal qual ocorrera em 1992 após o impedimento de Collor, o partido não poderia tentar se preservar para o pleito presidencial seguinte e deveria ingressar no governo pelo qual era, em parte, responsável (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[175]; NERY e ZANINI, 2016). Antes receoso, Aécio Neves ponderou em entrevista que o PSDB assumiria os riscos políticos e apoiaria a participação de integrantes do partido em Ministérios (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[176]). Buscando atender interesses das diferentes correntes do partido, Temer nomeou José Serra para o Ministério das Relações Exteriores, o deputado Bruno Araújo para o Ministério das Cidades e o então secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, para o Ministério da Justiça.

Atendendo o interesse da alta classe média que havia servido como "classe apoio" do processo de deposição (BOITO, 2018. p. 213), Temer declarou no período de transição e no início do governo interino que não faria nenhum tipo de interferência no andamento da operação Lava Jato e respeitaria a autonomia de órgãos como o MP e a PF (BRAGON e FLECK, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[177]; HAUBERT, REVERBEL e URIBE, 2016). Agentes da operação, como os procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e Deltan Dallagnol, afirmaram que nada mudaria com a troca de governo (COISSI, MEGALE e ROCHA, 2016). O procurador-geral da república, Rodrigo Janot, no mesmo sentido, defendeu a aprovação de "medidas estruturais", como as 10 propostas apresentadas pelo MP, e alertou que o combate

---

[174] Na formação de seu Ministério, Temer privilegiou quadros do Congresso Nacional. Dos 23 ministros indicados, 13 eram congressistas, isto é, 57% da esplanada. Foram contemplados deputados e senadores do PMDB (3), PSDB (2), PP (2) PPS (1), PSB (1), PV (1), PR (1), DEM (1) e PTB (1). O percentual alcançado por Temer era o triplo do Ministério de Dilma do segundo mandato. Dos 39 ministros nomeados em 01 de janeiro de 2015, somente 7 eram congressistas, portanto, 18%. Durante o ano, com a piora da crise política, a presidente paulatinamente cedeu mais lugares na esplanada para congressistas, contudo, sem efeito político. Fonte: Ministério de Michel Temer amplia participação de congressistas. Folha de São Paulo, 13 de maio de 2016.

[175] Serra defende participação do PSDB em eventual governo Temer. Folha de São Paulo, 23 de abril de 2016.

[176] "Vamos correr riscos, vamos apoiar a agenda Temer", diz Aécio. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016.

[177] PMDB inclui em plano de Temer garantia de continuidade da Lava Jato. Folha de São Paulo, 27 de abril de 2016

exitoso à corrupção exigia que a "sociedade" conferisse apoio, não se desmobilizasse (AFIUNE, 2016). O próprio juiz Sergio Moro declarou, em 11/05, que o país deveria continuar intolerante com esquemas ilegais nos órgãos públicos e que a necessária pacificação do país não poderia excluir a continuidade da luta contra a corrupção (COISSI, 2016).

A despeito dos vasos comunicantes que operações como a Lava Jato possuem com o capital internacional (BRATSIS, 2017), é importante pontuar que ela aparece na cena política no período 2015/2016 como ente de representação política da alta classe média, que foi, como já dissemos, a *força principal* da empreitada do *impeachment*. A despeito de terem composto a mesma frente pela deposição de Dilma, alta classe média e as diferentes frações da burguesia possuíam interesses díspares em alguns aspectos. Enquanto para a grande burguesia interessava um ambiente de estabilidade política que permitisse a tramitação célere das medidas econômicas ortodoxas, a alta classe média representada pela Lava Jato desejava a continuidade da operação e a prisão dos demais "corruptos". Essa contradição se colocou desde o início do governo Temer, chegando ao ápice na publicização da conversa entre o empresário Joesley Batista da JBS e o presidente em 17/05/2017 pela PGR que colocou o governo em franca posição de defensiva e bloqueou a aprovação da reforma da previdência. Nesse caso específico, apresentam-se também contradições dos agentes de classe média incrustados na burocracia de Estado, caso da PGR, que temiam perder direitos na dita reforma.

Em consonância com o que desejavam as amplas frações da burguesia que apoiaram a posse de Temer e defendendo seus próprios interesses corporativos, políticos do PMDB e do antigo "blocão" começaram a discutir sobre mudanças na legislação que enquadrassem constitucionalmente a operação Lava Jato e órgãos como o MP e a PF. Não por acaso, neste período, o ministro Gilmar Mendes do Supremo, até então um apoiador da operação, passou a negociar com Renan Calheiros sobre a necessidade de aprovação de uma lei de abuso de autoridade que contivesse vazamentos ilegais/seletivos, espetacularização das operações policiais e procedimentos proibidos pelo ordenamento jurídico vigente (HAUBERT, 2016g; HAUBERT, 2016h). Nesse sentido, é interessante mencionar entrevista, em 16/05, do recém-empossado ministro da Justiça e Cidadania Alexandre de Moraes. O ministro afirmou que autonomia do MP não era "absoluta" e salientou não haver obrigatoriedade de nomeação do primeiro lugar na lista interna da ANPR para a nomeação do Procurador-Geral. Em seguida, advertiu que discordava do pleito da PF de também ter autonomia para indicar seu diretor-geral e ressalvou que se cada órgão tivesse autonomia absoluta, o Estado acabaria em posição de "anarquia", defendendo, dessa forma, as prerrogativas centrais do Executivo (BERGAMO, 2016d). Pressionado por veículos de imprensa e pelas próprias corporações e seus apoiadores,

Temer desautorizou Moraes sobre o assunto e, em nota à imprensa, ponderou que a nomeação era uma prerrogativa exclusiva da Presidência da República e comprometeu-se em manter a tradição de nomear o primeiro da lista tríplice para o comando da PGR (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[178]). Fato é que, em junho de 2017, quando decidiu sobre a sucessão de Rodrigo Janot, Temer escolheu a subprocuradora Raquel Dodge, que havia ficado em segundo lugar na lista da ANPR, atrás de Nicolao Dino, aliado de Janot no MP (CARVALHO, DIAS, FERNANDES e URIBE, 2016).

Em suma, o governo interino precisou lidar com uma série de contradições no interior das próprias forças sociais que o apoiaram. Assim como ocorrera no governo Dilma, a grande burguesia convergia sobre a necessidade de um ajuste econômico estrutural, contudo, seguiam discordando na forma e ritmo das medidas. Em segundo lugar, havia a disputa no Legislativo entre o antigo "blocão" de Cunha, no qual incluía-se o PMDB, e a antiga oposição dirigida pelo PSDB. Por fim, ainda havia uma terceira contradição que colocava em lados opostos a estabilidade institucional necessária para a consecução das reformas econômicas e a mobilização da alta classe média e sua representante política – a operação Lava Jato – que pretendia continuar suas atividades no governo Temer. As três eram as principais contradições na cena política no governo interino.

5.4. Política econômica, bloco no poder e ofensiva da Lava Jato contra o PMDB

A primeira divergência entre os partícipes da nova coalizão legislativa deu-se em torno da escolha do líder do governo na Câmara. Enquanto os tucanos e seus aliados defendiam o nome do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a função, os antigos aliados de Dilma (PMDB, PP, PR, PSD, PTB e siglas menores) postulavam o deputado André Moura (PSC-SE) (BRAGON, 2016c). Pressionado por tais partidos, que eram maioria na nova coalizão, Temer efetivou o nome de Moura, sob protestos explícitos de lideranças de DEM e PSDB (GAMA e NERY, 2016). Para além da disputa por protagonismo no Legislativo, entendemos que constituía-se entre os dois blocos de apoio ao governo uma diferença importante também na representação social. O bloco dirigido por PSDB e DEM, desde o período FHC, buscava organizar a hegemonia do capital internacional e da burguesia associada por meio de um programa taxativo de abertura comercial unilateral, amplas privatizações e retirada de direitos sociais e trabalhistas. Por outro lado, o PMDB e as demais siglas conservadoras de menor porte que apoiavam Dilma, embora servissem também como vértebras de sustentação do modelo neoliberal, entretinham com ele algumas contradições, relacionadas à sua maior permeabilidade

[178] Temer discorda de declaração de ministro sobre Ministério Público. Folha de São Paulo, 16 de maio de 2016.

aos interesses da fração industrial interna no bloco no poder, do pequeno e médio capital e da burguesia nacional de Estado (ver capítulo 1). A despeito de tal contradição ter sido secundarizada na luta pela deposição de Dilma, ela apareceu, por exemplo, na discussão sobre o aumento salarial do funcionalismo público que Temer, alegando busca pela estabilidade política, apoiou. O PMDB e os demais partidos médios de patronagem apoiaram os reajustes, sob protestos do bloco parlamentar dirigido pelo PSDB (CUCOLO e HAUBERT, 2016).

A contradição entre o novo governo e o rearranjo no bloco no poder advindo da deposição de Dilma e a operação Lava Jato explicitou-se em 23/05, quando foi divulgado pela imprensa um áudio de março de 2016 em que o ministro do Planejamento de Temer, Romero Jucá, em conversa com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, afirmava que era necessária uma mudança de governo para "estancar a sangria" da Lava Jato. Na ocasião, o então senador criticou o ímpeto persecutório de Moro e complementou que a "saída política" dependeria de um pacto com o "Supremo, com tudo" (VALENTE, 2016). A publicização do áudio de Jucá abriu a primeira situação de forte instabilidade do governo interino. No mesmo dia, as bolsas operaram em queda e a cotação do dólar ascendeu, demonstrando a preocupação do mercado de capitais com o cenário político. O temor era que o fato prejudicasse o andamento das medidas econômicas (MACHADO DA COSTA, 2016; OLIVEIRA, 2016b). Jucá acabou se licenciando do governo no dia seguinte, sendo o primeiro ministro a se retirar após menos de quinze dias de governo interino (HAUBERT e URIBE, 2016).

Nesse contexto, em 24/05, deu-se a o anúncio das primeiras medidas econômicas do novo governo. Aliás, pode-se verificar um padrão no governo Temer: sempre que ameaçado pela Lava Jato, o Executivo buscava demonstrar força por meio das medidas de retomada do neoliberalismo ortodoxo que asseguravam o apoio do bloco no poder. As políticas anunciadas foram as seguintes: a-) devolução de parte dos empréstimos realizados do Tesouro para o BNDES tendo em vista o abatimento da dívida pública; b-) apresentação de uma PEC que estabelecia um teto constitucional dos gastos públicos. O cerne do projeto era reduzir o crescimento da despesa primária, que teria que se dar de acordo com o percentual inflacionário do ano anterior, sendo este o "teto"; c-) redução de R$ 2 bilhões anualmente com a proibição de aumento de subsídios; d-) utilização dos R$ 2 bilhões depositados no Fundo Soberano para abatimento da dívida pública. O fundo havia sido criado no governo Lula com o objetivo de ser o destinatário dos recursos do pré-sal. Ademais, Temer pediu celeridade em projetos que tramitavam no Legislativo como a chamada *Lei de Responsabilidade das Estatais* e o projeto que acabava com a participação obrigatória da Petrobras nos projetos do pré-sal. As duas legislações careciam ainda de aprovação na Câmara (CARNEIRO e CUCOLO, 2016).

Por conta da instabilidade política e de o processo de impedimento ainda não estar concluído, Temer preferiu deixar o anúncio das reformas da previdência e da legislação trabalhista para depois da efetivação no cargo, contudo, pondero que o conjunto de medidas acima mencionado objetivava atender prioritariamente os interesses do capital internacional e da burguesia associada. O governo buscava, em nossa análise, organizar a hegemonia de tal fração no bloco no poder. A contraparte de Temer para assegurar a presença da grande burguesia interna, sobretudo a industrial, no bloco, foi o compromisso com as medidas de redução do "custo Brasil" e a não-inclusão de aumento de impostos no pacote econômico. Propostas como a recriação da CPMF e o aumento da alíquota da CIDE, regularmente discutidas durante o governo Dilma, foram abandonadas naquele período (FERREIRA, 2016; HAUBERT e MACHADO DA COSTA, 2016).

A despeito da disposição do governo interino em atender seus interesses, o capital internacional e a burguesia associada permaneciam reticentes com a instabilidade política provocada pela Lava Jato (KASTNER e OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2016c). Nesse sentido, geraram nova rodada de incertezas: a-) a demissão do ministro de Fiscalização, Transparência e Controle, Fabiano Silveira, após a divulgação de conversa entre ele e Sérgio Machado na qual o ministro criticava a operação Lava Jato (COLON, MASCARENHAS e URIBE, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO[179]); b-) a publicação de conversa entre Sérgio Machado e Renan Calheiros na qual o presidente do Senado condenava o uso das delações premiadas pela Lava Jato e a recente liberação da execução da pena em segunda instância pelo STF (VALENTE, 2016b); c-) a saída do ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, após a divulgação de sua citação em delação de Sérgio Machado (CRUZ E URIBE, 2016c); d-) Em sua delação premiada, Machado declarou que Temer intermediou repasse financeiro da construtora Queiróz Galvão para a campanha do então peemedebista Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo em 2012 (CRUZ e URIBE, 2016d; FALCÃO, MASCARENHAS, TALENTO e VALENTE, 2016); e-) em 07/06, a PGR pediu a prisão preventiva de Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá e a detenção domiciliar do ex-presidente José Sarney, sendo a primeira vez em sua história que a PGR pedia a prisão de um presidente do Congresso e de um ex-presidente da República (FALCÃO e TALENTO, 2016b; FALCÃO e TALENTO, 2016c ;FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[180]). Posteriormente, o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo, negou todos os pedidos da PGR (FALCÃO, MASCARENHAS e VALENTE, 2016), todavia, em pronunciamento no Senado Federal em 15/06, Renan Calheiros, com um pedido de

[179] Em gravação, ministro de Temer critica Lava Jato e aconselha Renan. Folha de São Paulo, 29 de maio de 2016.
[180] Janot pede a prisão de Renan, Cunha, Sarney e Jucá, do PMDB. Folha de São Paulo, 07 de junho de 2016

impeachment de Janot em mãos, fez duras críticas ao Procurador-Geral, cobrou que a PGR permanecesse em seu "limite constitucional" e classificou como "esdrúxulos" os pedidos de prisão preventiva (HAUBERT e LIMA, 2016d).

Na defensiva por essa sucessão de fatos, em 08/06, Temer recebeu um importante apoio: Paulo Skaf articulou um encontro de 150 grandes empresários da burguesia interna, sobretudo do setor industrial, em apoio ao interino. Na ocasião, os presentes deixaram claro o apoio ao programa econômico do governo interino, ressaltando o fato de o presidente não ter incluído o aumento de impostos como opção inicial de ajuste das contas públicas e externaram preocupação com a instabilidade política provocada pelo Ministério Público (CARNEIRO, CRUZ e WIZIACK, 2016). Paulo Skaf declarou que as investigações eram positivas para o país, contudo, a economia não podia parar por conta disso. Nas palavras de Skaf: "A crise política pode durar semanas, meses e anos. O país não pode parar a economia por isso. A vida continua. A economia não pode parar por causa das notícias da crise política". Complementou ainda: "Se alguns se envolveram em situações ilegais, elas têm que ser separadas" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[181]).

Alguns dias antes deste encontro, o interino, nesse mesmo sentido, já havia afirmado que a operação estava passando o "Brasil a limpo" e deveria apurar até o fim todas as irregularidades, todavia, assinalou que o país não poderia ficar "dez anos nesta situação" (CRUZ, 2016c). Em 04/07, Temer recebeu carta de 46 entidades ligadas ao capital agrário empenhando apoio ao seu governo. Em encontro em São Paulo com representantes do setor, Temer ressaltou que o apoio seria muito importante porque posteriormente propugnaria "medidas impopulares", recebendo aplausos dos presentes (BILENKY, 2016). Durante a chamada "crise política do mensalão" em 2005, mais precisamente no mês de agosto, quando o então presidente Lula estava em seu momento de maior defensiva, as entidades representativas da grande burguesia interna forneceram sustentação ao governo. Seis entidades empresariais (CNI, CNA, CNF, CNC, CNT e Ação Empresarial) publicaram um documento intitulado *Uma agenda mínima para a governabilidade* e reuniram-se com o presidente na mesma ocasião. O mesmo Paulo Skaf, já presidente da Fiesp naquele período, saiu em defesa da estabilidade política e do andamento da agenda econômica do governo, deixando claro que as denúncias e investigações deveriam preservar a política econômica (MARTUSCELLI, 2013. p. 246). Os dois momentos distintos elucidam bastante o uso instrumental e interessado da

[181] Padilha nega influência do governo no Conselho de Ética da Câmara. Folha de São Paulo, 08 de junho de 2016.

corrupção por parte da burguesia e o realinhamento político da grande burguesia interna que foi da defesa do neodesenvolvimentismo para a retomada do neoliberalismo ortodoxo.

Além do apoio explícito de frações da burguesia interna e do compasso de espera do grande capital internacional e da burguesia associada, que temiam, acima de tudo, a volta de Dilma Rousseff, Temer contou também neste período com apoio bastante sólido no Congresso Nacional. Durante a ofensiva do Ministério Público contra o governo por meio da publicização dos áudios gravados por Sérgio Machado, um único partido deixou de integrar a base do governo: o PV, que possuía bancada pequena e com pouco peso legislativo (CORREIO BRAZILIENSE, 2016[182]). Na primeira votação importante no período de interinidade, o Congresso Nacional aprovou a revisão da meta fiscal proposta por Michel Temer (déficit de R$ 170, 5 bilhões), no que se pode considerar a primeira vitória do interino no Legislativo (HAUBERT e MACHADO DA COSTA, 2016b). Em 02/06, a Câmara aprovou outro projeto prioritário para Temer que era a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023 (ÁLVARES, 2016d).

Em 21/06, a Câmara dos Deputados aprovou, com apoio de Temer, a permissão para que companhias estrangeiras pudessem adquirir controle acionário total de empresas aéreas nacionais. A MP 714/2016, apresentada ainda durante o governo Dilma, ampliava o percentual possível de participação do capital estrangeiro no setor de 20% para 49%. Contudo, a partir de emenda do deputado paulista Baleia Rossi (PMDB), elevou-se o percentual para 100% (AMORA, BRAGON e MACHADO, 2016). Em 29/06, data de vencimento da MP, Temer tentou aprovar, com a aquiescência de Renan Calheiros, a proposta originária da Câmara no Senado, por meio de manobra legislativa. Contudo, parcela importante dos senadores defendia a revogação da emenda de Baleia Rossi, ou seja, o retorno para o limite máximo de 49%. Diante do impasse e do vencimento próximo, chegou-se a um acordo em que o Senado aprovou a MP da forma como veio da Câmara e o interino comprometeu-se em vetar a emenda de Rossi (AMORA e HAUBERT, 2016; HAUBERT, 2016i; HAUBERT, 2016j). Esse episódio é ilustrativo do fato seguinte que já ponderamos em outro momento: o Congresso Nacional, no arranjo institucional brasileiro desde a implementação e consolidação do modelo neoliberal, se comparado com o Executivo, é mais permeável aos interesses da grande burguesia interna e do pequeno e médio capital nacional.

No cenário de instabilidade política, Temer também acenou para outros setores como forma de se consolidar no governo. Apoiou, no âmbito do Congresso Nacional, a renegociação

[182] PV anuncia independência em relação ao governo Michel Temer. Correio Braziliense, 23 de maio de 2016.

das dívidas dos estados em bases benéficas para as unidades federativas e com extensão do prazo de pagamento (CRUZ, CUCOLO, DIAS, MACHADO DA COSTA e URIBE, 2016). Em outro plano, o governo e sua base apoiaram amplo reajuste do funcionalismo federal que atendeu as reivindicações de servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público com custo estimado de pelo menos R$ 58 bilhões até 2019 (ÁLVARES, 2016e; ÁLVARES BRAGON, 2016h). Outra medida de compromisso foi o Temer o reajuste de 12,5% do Bolsa Família, maior que os 9% anunciados por Dilma em maio de 2016 (CRUZ e URIBE, 2016e). Ademais, tanto na rediscussão sobre a nova meta fiscal de 2016 quanto na meta de 2017 o Executivo conferiu amplo espaço para o atendimento dos partidos de patronagem por meio das emendas parlamentares (VALLE, 2019. p. 148).

Por seu turno, a defesa da presidente Dilma na Comissão Especial do *Impeachment* no Senado, o PT e o conjunto da oposição defenderam, no período do governo interino, sobretudo a partir da divulgação dos áudios de Romero Jucá, que o processo contra a presidente havia sido um golpe de Estado cujo objetivo era, por um lado, conferir uma nova dinâmica de lucratividade para as frações burguesas que o apoiavam e, por outro, bloquear as investigações contra Temer, os políticos do PMDB de uma forma geral e a coalizão que se criara em torno dele (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[183]; LINHARES, REVERBEL, SEABRA e TUROLLO JR.). A movimentação do PT e da esquerda de uma forma geral não foi capaz de interferir decisivamente na conjuntura de instabilidade do governo interino. Por outro lado, os reajustes do funcionalismo, do Bolsa Família e a renegociação das dívidas dos estados geraram contradições na própria coalizão social e legislativa do governo interino (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[184]). Por exemplo, senadores do PSDB chegaram a definir a política de reajuste do funcionalismo como "errática" (MATOSO, 2016m). O próprio presidente do PSDB, Aécio Neves, declarou que os reajustes contraditavam a necessidade do ajuste fiscal nas contas públicas (BILENKY, 2016b). Houve uma divergência pública entre PSDB e PMDB em reunião da CAE no Senado a respeito do aumento salarial dos ministros do STF, defendido pelo partido de Temer (CUCOLO e HAUBERT, 2016). Neste caso, em específico, o PSDB avaliava como hesitante e contraditória a posição do governo porque simultaneamente Temer e seu núcleo próximo pediam o adiamento da votação e o PMDB apresentava requerimento de urgência e defendia a medida (CRUZ, HAUBERT e URIBE, 2016c). Como forma de amainar a situação, a partir daquela semana, o senador Aloysio Nunes, líder do governo no Senado, passou a participar das reuniões do núcleo econômico do governo (CRUZ, HAUBERT e LIMA, 2016).

[183] Movimentos fazem atos contra Temer em diversas capitais do país. Folha de São Paulo, 10 de junho de 2016.
[184] Ministros de Temer rebatem críticas sobre gastos do governo. Folha de São Paulo, 01 de julho de 2016.

Tal divisão espraiou-se também na eleição para o comando da Câmara dos Deputados em julho de 2016. Publicamente, Michel Temer afirmou que não se posicionaria na disputa de forma a não conflagrar a base aliada, tal qual ocorrera com Dilma na eleição de fevereiro de 2015 (BRAGON e URIBE, 2016). Receando um racha na base, defendia um acordo para que um nome do antigo "blocão" fosse eleito naquele momento e um do grupo dirigido pelo PSDB em fevereiro de 2017 (MATOSO, 2016n). A bancada do PMDB lançou, após eleição interna, o nome do deputado Marcelo Castro, ex-ministro da Saúde de Dilma e fechou acordo para um possível segundo turno com o antigo "blocão" (ÁLVARES, DIAS, MASCARENHAS e URIBE, 2016; MATOSO, 2016o). Rogério Rosso (PSD) confirmou candidatura à presidência. Apontado inicialmente como favorito, o deputado reunia o apoio de parcela importante do grupo suprapartidário outrora comandado por Cunha (ÁLVARES, 2016f). A bancada do PT e a presidência do partido decidiram não lançar candidatura própria e não apoiar nenhuma candidatura de deputado pró-*impeachment* de Dilma no primeiro turno (ÁLVARES, 2016g). Apesar de inicialmente ter tentado alguma aproximação com Marcelo Castro, o governo observara que o candidato havia tido adesão do PT e mesmo articulação do ex-ministro Jaques Wagner, tornando-se, assim, uma candidatura nitidamente oposicionista. Assessores governistas tentavam fortalecer Maia em detrimento de Castro porque era mais interessante um segundo turno entre ambos (URIBE, 2016d). PSDB, DEM, PPS e PSB articularam-se em torno de uma candidatura única, a do deputado Rodrigo Maia do DEM (ÁLVARES e LIMA, 2016).

No primeiro turno da eleição à presidência da Câmara, Maia somou 120 votos, Rosso alcançou 106 e Marcelo Castro 70 (ÁLVARES, LIMA, MASCARENHAS e TALENTO, 2016). No segundo turno entre Maia e Rosso, com apoio da coligação parlamentar dirigida pelo PSDB e setores do PT, Rodrigo Maia venceu o pleito com 285 votos contra 170 de Rosso. O resultado foi uma significativa vitória contra Eduardo Cunha, afinal, foi a desidratação do poder do ex-presidente o vetor fundamental de unificação de bancadas antagônicas em torno de Maia. A derrota de Castro foi analisada como vitória de Temer contra a ala dissidente de sua base e a articulação de PT e de Lula. O PMDB liberou seus parlamentares no segundo turno. O governo atuou inicialmente mais para retirar Castro do segundo turno. Depois do êxito, permitiu que a corrida se desse de forma mais autônoma (ÁLVARES, FLECK, LIMA, MASCARENHAS e TALENTO, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[185]).

É importante ponderar que Rodrigo Maia foi um parlamentar historicamente associado ao programa que denominamos neoliberal ortodoxo, sendo membro do antigo PFL, partido

[185] Maia adotou estilo moderado e se aproximou de Temer. Folha de São Paulo, 14 de julho de 2016.

muito identificado com tal programa desde a década de 1990. Não por acaso, o parlamentar comprometeu-se, no campo da política econômica, com medidas como a PEC do teto de gastos, as novas regras de exploração do pré-sal e a reforma da previdência (ÁLVARES e MASCARENHAS, 2016). Em entrevista após o pleito, o deputado ponderou que as medidas eram importantes na atração do capital estrangeiro. Maia também criticou a ideia de aumento de tributos, mormente a CPMF, como forma de solucionar a questão fiscal; ressaltou que o adequado era redefinir o tamanho do Estado e reduzir despesas. Salientou ainda que não concordara com o pacote de amplo reajuste do funcionalismo público, atribuiu a decisão governativa ao fato do governo ser interino e desejar não gerar tensões políticas, afirmando esperar que fatos correlatos não ocorressem mais (FRANCO, 2016c). Em suas primeiras semanas no cargo, Maia revelou-se um forte aliado do governo. Por exemplo, para evitar a instabilidade política até que Temer fosse efetivado, o que provavelmente ocorreria até o final de agosto, o presidente da Câmara marcou a sessão que decidiria sobre a cassação do deputado Eduardo Cunha apenas para 12 de setembro (ÁLVARES e NUBLAT, 2016). Cunha havia sido afastado do cargo pelo Supremo em maio, tido parecer pela cassação favorável votado no Conselho de Ética em junho (ÁLVARES, BRAGON e TALENTO, 2016) e renunciado a presidência no começo de julho. Após o empossamento de Temer no cargo, Renan Calheiros, diferentemente do período anterior ao *impeachment*, vinha se aproximando do agora interino e mostrado disposição para trabalhar conjuntamente.

Neste contexto, deu-se a tramitação do julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado federal. Inicialmente, com a Comissão Especial do Senado que aprovou por 14 votos contra 5 o relatório do senador Anastasia (PSDB-MG) (HAUBERT e MASRENHAS, 2016) e posteriormente com o julgamento em plenário. Em 31/08, dia do julgamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, senadores que a apoiavam apresentaram, em articulação com Renan Calheiros, requerimento para que a deposição e a inabilitação por oito anos para o exercício de função pública fossem votadas separadamente, pleito reconhecido pelo ministro Lewandowski, que justificou-o pela observância do regimento interno do Senado Federal (ÁLVARES, CRUZ e HAUBERT, 2016). A deposição foi aprovada por 61 votos contra 20. O presidente Renan Calheiros, que se absteve em todas as fases anteriores do processo, optou por cassar Dilma. Na sequência, deu-se a votação sobre inabilitação para funções públicas: 42 parlamentares votaram pela inabilitação, 36 foram contrários e ocorreram 3 abstenções; sendo assim, Dilma perdeu o mandato sem a condenação de inabilitação. Temer seria empossado no mesmo dia no Congresso Nacional e faria uma comunicação em rádio e

TV, a primeira como presidente da república (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016[186]). Dezesseis senadores votaram pela cassação de Dilma e contra a inabilitação, contando as abstenções neste segundo caso. Destacam-se aqui peemedebistas como Edson Lobão, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Hélio José, Jader Barbalho, João Alberto Souza, Raimundo Lira, Renan Calheiros Rose de Freitas e Valdir Raupp (BOLDRINI, 2016). A articulação para poupar Dilma da inabilitação gerou contradição na base de Temer no Senado, sobretudo no PSDB e DEM, que criticaram a bancada peemedebista por dirigir, dentro da situação, a posição contra a inabilitação (ÁLVARES, DIAS e LIMA, 2016). PSDB e DEM, contudo, desistiram da estratégia inicialmente aventada de reclamar ao Supremo contra o fracionamento da votação do *impeachment*, sob o risco de contaminar e colocar *sob judice* todo o processo, o que acarretaria instabilidade política (LIMA e MASCARENHAS, 2016).

[186] Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2016.

Conclusão

No decorrer desta dissertação, avaliamos a instabilidade e a crise do segundo governo Dilma a partir de um processo duplo de realinhamento que delineou-se gradativamente tanto no que concerne ao comportamento das diferentes frações da burguesia presentes na cena política brasileira quanto no que se refere ao deslocamento do PMDB no período. Propusemo-nos a seguinte reflexão: quais aspectos econômicos e sociais condicionaram a mudança no escopo de atuação deste partido? Destaco que a própria maneira de formular a questão já nos coloca em um lugar bastante específico da Ciência Política, dado que o institucionalismo, em suas diferentes vertentes, privilegia, em diferentes níveis, a análise dos "atores" a partir da dinâmica endógena das instituições. Nossa opção, a partir da matriz teórica na qual nos assentamos, foi apresentar os aspectos econômicos e sociais que delimitaram as opções do PMDB e forneceram o tabuleiro no qual ele – enquanto partido burguês – se movimentou no período.

Nossas hipóteses para a questão posta foram as seguintes: a ofensiva restauradora dirigida pelo capital internacional e o realinhamento de grande parte da grande burguesia interna para a oposição ao governo Dilma determinaram, em última instância, o comportamento do PMDB na crise política. Não por acaso, o programa *Uma ponte para o futuro*, lançado em outubro de 2015, constituiu-se como uma plataforma coesa de defesa dos interesses gerais da grande burguesia, tendo como tópicos centrais a defesa das contrarreformas previdenciária e trabalhista, além do estabelecimento do teto dos gastos públicos que restringia os investimentos sociais do Estado em áreas como saúde e educação. O programa é evasivo sobre questões que não eram consenso na grande burguesia internacional e interna como a política de conteúdo local e a política de financiamento do BNDES. Essa postura do PMDB se explica pela necessidade de unificar a frente política pró-*impeachment*, contudo, a partir da posse, Temer privilegiou os interesses do grande capital internacional e da burguesia associada, descaracterizando a política de conteúdo local e deslocando os recursos do BNDES para o pagamento da dívida pública.

O comportamento de classes e frações que não estão presentes no bloco no poder também desempenham papel importante em situações de estabilidade e crise política. Nesse sentido, destacamos que a mobilização da alta classe média, interpelada pela Lava Jato, foi fundamental para que o governo Dilma não conseguisse sair da defensiva. Por outro lado, a política de ajuste fiscal e o próprio desinteresse do PT em organizar suas bases sociais durante os seus governos fizeram com a classe trabalhadora organizada, a baixa classe média e a massa

marginal não se organizassem em torno da defesa do mandato de Dilma; isto é, não intervieram efetivamente na cena política durante a crise. Sobre a Lava Jato, pondero que a operação foi um elemento decisivo no processo de deterioração do governo por diversas razões: a-) em consonância com a ofensiva do capital internacional, combateu os aspectos econômicos mais dinâmicos que solidificavam a coalizão social dirigente, a saber, o setor da construção civil e a cadeia em torno da Petrobras; b-) investiu de forma contundente sobre a base parlamentar dos governos petistas (PT, PMDB e PP), de forma a desorganizá-la politicamente; c-) como dissemos acima, foi seminal para que se constituísse um movimento de alta classe média mobilizado e ativo, que teve papel importante na deposição do governo.

Não por acaso, diversos autores, como Limongi (2017) e Singer (2018), consideraram o processo de *impeachment*, parcial ou integralmente, como uma resposta do PMDB e do conjunto de partidos de patronagem que apoiavam o governo petista ao avanço das operação. Contudo, admitida a hipótese como correta, ponderamos que tal ação política não ocorreu em um vácuo político. A resposta contra a Lava Jato, portanto, veio, e necessariamente tinha que vir, acompanhada pela defesa dos interesses de diversas frações da burguesia que se colocaram na cena política no período. Ou seja, a tentativa de "salvação" do PMDB exigiu que o partido adotasse um programa político específico que atendia e organizava as reivindicações burguesas. O realinhamento peemedebista na crise, portanto, foi demarcado e condicionado pelo comportamento das diferentes frações da burguesia.

Ao longo da dissertação, caracterizamos o PMDB como um partido de patronagem e burguês. Contudo, suas relações com a burguesia não foram sempre as mesmas, inclusive sob o ponto de vista qualitativo: a-) inicialmente, ainda como MDB no período da Ditadura Militar, o partido buscou organizar e representar os interesses do pequeno e médio capital nacional alijado pela política de defesa dos monopólios internacionais e nacionais do período, apresentando um programa de hegemonia desta fração burguesa; b-) após a reforma partidária de 1979, o fim da Ditadura e a implementação do modelo capitalista neoliberal na década de 1990, a relação de representação com o pequeno e médio capital nacional não desapareceu, entretanto, mudou de qualidade. Não tendo mais em vista um programa hegemônico, por uma série de razões, o partido atendeu, em parte, os interesses setoriais desta fração, por exemplo, buscando, primeiro atenuar os efeitos das medidas neoliberais de FHC no Congresso Nacional, e depois apoiando os governos do PT, que moderaram o modelo econômico herdado da década anterior; c-) por fim, e sendo este o ponto em que nos concentramos na dissertação, compreendemos que, durante a crise do governo Dilma e a construção da frente *pró-impeachment*, o PMDB constituiu uma relação de representação de interesses com o capital

internacional e a burguesia associada e buscou amalgamar as reivindicações deste campo, antes representado politicamente pelo PSDB, com os da grande burguesia interna. Sem essa conjunção, a deposição provavelmente não teria sido possível.

Este último realinhamento não foi realizado sem sobressaltos, dado que o PMDB historicamente jamais foi um partido de representação orgânica do capital internacional. Essa mudança fomentou o conjunto de contradições que caracterizaram o governo Temer: um período de *instabilidade hegemônica*, em que o governo não logrou cimentar a hegemonia no bloco no poder do capital internacional. Nesse sentido, podemos mencionar a contradição do governo com a operação Lava Jato e o movimento de alta classe média, que prosseguiram como elementos ativadores de tal instabilidade e a contradição intraburguesa acerca de tópicos como abertura econômica, política de financiamento do BNDES e de conteúdo local. Em suma, o PMDB foi hábil para tecer um programa de retomada da hegemonia do capital internacional e da burguesia associada e o governo Temer, principalmente em seu primeiro ano, tomou medidas econômicas efetivas nessa direção, contudo, não foi capaz de gerar a coesão política necessária para garantir a estabilidade essencial para a aplicação integral do programa. Em nosso entendimento, tal instabilidade foi fundamental para propiciar o cenário que permitiu a ascensão do deputado Jair Bolsonaro (PSL) à presidência no pleito eleitoral de 2018. O assunto é complexo e exige uma nova e extensa gama de investigações e análises para que se dê conta do fenômeno. Por ora, julgamos por bem apenas indicá-lo.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 3 – 55, 1988.

ALMEIDA, Rodrigo. À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

AMARAL, Oswaldo. As Transformações na Organização Interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09 – 23.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Revista de Economia Contemporânea, número especial, p. 01 – 63, 2017.

BERRINGER, Tatiana. A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. Crítica Marxista, São Paulo, v.51, p. 37 – 56, 2020.

BIELSHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIZARRO, Fernando. PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas – SP, 2013.

BOCCHI, João Ildebrando; BORGES, Maria Angélica; LACERDA, Antônio Corrêa de; MARQUES, Rosa Maria & Rego, José Márcio. Economia Brasileira. 4. ed. 2010. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOITO, Armando. A eleição de Severino Cavalcanti e a operação cortina de fumaça‖. *Espaço Acadêmico*, n.46, mar. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/046/46cboito.htm.

_____. Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista. Crítica Marxista, São Paulo, v. 1, n.15, p. 127 – 139, 2002.

_____. Dilma, Temer, Bolsonaro – crise, ruptura e tendências na política brasileira. Goiânia, Goiás: Editora Phillos Academy, 2020.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista, São Paulo, v. 3, p. 80-104, 1996.

_____. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Editora Unesp, 2018.

BOLLE, Mônica Baumgartem de. Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma. São Paulo: Intrínseca, 2016.

BORGES, João; OLIVEIRA Ribamar; SAFATLE, Claudia. A anatomia de um desastre. Recife: Portfolio, 2016.

BRAGA, Felipe de Queiroz. O Rasgar do Véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

BRITO, Eloha; DAMAZIO, Mayara. Desenvolvimento econômico no Brasil: similaridades e diferenças entre as regiões Sul e Nordeste no período de 2001 a 2015. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 03, n. 141, p. 167 – 198, 2018.

BUTTERFIELD, Colin; CHEQUER. Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil. São Paulo: Matrix, 2016.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970). 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

_____. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

CARVALHO, Laura. A valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 177 – 197.

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORTÊS, Mariana.; TRÓPIA, Patrícia Vieira. Pesquisa “Manifestando na Paulista”. INCIS/UFU, 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/426666257512164/posts/a-

pesquisa-manifestando-na-paulista-foi-realizada-no-dia-1242015-foram-aplicados/446731762172280/ Acesso em: 25/10/2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2015.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

EVANS, Peter. A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FARIAS, Francisco. Estado burguês e classes dominantes no Brasil: (1930-1964). Curitiba: CRV, 2017.

_____. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Crítica Marxista, São Paulo, n. 28, p. 81 – 99, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: CHEIBUB, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 19 – 41.

_____. Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In:MELO, Carlos e SAEZ, Manuel. A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FOLLMANN, Kiane. MBL, crise política e conflitos de classe no Brasil. Curitiba: CRV, 2020.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. A operação Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. O Brasil pós – milagre. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa nacional, 1959.

GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: Dilemas do movimento sindical combativo. Idéias, Campinas, SP, v. 09, 2002.

_____. Do Laboratório das relações de trabalho a formulador da política nacional: o Sindicato Metalúrgico do ABC paulista. In: SOUZA, Davisson de; TRÓPIA, Patrícia Vieira

(Orgs.). Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: Fino Trato/FAPESP/FAPEMIG: 2012. p. 135 – 161.

GOLDSTONE, Jack. Introduction: bridging institucionalized and noninstitutionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack (Org.). States, parties, and social movements. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 01 – 26

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. In: Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20 07.

GUILHERME, Cássio Augusto. Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016). Revista Eletrônica Espaço acadêmico (Online), v. 17, n. 197, p. 88 – 101, 2017.

_____. Conflitos e disputas na aliança entre PT e PMDB na eleição de 2010. Revista Transversos, Rio de Janeiro, n. 18, abril. 2020.

GUILMO, Nataly Santiago. A atuação da Confederação Nacional da indústria no segundo governo Lula em relação à legislação trabalhista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

IANONI, Marcus. Estado e coalizões no Brasil (2003-2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

_____. Para uma abordagem ampliada das coalizões. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 131-201. Jan – abr. 2017.

KECK, Margaret. PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D' Alva. O Quadro Partidário e a Constituinte. In: Lamounier, Bolívar (org.). De Geisel a Collor: O Balanço da Transição. São Paulo: IDESP, 1990.

_____. Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). 1. ed. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.7, janeiro. /abril, 2012

LAMOUNIER, Bolívar. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970 – 1979, 1980.

LIMA JR, Olavo Brasil de (org.). O sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. Novos Estudos. Cebrap, Especial, p. 05 – 13, jun. 2017.

_____. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 103, p. 99 – 112, 2015.

LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 181-189, jul – dez. 2016.

MACIEL, Natalia. Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARINGONI, Gilberto. Esperança e mudança: o último grande marco do nacionaldesenvolvimentismo. Revista Desafios do Desenvolvimento, Ano 9, Edição 71, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2725:cat id=28&Itemid=23>. Acesso em: 16/10/2021.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e Distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. Texto para Debate. Departamento de Economia, PUC – RS, 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2020.

MARTUSCELLI, Danilo. A ideologia do "presidencialismo de coalizão". Lutas Sociais (PUC-SP), v. 1, p. 60 – 69, 2010.

_____. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. Crítica e sociedade, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 4-35, 2016.

_____. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2013.

_____. O pêndulo brasileiro: até quando?. Revista Lumen, v. 01, p. 01 – 08, 2017.

_____. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 14, p. 67-102, 2020.

MARX, Karl. As eleições na Inglaterra – Tories e Whigs. Crítica Marxista, São Paulo, n. 47, p. 127 – 133, 2018.

_____. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Corrupção nas eleições. Crítica Marxista, São Paulo, n. 47, p. 127 – 133, 2018.

_____. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Os Cartistas. Crítica Marxista, São Paulo, n. 47, p. 135 – 143, 2018.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979). Campinas, SP: Papirus, 1995.

MELO, Paulo Pereira de. O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. PT: A formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: UnB, 1982.

MINELLA, Ary. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 245 – 272, jul. – dez. 2003.

MIRANDA, Geralda Luiza de; FLEURY, Sabino José Fortes; BERNARDES, Marcelo. Governo, base aliada e crise política no Brasil‖. *Revista do Legislativo* (Assembleia Legislativa de Minas Gerais), n. 40, p. 52 – 65, 2006.

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. 1. ed. São Paulo: Liber Ars, 2017.

MONTEIRO, José Marciano; JÚNIOR, Ednailson de Morais. A representação de quem? partidos e oligarquias no Nordeste. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses – UFPR), v. 05, n. 02, p. 05-24, dez. – 2019.

MORAES, Reginaldo. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. Educação e Sociedade, v. 23, n.80, p. 13 – 24, 2002.

MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito. Dados, Rio de Janeiro, (Impresso), v. 52, nº2, p. 367 – 403, 2010.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982". 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Herique Cardoso (1995-1998). Dados, Rio de Janeiro, (Impresso), v. 43, p. 709 – 735, 2000.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, (Impresso), v. 49, p. 689 – 720, 2006.

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma". 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 28, p. 99 – 147, mar. 1994

OLIVEIRA, Gabriel; DALLACORTE, André; MOLINARI, David; HERSCOVICI, Nicole. Nova Matriz Econômica e a mudança de posição política dos empresários industriais. Anais do VIII Seminário Discente Do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – USP, 2018.

PAULANI, Leda Maria. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (Orgs.). Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 2010. Págs. 109-134.

PERISSINOTTO, Renato. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. Estado e capital cafeeiro em São Paulo: (1889-1930). 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

_____. O conceito de Estado-desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 22, p. 59 – 75, 2014.

_____. Por que golpe?, mímeo, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe>. Acesso em: dezembro/2021.

PERRIN, Fernanda. O ovo do pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.04, n.10, p. 46 – 64, 1989.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados (online), v. 29, p. 07 – 19, 2015.

_____. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. Sindicatos y movimientos sociales nuevos en América Latina, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

POMAR, Valter. Um programa econômico alternativo. Le Monde Diplomatique – Brasil, n. 104, mar. 2016.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. Fascismo e Ditadura. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.

_____. O Estado, o Poder, o Socialismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Grall, 2000.

_____. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

PRAUN, Lucieneida. Sindicalismo Metalúrgico do ABC paulista: da contestação à parceria. In: SOUZA, Davisson; TRÓPIA, Patrícia Vieira (Orgs.). Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: Fino Trato/FAPESP/FAPEMIG. p. 109 – 134.

QUARTIM DE MORAES, João Carlos Kfouri. Configurações históricas da Ditadura. Crítica Marxista, n. 50, p. 87 – 95, 2020.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Roberto Simonsen e Eugênio Gudin: origem de um debate ainda não superado na economia brasileira. Cadernos do Desenvolvimento, v. 13, p. 129 – 154, 2018.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 48, p. 31 – 47, fev. 2002.

_____. Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-MALTESE, 1987.

SADEK, Maria Tereza. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). Eleições/1986. São Paulo: Vértice, 1989.

SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. Democracia. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil. 1.ed. Boitempo, 2001.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. Lua Nova (Impresso), v. 82, p. 163 – 200, 2011.

SECCO, Lincoln. História do PT: 1978 - 2010. 2. ed. Cotia, São Paulo: Ateliê editora, 2011.

SINGER, André. O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. A crise do milagre. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. São Paulo: Zahar, 2001. p. 41 – 62.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa – Omega, 1976.

STURARI, Vinícius. Manifestações brasileiras e o movimento Vem Pra Rua: breve análise dos acontecimentos. Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 02, p. 143 – 159, jul. – dez, 2020.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: inventário inicial das direitas em movimento. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 11 – 38, 2017.

_____. Entre as ruas e as instituições. Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. Lusotopie, v. 17, n.1, p. 112 – 135, 2018.

TORRE, Juan Carlos. O encaminhamento político das reformas estruturais. Lua Nova, CEDEC, n. 37, 1996.

VALLE, André Flores Penha. Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas – SP, 2019.

WEBER, Max. Ciência e Política duas vocações. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. Classe, "Status", Partido. In: Bertelli, Antônio; Palmeira, Moacir & Velho, Otávio. Estrutura de Classes e Estratificação Social. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 61 – 83

ZEDONG, Mao. Sobre a Contradição. In: Obras escolhidas de Mao Zedong. Tomo I. Edições em línguas estrangeiras. Pequim, 1975.

Fontes Primárias (jornais, revistas, artigos jornalísticos, leis, documentos partidários e de entidades patronais)

A "Agenda Brasil", sugerida por Renan Calheiros. Sítio eletrônico do Senado Federal, 10 de agosto de 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>. Acesso em: 03/02/2021.

Aécio diz que não retira o que falou sobre "organização criminosa". G1 – O Portal de Notícias da Globo, 01 de dezembro de 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/aecio-afirma-que-nao-retira-o-que-disse-sobre-organizacao-criminosa.html>. Acesso em: 11/11/2020.

AFIUNE, Giulia. Comparado ao escândalo na Petrobras, mensalão foi "brincadeira", diz Janot. Folha de São Paulo, 22 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763678-comparado-ao-escandalo-na-petrobras-mensalao-foi-brincadeira-diz-janot.shtml>. Acesso em: 03/04/2016.

Agência de classificação de risco Fitch rebaixa nota do Brasil. Folha de São Paulo, 05 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1768239-agencia-de-classificacao-de-risco-fitch-rebaixa-nota-do-brasil.shtml>. Acesso em: 26/03/2021.

AGOSTINI, Renata. Popularidade de Dilma cai de 36% para 31%, aponta CNI/Ibope. Folha de São Paulo, 19 de junho de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1472939-popularidade-de-dilma-cai-de-36-para-31-indica-cniibope.shtml>. Acesso em: 11/11/2020.

_____; SEABRA, Cátia. Recuperação está "represada" devido a ambiguidade fiscal, diz Levy. Folha de São Paulo, 24 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1686289-recuperacao-esta-represada-devido-a-ambiguidade-fiscal-diz-levy.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

ALEGRETTI, Laís; MATOSO, Filipe. Presidente da CNI fala em mudar lei trabalhista e cita jornada de 80 horas. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 08 de julho de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/cni-elogia-meta-fiscal-de-2017-mas-se-diz-contra-aumento-impostos.html>. Acesso em: 26/03/2021.

_____; PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base de MP que muda regras do seguro-desemprego. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 06 de maio de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/em-sessao-tumultuada-camara-aprova-texto-base-de-mp-de-ajuste.html>. Acesso em: 22/11/2020.

_____; PASSARINHO, Nathalia. Congresso derruba dois vetos presidenciais e mantém outros 12. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 18 de novembro de 2015b. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/congresso-derruba-dois-vetos-presidenciais-e-mantem-outros-12.html. Acesso em: 12/02/2021.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Os riscos do vice-presidencialismo. Folha de São Paulo, 25 de outubro de 2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2510200908.htm>. Acesso em: 25/08/2019.

ALVARENGA, Darlan; LAPORTA, Taís; TREVIZAN, Karina. Standard and Poor's tira grau de investimento do Brasil. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 09 de setembro de 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/standard-and-poors-tira-grau-de-investimento-do-brasil.html>. Acesso em: 01/08/2019.

ÁLVARES, Débora. Para Cunha, governo se "autodestrói" propondo aumento de impostos. Folha de São Paulo, 09 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1679533-para-cunha-governo-se-autodestroi-propondo-aumento-de-impostos.shtml>. Acesso em: 06/02/2021.

_____. Cunha torce para que PMDB e governo não cheguem a acordo sobre cargos. Folha de São Paulo, 24 de setembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686186-cunha-torce-para-que-pmdb-e-governo-nao-cheguem-a-acordo-sobre-cargos.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____. Cunha diz não ver chances de CPMF passar no Congresso. Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1694145-cunha-diz-nao-ver-chances-de-cpmf-passar-no-congresso.shtml>. Acesso em: 09/02/2021.

_____.Oposição procura partidos da base por apoio ao impeachment. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749908-oposicao-procura-partidos-da-base-por-apoio-ao-impeachment.shtml>. Acesso em: 10/03/2021.

_____. PSB opta por votar a favor do impeachment da presidente Dilma. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759661-psb-deve-optar-por-votar-a-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma.shtml>. Acesso em: 23/03/2021.

_____. Favorável ao impeachment, líder do PR na Câmara entrega cargo. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759860-favoravel-ao-impeachment-lider-do-pr-na-camara-entrega-cargo.shtml>. Acesso em: 23/03/2021.

_____. Câmara aprova DRU e pauta-bomba de R$ 58 bi em reajustes para o funcionalismo. Folha de São Paulo, 02 de junho de 2016 de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1777393-camara-aprova-dru-em-1-turno-com-prorrogacao-do-mecanismo-ate-2023.shtml>. Acesso em: 12/04/2021.

_____. Com aval de Temer, Câmara aprova pauta-bomba de R$ 58 bi em reajustes. Folha de São Paulo, 02 de junho de 2016 de 2016e. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1777387-com-aval-de-temer-camara-aprova-pauta-bomba-de-r-58-bi-em-reajustes.shtml>. Acesso em: 14/04/2021.

_____. Rosso confirma que vai concorrer à presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 11 de julho de 2016 de 2016f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790524-rosso-confirma-que-vai-concorrer-a-presidencia-da-camara.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

_____. PT decide não apoiar na Câmara candidatos pró-impeachment de Dilma. Folha de São Paulo, 11 de julho de 2016 de 2016g. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790755-pt-decide-nao-apoiar-na-camara-candidatos-pro-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Em reunião, governo tenta se articular para evitar ser atropelado por Cunha. Folha de São Paulo, 03 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664117-em-reuniao-governo-tenta-se-articular-para-evitar-ser-atropelado-por-cunha.shtml>. Acesso em: 02/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Movimento marca início do processo de saída de Dilma, dizem congressistas. Folha de São Paulo, 10 de setembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1679908-movimento-marca-inicio-do-processo-de-saida-de-dilma-dizem-congressistas.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Um terço dos deputados do PMDB assina manifesto contra Dilma. Folha de São Paulo, 01 de outubro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1688943-um-terco-dos-deputados-do-pmdb-assina-manifesto-contra-dilma.shtml>. Acesso em: 09/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. PMDB elege Picciani, derrota Cunha e amplia pressão por seu afastamento. Folha de São Paulo, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1740447-candidato-do-planalto-picciani-e-reeleito-lider-do-pmdb-na-camara.shtml>. Acesso em: 22/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Impeachment perde força com derrota de Cunha, dizem governistas do PMDB. Folha de São Paulo, 17 de fevereiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1740466-impeachment-perde-forca-com-derrota-de-cunha-dizem-governistas-do-pmdb.shtml>. Acesso em: 22/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Cunha anuncia votações do pré-sal e de reformas tributária e da previdência. Folha de São Paulo, 29 de fevereiro de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1744760-cunha-anuncia-votacoes-do-pre-sal-e-de-reformas-tributaria-e-da-previdencia.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Oposição pede renúncia de Dilma e governistas desqualificam Delcídio. Folha de São Paulo, 03 de março de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745867-oposicao-pede-renuncia-de-dilma-e-governistas-desqualificam-delcidio.shtml>. Acesso em: 03/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Maioria do PMDB aprova apoio ao impeachment, mas "libera" disidentes. Folha de São Paulo, 14 de abril de 2016e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760848-maioria-do-pmdb-aprova-apoio-ao-impeachment-mas-libera-dissidentes.shtml>. Acesso em: 24/03/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Maranhão terceiriza comando da Câmara e é cobrado a "honrar as calças". Folha de São Paulo, 18 de maio de 2016f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1772676-maranhao-terceiriza-comando-da-camara-e-e-cobrado-a-honrar-as-calcas.shtml>. Acesso em: 29/03/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Líderes pressionam Maranhão a se abster de condução dos trabalhos. Folha de São Paulo, 23 de maio de 2016g. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774326-lideres-pressionam-maranhao-a-se-abster-de-conducao-dos-trabalhos.shtml>. Acesso em: 29/03/2021.

_____; BRAGON, Ranier. Base de Temer deve aprovar megarreajuste com impacto de R$ 58 bi. Folha de São Paulo, 01 de junho de 2016h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1777286-base-de-temer-deve-aprovar-mega-reajuste-com-impacto-de-r-58-bi.shtml>. Acesso em: 14/04/2021.

_____; BRAGON, Ranier; FLECK, Isabel; VALENTE, Rubens. Por 38 a 27 votos, comissão aprova relatório pró-impeachment. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759864-por-38-a-27-votos-comissao-aprova-relatorio-pro-impeachment.shtml>. Acesso em: 22/03/2021.

_____; BRAGON, Ranier; HAUBERT, Mariana. Congresso encerra sessão sem analisar veto de Dilma a reajuste do Judiciário. Folha de São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1685253-congresso-encerra-sessao-sem-analisar-veto-de-dilma-a-reajuste-do-judiciario.shtml>. Acesso em: 07/02/2021.

_____; BRAGON, Ranier; LIMA, Daniela. Oposição da Câmara pretende obstruir votações para acelerar impeachment. Folha de São Paulo, 04 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746343-oposicao-da-camara-pretende-obstruir-votacoes-para-acelerar-impeachment.shtml>. Acesso em: 03/03/2021.

_____; BRAGON, Ranier; TALENTO, Aguirre. Após 8 meses de reviravoltas, conselho aprova cassação de Eduardo Cunha. Folha de São Paulo, 14 de junho de 2016.

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781603-apos-8-meses-de-reviravoltas-conselho-aprova-cassacao-de-eduardo-cunha.shtml>. Acesso em: 23/04/2021.

_____; BRAGON, Ranier; URIBE, Gustavo. Um dos principais aliados de Cunha relatará impeachment. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751242-um-dos-principais-aliados-de-cunha-relatara-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 18/03/2021.

_____; COLON, Leandro; HAUBERT, Mariana. Renan chama anulação de "brincadeira com a democracia" e mantém rito.Folha de São Paulo, 09 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769370-renan-deve-manter-cronograma-do-impeachment-no-senado.shtml>. Acesso em: 28/03/2021.

_____; CRUZ, Valdo; HAUBERT, Mariana. Lewandowski permite votação sobre direitos de Dilma em separado. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808797-lewandowski-permite-votacao-sobre-direitos-de-dilma-em-separado.shtml>. Acesso em: 25/04/2021.

_____; CRUZ, Valdo; LIMA, Daniela. Dilma teme que PP, PR e PSD sigam PMDB na debandada do governo. Folha de São Paulo, 27 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1754357-dilma-teme-que-pp-pr-e-psd-sigam-pmdb-na-debandada-do-governo.shtml>. Acesso em: 20/03/2021.

_____; CRUZ, Valdo; SEABRA, Catia; URIBE, Gustavo. Com entrada de Lula, Dilma cede e planeja reforma ministerial. Folha de São Paulo, 16 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750567-com-entrada-de-lula-dilma-cede-e-planeja-reforma-administrativa.shtml>. Acesso em: 10/03/2021.

_____; CRUZ, Valdo; URIBE, Gustavo. Lula aceita convite de Dilma e assumirá Casa Civil. Folha de São Paulo, 16 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750501-lula-aceitou-ir-para-a-casa-civil-anunciam-lideres-do-pt.shtml>. Acesso em: 10/03/2021.

_____; DIAS, Marina. PP coloca cargos à disposição após maioria apoiar impeachment. Folha de São Paulo, 12 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760212-pp-coloca-cargos-a-disposicao-apos-maioria-apoiar-impeachment.shtml>. Acesso em: 23/03/2021.

_____; DIAS, Marina; LIMA, Daniela. Decisão de poupar direitos de Dilma racha base de Temer no Congresso. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808874-decisao-de-poupar-direitos-de-dilma-racha-base-de-temer-no-congresso.shtml>. Acesso em: 25/04/2021.

_____; DIAS, Marina; MASCARENHAS, Gabriel; URIBE, Gustavo. PMDB lança ex-ministro de Dilma para disputa na Câmara; PT apoiará. Folha de São Paulo, 12 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790898-pmdb-lanca-ex-ministro-de-dilma-para-disputa-na-camara-pt-apoiara.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

_____; FLECK, Isabel; LIMA, Daniela; MASCARENHAS, Gabriel; TALENTO, Aguirre. Rodrigo Maia derrota Rosso e é eleito presidente da Câmara.Folha de São Paulo, 14 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791556-rodrigo-maia-derrota-rosso-e-e-eleito-presidente-da-camara.shtml >. Acesso em: 20/04/2021.

_____; HAUBERT, Mariana. PMDB do Senado faz exigências para apoiar Temer no comando da sigla. Folha de São Paulo, 19 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1730942-pmdb-do-senado-faz-exigencias-para-apoiar-temer-no-comando-da-sigla.shtml>. Acesso em: 21/02/2021.

_____; HAUBERT, Mariana; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo. Nomeação de Lopes afronta decisão do PMDB, diz Temer, que falta à posse. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750968-nomeacao-de-lopes-afronta-decisao-do-pmdb-diz-temer-que-falta-a-posse.shtml>. Acesso em: 11/03/2021.

_____; HAUBERT, Mariana; LIMA, Daniela; MASCARENHAS, Gabriel; VALENTE, Rubens. Chorando, Cunha renuncia à presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 07 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1789401-cunha-renuncia-a-presidencia-da-camara.shtml>. Acesso em: 31/03/2021.

_____; LIMA, Daniela. Líderes da antiga oposição tentam unificar candidatura contra PT. Folha de São Paulo, 12 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790933-lideres-da-antiga-oposicao-tentam-unificar-candidatura-contra-pt.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

_____; LIMA, Daniela; MASCARENHAS, Gabriel; TALENTO, Aguirre. Rodrigo Maia e Rogério Rosso irão ao 2º turno pela presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 13 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791519-rodrigo-maia-e-rogerio-rosso-irao-ao-2-turno-pela-presidencia-da-camara.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

_____; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo. Aos gritos de “Fora, PT”, PMDB deixa governo em reunião de três minutos. Folha de São Paulo, 29 de março de 2016. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755183-aos-gritos-de-fora-pt-pmdb-deixa-governo-em-reuniao-de-tres-minutos.shtml>. Acesso em: 18/03/2021.

_____; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo. Cinco diretórios do PMDB não enviam representantes à reunião de ruptura. Folha de São Paulo, 29 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755243-cinco-diretorios-do-pmdb-nao-enviam-representantes-a-reuniao-de-ruptura.shtml>. Acesso em: 18/03/2021.

_____; MACHADO DA COSTA, Gustavo. Governo abre mão de Petrobras ser operadora única do pré-sal. Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1742995-governo-abre-mao-de-petrobras-ser-operadora-unica-do-pre-sal.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____; MACHADO DA COSTA, Gustavo. Senado aprova projeto que permite reduzir peso da Petrobras no pré-sal. Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1743055-senado-aprova-projeto-que-desobriga-petrobras-a-operar-sozinha-no-pre-sal.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____; MASCARENHAS, Gabriel. Maia diz que votará cassação de Cunha quando houver "quórum adequado". Folha de São Paulo, 14 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791573-maia-diz-que-votara-cassacao-de-cunha-quando-houver-quorum-adequado.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

_____; NUBLAT, Johanna. Rodrigo Maia marca sessão que decide cassação de Cunha para 12 de setembro. Folha de São Paulo, 18 de agosto de 2016. Disponivel em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1801424-rodrigo-maia-marca-sessao-que-decide-cassacao-de-cunha-para-dia-12.shtml>. Acesso em: 23/04/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Preocupado em perder comando do PMDB, Temer avalia ceder espaço. Folha de São Paulo, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1728802-preocupado-em-perder-comando-do-pmdb-temer-avalia-ceder-espaco.shtml>. Acesso em: 20/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Senadores do PMDB resistem a acordo com Temer para sucessão do partido. Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1729480-senadores-do-pmdb-resistem-a-acordo-com-temer-para-sucessao-do-partido.shtml>. Acesso em: 20/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Com racha no PMDB, debate sobre saída do governo vai a segundo plano. Folha de São Paulo, 18 de janeiro de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1730907-com-racha-no-pmdb-debate-sobre-saida-do-governo-vai-a-segundo-plano.shtml>. Acesso em: 21/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Por apoio do PMDB, Planalto autoriza ministro da Saúde a voltar à Câmara. Folha de São Paulo, 15 de fevereiro de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1739807-por-apoio-do-pmdb-planalto-autoriza-ministro-da-saude-a-voltar-a-camara.shtml>. Acesso em: 22/02/2021.

AMARAL, Luciana; MARTELLO, Alexandro. Veja as mudanças que o governo propõe com a reforma da previdência. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 06 de dezembro de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/veja-as-mudancas-que-o-governo-propoe-com-a-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em: 01/08/2019.

AMORA, Dimmi. Bancada do agronegócio decide apoiar impeachment de Dilma. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751002-bancada-do-agronegocio-decide-apoiar-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 16/03/2021.

_____. Bancada do agronegócio se reúne para aprovar saídas de Dilma e Cunha. Folha de São Paulo, 15 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750336-bancada-do-agronegocio-se-reune-para-aprovar-saidas-de-dilma-e-cunha.shtml>. Acesso em: 16/03/2021.

_____; BRAGON, Ranier; MACHADO, Ana Paula. Câmara aprova MP que permite controle de aéreas por estrangeiros. Folha de São Paulo, 21 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1783957-camara-aprova-mp-que-permite-a-estrangeiros-controle-total-de-companhias-aereas-brasileiras.shtml>. Acesso em: 12/04/2021.

_____; HAUBERT, Mariana. Governo vai para o tudo ou nada para aprovar estrangeiros em aéreas. Folha de São Paulo, 29 de junho de 2016. Disponivel em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1786851-governo-vai-para-o-tudo-ou-nada-para-aprovar-estrangeiros-em-aereas.shtml>. Acesso em: 12/04/2021.

_____; MAGALHÃES, João Carlos; VALENTE, Rubens. Em Brasília, multidão se reúne no gramado em frente ao Congresso. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603177-em-brasilia-multidao-se-reune-no-gramado-em-frente-ao-congresso.shtml>. Acesso em: 22/11/2020.

_____; DIAS, Marina; HAUBERT, Mariana; URIBE, Gustavo; VALENTE, Rubens. Dilma, Lula e Renan são os principais alvos do protesto em Brasília. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669428-dilma-lula-e-renan-sao-os-principais-alvos-do-protesto-em-brasilia.shtml>. Acesso em: 05/02/2021.

AMORIM, Felipe; MOTOMURA, Marina. STF divulga áudios que envolvem Michel Temer. UOL – Universo Online, 18 de dezembro de 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/18/stf-divulga-audios-que-envolvem-michel-temer.htm>. Acesso em: 03/08/2019.

ARAGÃO, Alexandre. Manifestantes na Paulistas preferem que Dilma renuncie, diz Datafolha. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669512-manifestantes-na-paulista-preferem-que-dilma-renuncie-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Maioria dos manifestantes na Paulista rejeita Renan e Temer, diz Datafolha. Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669516-maioria-dos-manifestantes-na-paulista-rejeitam-renan-e-temer-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Em propaganda na TV, PMDB diz que sociedade cansou de "pagar a conta". Folha de São Paulo, 24 de setembro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686226-em-propaganda-na-tv-pmdb-diz-que-sociedade-cansou-de-pagar-a-conta.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____. Diretor critica viés pró-impeachment da Fiesp. Folha de São Paulo, 19 dezembro de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721038-diretor-critica-vies-pro-impeachment-da-fiesp.shtml>. Acesso em: 18/02/2021.

ARAÚJO, Carla; BRITO, Ricardo. Renan e Cunha se mostram contra o retorno da CPMF. O Estado de São Paulo, 27 de agosto de 2015. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,renan-e-cunha-sao-contra-volta-da-cpmf,1751681>. Acesso em: 03/07/2019

_____; BULLA, Beatriz; CEOLIN, Adriano. Dilma põe na Justiça colega de Janot. O Estado de São Paulo, 14 de março de 2016. Disponivel em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eugenio-aragao-e-o-novo-ministro-da-justica,10000021198>. Acesso em: 29/02/2021.

ARBEX, Thais. Base de Temer, PMDB de São Paulo decide desembarcar do governo. Folha de São Paulo, 19 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751933-base-de-temer-pmdb-de-sao-paulo-decide-desembarcar-do-governo.shtml>. Acesso em: 12/03/2021.

_____ ; REVERBEL, Paula. Manifestações terão adesão inédita de políticos. Folha de São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749326-manifestacoes-terao-adesao-inedita-de-politicos.shtml>. Acesso em: 06/03/2021.

Ato contra impeachment reúne 55 mil pessoas em SP, segundo Datafolha. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1720023-ato-contra-impeachment-reune-55-mil-pessoas-em-sp-segundo-datafolha.shtml>. Acesso em: 13/02/2021.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 04/06/2020

ATO INSTITUCIONAL Nº 5. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 04/06/2020

Avaliação do governo Dilma Rousseff – Datafolha, dezembro de 2014. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/12/08/avaliacao-dilma.pdf>. Acesso em: 12/11/2020.

BÄCHTOLD, Felipe. Presidente do PT compara prisões da Lava Jato à pior fase da ditadura. Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1731745-presidente-do-pt-compara-prisoes-da-lava-jato-a-pior-fase-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 27/02/2021.

_____. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 06/03/2021.

BALZA, Guilherme. Jucá (PMDB) muda de lado, diz que Dilma é "socialista" e pede voto em Aécio. UOL – Universo Online, 15 de agosto de 2014. Disponível em: https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/08/15/juca-pmdb-muda-de-lado-diz-que-dilma-e-socialista-e-pede-voto-em-aecio.htm>. Acesso em: 17/10/2020.

BEDINELLI, Talita. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. El País Brasil, 08 de outubro de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html>. Acesso em: 13/02/2021.

BERGAMIM JR., Giba; MEGALE, Bela; REVERBEL, Paula. Brasil não pode parar no tempo, diz Alckmin antes de ir à manifestação. Folha de São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749492-brasil-nao-pode-parar-no-tempo-diz-alckmin-antes-de-ir-a-manifestacao.shtml>. Acesso em: 06/03/2021.

BERGAMO, Mônica. Ilustrada. Folha de São Paulo, 19 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/233465-monica-bergamo.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____. Delcídio cita ministros do STF em tentativa de ação espúria junto à Justiça, diz Janot. Folha de São Paulo, 25 de novembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/11/1710814-delcidio-cita-ministros-do-stf-em-tentativa-de-acao-espuria-junto-a-justica-diz-janot.shtml>. Acesso em: 12/02/2021.

_____. Cardozo volta a ser pressionado por PT por causa de ações da Polícia Federal. Folha de São Paulo, 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/02/1743417-cardozo-volta-a-ser-pressionado-por-pt-por-causa-de-acoes-da-policia-federal.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

_____. Para a oposição, impeachment volta a ser melhor caminho para tirar Dilma. Folha de São Paulo, 14 março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/03/1749155-para-a-oposicao-impeachment-volta-a-ser-melhor-caminho-para-tirar-dilma.shtml>. Acesso em: 13/03/2021.

_____. Empresários colocaram jatos à disposição , diz Eliseu Padilha. Folha de São Paulo, 17 de abril de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/04/1762014-empresarios-colocaram-jatos-a-disposicao-para-buscar-deputados.shtml>. Acesso em: 20/03/2021.

_____. Nenhum direito é absoluto, e país precisa funcionar, diz Ministro da Justiça. Folha de São Paulo, 16 de maio de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771609-nenhum-direito-e-absoluto-e-pais-precisa-funcionar-diz-ministro-da-justica.shtml>. Acesso em: 03/04/2021.

BILENKY, Thais. Teremos medidas impopulares “a partir de certo momento”, diz Temer. Folha de São Paulo, 04 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1788358-ter-lucro-nao-e-pecado-diz-temer-ao-agronegocio.shtml>. Acesso em: 11/04/2021.

_____. PSDB não criará discórdia na sucessão de Cunha, diz Aécio. Folha de São Paulo, 08 de julho de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1789721-psdb-nao-criara-discordia-na-sucessao-de-cunha-diz-aecio.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

BOGHOSSIAN, Bruno. Dilma chama Temer e agradece por aprovação de ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 07 de maio de 2015. Disponível em:

https://painel.blogfolha.uol.com.br/2015/05/07/dilma-chama-temer-e-agradece-por-aprovacao-de-ajuste/>. Acesso em: 22/11/2020.

_____; HAUBERT, Mariana. Não há mais favorito para presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 27 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1580945-nao-ha-mais-favorito-para-presidencia-da-camara-diz-ministro-petista.shtml>. Acesso em: 16/11/2020.

_____; CRUZ, Valdo; HAUBERT, Mariana. Dilma passa articulação política para Michel Temer. Folha de São Paulo, 07 de abril de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1613387-dilma-pode-transferir-articulacao-politica-para-michel-temer.shtml?cmpid=comptw>. Acesso em: 20/11/2020.

BOITO, Armando; SAES, Décio. Três teses equivocadas a respeito de quem controla o Estado brasileiro. semanário Movimento, São Paulo, v. 198, 16 abr. 1979.

BOLDRINI, Angela. Telmário trai Dilma; indecisos votam pela cassação, mas mantém direitos. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808828-telmario-muda-voto-e-trai-dilma-indecisos-votam-pela-cassacao.shtml>. Acesso em: 25/04/2021.

BRAGA, Isabel; BRÍGIDO, Carolina. “Eu perdi a eleição para uma organização criminosa”, diz Aécio Neves. O Globo, 30 de novembro de 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eu-perdi-eleicao-para-uma-organizacao-criminosa-diz-aecio-neves-14703942>. Acesso em: 11/11/2020.

BRAGON, Ranier. Bancada do PSDB insiste em pedido de impeachment. Folha de São Paulo, 25 de abril de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/217204-bancada-do-psdb-insiste-em-pedido-de-impeachment.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

_____. Com apoio de metade do PT, PSOL e Rede pedem cassação de Cunha. Folha de São Paulo, 13 de outubro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1693434-com-apoio-de-metade-do-pt-psol-e-rede-pedem-cassacao-de-cunha.shtml>. Acesso em: 11/02/2021.

_____. Oposição decide ir ao STF pedir que impeachment seja destravado. Folha de São Paulo, 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1742320-oposicao-decide-ir-ao-stf-pedir-que-impeachment-seja-destravado.shtml>. Acesso em: 29/02/2021

_____. PR diz que negociação de cargos é feita por Dilma e “por próximo governo”. Folha de São Paulo, 30 de março de 2016b. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755680-pr-diz-que-negociacao-de-cargos-e-feita-por-dilma-e-proximo-governo.shtml>. Acesso em: 20/03/2021.

_____. Partidos indicam aliado de Cunha para liderar governo Temer na Câmara. Folha de São Paulo, 17 de maio de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1772107-partidos-indicam-aliado-de-cunha-para-liderar-governo-temer-na-camara.shtml>. Acesso em: 04/04/2021.

_____; CRUZ, Valdo; FERNANDES, Sofia. Planalto segura rebelião na base, e pacote fiscal avança na Câmara. Folha de São Paulo, 06 de maio de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1625756-em-meio-a-confusao-e-ameaca-de-rebeliao-camara-aprova-1-ponto-do-pacote-de-ajuste-de-dilma.shtml>. Acesso em: 20/11/2020

_____; CRUZ, Valdo; FERNANDES, Sofia. Câmara aprova com folga MP do ajuste fiscal que endurece regras de pensão. Folha de São Paulo, 13 de maio de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1628709-camara-aprova-com-folga-mp-do-ajuste-fiscal-que-endurece-regras-da-a pensao.shtml?cmpid=%22twfolha%22>. Acesso em: 14/11/2020.

_____; CRUZ, Valdo; LIMA, Daniela. Possível delação da Odebrecht assusta Congresso e Planalto. Folha de São Paulo, 23 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1753212-noticia-de-delacao-da-odebrecht-faz-deputados-preverem-cenario-de-terra-arrasada.shtml>. Acesso em: 18/03/2021.

_____ ; CUCOLO, Eduardo; FALCÃO, Márcio. Câmara aprova terceirização para todas as atividades de empresas. Folha de São Paulo, 08 de abril de 2015. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1614118-camara-aprova-terceirizacao-para-todas-as-atividades-de-empresas.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio; Nery, Natuza; SADI, Andréia. Em seu primeiro discurso, Cunha já anuncia proejto incômodo ao Planalto. Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1583815-em-seu-primeiro-discurso-cunha-ja-anuncia-projeto-incomodo-ao-planalto.shtml>. Acesso em: 16/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio; Nery, Natuza; SADI, Andréia. Câmara elege Eduardo Cunha e derrota candidato de Dilma. Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1583794-planalto-sofre-derrota-e-ve-camara-parar-na-mao-de-aliado-incomodo.shtml>. Acesso em: 16/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio; Nery, Natuza; SADI, Andréia. Dilma troca liderança do governo na Câmara após vitória de Eduardo Cunha. Folha de São Paulo, 03 de fevereiro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1584577-dilma-troca-lideranca-do-governo-na-camara-apos-vitoria-de-eduardo-cunha.shtml>. Acesso em: 17/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio. Candidato do PSB à presidência da Câmara cobra apoio de aliados. Folha de São Paulo, 29 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1582385-candidato-do-psb-a-presidencia-da-camara-cobra-apoio-de-aliados.shtml>. Acesso em: 14/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio. Apoio no Congresso será condição para obter cargo, diz Mercadante. Folha de São Paulo. Folha de São Paulo, 03 de fevereiro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206721-apoio-no-congresso-sera-condicao-para-obter-cargos-diz-mercadante.shtml>. Acesso em: 17/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio. Em aceno à oposição, Cunha oferece comissão a tucanos. Folha de São Paulo, 18 de fevereiro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208661-em-aceno-a-oposicao-cunha-oferece-comissao-a-tucanos.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio. Oposição apresenta pedido de CPI da Petorbrás; Cunha dará palavra final. Folha de São Paulo, 03 de fevereiro de 2015d. Disponíel em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1584862-oposicao-apresenta-pedido-de-cpi-da-petrobras-cunha-dara-palavra-final.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio. Presidente da Câmara assina criação de nova CPI para investigar Petrobras. Folha de São Paulo, 05 de fevereiro de 2015e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1585502-presidente-da-camara-assina-criacao-de-nova-cpi-para-investigar-petrobras.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio. Liberação de verba para congressistas será obrigatória. Folha de São Paulo, 11 de fevereiro de 2015f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207851-liberacao-de-verba-para-congressistas-sera-obrigatoria.shtml>. Acesso em: 19/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio; GAMA, Paulo. Presidente interino da Câmara decide anular tramitação do impeachment. Folha de São Paulo, 09 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769301-presidente-interino-da-camara-anula-tramitacao-do-impeachment.shtml>. Acesso em: 28/03/2021.

_____; FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela. PMDB dá apoio discreto a Cunha e Renan para comando do Congresso. Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1574910-pmdb-da-apoio-discreto-a-cunha-e-renan-para-comando-do-congresso.shtml?mobile>. Acesso em: 14/11/2020.

_____; FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela. Medo de investigação faz PMDB dar apoio tímido a candidatos. Folha de São Paulo, 15 de janeiro de 2015b. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1575369-medo-de-investigacao-faz-pmdb-dar-apoio-timido-a-candidatos.shtml>. Acesso em: 14/11/2020.

_____; FLECK, Isabel. Temer diz que pedido de impeachment contra ele é "plano orquestrado". Folha de São Paulo, 01 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756689-temer-diz-que-pedido-de-impeachment-contra-ele-e-plano-orquestrado.shtml>. Acesso em: 02/04/2021.

_____; FLECK, Isabel; VALENTE, Rubens. Cardozo diz que governo Temer "não terá legitimidade para conduzir nação". Folha de São Paulo, 04 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1757363-cardozo-diz-que-governo-temer-nao-tera-legitimidade-para-conduzir-nacao.shtml>. Acesso em: 22/03/2021.

_____; FLECK, Isabel; VALENTE, Rubens. Para Cardozo, relatório contra Dilma é "peça de absolvição" da presidente. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759692-para-cardozo-relatorio-contra-dilma-e-peca-de-absolvicao-da-presidente.shtml>. Acesso em: 22/03/2021.

_____; GAMA, Paulo; NERY, Natuza. Marnahão decide revogar decisão que anulou sessão de impeachment. . Folha de São Paulo, 10 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769617-maranhao-decide-revogar-decisao-que-anulou-sessao-do-impeachment.shtml>. Acesso em: 29/03/2021.

_____; SADI, Andréia. Peemedebista acusa governo de interferir em eleição na Câmara. Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1577486-peemedebista-acusa-governo-de-interferir-em-eleicao-na-camara.shtml>. Acesso em: 14/11/2020.

_____; TALENTO, Aguirre. Eduardo Cunha é favorito para presidente da Câmara com PT ou PSDB. Folha de São Paulo, 26 de outubro de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538410-eduardo-cunha-e-favorito-para-presidente-de-camara-com-pt-ou-psdb.shtml>. Acesso em: 15/10/2020.

_____; URIBE, Gustavo. Governo e Cunha disputam controle de comissão sobre impeachment. Folha de São Paulo, 05 de dezembro de 2015. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1715306-governo-e-cunha-disputam-controle-de-comissao-sobre-impeachment.shtml>. Acesso em: 15/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Oposição e Cunha aprovam chapa anti-Dilma para comissão do impeachment. Folha de São Paulo, 08 de dezembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716413-chapas-de-comissao-do-impeachment-tem-47-governistas-e-39-da-oposicao.shtml>. Acesso em: 15/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Com apoio de Cunha, PMDB destitui Picciani da liderança da bancada. Folha de São Paulo, 09 de dezembro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716808-com-apoio-de-cunha-pmdb-destitui-picciani-da-lideranca-da-bancada.shtml>. Acesso em: 17/02/2021

_____; URIBE, Gustavo. Peemedebistas articulam antecipação de convenção para romper com Dilma. Folha de São Paulo, 10 de dezembro de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1717470-peemedebistas-articulam-antecipacao-de-convencao-para-romper-com-dilma.shtml>. Acesso em: 17/02/2021

_____; URIBE, Gustavo. Cunha defende continuidade de Temer à frente do PMDB e contraria Renan. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 2015e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721859-cunha-defende-continuidade-de-temer-a-frente-do-pmdb-e-contraria-renan.shtml>. Acesso em: 18/02/2021

_____; URIBE, Gustavo. A pedido do Planalto, Maranhão antecipa eleição da Câmara. Folha de São Paulo, 10 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790359-a-pedido-do-planalto-maranhao-antecipa-eleicao-para-sucessao-da-camara.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

BERGAMO, Mônica; CRUZ, Valdo; NERY, Natuza; SADI, Andréia. Temer decide deixar articulação política. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/230367-temer-decide-deixar-articulacao-politica.shtml>. Acesso em: 26/06/2019

BRÍGIDO, Carolina. TSE autoriza mudança de nome do PMDB. O Globo, 15 de maio de 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/tse-autoriza-mudanca-de-nome-do-pmdb-22686200>. Acesso em: 20/06/2019

BRITO, Ricardo. Renan Calheiros diz ser contra eventual retorno da CPMF. Revista Exame, 27 de agosto de 2015. Disponível em: https://exame.com/brasil/renan-calheiros-diz-ser-contra-eventual-retorno-da-cpmf/>. Acesso em: 06/02/2021.

Cai monopólio do petróleo. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de junho de 1995. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_08jun1995.htm>. Acesso em: 10/08/2020.

CALEIRO, João Pedro. Fitch tira selo de bom pagador do Brasil. 2015. Exame, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: https://exame.com/economia/fitch-tira-selo-de-bom-pagador-do-brasil/>. Acesso em: 01/08/2019

CALGARO, Fernanda. Câmara aprova texto principal da MP que restringe pensão por morte. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 13 de maio de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/camara-aprova-texto-principal-da-mp-que-restringe-pensao-por-morte.html>. Acesso em: 22/11/2020.

_____; CARAM, Bernardo; MODZELESKI, Alessandra. Por 251 votos a 233, Câmara rejeita enviar ao STF segunda denúncia contra Temer. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 25 de outubro de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/segunda-denuncia-contra-temer.ghtml/>. Acesso em: 03/08/2019.

CALZOLARI, Isabella. Contra aumento de impostos e CPMF, Fiesp põe pato na esplanada. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 01 de outubro de 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/contra-aumento-de-impostos-e-cpmf-fiesp-poe-pato-inflavel-na-esplanada.html>. Acesso em: 03/07/2019.

Câmara dá aval a impeachment de Dilma; Senado decidirá afastamento. Folha de São Paulo, 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761977-camara-da-aval-a-impeachment-de-dilma-senado-decidira-afastamento.shtml>. Acesso em: 24/03/2021.

CANCIAN, Natália. Temer se manifesta contra aumento de impostos, diz Skaf. Folha de São Paulo, 24 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1764230-temer-se-manifesta-contra-aumento-de-impostos-diz-skaf.shtml>. Acesso em: 26/03/2021.

CANZIAN, Fernando. Pesquisa Datafolha mostra Marina à frente em todos os cenários para 2018. Folha de São Paulo, 19 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751951-pesquisa-datafolha-mostra-marina-a-frente-em-todos-os-cenarios-para-2018.shtml>. Acesso em: 08/03/2021.

CARAM, Bernardo; GARCIA, Gustavo. PMDB aprova mudança de nome e passa a ser chamado MDB. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 19 de dezembro de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/pmdb-aprova-mudanca-de-nome-e-passa-a-ser-chamado-mdb.ghtml>. Acesso em: 19/06/2019.

CARDOSO, Daiene. PSOL e REDE denunciam Cunha no Conselho de Ética. O Estado de São Paulo, 13 de outubro de 2015. Disponível em:

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-e-denunciado-no-conselho-de-etica-da-camara,1778915>. Acesso em: 11/02/2021.

_____; COLETTA, Ricardo Della. Câmara derruba decreto de conselho popular de Dilma. O Estado de São Paulo, 28 de outubro de 2014. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-derruba-decreto-de-conselho-popular-de-dilma,1584579>. Acesso em: 11/11/2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. FHC conta como Cebrab o aproximou de Ulysses e Lula na ditadura. Folha de São Paulo, 12 de maio de 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/fhc-conta-como-cebrap-o-aproximou-de-ulysses-e-lula-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 25/10/2021.

CARNEIRO, Mariana; CRUZ, Valdo; WIZIACK, Julio. Empresários marcam ato de apoio a Temer após desgaste político. Folha de São Paulo, 08 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1779343-empresarios-marcam-ato-de-apoio-a-temer-apos-desgaste-politico.shtml>. Acesso em: 11/04/2021.

_____; CUCOLO, Eduardo. Temer propõe limite de gastos e medidas para conter dívida pública. Folha de São Paulo, 24 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1774489-temer-anuncia-medidas-para-controlar-deficit-do-governo.shtml>. Acesso em: 07/04/2021.

CARVALHO, Daniel. Candidato ao governo do RN, presidente da Câmara se queixa de Lula. Folha de São Paulo, 24 de outubro de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537339-candidato-ao-governo-do-rn-presidente-da-camara-se-queixa-de-lula.shtml>. Acesso em: 10/11/2020.

_____; DIAS, Marina; FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. Temer decide indicar Raquel Dodge para chefiar a PGR. Folha de São Paulo, 28 de junho de 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1896894-temer-decide-indicar-raquel-dodge-para-chefiar-a-pgr.shtml>. Acesso em: 04/04/2021.

CARVALHO, Luiz. Ciclo vicioso: ajuste fiscal vai forçar mais ajuste. Sítio eletrônico da CUT, 21 de maio de 2015. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/ciclo-vicioso-ajuste-fiscal-vai-forcar-mais-ajuste-acb1>. Acesso em: 17/11/2020.

CARVALHO, Mario Cesar; LIMA, Daniela; MARQUES, José. Parlamentares da oposição vão às ruas, mas não inflam protestos. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669581-parlamentares-da-oposicao-vao-as-ruas-mas-nao-inflam-protestos.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____; FALCÃO, Márcio; FERREIRA, Flávio; MEGALE, Bela; MENA, Fernanda. Ministério público de SP pede prisão de Lula em caso de tripléx. Folha de São Paulo, 10 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1748490-ministerio-publico-de-sp-pede-prisao-de-lula-em-caso-de-triplex.shtml>. Acesso em: 05/03/2021

CAVALLINI, Marta. Reforma trabalhista é aprovada no Senado: confira o que muda na lei. 2017. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 11 de julho de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei.ghtml>. Acesso em: 01/08/2019.

CAVALLINI, Marta; LAPORTA, Taís. Entenda o que é a CPMF e como ela afeta sua vida. 2015. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 19 de setembro de 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/entenda-o-que-e-cpmf-e-como-ela-afeta-sua-vida.html>. Acesso em: 26/06/2019.

Cenário político derruba bolsa ao menor nível em quase quatro meses. Folha de São Paulo, 20 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1658154-cenario-politico-derruba-bolsa-ao-menor-nivel-em-quase-quatro-meses.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

Chegam ao STF 28 pedidos para investigar 54 pessoas envolvidas na Lava Jato. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597719-vinte-e-oito-pedidos-de-investigacao-chegam-ao-stf.shtml>. Acesso em: 19/11/2020.

COELHO, Mário. Por ampla maioria, PMDB escolhe Temer como vice de Dilma. Congresso em Foco, 12 de junho de 2010. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/por-ampla-maioria-pmdb-escolhe-temer-como-vice-de-dilma/>. Acesso em: 20/08/2020.

COISSI, Juliana. Intolerância com a corrupção precisa continuar, diz Sergio Moro. Folha de São Paulo, 12 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770595-intolerancia-com-a-corrupcao-precisa-continuar-diz-sergio-moro.shtml>. Acesso em: 03/04/2021.

_____ ; MEGALE, Bela. Marqueteiro João Santana e sua mulher são presos ao chegar ao Brasil. Folha de São Paulo, 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1742270-com-prisao-decretada-joao-santana-e-sua-mulher-chegam-ao-brasil.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

_____ ; MEGALE, Bela; ROCHA, Graciliano. Lava Jato precisa prosseguir qualquer que seja o governo, diz procurador. Folha de São Paulo, 18 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762354-lava-jato-precisa-prosseguir-qualquer-que-seja-o-governo-diz-procurador.shtml>. Acesso em: 03/04/2021.

COLON, Leandro. Vocês conhecem minha posição, diz Michel Temer sobre volta da CPMF. Folha de São Paulo, 17 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1682860-voces-conhecem-minha-posicao-diz-michel-temer-sobre-volta-da-cpmf.shtml>. Acesso em: 03/07/2019.

_____; MASCARENHAS, Gabriel; URIBE, Gustavo. Gravação derruba segundo ministro de Temer em 19 dias de governo. Folha de São Paulo, 30 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1776501-apos-gravacao-ministro-da-transparencia-decide-sair-do-cargo.shtml>. Acesso em: 08/04/2021.

Confira repercussão entre políticos da manutenção dos juros pelo BC. Folha de São Paulo, 21 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1732199-confira-repercussao-entre-politicos-da-manutencao-dos-juros-pelo-bc.shtml>. Acesso em: 26/02/2021.

COUTINHO JR, José; OLIVEIRA, Wallace. Movimentos populares afirmam que "Agenda Brasil" será "desastrosa para o país". Sítio eletrônico do MST, 13 de agosto de 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/08/13/movimentos-populares-afirmam-que-agenda-brasil-sera-desastrosa-para-o-pais/>. Acesso em: 03/02/2021.

CRUZ, Valdo. Em jantar com empresários, Temer defende Orçamento realista. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675820-em-jantar-com-empresarios-temer-defende-orcamento-realista.shtml>. Acesso em: 06/02/2021.

_____. Aliados querem que Dilma adie reforma e evite atritos. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/233812-aliados-querem-que-dilma-adie-reforma-e-evite-atritos.shtml>. Acesso em: 08/02/2021

_____. Adesão menor em atos reforça desejo do governo de acelerar tramitação. Folha de São Paulo, 13 de dezembro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1718639-adesao-menor-em-atos-reforca-desejo-do-governo-de-acelerar-tramitacao.shtml>. Acesso em: 13/02/2021.

_____. Dilma aceita projeto que desobriga Petrobras de explorar no pré-sal. Folha de São Paulo, 04 de fevereiro de 2016. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1736759-dilma-aceita-projeto-que-desobriga-petrobras-de-explorar-no-pre-sal.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Pressionados por empresários, governistas decidem trair Dilma. Folha de São Paulo, 17 de abril de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761984-pressionados-por-empresarios-governistas-decidem-trair-dilma.shtml>. Acesso em: 19/03/2021.

_____. Prisão de ex-ministro Paulo Bernardo é "dolorosa", diz Temer. Folha de São Paulo, 24 de junho de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785174-prisao-de-ex-ministro-paulo-bernardo-e-dolorosa-diz-temer.shtml>. Acesso em: 11/04/2021.

_____; CUCOLO, Eduardo; DIAS, Marina; MACHADO DA COSTA, Gustavo; URIBE, Gustavo. Estados aceitam proposta da União e só voltarão a pagar dívidas em 2017. Folha de São Paulo, 20 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1783605-estados-aceitam-proposta-da-uniao-com-6-meses-de-carencia-integral.shtml>. Acesso em: 14/04/2021.

_____; DIAS, Marina. PMDB evitar indicar nomes para nova equipe de Dilma. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1684417-temer-diz-a-dilma-que-nao-fara-indicacoes-para-novo-ministerio.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____; DIAS, Marina. "Vamos encarar a reforma da previdência", afirma Dilma. Folha de São Paulo, 07 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1726862-ajuste-e-prioridade-e-inflacao-ficara-dentro-da-meta-em-2016-afirma-dilma.shtml>. Acesso em: 27/02/2021.

_____; DIAS, Marina. "Devo ter sido virada ao avesso", diz Dilma sobre investigações. Folha de São Paulo, 07 de janeiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1726868-devo-ter-sido-virada-ao-avesso-diz-dilma-sobre-investigacoes.shtml>. Acesso em: 28/02/2021.

_____; DIAS, Marina; FOREQUE, Flávia. Governo avalia que nova fase da Lava Jato "agrava instabilidade política". Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719202-governo-avalia-que-nova-fase-da-lava-jato-agrava-instabilidade-politica.shtml>. Acesso em: 16/02/2021.

_____; DIAS, Marina; LIMA, Daniela. Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB. Folha de São Paulo, 07 de dezembro de 2015. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716221-temer-escreve-carta-em-tom-de-desabafo-a-dilma.shtml>. Acesso em: 16/02/2021.

_____; DIAS, Marina; VERSIANI, Isabel. Governo faz concessões para votar redução na desoneração da folha. Folha de São Paulo, 17 de junho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/222959-governo-faz-concessoes-para-votar-reducao-na-desoneracao-da-folha.shtml>. Acesso em: 26/11/2020.

_____; DIAS, Marina; MONTEIRO, Fábio. Dilma decide reduzir meta fiscal e debate novo corte de gastos. Folha de São Paulo, 21 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1658705-dilma-decide-reduzir-meta-fiscal-e-fazer-novo-corte-provisorio-de-gastos.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

_____; DIAS, Marina; MONTEIRO, Fábio; NERY, Natuza; VERSIANI, Isabel. Governo anuncia corte de R$ 26 bilhões e quer ressuscitar CPMF. Folha de São Paulo, 14 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1681450-corte-de-gastos-do-governo-deve-ficar-proximo-a-r-26-bilhoes.shtml>. Acesso em: 07/02/2021.

_____; HAUBERT, Mariana; LIMA, Daniela. Após cobranças, Temer acerta maior participação do PSDB no governo. Folha de São Paulo, 18 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1804306-apos-cobrancas-temer-acerta-maior-participacao-do-psdb-no-governo.shtml>. Acesso em: 19/04/2021.

_____; HAUBERT, Mariana; URIBE, Gustavo. Dilma sofre pressão para colocar Lula em cargo-chave no governo. Folha de São Paulo, 10 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1748261-dilma-sofre-pressao-para-colocar-lula-em-cargo-chave-no-governo.shtml>. Acesso em: 05/03/2021.

_____; HAUBERT, Mariana; URIBE, Gustavo. Saída do PMDB “abre espaço para um novo governo, diz Jaques Wagner. Folha de São Paulo, 29 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755344-saida-do-pmdb-abre-espaco-para-um-novo-governo-afirma-jaques-wagner.shtml>. Acesso em: 20/03/2021.

_____; HAUBERT, Mariana; URIBE, Gustavo. Com receio de ruptura, governo tenta distensionar crise entre PMDB e PSDB. Folha de São Paulo, 24 de agosto de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1806644-com-receio-de-ruptura-governo-tenta-distensionar-crise-entre-pmdb-e-psdb.shtml>. Acesso em: 19/04/2021.

_____; LIMA, Daniela. Governo usa cargos para atrair siglas da base. Folha de São Paulo, 28 de março de 2016. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1754634-governo-dilma-usa-cargos-para-atrair-siglas-da-base.shtml>. Acesso em: 20/03/2021.

_____; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo. Pressionado por aliados, Temer deve adiar corte de ministérios. Folha de São Paulo, 04 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1767523-ministerio-esbocado-por-temer-desagrada-a-aliados.shtml>. Acesso em: 26/03/2021.

_____; NERY, Natuza; URIBE, Gustavo. Dilma promete cinco pastas ao PMDB para reagir à crise. Folha de São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1685714-dilma-promete-5-pastas-ao-pmdb-para-reagir-a-crise.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Dilma aceita conselho de Lula e tenta armistício com Temer. Folha de São Paulo, 09 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1727754-dilma-aceita-conselho-de-lula-e-tenta-armisticio-com-temer.shtml>. Acesso em: 28/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Dilma e Lula tentarão aumentar dissidências na base após revés do PP. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760413-com-reves-do-pp-dilma-e-lula-tentarao-dissidencias-em-siglas-da-base.shtm>. Acesso em: 24/03/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Acusado de envolvimento no petrolão, ministro do Turismo pede demissão. Folha de São Paulo, 16 de junho de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782375-acusado-de-envolvimento-no-petrolao-ministro-do-turismo-pede-demissao.shtml>. Acesso em: 08/04/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Para Planalto, acusação contra Temer pode afastar a governabilidade. Folha de São Paulo, 15 de junho de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782138-para-planalto-acusacao-contra-temer-pode-afetar-a-governabilidade.shtml>. Acesso em: 08/04/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Temer dá aumento maior do que prometido por Dilma para Bolsa Família. Folha de São Paulo, 29 de junho de 2016e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1786804-temer-da-aumento-para-bolsa-familia-prometido-por-dilma.shtml>. Acesso em: 14/04/2021.

CUCOLO, Eduardo. CNI quer evitar extinção de pasta da indústria e comércio exterior. Folha de São Paulo, 29 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1766306-cni-quer-evitar-extincao-de-pasta-da-industria-e-comercio-exterior.shtml>. Acesso em: 26/03/2021.

CUCOLO, Eduardo; HAUBERT, Mariana. Reajuste para ministros do STF causa divergência entre PSDB e PMDB. Folha de São Paulo, 23 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1806073-reajuste-para-ministros-do-stf-causa-divergencia-entre-psdb-e-pmdb.shtml>. Acesso em: 19/04/2021.

Cunha diz que rivais tentam tirá-lo da disputa na Câmara. Folha de São Paulo, 08 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/203159-cunha-diz-que-rivais-tentam-tira-lo-de-disputa-na-camara.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

Cunha rompe com governo; PMDB e oposição silenciam. Folha de São Paulo, 18 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/226483-cunha-rompe-com-governo-pmdb-e-oposicao-silenciam.shtml>. Acesso em: 26/11/2020.

Deputado pede ao STF que declare vaga a presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 18 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1772661-deputado-pede-ao-stf-que-declare-vaga-a-presidencia-da-camara.shtml>. Acesso em: 29/03/2021.

DIAS, Marina. Temer faz apelo público por unidade e diz que crise pode se agravar. Folha de São Paulo, 05 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664881-temer-faz-apelo-publico-por-unidade-e-diz-que-crise-pode-se-agravar.shtml>. Acesso em: 26/06/2019.

_____. Após encontro com tucanos, Cunha aposta em voto secreto para eleição. Folha de São Paulo, 26 de janeiro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1580668-apos-encontro-com-tucanos-cunha-aposta-em-voto-secreto-para-eleicao.shtml?mobile>. Acesso em: 13/11/2020.

_____. Temer cobra "responsabilidade" de aliados e diz que "momento é grave". Folha de São Paulo, 05 de agosto de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664725-temer-cobra-responsabilidade-de-senadores-e-diz-que-momento-e-grave.shtml>. Acesso em: 02/02/2021.

_____. Após protestos, Planalto avalia que é preciso "quebrar clima de pessimismo". Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669707-apos-protestos-planalto-avalia-que-e-preciso-quebrar-clima-de-pessimismo.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Governo Federal anuncia que irá cortar dez ministérios até setembro. Folha de São Paulo, 24 de agosto de 2015e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1672777-governo-anuncia-corte-de-10-ministerios-ate-setembro.shtml>. Acesso em: 05/02/2021.

_____. Dilma diz que governo fará tudo para impedir “processos não democráticos”. Folha de São Paulo, 15 de setembro de 2015f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1681919-governo-fara-tudo-para-impedir-impeachment-afirma-dilma.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

_____. PMDB adia para março reunião que poderia selar saída do governo. Folha de São Paulo, 20 de outubro de 2015fg. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1696126-pmdb-adia-para-marco-reuniao-que-poderia-selar-saida-do-governo.shtml>. Acesso em: 11/02/2021.

_____. Governo corre para aprovar medidas do ajuste ainda em 2015. Folha de São Paulo, 30 de novembro de 2015h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712775-governo-corre-para-aprovar-medidas-do-ajuste-ainda-em-2015.shtml>. Acesso em: 12/02/2021.

_____. Dilma quer nova CPMF aprovada até julho. Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2015i. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1708267-dilma-quer-nova-cpmf-aprovada-ate-julho.shtml>. Acesso em: 13/02/2021.

_____. Cardozo diz a amigos que “perdeu a paciência” com pressão de Lula. Folha de São Paulo, 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744680-cardozo-diz-a-amigos-que-perdeu-a-paciencia-com-pressoes-de-lula.shtml>. Acesso em: 01/03/2021.

_____; LIMA, Daniela. Oposição articula bloco à eleição de Cunha à presidência da Câmara. Folha de São Paulo, 27 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1580943-oposicao-articula-adesao-em-bloco-a-eleicao-de-eduardo-cunha.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

_____; MASCARENHAS, Gabriel. Indicação para a Caixa é foco de atrito entre Temer e Mercadante. Folha de São Paulo, 05 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/231932-indicacao-para-a-caixa-e-foco-de-atrito-entre-temer-e-mercadante.shtml>. Acesso em: 05/02/2021.

_____; MARTINS, Marco Antonio; URIBE, Gustavo. Lula é vítima de grande injustiça, diz Dilma. Folha de São Paulo, 13 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1739297-lula-e-vitima-de-grande-injustica-diz-dilma.shtml>. Acesso em: 28/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Planalto ofereceu cargo ao PMDB para selar recondução de Picciani. Folha de São Paulo, 12 de janeiro de 2016. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1728427-planalto-ofereceu-cargo-ao-pmdb-para-selar-reconducao-de-picciani.shtml>. Acesso em: 22/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Temer diz Dilma que governo precisa "ouvir mais" e "ser mais servo". Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1731493-temer-diz-a-dilma-que-governo-precisa-ouvir-mais-e-ser-mais-servo.shtml>. Acesso em: 28/02/2021.

_____ ; VERSIANI, Isabel. Governo e base aliada chegam a acordo por projeto de desoneração da folha. Folha de São Paulo, 16 de junho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1642788-governo-e-base-aliada-chegam-a-acordo-por-projeto-de-desoneracao-da-folha.shtml>. Acesso em: 25/11/2020.

DIEGUEZ, Consuelo. A cara do PMDB. Revista Piauí, junho de 2010. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-cara-do-pmdb/>. Acesso em: 03/09/2020.

_____. O candidato S. Revista Piauí, agosto de 2014. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-candidato-s>. Acesso em: 13/11/2020.

Dilma agiu para tentar evitar a prisão de Lula, sugere gravação; ouça. Folha de São Paulo, 16 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750752-dilma-agiu-para-tentar-evitar-a-prisao-de-lula-diz-pf.shtml>. Acesso em: 11/03/2021.

Dilma anuncia corte de 8 ministérios e redução de salário dos ministros. Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1689347-dilma-anuncia-corte-de-8-ministerios-e-reducao-de-salario-dos-ministros.shtml>. Acesso em: 09/02/2021.

Dilma pede "parceria com Congresso" para retomar crescimento econômico. Folha de São Paulo, 02 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1736308-dilma-pede-parceria-com-congresso-para-fazer-brasil-alcancar-patamares-mais-altos.shtml>. Acesso em: 27/02/2021.

Dólar bate R$ 2,99 e Bolsa cai 1% com derrota do governo no ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1597873-dolar-bate-r-297-e-bolsa-cai-1-com-derrota-do-governo-no-ajuste-fiscal.shtml>. Acesso em: 20/11/2020.

DURÃO, Mariana; NEDER, Vinícius; TOMAZELLI, Idiana. PIB cai 1,9% no 2º trimestre, na maior queda desde 2009, e confirma recessão. O Estado de São Paulo, 28 de agosto de 2015. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-cai-1-9-no-2o-trimestre--no-pior-resultado-desde-2009--e-confirma-recessao--,1752231>. Acesso em: 01/08/2019.

Eduardo Cunha afirma que PMDB é contra proposta de regulação da mídia. Folha de São Paulo, 03 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570122-eduardo-cunha-afirma-que-pmdb-e-contra-proposta-de-regulacao-da-midia.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

Eduardo Paes se posiciona contra o impeachment de Dilma Rousseff. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/12/eduardo-paes-se-posiciona-contra-o-impeachment-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 17/02/2021.

Em recado ao Planalto, Cunha diz que apoia nova CPI da Petrobras. Folha de São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/203279-em-recado-ao-planalto-cunha-diz-que-apoia-nova-cpi-da-petrobras.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

Em gravação, ministro de Temer critica Lava Jato e aconselha Renan. Folha de São Paulo, 29 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1776200-ministro-da-transparencia-de-temer-criticava-lava-jato-mostra-gravacao.shtml>. Acesso em: 07/04/2021.

Em SP, 15% dos manifestantes em ato pró-Dilma eram funcionários públicos. Folha de São Paulo, 20 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751990-em-sp-15-dos-manifestantes-em-ato-pro-dilma-eram-funcionarios-publicos.shtml>. Acesso em: 19/03/2021.

Empresários comparecem à manifestação contra o governo em SP. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749501-empresarios-comparecem-a-manifestacao-contra-o-governo-em-sp.shtml>. Acesso em: 06/03/2021.

Empresários e políticos se opõem à recriação da CPMF. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/231065-empresarios-e-politicos-se-opoem-a-recriacao-da-cpmf.shtml>. Acesso em: 06/02/2021.

Esperança e Mudança: uma proposta de governo para o Brasil. Revista do PMDB, nº 4, outubro – dezembro, 1982. Disponível em: RevistaPMDBEsperancaeMudanca.pdf>. Acesso em: 11/10/2021.

FALCÃO, Márcio. Ao lançar candidatura, Chinaglia tenta se deslocar do Planalto. Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1563592-ao-lancar-candidatura-chinaglia-tenta-se-descolar-do-planalto.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

_____. CPI para investigar Petrobras na Câmara tem aval de 52 governistas. Folha de São Paulo, 04 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1585003-cpi-para-investigar-petrobras-na-camara-tem-aval-de-52-governistas.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____. Cunha defende que CPI da Petrobras fique restrita a gestões do PT. Folha de São Paulo, 02 de março de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596960-cunha-defende-que-cpi-da-petrobras-fique-restrita-a-gestoes-do-pt.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____. Maioria do TSE vota para reabrir ação que pede cassação de Dilma. Folha de São Paulo, 25 de agosto de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673652-maioria-do-tse-vota-para-reabrir-acao-que-pede-cassacao-de-dilma.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Relator de ação contra Dilma no TSE vai pedir acesso a provas da Lava Jato. Folha de São Paulo, 06 de agosto de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665599-relator-de-acao-contra-dilma-no-tse-vai-pedir-acesso-a-provas-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____; GUERREIRO, Gabriela; MASCARENHAS, Gabriel. PMDB age para manter chefia do Congresso. Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1574742-pmdb-age-para-manter-chefia-do-congresso.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

_____; GUERREIRO, Gabriela; TALENTO, Aguirre. PMDB tenta derrubar veto de Dilma, mas articulação fracassa. Folha de São Paulo, 11 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601585-pmdb-tenta-derrubar-veto-de-dilma-mas-articulacao-fracassa.shtml>. Acesso em: 20/11/2020.

_____; HAUBERT, Mariana; LIMA, Daniela. Câmara não pode afastar Dilma sem consentimento do Senado, diz Renan. Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1717880-para-renan-senado-nao-e-obrigado-a-seguir-camara-sobre-impeachment.shtml>. Acesso em: 17/02/2021.

_____; MASCARENHAS, Gabriel; NERY, Natuza; SADI, Andréia; TALENTO, Aguirre. PF faz buscas em imóveis de Collor, ex-ministros e presidente nacional do PP. Folha de São Paulo, 14 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1655455-pf-faz-busca-e-apreensao-na-casa-de-collor-e-de-senador-do-pp.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

_____; MASCARENHAS, Gabriel; TALENTO, Aguirre; VALENTE, Rubens. Machado diz que Temer acertou propina para campanha de Chalita. Folha de São Paulo, 15 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781925-machado-diz-que-temer-acertou-propina-para-campanha-de-chalita-em-sp.shtml>. Acesso em: 08/04/2021.

_____; MASCARENHAS, Gabriel; VALENTE, Rubens. Teori nega prisão de Renan, Jucá e Sarney, pedida por Jnaot. Folha de São Paulo, 14 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781700-teori-nega-prisao-de-renan-juca-e-sarney-pedida-por-janot.shtml>. Acesso em: 09/04/2021.

_____; TALENTO, Aguirre. PT fica com comissão de destaque na Câmara; cotado é alvo de inquérito. Folha de São Paulo, 03 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597674-pt-fica-com-comissao-de-destaque-na-camara-cotado-e-alvo-de-inquerito.shtml>. Acesso em: 16/11/2020.

_____; TALENTO, Aguirre. Presidente da Câmara quer votar até março punição mais grave a menores. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1594706-presidente-da-camara-quer-votar-ate-marco-punicao-mais-grave-a-menores.shtml>. Acesso em: 20/11/2020.

_____; TALENTO, Aguirre. Câmara avança com proposta que diminui indicações de Dilma ao STF. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1598299-camara-avanca-com-proposta-que-diminui-indicacoes-de-dilma-ao-sft.shtml>. Acesso em: 20/11/2020.

_____; TALENTO, Aguirre. Janot pede ao Supremo que Cunha seja afastado do cargo de deputado federal. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719974-janot-pede-ao-supremo-que-cunha-seja-afastado-do-cargo-de-deputado-federal.shtml>. Acesso em: 15/02/2021.

_____; TALENTO, Aguirre. Por unanimidade, STF acompanha Teori e vota por suspensão de Cunha. Folha de São Paulo, 05 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1768149-maioria-do-stf-acompanha-teori-e-vota-por-afastamento-de-cunha.shtml>. Acesso em: 28/03/2021.

_____; TALENTO, Aguirre. Em pedido de prisão, Janot diz que Cunha exerce poder político “sem pudor”. Folha de São Paulo, 15 de junho de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781937-em-pedido-de-prisao-janot-diz-que-cunha-exerce-poder-politico-sem-pudor.shtml>. Acesso em: 09/04/2021.

_____; TALENTO, Aguirre. Políticos do PMDB acertavam versões contra a Lava Jato, diz Janot. Folha de São Paulo, 09 de junho de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779760-politicos-do-pmdb-acertavam-versoes-contra-a-lava-jato-diz-janot.shtml>. Acesso em: 09/04/2021.

FARIA, Thiago; PERÓN, Isadora. Liberação de emendas bate recorde com Temer. O Estado de São Paulo, 07 de janeiro de 2018. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,liberacao-de-emendas-bate-recorde-com-temer,70002141096>. Acesso em: 03/08/2019.

Federação das Indústrias do estado de São Paulo; Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Nota Oficial – Firjan e Fiesp em prol da governabilidade do país, 06 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-firjan-e-fiesp-em-prol-da-governabilidade-do-pais/>. Acesso em: 26/06/2019.

FGV/CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete Orestes Quércia. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orestes-quercia>/>. Acesso em: 02/08/2020.

FELLET, João. Dilma incorpora bandeiras dos manifestantes e detalha propostas. BBC News Brasil, 24 de junho de 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130624_dilma_pronunciamento_jf_lk>. Acesso em: 20/10/2010.

FERNANDES, Sofia; HAUBERT, Mariana; VERSIANI, Isabel. Levy vai contra acordo e diz que queda na desoneração da folha não poupará setores. Folha de São Paulo, 17 de junho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1643682-levy-vai-contra-acordo-e-diz-que-queda-na-desoneracao-nao-poupara-setores.shtml>. Acesso em: 26/11/2020.

FERREIRA, Flávio. PF prende pecuarista amigo de Lula em nova fase da Lava Jato. Folha de São Paulo, 24 de novembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1710224-pf-inicia-21-fase-da-operacao-lava-jato.shtml>. Acesso em: 12/02/2021.

_____. Medidas não incluem alta de impostos e Previdência, dizem novos ministros. Folha de São Paulo, 21 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1773819-medidas-nao-incluem-alta-de-impostos-e-previdencia-dizem-novos-ministros.shtml>. Acesso em: 07/04/2021.

_____; LIMA, Daniela. Temer defende corte de gastos e diz que país não suporta mais tributos. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2015. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675833-michel-temer-afirma-que-pais-nao-suporta-carga-tributaria-mais-elevada.shtml>. Acesso em: 06/02/2021.

FHC diz que não adianta tirar Dilma, e Aloysio quer ver presidente "sangrar". Folha de São Paulo, 09 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1600269-fhc-diz-que-nao-adianta-tirar-dilma-e-aloysio-quer-ver-presidente-sangrar.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

Fiesp e Ciesp anunciam apoio ao pedido de impeachment de Dilma. Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719086-fiesp-e-ciesp-anunciam-apoio-ao-pedido-de-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 18/02/2021.

Firjan e Fiesp divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 06 de agosto de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html>. Acesso em: 02/02/2021.

FOREQUE, Flávia; URIBE, Gustavo. Planalto teme que Cunha faça retaliações por decisão do STF. Folha de São Paulo, 02 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745666-planalto-teme-que-cunha-faca-retaliacoes-por-decisao-do-stf.shtml>. Acesso em: 23/02/2021.

FRANCO, Bernardo Mello. Dilma não é Collor, diz Aloysio. Folha de São Paulo, 14 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2015/07/1655390-dilma-nao-e-collor-diz-aloysio.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

_____. O vice avança. Folha de São Paulo, 13 de dezembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2015/12/1718359-o-vice-avanca.shtml>. Acesso em: 17/02/2021.

_____. Atravessou o samba. Folha de São Paulo, 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/02/1743526-atravessou-o-samba.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____. O apelo de Dilma. Folha de São Paulo, 29 de janeiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/01/1734806-o-apelo-de-dilma.shtml>. Acesso em: 27/02/2021.

_____. Pauta mais conservadora ficará em 2º plano na Câmara, diz novo presidente. Folha de São Paulo, 16 de julho de 2016c. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1792334-pauta-mais-conservadora-ficara-em-2-plano-na-camara-diz-novo-presidente.shtml>. Acesso em: 23/04/2021.

FREITAS, Tatiana. Skaf critica política econômica de Levy e sugere saída de ministro. Folha de São Paulo, 27 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674549-ou-levy-muda-a-politica-economica-ou-dilma-muda-o-ministro-diz-skaf.shtml>. Acesso em: 05/02/2021.

FRIEDLANDER, David. Fiesp e Firjan chamam governo Dilma de "hesitante, inativo e incapaz". Folha de São Paulo, 10 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1680243-fiesp-e-firjan-chamam-governo-dilma-de-hesitante-inativo-e-incapaz.shtml>. Acesso em: 06/02/2021.

_____; LANDIM, Raquel; LIMA, Daniela. Temer põe-se como "advogado" de empresários. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/231067-temer-poe-se-como-advogado-de-empresarios.shtml>. Acesso em: 05/02/2021.

GAMA, Paulo; HAUBERT, Mariana; LIMA, Daniela. Ala do PSDB quer licença de tucanos que forem para governo Temer. Folha de São Paulo, 22 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763940-ala-do-psdb-quer-licenca-de-tucanos-que-forem-para-gestao-temer.shtml>. Acesso em: 31/03/2021.

_____; NERY, Natuza. Temer escolhe aliado de Cunha para ser líder do governo na Câmara. Folha de São Paulo, 18 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1772402-temer-nomeia-deputado-andre-moura-como-lider-de-seu-governo-na-camara.shtml. Acesso em: 04/04/2021.

GIELOW, Igor. Aliança PMDB-PSDB faz diferença na CPI. Folha de São Paulo, 11 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601252-igor-gielow-alianca-pmdb-psdb-faz-diferenca-na-cpi.shtml>. Acesso em: 18/11/2020.

_____. Com anúncio, Ley encolhe no cargo. Folha de São Paulo, 22 de julho de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1659191-com-anuncio-levy-encolhe-no-cargo.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

Governador do RJ critica Temer e diz que "vice não é para conspirar". Folha de São Paulo, 07 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716181-governador-do-rj-critica-temer-e-diz-que-vice-nao-e-para-conspirar.shtml>. Acesso em: 17/02/2021.

Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15. Folha de São Paulo, 09 de março de 2015. Disponível em: https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/poder/211132-grupos-contra-dilma-esperam-levar-100-mil-as-ruas-no-dia-15.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

GUERREIRO, Gabriela. Em recado a Dilma, Renan diz que Congresso "fraco" faz mal à democracia. Folha de São Paulo, 10 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1600747-em-recado-a-dilma-renan-diz-que-congresso-fraco-faz-mal-a-democracia.shtml>. Acesso em: 20/11/2020.

_____. Presidente do Senado ataca Planalto e diz que governo Dilma "envelheceu". Folha de São Paulo, 11 de março de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601243-presidente-do-senado-ataca-planalto-e-diz-que-governo-dilma-envelheceu.shtml >. Acesso em: 20/11/2020.

_____; HAUBERT, Mariana. Renan Calheiros é reeleito presidente do Senado. Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1583762-renan-calheiros-e-reeleito-presidente-do-senado.shtml>. Acesso em: 19/11/2020.

_____; HAUBERT, Mariana. Oposição e PMDB isolam Cunha após rompimento com o governo. Folha de São Paulo, 17 de julho de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1657344-oposicao-e-pmdb-isolam-cunha-apos-rompimento-com-governo.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

Há indício de que Lula recebeu verba desviada no petrolão, diz Procuradoria. Folha de São Paulo, 04 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746253-ministerio-publico-diz-que-lula-foi-dos-maiores-beneficiarios-de-esquema.shtml>. Acesso em: 03/03/2021.

GUIMARÃES, Saulo Pereira; YAZBEK, Priscila. Os deputados federais mais votados do país nas eleições de 2014. Revista Exame, 06 de outubro de 2014. Disponível em: https://exame.com/brasil/os-deputados-federais-mais-votados-do-pais-nas-eleicoes-2014/>. Acesso em: 07/03/2021.

HAUBERT, Mariana. Não formamos governo com "toma lá, dá cá", diz ministro. Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1577566-nao-formamos-governo-com-toma-la-da-ca-diz-ministro.shtml>. Acesso em: 14/11/2020.

_____. Renan devolve MP e diz que governo abusa das medidas. Folha de São Paulo, 11 de março de 2015b. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597570-renan-critica-medidas-provisorias-de-dilma.shtml>. Acesso em: 20/11/2020.

_____. Governo ainda tenta articular acordo para votação de desoneração da folha. Folha de São Paulo, 10 de junho de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1640321-governo-ainda-tenta-articular-acordo-para-votacao-de-desoneracao-da-folha.shtml >. Acesso em: 25/11/2020.

_____. "Sou oposição ao governo", diz Eduardo Cunha após ser citado por delator. Folha de São Paulo, 17 de julho de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1657020-eduardo-cunha-anuncia-que-agora-e-oposicao-ao-governo.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

_____. Impeachment não acontece por causa do PMDB, diz senador tucano. Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2015e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669942-impeachment-so-nao-acontece-por-causa-do-pmdb-diz-senador-tucano.shtml>. Acesso em: 03/02/2021.

_____. Governistas defendem Senado como "amortecedor" de "pauta-bomba". Folha de São Paulo, 05 de agosto de 2015f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665076-governistas-defendem-senado-como-amortecedor-de-pauta-bomba.shtml>. Acesso em: 03/02/2021.

_____. Oposição defende novas eleições como solução para crise política. Folha de São Paulo, 06 de agosto de 2015g. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665368-oposicao-defende-novas-eleicoes-como-solucao-para-crise-politica.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. PSDB fará campanha de filiação às vésperas do protesto contra Dilma. Folha de São Paulo, 11 de agosto de 2015h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665368-oposicao-defende-novas-eleicoes-como-solucao-para-crise-politica.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Cortes exigirão "grande esforço de articulação", diz líder do governo. Folha de São Paulo, 14 de setembro de 2015i. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1681694-cortes-exigirao-grande-esforco-de-articulacao-diz-lider-do-governo.shtml>. Acesso em: 07/02/2021.

_____. Renan ironiza Dilma ao comentar alteração da meta fiscal para 2016. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2015j. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719761-renan-ironiza-dilma-ao-comentar-alteracao-da-meta-fiscal-para-2016.shtml>. Acesso em: 18/02/2021.

_____. Renan procurará Cunha para pedir que pauta legislativa não fique paralisada. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1743214-renan-procurara-cunha-para-pedir-que-pauta-legislativa-nao-fique-paralisada.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Oposição irá adicionar delação de Delcídio a processo de impeachment. Folha de São Paulo, 03 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745979-oposicao-ira-adicionar-delacao-de-delcidio-a-processo-de-impeachment.shtml>. Acesso em: 03/02/2021.

_____. Não cabe a mim colocar fogo na crise política, diz Renan Calheiros. Folha de São Paulo, 08 de março de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1747639-nao-cabe-a-mim-colocar-fogo-na-crise-politica-diz-renan-calheiros.shtml>. Acesso em: 03/03/2021.

_____. "Vamos continuar resistindo", diz líder do governo no Senado. Folha de São Paulo, 13 de março de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749542-vamos-continuar-resistindo-diz-lider-do-governo-no-senado.shtml>. Acesso em: 05/03/2021.

_____.Renan critica atuação de Sergio Moro e o chama de "juiz de exceção". Folha de São Paulo, 16 de março de 2016e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750784-renan-critica-atuacao-de-sergio-moro-e-o-chama-de-juiz-de-excecao.shtml>. Acesso em: 11/03/2021.

_____.Renan diz que não foi à posse de Lula para preservar "função institucional". Folha de São Paulo, 17 de março de 2016f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751230-renan-diz-que-nao-foi-a-posse-de-lula-para-preservar-funcao-institucional.shtml>. Acesso em: 17/03/2021.

_____. Investigado, Renan quer desengavetar projeto que pune abuso de autoridade. Folha de São Paulo, 30 de junho de 2016g. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1787511-investigado-renan-quer-desengavetar-projeto-que-pune-abuso-de-autoridade.shtml>.Acesso em: 03/04/2021.

_____. Gilmar Mendes defende projeto de lei sobre "abuso de autoridade". Folha de São Paulo, 01 de julho de 2016h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1787637-gilmar-mendes-defende-projeto-de-lei-sobre-abuso-de-autoridade.shtml>. Acesso em: 03/04/2021.

_____. Sob pressão, Temer deve desistir de apoio a controle estrangeiro de aéreas. Folha de São Paulo, 29 de junho de 2016i. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1786873-governo-se-compromete-a-vetar-100-de-participacao-estrangeira-em-aereas.shtml>. Acesso em: 12/04/2021.

_____. Com promessa de veto, Senado aprova MP das empresas aéreas. Folha de São Paulo, 29 de junho de 2016j. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1787059-com-promessa-de-veto-senado-aprova-mp-das-empresas-aereas.shtml>. Acesso em: 12/04/2021.

_____; LIMA, Daniela. PMDB proíbe filiados de assumir novos cargos no governo federal. Folha de São Pauo, 12 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749259-convencao-do-pmdb-comeca-com-gritos-de-fora-dilma-e-fora-pt.shtml>. Acesso em: 11/03/2021.

_____; LIMA, Daniela. PMDB abafa divisões e adia rompimento com o governo. de São Paulo, 12 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749168-pmdb-abafa-divisoes-e-adia-rompimento-com-governo.shtml>. Acesso em: 11/03/2021.

_____; LIMA, Daniela. Diretório do PMDB de SC desembarca do governo e entrega cargos. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749901-diretorio-do-pmdb-de-sc-desembarca-do-governo-e-entrega-cargos.shtml>. Acesso em: 12/03/2021.

_____; LIMA, Daniela. Renan diz que PGR perdeu o "limite do ridículo" e chama decisão de Janot de "esdrúxula". Folha de São Paulo, 15 de junho de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782115-renan-critica-janot-e-diz-que-pgr-perdeu-o-limite-do-ridiculo.shtml>. Acesso em: 09/04/2021.

_____; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo. Renan recua de chapa alternativa e fecha apoio a reeleição de Temer. Folha de São Paulo, 03 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1736557-renan-recua-de-chapa-alternativa-e-fecha-apoio-a-reeleicao-de-temer.shtml>. Acesso em: 21/02/2021.

_____; MACHADO DA COSTA, Gustavo. Ministro do Planejamento considera novo imposto apenas em 2017. Folha de São Paulo, 18 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1772700-ministro-do-planejamento-considera-novo-imposto-apenas-em-2017.shtml>. Acesso em: 07/04/2021.

_____; MACHADO DA COSTA, Gustavo. Congresso aprova meta fiscal, na primeira vitória de Michel Temer. Folha de São Paulo, 25 de maio de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1774811-em-sessao-de-16-horas-governo-aprova-meta-fiscal-de-r-1705-bi.shtml>. Acesso em: 11/04/2021.

_____; MASCARENHAS, Gabriel. Comissão aprova relatório e impeachment avança no Senado. Folha de São Paulo, 04 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1798855-comissao-aprova-relatorio-e-impeachment-de-dilma-avanca-no-senado.shtml>. Acesso em: 25/04/2021.

_____; REVERBEL, Paula; URIBE, Gustavo. No Twitter e em fala a empresários, Temer nega que intervirá na Lava Jato. Folha de São Paulo, 31 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1756051-em-pagina-do-twitter-temer-diz-que-nao-trata-de-negociacao-de-cargos.shtml>. Acesso em: 02/04/2021.

_____; SADI, Andréia. Oposição precisa "fazer seu trabalho" contra Dilma, diz líder de protestos. Folha de São Paulo, 31 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/214181-oposicao-precisa-fazer-seu-trabalho-contra-dilma-diz-lider-de-protestos.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

_____; SADI, Andréia. Cunha recebe grupos pró-impeachment. Folha de São Paulo, 16 de junho de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/222825-cunha-recebe-grupos-pro-impeachment.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

_____; SADI, Andréia. Para evitar derrota do governo, votação da desonerçaão é adiada. Folha de São Paulo, 11 de junho de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1640570-para-evitar-derrota-do-governo-votacao-da-desoneracao-e-adiada.shtml >. Acesso em: 25/11/2020.

_____; SEABRA, Cátia. Líderes do PMDB dizem que reforma apaziguará base aliada no Congresso. Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1689399-lideres-do-pmdb-dizem-que-reforma-apaziguara-base-aliada-no-congresso.shtml>. Acesso em: 09/02/2021.

_____; URIBE, Gustavo. Após vazamento de gravações sobre Lava Jato, Jucá se licencia do governo. Folha de São Paulo, 23 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774209-apos-vazamento-de-gravacoes-sobre-lava-jato-juca-se-licencia-do-governo.shtml>. Acesso em: 05/04/2021.

_____; VERSIANI, Isabel. Por mais que Temer quisesse ser coronel, ele não conseguiria, diz Renan. Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1720236-por-mais-que-temer-quisesse-ser-coronel-ele-nao-conseguiria-diz-renan.shtml>. Acesso em: 17/02/2021.

_____; VETTORAZZO, Lucas. PMDB diz que decisão de Cunha é pessoal e que partido continua na base. Folha de São Paulo, 17 de julho de 2015. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1657038-pmdb-diz-que-decisao-de-cunha-e-pessoal-e-que-partido-continua-na-base.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

"Impeachment perdeu força", diz Temer na Paraiba. Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1735412-impeachment-perdeu-forca-diz-temer-na-paraiba.shtml>. Acesso em: 28/02/2021.

Inquérito sobre 2 ministros reforça pressão por reforma. Folha de São Paulo, 07 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/232153-inquerito-sobre-2-ministros-reforca-pressao-por-reforma.shtml>. Acesso em: 08/02/2021.

Irritação com corrupção foi motivação para maioria. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215799-irritacao-com-corrupcao-foi-motivacao-para-maioria.shtml>. Acesso em: 23/11/2020.

Janot pede a prisão de Renan, Cunha, Sarney e Jucá, do PMDB. Folha de São Paulo, 07 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779033-janot-pede-prisao-de-renan-e-juca-e-uso-de-tornozeleira-para-sarney.shtml>. Acesso em: 09/04/2021.

KASTNER, Tássia; OLIVEIRA, Eulina. Mercado reage com cautela a medidas econômicas do governo Temer. Folha de São Paulo, 25 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1774736-mercado-reage-com-cautela-a-medidas-economicas-do-governo-temer.shtml>. Acesso em: 07/04/2021.

Kassab: PSD não será "nem esquerda, direita ou centro". O Estado de São Paulo, 29 de março de 2011. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756>. Acesso em: 18/10/2020.

KATTAH, Eduardo Luiz. Base aliada consegue votos para arquivar a denúncia contra Temer. O Estado de São Paulo, 02 de agosto de 2017. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,base-aliada-consegue-votos-para-arquivar-a-denuncia-contra-temer,70001921350>. Acesso em: 03/08/2019.

LANDIM, Raquel. Empresários intensificam ligação direta com Temer. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1669268-empresarios-intensificam-ligacao-direta-com-temer.shtml>. Acesso em: 24/06/2019.

LANDIM, Raquel; FRIEDLANDER, David; LIMA, Daniela. Na Fiesp, Temer coloca-se como "advogado" do setor produtivo. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674732-na-fiesp-temer-coloca-se-como-advogado-do-setor-produtivo.shtml>. Acesso em: 24/06/2019.

Leia a íntegra do discurso de Aécio na volta ao Senado. Congresso em Foco, 05 de novembro de 2014. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/leia-a-integra-do-discurso-de-aecio-no-senado/>. Acesso em: 11/11/2020.

Leia a íntegra do pronunciamento de Dilma Rousseff. BBC News Brasil, 21 de junho de 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130621_discurso_dilma_lk>. Acesso em: 19/10/2020.

Leia a transcrição da entrevista de Benjamin Steinbruch à Folha e ao Uol. Folha de São Paulo, 29 de setembro de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/09/1523956-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-benjamin-steinbruch-a-folha-e-ao-uol.shtml>. Acesso em: 25/10/2020.

Líderes de atos cobram mais firmeza da oposição. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215798-lideres-de-ato-cobram-mais-firmeza-da-oposicao.shtml>. Acesso em: 23/11/2020.

LIMA, Daniela. Líderes do PMDB buscam apoio para fortalecer Temer. Folha de São Paulo, 09 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/228877-lideres-do-pmdb-buscam-apoio-para-fortalecer-temer.shtml>. Acesso em: 24/06/2019.

_____. Tucanos apostam no desgaste de Dilma para voltar ao poder. Folha de São Paulo, 05 de julho de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1651815-tucanos-apostam-no-desgaste-de-dilma-para-voltar-ao-poder.shtml?cmpid=menupe>. Acesso em: 24/11/2020.

_____. Fala de Temer estimula grupo anti-Dilma. Folha de São Paulo, 06 de setembro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/232038-fala-de-temer-estimula-grupo-anti-dilma.shtml>. Acesso em: 02/02/2021.

_____. Crise amplia divisão entre caciques do PSDB. Folha de São Paulo, 09 de agosto de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/228881-crise-amplia-divisao-entre-caciques-do-psdb.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Em recado ao Planalto, partidos rompem com Picciani. Folha de São Paulo, 07 de outubro de 2015e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/235665-em-recado-ao-planalto-partidos-rompem-com-picciani.shtml>. Acesso em: 09/02/2021.

_____. Após reunião, PSDB unifica discurso a favor do impeachment de Dilma. Folha de São Paulo, 10 de dezembro de 2015f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1717654-apos-reuniao-psdb-unifica-discurso-bra-favor-do-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 17/02/2021.

_____. Renan Calheiros arma plano para tirar Michel Temer do comando do PMDB. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 2015g. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721606-renan-calheiros-arma-plano-para-tirar-michel-temer-do-comando-do-pmdb.shtml>. Acesso em: 18/02/2021.

_____. Após críticas, Temer se volta ao PMDB. Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1732894-apos-criticas-temer-se-volta-ao-pmdb.shtml>. Acesso em: 28/02/2021.

_____. Impeachment de Dilma depende das ruas, diz aliado de Temer. Folha de São Paulo, 02 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745387-impeachment-de-dilma-depende-das-ruas-diz-aliado-de-temer.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

_____. PMDB volta a considerar impeachment após prisão de Santana. Folha de São Paulo, 26 de fevereiro de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1743480-pmdb-volta-a-considerar-impeachment-apos-prisao-de-santana.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

_____. Em programa na TV, PMDB diz que país precisa de "pacificação". Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1742908-em-programa-na-tv-pmdb-diz-que-pais-precisa-de-pacificacao.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

_____. Delação de Delcídio reforça pressão por impeachment, avalia PMDB. Folha de São Paulo, 04 de março de 2016e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746176-delacao-de-delcidio-reforca-pressao-por-impeachment-avalia-pmdb.shtml>. Acesso em: 03/03/2021.

_____. PMDB e PSDB falam em "trabalhar juntos" para achar saída para o país. Folha de São Paulo, 10 de março de 2016f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1748306-pmdb-e-psdb-falam-em-trabalhar-juntos-para-achar-saida-para-o-pais.shtml>. Acesso em: 03/03/2021.

_____. Entrada de Lula não é suficiente para acabar com a crise, avalia PMDB. Folha de São Paulo, 15 de março de 2016g. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750352-entrada-de-lula-nao-e-suficiente-para-acabar-com-crise-avalia-pmdb.shtml>. Acesso em: 11/03/2021.

_____. Escalada da crise deflagra discussão sobre governo Temer. Folha de São Paulo, 20 de março de 2016h. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751984-escalada-da-crise-deflagra-discussao-sobre-governo-temer.shtml>. Acesso em: 13/03/2021.

_____.Aécio e Temer discutem em SP "agenda de emergência para o Brasil". Folha de São Paulo, 22 de março de 2016i. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1752844-aecio-e-temer-discutem-em-sp-agenda-de-emergencia-para-o-brasil.shtml>. Acesso em: 13/03/2021.

_____. Temer muda data de reunião do PMDB para decidir saída do governo. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016j. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751034-pmdb-marca-para-dia-28-reuniao-que-vai-definir-se-partido-deixa-governo.shtml>. Acesso em: 16/03/2021.

_____. Temer divulga áudio em que fala como se impeachment estivesse aprovado. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016k. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759725-temer-divulga-audio-em-que-fala-como-se-impeachment-estivesse-aprovado.shtml>. Acesso em: 23/03/2021.

_____. Renan escolheu texto mais duro para condenar ato de Maranhão. Folha de São Paulo, 09 de maio de 2016l. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769406-renan-escolheu-texto-mais-duro-para-condenar-ato-de-maranhao.shtml>. Acesso em: 28/03/2021.

_____. PSDB diz ter medo que Ministério de Temer se pareça com o de Dilma. Folha de São Paulo, 03 de maio de 2016m. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1767285-psdb-diz-ter-medo-que-ministerio-de-temer-se-pareca-com-o-de-dilma.shtml>. Acesso em: 27/03/2021.

_____; MASCARENHAS, Gabriel. DEM e PSDB desistem de ir ao STF contra habilitação de Dilma. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808922-dem-e-psdb-desistem-de-ir-ao-stf-contra-habilitacao-de-dilma.shtml>. Acesso em: 25/04/2021.

LINHARES, Carolina; MARRA, Renan. Eventual governo Temer deverá ter menor oposição desde 1992. Folha de São Paulo, 20 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762943-eventual-governo-temer-devera-ter-menor-oposicao-desde-92.shtml>. Acesso em: 31/03/2021.

_____; REVERBEL, Paula; SEABRA, 2016; TUROLLO JR., Reynaldo. Lula reedita ataques ao Congresso e chama deputados de "picaretas". Folha de São Paulo, 10 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780613-lula-reedita-ataque-ao-congresso-e-chama-deputados-de-picaretas.shtml>. Acesso em: 15/04/2021.

LÔBO, Cristiana. Temer quer o "semi-presidencialismo" já. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 21 de agosto de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/temer-quer-o-semipresidencialismo-ja.html>. Acesso em: 03/08/2019.

MACHADO DA COSTA, Gustavo. Jucá diz que sua permanência não afeta imagem do governo. Folha de São Paulo, 23 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774162-juca-diz-que-sua-permanencia-nao-afeta-imagem-do-governo.shtml>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. Em nota, CNA anuncia apoio a impeachment de Dilma Rousseff. Folha de São Paulo, 06 de abril de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758022-em-nota-cna-anuncia-apoio-a-impeachment-de-dilma-rousseff.shtml>. Acesso em: 10/03/2021.

MACIEL, Alice. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. Pública, 25 de agosto de 2016. Disponível em: https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>. Acesso em: 16/03/2021.

MAGALHÃES, VERA. Painel. Folha de São Paulo, 01 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/202369-painel.shtml>. Acesso em: 11/11/2020.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 08 de janeiro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/203161-painel.shtml>.Acesso em: 12/11/2020.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 12 de janeiro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205557-painel.shtml>.Acesso em: 13/11/2020.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210467-painel.shtml>.Acesso em: 20/11/2020.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 28 de fevereiro de 2015e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209972-painel.shtml>.Acesso em: 24/11/2020.

_____. Partido tenta inflamar militância sem ser associado a uma ação golpista. Folha de São Paulo, 06 de julho de 2015f. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/225198-partido-tenta-inflamar-militancia-sem-ser-associado-a-uma-acao-golpista.shtml>.Acesso em: 24/11/2020.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 19 de agosto de 2015g. Disponível https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/230005-painel.shtml>.Acesso em: 05/02/2021.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 25 de setembro de 2015h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/234296-painel.shtml>.Acesso em: 07/02/2021.

_____. Painel. Folha de São Paulo, 15 de setembro de 2015i. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/233070-painel.shtml>.Acesso em: 07/02/2021.

Maia adotou estilo moderado e se aproximou de Temer. Folha de São Paulo, 14 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791553-maia-chega-ao-comando-da-camara-apos-adotar-estilo-moderado.shtml>.Acesso em: 20/04/2021.

Mais pobres, 54% dos manifestantes anti-impeachment aprovam Dilma. Folha de São Paulo, 21 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1671642-mais-pobres-54-dos-manifestantes-anti-impeachment-aprovam-dilma.shtml>.Acesso em: 05/02/2021.

Maioria do STF nega adiar sessão e alterar votação do impeachment. Folha de São Paulo, 15 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761166-relator-nega-suspeder-impeachment-e-mantem-votacao-no-domingo.shtml>.Acesso em: 24/03/2021.

Manifesto em defesa da vitória nas urnas, contra Joaquim Levy e Katia Abreu. Sítio eletrônico do MST, 25 de novembro de 2014. Disponível em: https://mst.org.br/2014/11/25/manifesto-em-defesa-da-vitoria-nas-urnas-contra-joaquim-levy-e-katia-abreu/>. Acesso em: 12/11/2020.

MARQUES, José. Delegados pedem autonomia da PF em protesto de Belo Horizonte. Folha de São Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749512-delegados-da-pf-pedem-autonomia-em-protesto-de-belo-horizonte.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

MARTELLO, Alexandro. "Brincadeira" da desoneração se mostrou "extremamente cara", diz Levy. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/brincadeira-da-desoneracao-se-mostrou-extremamente-cara-diz-levy.html>. Acesso em: 11/02/2021.

MASCARENHAS, Gabriel. Executiva do PMDB se reunirá para alavancar candidaturas no Congresso. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1574448-executiva-do-pmdb-se-reunira-para-alavancar-candidaturas-no-congresso.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

_____ ; MOTTA, Severino. Líder do PMDB, Eduardo Cunha será alvo da Procuradoria na Lava Jato. Folha de São Paulo, 07 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1571474-lider-do-pmdb-sera-alvo-da-procuradoria-na-lava-jato.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

MATOSO, Camila. Eduardo Cunha avalia dar a deputado comando da comunicação da Câmara. Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2015. Disponível em:

https://painel.blogfolha.uol.com.br/2015/01/24/eduardo-cunha-avalia-dar-a-deputado-comando-da-comunicacao-da-camara/>. Acesso em: 13/11/2020.

_____. Aécio se une ao PMDB em ação para barrar novo partido de Kassab. Folha de São Paulo, 04 de fevereiro de 2015b. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2015/02/04/aecio-se-une-ao-pmdb-em-acao-para-barrar-partido-de-kassab/>. Acesso em: 18/11/2020.

_____. Irritado com Dilma, Renan avisa que vai devolver MP das desonerações. Folha de São Paulo, 03 de março de 2015c. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2015/03/03/renan-diz-que-vai-devolver-mp-das-desoneracoes/>. Acesso em: 20/11/2020.

_____. Cunha reforça críticas ao PT e bancada ameaça votação de desonerações. Folha de São Paulo, 15 de junho de 2015d. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2015/06/15/cunha-reforca-criticas-ao-pt-e-bancada-ameaca-votacao-de-desoneracoes/>. Acesso em: 25/11/2020.

_____. PMDB do Senado articula movimento para tirar Temer da presidência do PMDB. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 2015e. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2015/12/18/pmdb-do-senado-articula-movimento-para-tirar-temer-da-presidencia-do-pmdb/>. Acesso em: 20/02/2021.

_____. Para garantir presidência do PMDB, Temer faz recuo estratégico no impeachment. Folha de São Paulo, 07 de janeiro de 2016. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/01/07/temer-recua-de-movimento-pro-impeachment-para-garantir-reconducao-a-presidencia-do-pmdb/>. Acesso em: 20/02/2021.

_____. PSDB espera nova safra de delações da Lava Jato para pressionar por cassação de Dilma no TSE. Folha de São Paulo, 17 de janeiro de 2016b. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/01/17/psdb-espera-nova-safra-de-delacoes-da-lava-jato-para-pressionar-por-cassacao-de-dilma-no-tse/>. Acesso em: 21/02/2021.

_____. Senadores do PMDB acenam com acordo para reconduzir Michel Temer ao comando do partido. Folha de São Paulo, 19 de janeiro de 2016c. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/01/19/senadores-peemedebistas-recuam-e-acenam-com-acordo-para-reconduzir-temer-ao-comando-do-partido/>. Acesso em: 21/02/2021.

_____. Fazenda estuda condicionar alongamento da dívida a corte profundo de gastos pelos Estados. Folha de São Paulo, 19 de fevereiro de 2016d. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/02/19/fazenda-quer-que-estados-firmem-acordo-comprometendo-se-a-cortar-gastospara-que-uniao-alongue-divida/>. Acesso em: 22/02/2021.

_____. Câmara quer mudar completamente lei de exploração do pré-sal aprovada no Senado. Folha de São Paulo, 28 de fevereiro de 2016e. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/02/28/camara-dos-deputados-pretende-aprovar-lei-para-exploracao-do-pre-sal-com-regras-distintas-da-aprovadas-pelo-senado/>. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Aliados cobram que Lula dê sua versão sobre Atibaia para poder sair em sua defesa. Folha de São Paulo, 07 de fevereiro de 2016f. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/02/07/aliados-cobram-que-lula-de-sua-versao-sobre-atibaia-para-poder-sair-em-sua-defesa/>. Acesso em: 26/02/2021.

_____. Dilma aceita oferecer ministério a Lula para evitar prisão na Lava Jato; petista resiste. Folha de São Paulo, 09 de março de 2016g. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/03/09/por-saida-para-a-crise-parlamentares-pressionam-dilma-para-convocar-conselho-com-os-tres-poderes/>. Acesso em: 05/03/2021.

_____. Deputados do PP pedem reunião "urgente" para decidir se sigla abandona o governo. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016h. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/03/17/deputados-do-pp-pedem-reuniao-urgente-para-decidir-se-sigla-abandona-o-governo/>. Acesso em: 14/03/2021.

_____. Câmara exigiu que Jovair Arantes fizesse relatório a favor do impeachment para colocá-lo em relatoria. Folha de São Paulo, 19 de março de 2016i. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/03/19/para-coloca-lo-na-relatoria-oposicao-exigiu-que-jovair-arantes-fizesse-relatorio-pro-impeachment/>. Acesso em: 18/03/2021.

_____. Para atrair PMDB, Planalto quer dar mais ministérios e chamar sigla a ser "sócia de verdade". Folha de São Paulo, 18 de março de 2016j. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/03/18/7984/>. Acesso em: 18/03/2021.

_____. Ministro da Indústria tentará resgatar poderes da pasta no Congresso. Folha de São Paulo, 16 de maio de 2016k. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/05/16/ministro-da-industria-tentara-resgatar-poderes-da-pasta-no-congresso/>. Acesso em: 26/03/2021.

_____. Cristovam Buarque deve assumir Cultura; comando da Petrobras não será trocado por ora. Folha de São Paulo, 29 de abril de 2016l. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/04/29/8460/>. Acesso em: 26/03/2021.

_____. Base do governo critica gastos e falta de entendimento da gestão Temer sobre o ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 04 de julho de 2016m. Disponível em:

https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/07/04/base-do-governo-critica-gastos-e-falta-de-entendimento-da-gestao-temer-sobre-o-ajuste-fiscal/>. Acesso em: 19/04/2021.

_____. Planalto quer "rodízio amigável" na Câmara com Rogério Rosso agora e PSDB, DEM e PPS em 2017. Folha de São Paulo, 11 de julho de 2016n. Disponível em: https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/07/11/9588/>. Acesso em: 20/04/2021.

_____. Centrão e PMDB fecham acordo para segundo turno da eleição para presidente da Câmara. Folha de São Paulo, 12 de julho de 2016o. Disponível em https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/07/12/centrao-e-pmdb-fecham-acordo-para-segundo-turno-da-eleicao-para-presidente-da-camara/>. Acesso em: 20/04/2021.

MEGALE, Bela; FERREIRA, Flávio. PF prende presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez na Lava Jato. Folha de São Paulo, 19 de junho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1644947-pf-prende-executivo-da-odebrecht-em-nova-fase-da-operacao-lava-jato.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

_____; ROCHA, Graciliano. Delator na Lava Jato diz que pagou propina de US$ 5 mi a Eduardo Cunha. Folha de São Paulo, 16 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1656614-delator-diz-que-cunha-pediu-propina-em-contrato-da-petrobras.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

MENDONÇA, Ricardo. Manifestantes anti-Dilma têm baixa expectativa em relação a Temer. Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1718683-manifestantes-anti-dilma-tem-baixa-expectativa-em-relacao-a-temer.shtml>. Acesso em: 12/02/2021.

_____. Entre deputados, 42% são pró e 31% contra o impeachment. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721448-entre-deputados-42-sao-pro-e-31-contra-o-impeachment.shtml>. Acesso em: 18/02/2021.

_____. Aécio lidera corrida pela presidência, mostra pesquisa. Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721235-aecio-lidera-corrida-pela-presidencia-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: 08/03/2021.

Ministério de Michel Temer amplia participação de congressistas. Folha de São Paulo, 13 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770863-ministerio-de-michel-temer-amplia-participacao-congressistas.shtml>. Acesso em: 31/03/2021.

Ministro de Dilma por um mês, Mauro Lopes vota pelo impeachment. Congresso em foco, 18 de abril de 2016. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/ministro-de-dilma-por-um-mes-mauro-lopes-vota-pelo-impeachment/>. Acesso em: 12/03/2021.

Ministros de Temer rebatem críticas sobre gastos do governo. Folha de São Paulo, 01 de julho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1787450-ministros-de-temer-rebatem-criticas-sobre-gastos-do-governo.shtml>. Acesso em: 19/04/2021.

MONTEIRO, André. Boi, Bíblia e bala: "Bancada BBB" engrossa derrota de Dilma na Câmara. Folha de São Paulo, 18 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762237-bancada-bbb-do-boi-bilbia-e-bala-engrossa-derrota-de-dilma-na-camara.shtml>. Acesso em: 24/03/2021.

Moody's alerta que afastamento de Dilma não acaba com incerteza política. Folha de São Paulo, 12 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1770502-moodys-alerta-que-afastamento-de-dilma-nao-acaba-com-incerteza-politica.shtml>. Acesso em: 26/03/2021.

MOTTA, Severino. Teori divulga lista com 50 investigados pela operação Lava Jato; confira. Folha de São Paulo, 06 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599447-teori-divulga-lista-com-54-investigados-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 19/11/2020.

Movimentos fazem atos contra Temer em diversas capitais do país. Folha de São Paulo, 10 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780597-movimentos-fazem-atos-contra-temer-nas-principais-capitais-do-pais.shtml>. Acesso em: 15/04/2021.

Na Câmara, 60% dizem votar pelo impeachment de Dilma Rousseff. Folha de São Paulo, 08 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758777-na-camara-60-dizem-votar-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff.shtml>. Acesso em: 20/03/2021.

NASSIF, Lourdes. O general ignorante e o silêncio geral. GGN – O jornal de todos os brasis, 13 de dezembro de 2013. Disponível em: https://jornalggn.com.br/ditadura/o-general-ignorante-e-o-silencio-geral/>. Acesso em: 22/10/2020.

NERY, Natuza. Por motivos diferentes, governo e PMDB reprovam declarações de Temer. Folha de São Paulo, 04 de setembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1677742-por-motivos-diferentes-governo-e-pmdb-reprovam-declaracoes-de-temer.shtml>. Acesso em: 02/02/2021.

_____. PMDB e PSDB tratam do pós-Dilma, diz Aécio Neves. Folha de São Paulo, 15 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750024-pmdb-e-psdb-tratam-do-pos-dilma-diz-aecio-neves.shtml>. Acesso em: 13/03/2021.

NERY, Natuza; SADI, Andréia. "Presidente faz má política, a política do confronto", diz líder do PMDB. Folha de São Paulo, 16 de março de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1425984-interesse-do-governo-nem-sempre-e-bom-afirma-lider-do-pmdb.shtml/>. Acesso em: 10/11/2020.

_____. SADI, Andréia. Peemedebista já é chamado de "resolvedor-geral da República". Folha de São Paulo, 02 de fevereiro de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1583892-peemedebista-ja-e-chamado-de-resolvedor-geral-da-republica.shtml/>. Acesso em: 16/11/2020.

_____. SADI, Andréia. PMDB acusa Planalto de interferir nas investigações. Folha de São Paulo, 08 de março de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210988-pmdb-acusa-planalto-de-interferir-nas-investigacoes.shtml>. Acesso em: 19/11/2020.

NERY, Natuza; SEABRA, Cátia. PSDB recua e diz que impeachment não é para agora. Folha de São Paulo, 21 de maio de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219962-psdb-recua-e-diz-que-impeachment-nao-e-para-agora.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

_____; ZANINI, Fábio. PSDB deve indicar nomes para o governo de Temer, diz FHC. Folha de São Paulo, 26 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1764650-psdb-deve-indicar-nomes-para-o-governo-de-temer-diz-fhc.shtml>. Acesso em: 02/04/2021.

NOGUEIRA, Ítalo. Candidato do PT à Câmara vai se reunir com Alckmin. Folha de São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1572917-candidato-do-pt-a-camara-vai-se-reunir-com-alckmin.shtml>. Acesso em: 13/11/2020.

_____. Cunha diz que relação com governo será de harmonia com desconfiança. Folha de São Paulo, 09 de março de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1600301-cunha-diz-que-relacao-com-governo-sera-de-harmonia-com-desconfianca.shtml>. Acesso em: 19/11/2020.

OLIVEIRA, Eulina. Bolsa sobe e dólar cai com força toda vez que chance de impeachment volta ao noticiário. Folha de São Paulo, 03 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1745913-bolsa-sobe-e-dolar-cai-com-forca-toda-vez-que-chance-de-impeachment-volta-ao-noticiario.shtml>. Acesso em: 03/03/2021.

_____. Diálogo de Jucá sobre Lava Jato causa apreensão; Bolsa cai e dólar sobe. Folha de São Paulo, 23 de maio de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1774142-dialogo-de-juca-sobre-lava-jato-causa-apreensao-bolsa-cai-e-dolar-sobe.shtml>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. Bolsa sobe, mas dólar avança com fluxo de saída e cautela de investidores. Folha de São Paulo, 25 de maio de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1774900-bolsa-sobe-mas-dolar-avanca-com-fluxo-de-saida-e-cautela-de-investidores.shtml>. Acesso em: 07/04/2021.

OLIVEIRA, Mariana. Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 18 de março de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>. Acesso em: 11/03/2021.

OLIVEIRA, Valéria. Itamar Franco diz que corrupção é endêmica. Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u3715.shtml>. Acesso em: 15/08/2020.

Pacote do PMDB ganha novas propostas. Folha de São Paulo, 13 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/229303-pacote-do-pmdb-ganha-novas-propostas.shtml>. Acesso em: 03/02/2021.

Padilha nega influência do governo no Conselho de Ética da Câmara. Folha de São Paulo, 08 de junho de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779547-padilha-nega-influencia-do-governo-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>. Acesso em: 11/04/2021.

Para defesa de Dilma, não há base legal para impeachment; leia. Folha de São Paulo, 07 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758378-para-defesa-de-dilma-nao-ha-base-legal-para-impeachment-leia.shtml>. Acesso em: 22/03/2021.

Placar do impeachment: Por 38 a 27 votos, parecer é aprovado em comissão na Câmara. Portal EBC, 11 de abril de 2016. Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/placar-do-impeachment-por-38-27-votos-parecer-e-aprovado-em-comissao-na>. Acesso em: 22/03/2021.

PASSARINHO, Nathália. Apesar de ala dissidente, PMDB aprova apoio a Dilma em eleições. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 10 de junho de 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/distrito-federal/eleicoes/2014/noticia/2014/06/apesar-de-ala-dissidente-pmdb-aprova-apoio-dilma-nas-eleicoes.html>. Acesso em: 15/10/2020.

_____. Câmara aprova texto-base de projeto que reduz desonerações. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 25 de junho de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-reduz-desoneracoes.html>. Acesso em: 26/11/2020.

PATU. Gustavo. Desembolsos com emendas parlamentares disparam em março. Folha de São Paulo, 20 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751980-desembolsos-com-emendas-parlamentares-disparam-em-marco.shtml>. Acesso em: 18/03/2021.

PDT e PTB anunciam independência da base aliada ao governo. Sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, 05 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/466264-pdt-e-ptb-anunciam-independencia-da-base-aliada-ao-governo>. Acesso em: 02/02/2021.

PEIXOTO, Paulo. Protesto em BH pede "fora Dilma" e tem tumulto por restrição à Zona Sul. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603254-protesto-em-bh-pede-fora-dilma-e-tem-tumulto-por-restricao-a-zona-sul.shtml>. Acesso em: 23/10/2020.

PF apreende celular de Cunha em fase da Lava Jato que também mira Renan. Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719175-policia-federal-cumpre-mandado-de-busca-e-apreensao-na-casa-de-cunha.shtml>. Acesso em: 15/02/2021.

PICCIANI, Leonardo. Lealdade à Democracia. Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/02/1739837-lealdade-a-democracia.shtml>. Acesso em: 22/02/2021.

Planalto cede e regulamenta redução de dívida de Estados. Folha de São Paulo, 31 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1724667-planalto-cede-e-regulamenta-reducao-de-divida-de-estados.shtml>. Acesso em: 26/02/2021.

Planalto é obrigado a adotar ritmo mais lento para ajuste. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210471-planalto-e-obrigado-a-adotar-ritmo-mais-lento-para-ajuste.shtml>. Acesso em: 20/10/2020.

PMDB inclui em plano de Temer garantia de continuidade da Lava Jato. Folha de São Paulo, 27 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765502-pmdb-inclui-em-plano-de-temer-garantia-de-continuidade-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 02/04/2021.

PRADO, Maeli. PEC do teto é promulgada no Congresso em plenário quase vazio. Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1841666-pec-do-teto-e-promulgada-no-congresso-em-plenario-quase-vazio.shtml>. Acesso em: 01/08/2019.

Presidente da Fiesp defende mudança em ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1594721-presidente-da-fiesp-defende-mudanca-em-ajuste-fiscal.shtml>. Acesso em: 23/10/2020.

Pressão do Planalto para salvar Cunha de cassação divide o PT. Folha de São Paulo, 02 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713793-pressao-do-planalto-para-salvar-cunha-de-cassacao-divide-o-pt.shtml>. Acesso em: 13/02/2021.

"Preteridos" em reforma ajudaram a esvaziar sessão de vetos. Revista IstoÉ, 06 de outubro de 2015. Disponível em: https://istoe.com.br/438119_PRETERIDOS+EM+REFORMA+AJUDARAM+A+ESVAZIAR+SESSAO+DE+VETOS/>. Acesso em: 09/02/2021.

Protesto contra Dilma reúne 100 mil na Avenida Paulista, diz Datafolha; veja como foi. Folha de São Paulo, 12 de abril de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615697-protesto-contra-dilma-reune-cem-mil-na-avenida-paulista-diz-datafolha.shtml. Acesso em: 23/11/2020.

Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 23/11/2020.

Protestos levam mais de 1 milhão às ruas em ao menos 121 cidades, diz PM. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749623-protestos-levam-mais-de-1-milhao-as-ruas-em-ao-menos-121-cidades-diz-pm.shtml>. Acesso em: 06/03/2021.

PSDB dá "apoio irrestrito" a protesto e estimula militantes; Aécio não vai. Folha de São Paulo, 11 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601276-psdb-da-apoio-irrestrito-a-protestos-e-estimula-militantes-aecio-nao-vai.shtml>. Acesso em: 24/11/2020.

PV anuncia independência em relação ao governo Michel Temer. Correio Braziliense, 23 de maio de 2016. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/23/interna_politica,53322

6/pv-anuncia-independencia-em-relacao-ao-governo-michel-temer.shtml>. Acesso em: 11/04/2021.

REVERBEL, Paula. Alckmin não confirma se participará de atos que pedem queda de Dilma. Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669676-alckmin-diz-que-nao-se-aproximara-dos-atos-que-pedem-queda-de-dilma.shtml>. Acesso em: 04/02/2021.

_____. Por impeachment, oposição se une a movimentos anti-Dilma. Folha de São Paulo, 01 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745205-por-impeachment-oposicao-se-une-a-movimentos-anti-dilma.shtml>. Acesso em: 29/02/2021.

_____. Vem Pra Rua e MBL esperam mais público para atos desse domingo. Folha de São Paulo, 10 de março de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1748694-vem-pra-rua-e-mbl-esperam-mais-publico.shtml>. Acesso em: 06/03/2021.

_____; SEABRA, Cátia; TUROLLO JR., Reynaldo. Entidades pró-Dilma condicionaram ato a crítica à política econômica. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719858-entidades-pro-dilma-condicionaram-ato-a-critica-a-politica-economica.shtml>. Acesso em: 12/02/2021.

RICHTER, André. STF abre inquérito para investigar contas de Cunha na Suíça. Agência Brasil, 15 de outubro de 2015. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/stf-abre-inquerito-para-investigar-contas-de-cunha-na-suica>. Acesso em: 11/02/2021.

RIDENTI, Marcelo. Que Juventude é essa?. Folha de São Paulo, 26 de março de 2013. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1299690-marcelo-ridenti-que-juventude-e-essa.shtml>. Acesso em: 19/10/2020.

ROCHA, Graciliano. Com estrutura de campanha, Vem Pra Rua se recicla com "Fora Dilma" e periferia. Folha de São Paulo, 12 de abril de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615721-com-estrutura-de-campanha-vem-pra-rua-se-recicla-com-fora-dilma-e-periferia.shtml>. Acesso em: 23/11/2020.

_____. Odebrecht tinha "departamento" de propina no Brasil, diz Lava Jato. Folha de São Paulo, 22 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1752707-odebrecht-tinha-departamento-de-propina-no-pais-diz-lava-jato.shtml>. Acesso em: 19/03/2021.

ROLLI, Claudia. Empresas e centrais planejam ato conjunto contra o pacote. Folha de São Paulo, 05 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/210594-empresas-e-centrais-planejam-ato-conjunto-contra-pacote.shtml>. Acesso em: 25/11/2020.

Rompimento de Cunha faz dólar chegar a R$ 3,19. Folha de São Paulo, 18 de julho de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/226518-rompimento-de-cunha-faz-dolar-chegar-a-r-319.shtml>. Acesso em: 27/11/2020.

SADI, Andréia. Citado na lista de Janot, Cunha diz que "governo quer sócio na lama". Folha de São Paulo, 07 de março de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599671-citado-na-lista-de-janot-cunha-diz-que-governo-quer-socio-na-lama.shtml?cmpid=menupe>. Acesso em: 19/11/2020.

_____. Eliseu Padilha cria grupo para pressionar ministérios a liberar cargos. Folha de São Paulo, 24 de junho de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1647387-eliseu-padilha-cria-grupo-para-pressionar-ministerios-a-liberar-cargos.shtml>. Acesso em: 25/11/2020.

_____; SEABRA, Catia. PT ataca silêncio de Dilma na defesa de medidas econômicas. Folha de São Paulo, 06 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1586144-pt-ataca-silencio-de-dilma-na-defesa-de-medidas-economicas.shtml>. Acesso em: 17/11/2020.

SEABRA, Catia. PT teme que operação da PF unifique PMDB contra governo. Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719215-pt-teme-que-operacao-da-pf-unifique-pmdb-contra-governo.shtml>. Acesso em: 16/02/2021.

Secretário-geral da CUT defende que conta do ajuste fiscal recaia sobre os mais ricos. Rede Brasil Atual, 03 de março de 2015. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/03/secretario-geral-da-cut-prega-ajuste-solidario-nao-apenas-sobre-os-trabalhadores-3712/>. Acesso em: 17/11/2020.

Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml>. Acesso em: 25/04/2021.

Senado extingue monopólio da Petrobras. Folha de São Paulo, 09 de novembro de 1995. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/09/brasil/18.html>. Acesso em: 10/08/2020.

Serra defende participação do PSDB em eventual governo Temer. Folha de São Paulo, 23 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1764097-serra-defende-participacao-do-psdb-em-eventual-governo-temer.shtml>. Acesso em: 02/04/2021.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Os atritos do Brasil com os Estados Unidos na ditadura e na democracia. Revista Época, 12 de abril de 2014. Disponível em: https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/04/os-atritos-do-brasil-com-os-estados-unidos-na-bditadura-e-na-democraciab.html>. Acesso em: 25/10/2021.

SOUZA, Leonardo. PT no Senado não quer mudanças em regras trabalhistas. Folha de São Paulo, 05 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leonardosouza/2015/02/1585386-pt-no-senado-nao-quer-mudancas-em-regras-trabalhistas.shtml>. Acesso em: 17/11/2020.

SPERB, Paula. Deputados estaduais do PMDB pedem saída imediata do governo. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751224-deputados-estaduais-do-pmdb-pedem-saida-imediata-do-governo.shtml>. Acesso em: 17/03/2021.

Temer discorda de declaração de ministro sobre Ministério Público. Folha de São Paulo, 16 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771717-temer-contradiz-declaracao-de-ministro-sobre-ministerio-publico.shtml>. Acesso em: 04/04/2021.

Tumulto marca a 2ª votação do petróleo. Folha de São Paulo, 21 de junho de 1995. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/21/brasil/43.html>. Acesso em: 10/08/2020.

Uma ponte para o futuro. Fundação Ulysses Guimarães. Outubro de 2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA- O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 01/08/2019.

URIBE, Gustavo. Lula se reúne com Temer e Sarney para discutir crise e Agenda Brasil. Folha de São Paulo, 12 de agosto de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1667606-lula-se-reune-com-temer-e-sarney-para-discutir-crise-e-agenda-brasil.shtml>. Acesso em: 11/11/2020.

_____. Agenda para crise é "jogo de espuma sem conteúdo concreto", diz Cunha. Folha de São Paulo, 12 de agosto de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1667754-para-cunha-agenda-para-crise-e-jogo-de-espuma-sem-conteudo-concreto.shtml>. Acesso em: 03/02/2021.

_____. Temer define com Renan e Cunha votação de vetos em novembro. Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2015c. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1693915-temer-define-com-renan-e-cunha-votacao-de-vetos-em-novembro.shtml>. Acesso em: 09/02/2021.

_____. Com tumulto e apoio do Planalto, Picciani volta à liderança do PMDB. Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2015d Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1720158-picciani-diz-que-conseguiu-assinaturas-para-voltar-a-lideranca-do-pmdb.shtml>. Acesso em: 17/02/2021.

_____. Dilma espera sinal de apoio do PMDB-MG para nomear ministro. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1729222-dilma-espera-sinal-de-apoio-do-pmdb-mg-para-nomear-ministro.shtml>. Acesso em: 22/02/2021.

_____. Por ajuste fiscal, Barbosa pedirá empenho em votações de DRU e CPMF. Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1736032-por-ajuste-fiscal-barbosa-pedira-empenho-em-votacoes-de-dru-e-cpmf.shtml>. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Cardozo dirá que Cunha agiu por por vingança pessoal em impeachment. Folha de São Paulo, 04 de abril de 2016c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1757258-cardozo-dira-que-cunha-agiu-por-vinganca-pessoal-em-impeachment.shtml>. Acesso em: 22/03/2021.

_____. De última hora, governo tenta evitar que Castro passe ao segundo turno. Folha de São Paulo, 13 de julho de 2016d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791268-de-ultima-hora-governo-tenta-evitar-que-castro-passe-ao-segundo-turno.shtml>. Acesso em: 20/04/2021.

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. Folha de São Paulo, 23 de maio de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. Em conversa gravada, Renan defende mudar lei da delação premiada; ouça. Folha de São Paulo, 25 de maio de 2016b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774719-em-conversa-gravada-renan-defende-mudar-lei-da-delacao-premiada.shtml>. Acesso em: 08/04/2021.

"Vamos correr riscos, vamos apoiar a agenda Temer", diz Aécio. Folha de São Paulo, 11 de abril de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/tv/tvfolhaaovivo/2016/05/1770316-vamos-correr-riscos-vamos-apoiar-a-agenda-temer-diz-aecio.shtml>. Acesso em: 02/04/2021.

Veja a repercussão do anúncio da nova equipe econômica. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 27 de novembro de 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/veja-repercussao-do-anuncio-da-nova-equipe-economica.html>. Acesso em: 11/11/2020.

VERSIANI, Isabel. Câmara adia para junho votação do projeto de desoneração da folha. Folha de São Paulo, 20 de maio de 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1631382-camara-adia-para-junho-votacao-do-projeto-de-desoneracao-da-folha.shtml>. Acesso em: 25/11/2020.

_____. Deputados aprovam projeto que diminui desoneração. Folha de São Paulo, 25 de junho de 2015b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/223957-deputados-aprovam-projeto-que-diminui-desoneracao.shtml>. Acesso em: 26/11/2020.

_____. Para CNI, Temer terá período de "graça" caso assuma presidência. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2015c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1719718-para-cni-temer-tera-periodo-de-graca-caso-assuma-presidencia.shtml>. Acesso em: 18/02/2021.

VIEIRA, Eduardo Eugenio Gouvêa. Tempo esgotado. Folha de São Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/03/1750829-tempo-esgotado.shtml>. Acesso em: 16/03/2021.